

Sociedade e Estado

Volume 34 – Número 1

Copyright © 2019
by Departamento de Sociologia da UnB.
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-diretora: Christiane Girard Ferreira Nunes

Chefe do Departamento de Sociologia: Joaze Bernardino-Costa

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Edson Silva de Farias

Editor responsável: Luís Augusto Sarmento Cavalcanti de Gusmão

Editores-adjuntos: Joaze Bernardino-Costa e Fabrício Monteiro Neves

Preparação dos originais e apoio administrativo:

Enderson Paulo dos Reis

Produção editorial:

Edição, revisão e diagramação: F. K. Soudant

editor@editoraparalelo15.com.br

Endereço para correspondência

Departamento de Sociologia (SOL/UnB) — Instituto de Ciências Sociais

novo prédio ICS — Campus Darcy Ribeiro — Universidade de Brasília

CEP 70910-900 — Brasília- DF

Tel.: 55 61 3107-1537

Homepage: <https://www.sol.unb.br>

E-mail: revistasol@unb.br

facebook.com/Sociedade e Estado

Indexadores e bases de dados:

CLASE- citas latino-americanas de sociología y economía; Directory of Open Access Journals (DOAJ); DATAINDICE- Banco de Dados Bibliográficos do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ; EBSCO Publishing; IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; LATINDEX – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; SciElo - Scientific Electronic Library Online; SCOPUS (Elsevier); SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas.

Versões on-line: <http://www.scielo.br>

SEER- Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

<http://periodicos.bce.unb.br/>

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação

em Sociologia da Universidade de

Brasília v. 1 n. 1 (1986-) — Brasília: O Departamento, 1996.

Semestral. Quadrimestral a partir de 2005.

ISSN 0102-6992 (impresso)- ISSN 1980-5462 (eletrônico)

1. Sociologia. 1. Universidade de Brasília — Departamento de Sociologia.

Sociedade e Estado

Volume 34 – Número 1

Comitê Editorial:

Carlos Benedito Martins (UnB), Lourdes M. Bandeira (UnB), Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB), Tânia Mara Campos de Almeida (UnB), Maria Francisca Pinheiro Coelho (UnB).

Conselho editorial:

Abílio Afonso Baeta Neves (UFRGS),
Afrânio R. Garcia (Ehess/França),
Alfred Stepan (University of Columbia/EUA),
Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB),
Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB),
Bárbara Freitag Rouanet (UnB),
Maria Stela Grossi Porto (UnB),
Débora Messenbergs Guimarães (UnB)
Edna M. Ramos de Castro (UFPA),
Elisa Reis (UFRJ),
Francine Descarries (UQAM/CAN),
Frédéric Vandenberghe (IESP/UE RJ),
Gabriel Cohn (USP),
Hélio Trindade (UFRGS),
Ilse Scherer-Waren (UFSC),
Lúcia Lippi de Oliveira (FGV),
Magda Neves (PUC-MG),
Maria Lúcia Maciel (UFRJ),
Josefa Salete Cavalcanti (UFPE),
Mike Featherstone (Goldsmiths, University of London/UK),
Pedro Célio Alves Borges (UFG),
Sérgio Adorno (USP),
Tom Dwyer (Unicamp),
Wanderley Guilherme dos Santos (UFRJ).

Pareceristas do Volume:

Alessandro A. Leme, Carlos Eduardo da Rosa Martins, Daniel Marcondes Gohn, Ester Gammar-della Rizzi, Fábio Guedes Gomes, Helio Afonso de Aguilar Filho, Isa Beatriz da Cruz Neves, Ivan da Costa Marques, João Vicente Costa Lima, Laura Graziela Gomes, Lídia Argolo, Luciana Hartmann, Lynn Alves, Mariana Miggiolaro Chaguri, Mariella Pitombo, Michel Nicolau Netto, Milene Gus-mão, Otávio Soares Dulci, Sérgio Barreira de Faria Tavolaro, Thales Haddad Novaes de Andrade.

Apoio:



Sumário

Editorial	
Novas agendas e	
novas abordagens sociológicas	
<i>Fabrício Monteiro Neves, Joaze Bernardino-Costa</i>	9
<i>& Luís Augusto Sarmento Cavalcanti de Gusmão</i>	
Dossiê:	
Tecnologia e mercados culturais	
Apresentação:	15
Tecnologia e mercados culturais	
<i>Elder P. Maia Alves & Sayonara Leal</i>	
Vida sociopolítica em mercados culturais	23
na cidade de Porto Alegre	
<i>Sandro Ruduit Garcia</i>	
Controvérsias na padronização do <i>middleware</i>	49
de interatividade da TV digital brasileira:	
democracia técnica à prova do dispositivo	
de normatização da inovação Ginga	
<i>Sayonara Leal</i>	
Digitalização e cadeia global de valor da música:	85
uma abordagem evolucionária para emergência	
dos agregadores no mercado brasileiro	
<i>Pedro Perfeito da Silva & Leandro Valiati</i>	

Desempenhar um papel, causar uma impressão:
vetores sociotécnicos no espaço
ampliado da publicação independente 107
José de Souza Muniz Jr.

A digitalização do simbólico e o capitalismo cultural-digital:
a expansão dos serviços culturais-digitais no Brasil 129
Elder P. Maia Alves

Artigos

Concursos públicos para docentes de universidades
federais na perspectiva da Lei 12.990/2014:
desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os 161
Luiz Mello & Ubiratan Pereira de Resende

Judicialização da educação:
regime de colaboração e rede de
proteção social da criança e do adolescente 185
Rafaela Reis Azevedo de Oliveira & Beatriz de Basto Teixeira

O que é o neoliberalismo?
A renovação do debate nas ciências sociais 211
Daniel Pereira Andrade

Gilberto Freyre e o Brasil Meridional 241
Amurabi Oliveira

Do *dependentismo* à teoria marxista da dependência:
uma síntese crítica desta transição 261
Raphael Lana Seabra

Aula magna

Abordagem psicossociológica sobre ameaças e seus usos sociais 287
Denise Jodelet

Resenhas:

Perdidos na mudança? ABRANCHES, Sérgio. <i>A Era do Imprevisto: a grande transição do século XXI</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2017. <i>José Costa Júnior</i>	309
Os estudos sociais da ciência e tecnologia na contemporaneidade PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício; DUARTE, Tiago (Orgs.). <i>Investigações contemporâneas em estudos sociais da ciência e tecnologia</i> . Jundiaí: Paco Editorial, 2015. <i>Everton Garcia da Costa</i>	315
Resumos	325
Normas	339

Editorial

Novas agendas e novas abordagens sociológicas

Fabrício Monteiro Neves*
Joaze Bernardino-Costa**
& Luís Augusto Sarmento Cavalcanti de Gusmão***

* Fabrício Monteiro Neves é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.
<fabriciomneves@gmail.com>.

** Joaze Bernardino-Costa é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.
<joazebernardino@gmail.com>.

*** Luís Augusto Sarmento Cavalcanti de Gusmão é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.
<gusmao56@gmail.com>.

Os temas sobre os quais a sociologia se debruça encontram-se, na maior parte das vezes, com os processos sociais que lhes são contemporâneos. É claro que em determinados contextos sócio-históricos, certos temas eram impedidos de investigação e outros eram artificialmente incluídos na agenda científica do momento, ao sabor, muitas vezes, do governo no poder. Atualmente, a temática tecnológica e o tema dos mercados culturais se destacam na agenda contemporânea global e se fazem notar cotidianamente de forma intensa, promovendo transformações nos mais resistentes âmbitos da vida. Estes dois temas estão articulados no dossiê, “Tecnologia e mercados culturais”, que abre o volume 34 da *Sociedade e Estado*, organizado pelos professores Elder Maia Alves e Sayonara Leal.

Além dos textos que compõem o dossiê, apresentados pelos organizadores, neste número da *Sociedade e Estado* há a seção de artigos avulsos, na qual se destacam temas também caros à agenda social contemporânea, como neoliberalismo, judicialização da educação e reserva de vagas para pessoas negras em concurso público docente nas universidades federais. Nesta mesma seção, trazemos ainda temas teóricos importantes para a agenda sociológica brasileira, como a teoria marxista da dependência e Gilberto Freyre. Na sequência, trazemos uma aula magna da professora Denise Jodelet, da École des Hautes Études en Sciences Sociale (Ehess/Paris), proferida no Departamento de Sociologia da UnB.

O estudo que abre a seção avulsa deste volume, de autoria dos professores Luiz Mello e Ubiratan Pereira de Resende, é “Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os”. O estudo está embasado em trabalho empírico de fôlego, compilando e analisando mais de três mil editais de concursos para docentes de 63 universidades federais, buscando observar a efetividade da Lei 12.990/2014

na inclusão de negras/os nas universidades federais. A conclusão é um percentual inferior a 5% destinado a negras/os, em um período no qual foram ofertadas mais de 15 mil vagas, contrariando manifestações de órgãos do governo federal e do Poder Judiciário, no sentido de que o percentual de 20% para negras/os fosse cumprido, inclusive nos concursos para docentes.

O texto seguinte relaciona os temas da judicialização, educação e, como o artigo anterior, inclusão. No texto, “Judicialização da educação: regime de colaboração e rede de proteção social da criança e do adolescente”, Rafaela Reis Azevedo de Oliveira e Beatriz de Basto Teixeira analisaram as ações da Promotoria da Infância e Juventude e dos Conselhos Tutelares para a garantia do acesso à educação infantil no município de Juiz de Fora (MG), tramitadas entre 2009 e 2014. O estudo aponta para a dificuldade do município em garantir o acesso à educação infantil (principalmente creches); para a falta de efetividade da rede de proteção social da criança e do adolescente; bem como para o movimento de (des)judicialização da educação.

O terceiro texto, de Daniel Pereira Andrade – “O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais” –, revisa os principais argumentos contrários à utilização do conceito de neoliberalismo nas ciências sociais, debate retomado sobretudo a partir dos anos 2000. O autor defenderá seu uso a partir de sua importância estratégica, sobretudo para os movimentos sociais definirem políticas convergentes. Além disso, o autor nos lembra em seu texto que o neoliberalismo não existe em estado puro, ao contrário, ele se relaciona de forma híbrida com outras formações sociais, deixando muitas vezes a descoberto suas fissuras e contradições em constelações singulares, o que abre espaço para novas formas de organização social e política.

Em “Gilberto Freyre e o Brasil Meridional”, Amurabi Oliveira analisa o modo como Gilberto Freyre incorpora o Brasil Meridional em sua interpretação da cultura brasileira e em seu diálogo com intelectuais do Sul do Brasil. Para o autor, este duplo movimento insere-se no projeto intelectual de Freyre de valorização da província, articulando a ideia de região à de unidade nacional, de base cultural lusitana e católica. Concomitantemente, Oliveira mostra que a crítica dirigida ao autor de *Casa Grande & Senzala* – de que ele apenas teria generalizado para o Brasil um modelo interpretativo que se aplicaria a uma região, o Nordeste – não se sustentaria.

Por fim, o artigo que encerra esta seção – “Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição” –, de autoria de Raphael Lana Seabra, retoma também um importante debate teórico nas ciências sociais, a saber, a discussão sobre a teoria da dependência. O autor – que ressalta a formação e

a contribuição da vertente marxista da dependência elaborada por André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini – argumenta que a transição do debate sobre a dependência ao campo marxista, elevou-o ao *status* de teoria, ao articulá-lo ao referencial teórico-metodológico iniciado por Marx.

A aula magna da professora Denise Jodelet, da École des Hautes Études en Sciences Sociale (Ehess/Paris), “Abordagem psicossociológica sobre ameaças e seus usos sociais”, proferida no Departamento de Sociologia da UnB, inaugura um novo campo de investigação para as ciências sociais, qual seja, o das “ameaças sociais”. No texto, o conceito de “ameaça” refere-se a fenômenos que envolvem vulnerabilidades sociais e um acúmulo de eventos perturbadores, que provocam sentimentos de abalo e atordoamento. Tal conceito, no entanto, deve ser considerado diferente do de risco, ao qual muitas vezes é associado, em geral como sinônimo.

Como de praxe, a edição é finalizada com resenhas e a tradicional seção de resumos das teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PGSOL). A primeira resenha, “Perdidos na mudança?”, escrita por José Costa Júnior é sobre o último livro de Sérgio Abranches, *A Era do Imprevisto: a grande transição do século XXI*, lançado em 2017. A segunda, de autoria de Everton Garcia da Costa, “Os estudos sociais da ciência e tecnologia na contemporaneidade”, versa sobre o livro *Investigações contemporâneas em estudos sociais da ciência e tecnologia*, lançado em 2015, organizado por Adriano Premebida, Fabrício Neves e Tiago Duarte.

Boa leitura!

Dossiê:
Tecnologia
e mercados culturais

Dossiê: Tecnologia e mercados culturais

Recebido: 06.11.18
Aprovado: 22.01.19

*Dossier:
Technology and cultural markets*

Elder P. Maia Alves*
& Sayonara Leal**

* Elder P. Maia Alves é professor-associado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (ICS/Ufal), Maceió, Alagoas, Brasil, e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (PPGS/Ufal), coordenador do Observatório da Economia Criativa do Estado de Alagoas (Obec-AL) e coordenador nacional da Rede de Estudos em Economia da Cultura. <epmaia@hotmail.com>.

** Sayonara Leal é professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPG-SOL). <sayoleal@gmail.com>.

Os trabalhos reunidos neste dossiê apresentam um fio condutor comum: o impacto do processo de digitalização e inovação tecnológica sobre os mercados culturais, sejam eles musical, televisivo, editorial, assim como sobre o próprio trabalho, as estratégias e rationalidades empresariais presentes no âmbito desses mercados. O material empírico e analítico urdido para esta publicação traz o signo do ineditismo e da originalidade, pois é a primeira vez que, no Brasil, um periódico com a envergadura e penetração da *Revista Sociedade e Estado* dedica um volume às interfaces entre tecnologia e mercados culturais.

A contundência, regularidade e complexidade do processo de digitalização – e seus rebatimentos em esferas como a dos mercados culturais – merecem um dossiê como este, mas, sobretudo, reclama novas investigações, teorizações e propostas de pesquisa. Felizmente, trata-se de uma agenda de pesquisa que tem aproximado cientistas sociais, especialmente sociólogos, economistas, estudiosos da comunicação e pesquisadores das políticas públicas – notadamente administradores e cientistas políticos. Este dossiê figura como um passo decisivo para alinhar uma interlocução interdisciplinar bastante fecunda e promissora.

A moldura sociológica que retém em seu interior fenômenos como a transformação tecnológica da televisão digital, a feérica expansão da Internet, o impacto das tecnologias da comunicação e da informação sobre os mercados culturais, e que permitiu que tais processos se tornassem possíveis, desafia as ciências humanas, e, em particular, as ciências sociais. Nada melhor do que reclamar o auxílio de dois sociólogos que capturaram, ainda na sua gênese, tal moldura sociológica. Podemos assinalar que o dueto entre Daniel Bell (1973) e Manuel Castells (1996),

cada um a seu tempo, capturou com rigor e clareza o processo de consolidação das sociedades pós-industriais informacionais em rede. Dificilmente seria possível, por exemplo, examinar o processo de expansão da Internet e a consolidação das inovações tecnológicas a ela associada, e, em maior escala, as interfaces entre tecnologias e mercados culturais, sem situar tais processos na moldura das sociedades pós-industriais informacionais em rede. Essa é a moldura sociológica que, nos últimos trinta anos, permitiu a existência dos fenômenos e dos objetos examinados neste dossiê.

Poucas vezes na história econômica a tecnologia e os processos de inovação se tornaram tão centrais para a geração de riqueza, o desenvolvimento e o crescimento econômico, e também para a consecução de novas assimetrias. Nos últimos 30 anos, a inovação tecnológica, ancorada na pesquisa pura e aplicada, tornou-se um dos eixos centrais de desenvolvimento, geração de negócios, acumulação de riquezas e criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda. Parte significativa dessa inovação diz respeito ao que se tornou conhecido como o fenômeno de consolidação e expansão da sociedade em rede (Castells, 1996). A sociedade em rede, globalizada econômica e culturalmente, tem em seu centro as conhecidas e imprescindíveis tecnologias da informação e comunicação – as TICs, que ganharam força e projeção empresarial, governamental, militar e cultural com o advento e a profusão global da rede mundial de computadores conectados à Internet.

Os serviços tecnológicos, que agregam cada vez mais valor às cadeias produtivas, potencializam ainda mais a grande economia pós-industrial de serviços. Em 2003, o grande setor de serviços correspondia a 65,8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Treze anos depois, em 2016, esse percentual saltou para 73,3%. No primeiro trimestre de 2017, essa tendência se manteve e se acentuou, alcançando 75,2% do valor adicionado ao PIB brasileiro, ao passo que o setor industrial adicionou 21,4% e o setor agropecuário 3,4%, demonstrando a existência de um forte processo de desindustrialização no Brasil (Tuerchi & Moraes, 2018).

Desde as décadas de 1980 e 1990, o conhecimento se tornou um ativo extremamente valorizado, imprescindível para os processos de inovação tecnológica e de outras modalidades de inovação. Para que determinados conhecimentos se tornassem ativos, inseridos em modelos de negócios específicos e objeto de intensos fluxos comerciais, foi necessário um investimento público-governamental em inovação. A partir do início da década de 1990, os governos das mais poderosas economias do globo passaram a direcionar recursos crescentes para o financiamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) que pudessem resultar em

ganhos de valor econômico, potencializando os diversos processos de competitividade. Em 1990 a Coreia do Sul direcionava menos de 2% do seu PIB para pesquisa e desenvolvimento, em 1997 esse percentual chegou a 3%. Entre 2000 e 2013, os Estados Unidos, a Alemanha e o Reino Unido elevaram paulatinamente os percentuais dos seus PIBs para o financiamento de P&D. Única economia que não figura entre as dez principais economias do globo, a Coreia do Sul é o país que mais investe – proporcionalmente ao seu PIB – em P&D, ocupando as principais posições entre os países que mais licenciam patentes e *copyrights*, chegando a abrigar hoje a maior fabricante de televisores com *software* de acesso à Internet (*smartTV*) do mundo, bem como a maior fabricante de *smartphones* do globo – a Samsung.

Dos fenômenos que compõem a digitalização dos mercados culturais, chama bastante atenção o uso global dos dispositivos digitais móveis, especialmente os *smartphones*. Em 2016, do total de usuários que acessaram a Internet em todo o mundo, 93% realizavam o acesso por meio de *smartphones*. Desses, 86% utilizaram redes de WiFi para acessar a Internet; 70% utilizaram a rede banda larga¹, com tecnologia 3G e 4G. Em 2017, cerca de 70% de todos os celulares existentes no mundo já eram *smartphones*, despontando como líderes de vendas a sul-coreana Samsung e a norte-americana Apple. De acordo com a GSM Association (organização que gerencia dados sobre a mobilidade telefônica no mundo), em 2017, havia cinco bilhões de *smartphones* no planeta, número que corresponde a 70% da população mundial, sendo que, somente na China, existia um bilhão de *smartphones*.

1. De acordo com o Comitê de Gestão de Internet no Brasil (CGI-BR), refere-se a toda conexão que não é discada.

A profusão do processo de digitalização, a inovação tecnológica a ele associado e os impactos sobre os mercados culturais – fio condutor que alinhava os artigos que compõem este dossiê –, encontram uma âncora empírica norteadora quando examinamos a expansão do uso da Internet, especialmente em países como o Brasil. Dificilmente, há dez anos, os pesquisadores ocupados com o tema da tecnologia, especialmente no âmbito das ciências humanas, hesitariam em assinalar que a inovação tecnológica e a digitalização das atividades econômicas, políticas e culturais não continuariam o seu percurso de consolidação e expansão. Tinham dúvidas, no entanto, acerca do ritmo e da intensidade dessa mesma consolidação e expansão. Decorridos cerca de 15 anos desde que se consolidaram as principais métricas e variáveis necessárias à construção dos indicadores acerca do uso das tecnologias digitais no âmbito dos governos, das famílias e das empresas – tabuladas, organizadas e difundidas por organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e a União Europeia (UE) – o ritmo da expansão dos usos da Internet e das tecnologias a ela associada foi bastante acentuado.

Em 2008, 60% da população europeia era constituída por usuários da Internet; esse percentual subiu para 80% em 2017. Nas Américas (incluindo todos os países latino-americanos, os países da América Central e do Norte), o total de usuários de Internet era de 44% em 2008, esse percentual subiu para 66% em 2017. Já entre os países árabes, os usuários de Internet correspondiam a 19% do total da população em 2008, passando para 44% em 2017. Um dos maiores crescimentos ocorreu no Brasil. Em 2008, 34% da população brasileira era composta por usuários de Internet, em 2017 esse percentual saltou para 67% – um crescimento de praticamente 100% em nove anos. Significa que 121 milhões de brasileiros com dez anos ou mais de idade eram usuários regulares de Internet em 2017. A média de usuários de Internet nas sete principais regiões do planeta correspondia a 28,1% em 2008, percentual que subiu para 55,9% em 2017 – um crescimento de 100% em nove anos. Nos países desenvolvidos (como Estados Unidos, Canadá e os países da zona do euro), 80% dos domicílios já dispõem de acesso à Internet. No Brasil, em 2015, 51% dos domicílios tinham acesso à Internet, em 2017 esse percentual subiu para 61% – um crescimento de 20% em apenas dois anos (CGI-BR, 2018).

Como ocorre com diversos outros fenômenos, no Brasil a expansão da Internet ocorreu em um contexto de severas assimetrias regionais de renda, raça, ocupação e escolaridade. Ou seja, a expansão da Internet entre nós precisou lidar, muito mais do que em outras latitudes, com os obstáculos histórico-estruturais de renda, escolaridade, raça, ocupação e região. No Brasil, em 2016, 71% dos domicílios localizados na Região Sul contavam com acesso regular à Internet; 68,8% dos domicílios da Região Sudeste também tinham acesso à Internet; ao passo que no Centro-Oeste esse percentual cai para 56,5%, no Nordeste também registra uma diminuição, caindo para 54%, e, na Região Norte, o percentual de domicílios com acesso à Internet se reduz bastante, chegando a 44,7% da população (CGI-BR, 2018).

A variável escolaridade registra assimetrias ainda mais acentuadas. Em 2016, apenas 22% da população (com dez anos ou mais de idade) pertencente ao grupo entre 1 e 3 anos de estudo tinha acesso à Internet. Quando a quantidade de anos de estudos se eleva, também se registra um aumento no percentual de acesso à Internet. Assim, 42,4% daqueles pertencentes ao grupo com 4 a 7 anos de estudo têm acesso à Internet. Esse diapason só se consolida à medida que a escolaridade aumenta. No grupo daqueles com 15 anos ou mais de estudos, o acesso chega a 92,3%, ou seja, nesse último grupo, apenas 7,7% da população não tem acesso à Internet (IBGE, 2016).

A variável ocupação oferece ainda mais subsídios para consolidar a regularidade do padrão de assimetrias existentes no Brasil. Embora o Instituto Brasileiro de Geogra-

fia e Estatística (IBGE) tenha registrado que, em 2015, dentre os 12 agrupamentos ocupacionais analisados, todos registraram aumento no percentual de uso da Internet em comparação com 2014; algumas ocupações apresentaram um percentual de uso da Internet muito inferior a outras. Por exemplo, em 2015, no agrupamento ocupacional cujo trabalho principal enquadrava-se no setor da construção, 47,4% tinham acesso regular à Internet, ao passo que 87,1% daqueles situados no agrupamento ocupacional de educação, saúde e serviços sociais dispunham de acesso regular à Internet (IBGE, 2016).

A variável renda completa esse quadro de assimetrias. Em 2015, de acordo com o IBGE, 57,9% da população que pertencia à classe de renda entre um e dois salários mínimos contava com acesso regular à Internet, ao passo que 88,6% da população situada na classe de renda que recebia entre cinco e dez salários mínimos tinha acesso à Internet. Entre a classe de renda que recebia mais de dez salários mínimos, o percentual de acesso alcançava 92,1% (IBGE, 2016).

A expansão do uso da Internet entre as crianças brasileiras, sobretudo por meio dos dispositivos digitais móveis, é ainda mais revelador acerca das assimetrias assinaladas. De acordo com o Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI-BR), 85% das crianças entre 9 e 17 anos de idade eram usuárias regulares de Internet. Na Região Sudeste, entre essa faixa etária, 93% dispunham de acesso à Internet, mesmo percentual da Região Centro-Oeste; já na Região Sul, 92% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos dispunham de acesso à Internet; percentuais de acesso bem superiores, portanto, ao das regiões Norte (67%) e Nordeste (77%). Quando a variável concerne à escolaridade dos pais, as assimetrias se revelam ainda mais patentes. De acordo com o CGI-BR, em 2017, 93% das crianças cujos pais concluíram o ensino médio contavam com acesso regular à Internet, ao passo que, entre aquelas cujos pais possuíam apenas o ensino fundamental, o percentual caía para 76%.

É bastante animador e alvissareiro constatar que as ciências sociais – especialmente a sociologia – têm, cada vez mais, incorporado à sua agenda de investigação, o fenômeno contemporâneo da tecnologia, especialmente a tecnologia digital e as suas interfaces com os mercados culturais. Trata-se de dois fenômenos comumente tratados em espaços científicos e institucionais distintos e, em muitos casos, até antagônicos, encerrado em áreas muito específicas, como a sociologia da ciência e da tecnologia ou a economia da inovação. Por alguns anos, os pesquisadores e estudiosos dos mercados culturais (sociólogos, antropólogos, economistas, pesquisadores da comunicação e das políticas públicas) conferiram pouca importância às transformações tecnológica e ao fenômeno específico de di-

gitalização dos conteúdos artístico-culturais. Por sua vez, os pesquisadores que há muito se debruçam sobre os temas da tecnologia pouca relevância concederam às interfaces entre os processos tecnológicos, a criação artística e o consumo dos bens culturais. Felizmente esse divórcio começou a se desfazer no decurso dos últimos dez anos. E a *Revista Sociedade e Estado*, fiel à sua missão institucional de abrigar e projetar novos e candentes temas, brinda o seu leitor com um dossiê extremamente original.

Tal originalidade e rigor podem ser constatados nos artigos que se seguem. O artigo “Vida sociopolítica em mercados culturais na cidade de Porto Alegre”, de autoria de Sandro Ruduit Garcia (UFRGS), faz uma detalhada incursão através das conexões entre mobilização política, recursos empresariais e os usos das TICs. Pesquisador já experiente e versado nas temáticas que compõem os estudos e pesquisas da chamada nova sociologia econômica (NSE), Ruduit Garcia tem direcionado o seu olhar para as novas camadas empresariais que dão vida a novos processos organizacionais, envolvendo inovação tecnológica, empreendedorismo criativo e mercados culturais, especialmente na cidade de Porto Alegre. Nesse âmbito, já dispõe de um alentado acervo de trabalhos, liderando novos pesquisadores e novas pesquisadoras.

Tão original e inovador quanto o trabalho de Ruduit Garcia, o trabalho de Sayonara Leal – “Controvérsias na padronização do *middleware* de interatividade da TV digital brasileira: democracia técnica à prova do dispositivo de normatização da inovação Ginga” – é também exemplo inconteste de quão complexo são os processos envolvendo a regulação e a modernização técnica de determinados mercados (nesse caso, a televisão digital no Brasil) e os processos políticos, sejam eles as demandas coletivas da sociedade civil, sejam as pressões políticas realizadas nos espaços legais dos parlamentos. É notável o esforço de organização, sistematização e tratamento dos dados que a autora realiza. Trata-se de um trabalho farto em dados empíricos (documentos, entrevistas e leis), revelando o sólido domínio do tema por parte da autora. Certamente o trabalho de Leal se tornará uma referência sobre esse objeto, interessando a pesquisadores das políticas públicas de comunicação e, em particular, os pesquisadores que têm se debruçado sobre a nova dinâmica organizacional e tecnológica da esfera pública e dos processos políticos decisórios.

De par com o trabalho de Leal está o artigo de autoria de Leandro Valiati (UFRGS) e Pedro Perfeito da Silva (UFRGS) – “Digitalização e cadeia global de valor da música: uma abordagem evolucionária para emergência dos agregadores”. Os autores tomam como objeto de pesquisa as transformações tecnológicas e organizacionais

envolvendo o mercado cultural que mais se digitalizou no mundo – o mercado musical. Municípios de grande domínio empírico e teórico, demonstram como as mudanças econômicas e tecnológicas têm desafiado os agentes empresariais e criativos, incluindo o âmbito da própria economia criativa. Valiati e Perfeito da Silva fornecem uma inestimável contribuição, notadamente porque integram, no Brasil, uma das equipes de pesquisa que, abrigada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mais têm contribuído para difundir, examinar e explicar a pujança assumida pela economia criativa e seus diversos mercados culturais, no âmbito do capitalismo contemporâneo. Trata-se de dois importantes especialistas, que lideram uma agenda de pesquisa que muito tem contribuído para a compreensão do tema da economia criativa no Brasil e na América Latina.

Por fim, mas não menos originais, temos os últimos dois trabalhos deste dossiê. O artigo de José Muniz Júnior (IFMG), intitulado “Desempenhar um papel, causar uma impressão: vetores sociotécnicos no espaço ampliado da publicação independente” revela, com raro domínio empírico sobre a organização econômica e artística do mercado editorial, os mecanismos subjetivos e afetivo-emocionais inscritos na estruturação de nacos específicos do mercado editorial dito “independente”. O artigo de Muniz retoma aspectos clássicos da sociologia da cultura e os repõem num panorama mais complexo, dinâmico e multifacetado de construção de novas ramificações do mercado editorial brasileiro.

Já o trabalho de Elder P. Maia Alves (Ufal) – “A digitalização do simbólico e o capitalismo cultural-digital: a expansão dos serviços culturais-digitais no Brasil” – se concentra no uso empírico de duas categorias conceituais há algum tempo trabalhadas pelo autor, quais sejam: digitalização do simbólico e capitalismo cultural-digital. Para demonstrar a validade analítica dessas categorias, o autor explora o processo de conversão das principais companhias de tecnologias digitais do mundo também em empresas de arte, entretenimento e cultura. Trata-se dos resultados de uma pesquisa conduzida pelo autor desde 2017, que consiste em capturar a construção de novos modelos de negócios e a adoção de novas rationalidades empresariais por parte das grandes companhias de tecnologia digital do planeta (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft). O autor busca objetivar os impactos das ações dessas companhias para a remodelação dos mercados culturais em todo mundo, enfatizando o caso brasileiro.

Certamente este dossiê se notabilizará por sua originalidade no âmbito das ciências sociais. Temos esperança que se torne consultado e debatido também por disciplinas como economia, comunicação e direito, além dos estudos sobre políticas públicas, o que tornará a sua publicação um feito científico bastante relevante para os

diálogos intertransdisciplinares. Também concentrarmos e envidamos esforços para que este dossiê seja o primeiro de muitos trabalhos que tragam à lume as relações entre tecnologia, inovação e mercados culturais no Brasil.

Boa leitura!

Referências

- BELL, Daniel. *The coming post-industrial society*. New York: Basic Books, 1973.
- BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL (CGI-BR). *Pesquisa sobre os usos das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – Tic domicílios*. São Paulo: CGI, 2017.
- GRANOVETTE, Mark. *The sociology of economic life*. Montreal (CA): KoboEditions, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Acesso à Internet e a televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- MARTEL, Frederic. *Smart: o que você não sabe sobre a Internet*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). *Cultural times. The first global map of cultural and creative industries*. Paris: Unesco, 2015.
- . *Repensar as políticas culturais: criatividade em desenvolvimento. Relatório Global da Convenção de 2005*. Paris: Unesco, 2018.
- TUERCHI, Lenita Maria; MORAIS, José Mauro. *Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ação*. Brasília, Ipea, 2016.



Vida sociopolítica em mercados culturais na cidade de Porto Alegre*

Recebido: 13.06.18
Aprovado: 21.01.19

Sandro Ruduit Garcia**

Resumo: As possibilidades das tecnologias de informação e comunicação conjugadas com normas e regras do sistema global têm contribuído para a transformação dos mercados culturais, recriando concepções e arranjos entre arte-tecnologia-mercado. O artigo discute centralmente as implicações sociopolíticas dessas transformações nos mercados culturais, enfocando as respostas dos agentes em distintas instâncias de ação política na cidade de Porto Alegre. Os dados resultam da combinação de diferentes fontes de investigação, destacando-se entrevistas com líderes profissionais e com gestores de empreendimentos no mundo da cultura, assim como relatórios e documentos obtidos em diversos sites na Internet. O argumento que orienta a análise é de que as referidas transformações tendem a produzir diferentes tipos de ações sociopolíticas, como as mobilizações de novos coletivos de artistas, de novas associações profissionais e a reformulação de pautas nas já existentes, e a presença em novos e antigos conselhos de políticas públicas.

Palavras-chave: Mercados culturais. Ação sociopolítica. Porto Alegre. Sociologia econômica.

Sociopolitical life in cultural markets in the city of Porto Alegre

Abstract: The possibilities of information and communication technologies combined with norms and rules of the global system have contributed to the transformation of cultural markets, recreating conceptions and arrangements between art-technology-market. The article discusses the sociopolitical implications of these transformations in the cultural markets, focusing the responses of the agents in different instances of political action in the city of Porto Alegre. The data are the result of a combination of different sources of research, including interviews with professional leaders and entrepreneurs in the world of culture, as well as reports and documents obtained from various websites. The argument that guides the analysis is that these transformations tend to produce different types of sociopolitical actions, such as mobilizations of new collective artists, new professional associations and reformulation of guidelines in associations previously existing, and presence in new and old public policy councils.

Keywords: Cultural markets. Socio-political action. Porto Alegre. Economic sociology.

* Este artigo é o resultado do projeto de pesquisa “Economia criativa e desenvolvimento em Porto Alegre”, apoiado pelo CNPq, Edital Universal. A pesquisa de campo reúne dados quantitativos obtidos por meio da aplicação de questionários, bem como dados qualitativos colhidos em entrevistas. O artigo detém-se aos dados qualitativos obtidos na pesquisa, além de material de fontes secundárias. O autor agradece a contribuição dos bolsistas de iniciação científica Lis Lucas e Daniel Santos Borges pelo apoio ao trabalho de campo.

** Sandro Ruduit Garcia é doutor em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua na área de sociologia econômica, é professor associado do Departamento de Sociologia e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH/UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: 0000-0002-7060-2678. < sandro.ruduit@ufrgs.br>.

Introdução

Os mercados de bens e serviços culturais têm experimentado, hoje, em escala mundial, rápidas e intensas transformações, destacando-se a digitalização e a consequente recolocação dos contornos dos direitos de propriedade intelectual, dos novos arranjos das cadeias de produção e geração de valor que se refletem na organização do trabalho em cultura e das regras e condições de troca cujo foco se desloca para um público situado em diferentes escalas e orientado por novas exigências de estilo de vida (Denning, 2005; Ferraz, 2015; Herscovici, 2015; Rajchman, 2011; Swedberg, 2006). As instituições e normas que estabilizam esses mercados se acham em transformação, condicionando as estratégias, concepções e interesses dos agentes empresariais (Fligstein, 1996; 2006).

O debate acadêmico sobre tais transformações, demarcado pelas teses da “indústria cultural” e das “indústrias criativas”, tende, porém, a desenraizar esse processo, sabendo-se relativamente pouco sobre os interesses e os arranjos sociopolíticos concretos dos agentes nessa transformação. O antigo conceito de indústria cultural de massa tem sido reanimado em estudos sobre as imposições de cadeias de produção internacionais que levariam ao domínio de estéticas massificadas, destituindo a arte e a cultura de sentido crítico, expandindo precariedades nesse trabalho e concentrando riquezas no centro capitalista (Banks, 2010; Miller, 2011). A indústria cultural exprimiria o poder do monopólio econômico que alienaria a sociedade de si mesma pela massificação da cultura. O “poder absoluto do capital” operaria por meios técnicos que desmereceriam a perícia e competência do processo de criação em artes e cultura (Adorno & Horkheimer, 1985; Habermas, 2015). As formulações sobre indústrias criativas alertam, em contraste, sobre a pujança atual da transformação de valor simbólico e cultural em valor econômico-financeiro, mediante a transação mercantil de direitos de propriedade intelectual (Caves, 2003; Flew & Cunningham, 2010; Howkins, 2013). As classes de profissionais criativos moveriam esses novos mercados em expansão, sendo, porém, incapazes de identificar interesses comuns e, por isso, de transformá-los em ação sociopolítica, em razão de sua diversidade e de sua crença em valores sociais, como individualismo e meritocracia (Florida, 2011).

O esforço de análise no presente artigo tenta escapar da cilada contida na discussão entre posições sobre “as forças cegas do mercado”, que destroem a ação política, e sobre “as boas instituições ajustadas à evolução de mercados”, que prescindem da ação política. A conjectura que orienta a análise é de que transformações recentes em mercados de bens e serviços culturais tendem a produzir diferentes tipos de ações sociopolíticas, como mobilizações de novos coletivos de artistas,

novas associações profissionais e mesmo reformulação de pautas nas já existentes, bem como a presença em novos e antigos conselhos de políticas públicas. Os agentes acionam repertórios de ação que oscilam entre a contestação a instituições consagradas e a participação em políticas governamentais. Essa “vocação política” surge em meio a atores escolarizados que induzem a cooperação na construção de interesses e identidades comuns. Tal argumento sustenta-se no suposto de que os mercados seriam arenas de jogos estratégicos com relações de cooperação e conflito cujos atores construiriam interesses, identidades e concepções de mercado distintas. Os agentes empresariais formulariam suas estratégias de captação de ganhos, empenhando-se na estabilização de regras que distribuem diferencialmente recursos no mercado.

O artigo discute, pois, centralmente, as implicações sociopolíticas decorrentes das transformações atuais nos mercados de bens e serviços culturais, enfocando as recentes ações sociopolíticas dos agentes em diferentes instâncias na cidade de Porto Alegre, notadamente em conselhos e comitês, em associações profissionais e empresariais, bem como em movimentos e coletivos de artistas. A cidade torna-se ilustrativa em razão da presença relativamente significativa desse tipo de atividade, considerando outros setores e outras cidades do país. Porto Alegre tem recebido eventos culturais e de entretenimento internacionais (Bienal do Mercosul, Copa do Mundo Fifa, feiras e espetáculos artísticos, entre outras atividades). Ao pertencer historicamente a fluxos migratórios, reúne diferentes formações étnicas e linguísticas (como portugueses, africanos, espanhóis, indígenas, judeus, muçulmanos, poloneses, alemães e italianos). A cidade é considerada polo regional em arte e cultura, em razão não apenas de seus equipamentos culturais, mas também da atuação de suas universidades na formação e difusão cultural. Dispunha, para dados de 2014, de 781 equipamentos dedicados ao seu desenvolvimento cultural, como bibliotecas, galerias, museus, teatros, centros culturais, cinemas, auditórios, memoriais, ateliês, arquivos, pinacotecas, dentre outros. Ademais, foram identificados, em 2012, 388 centros culturais, casas e espaços de cultura na cidade (ObservaPoa, 2018). Como ilustração, pode-se referir que o Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem sua origem ainda no ano de 1908, contando atualmente com diferentes cursos de graduação e Programas de Pós-Graduação em Música, Artes Visuais e Artes Dramáticas (alguns considerados de excelência internacional). A Pontifícia Universidade Católica criou o Centro Tecnológico Audiovisual do Rio Grande do Sul (Tecna), que se associa ao seu Parque Tecnológico (Tecnopuc). Outras instituições de ensino superior têm também expandido atividades de ensino, pesquisa e extensão em setores culturais na cidade, como a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

1. Foram consultados, em especial, os sites das organizações selecionadas, quais sejam <http://chicolisboa.com.br/>, <https://www.apdesign.com.br/>, <https://vilaflores.wordpress.com/>, <https://distritociativo.wordpress.com/>, <http://www.fundacine.org.br/>, <https://intercena.com.br/>, <http://www.conselhodeculturars.com.br/>.

Os dados resultam da combinação de diferentes fontes de investigação, destacando-se entrevistas com líderes, gestores e profissionais do mundo da cultura, assim como materiais de fontes secundárias – relatórios, documentos e informações diversas – obtidos em diferentes sites na Internet¹. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com líderes e representantes de três associações profissionais, de três movimentos e coletivos de empreendimentos, e de dois conselhos de política pública, no período entre julho e dezembro de 2017. A seleção dessas organizações tentou captar expressões, diversas e significativas, da experiência sociopolítica recente nesse mercado na cidade. Os atributos enfocados na investigação referem-se à constituição e aos propósitos das organizações, às ações e às iniciativas coletivas, à visão e às posições sobre gestão do território e inserção nos mercados, às demandas ao poder público e aos vínculos institucionais. Subsidiariamente, recorre-se a entrevistas semiestruturadas com gestores/sócios de 15 pequenos empreendimentos em cultura que se distribuem em diferentes áreas, como patrimônio cultural, artes plásticas e cênicas, mídias e audiovisual, arquitetura, moda e *design*, tendo em vista o registro dos contornos das recentes transformações nesse mercado na cidade. As entrevistas foram realizadas entre junho e outubro de 2014.

O artigo estrutura-se, além desta introdução, em três seções, seguindo-se as considerações finais da análise: a primeira seção expõe a abordagem teórica que sustenta a proposta, valendo-se de contribuições sobre o enraizamento dos mercados, especialmente o enfoque político-cultural dos mercados; reúne, ainda, resultados de estudos sobre respostas sociopolíticas às transformações recentes em mercados de bens e serviços culturais que se acham em diferentes contextos nacionais; a segunda, examina aspectos das transformações dos mercados culturais na cidade em estudo, referindo-se à origem dos empreendimentos visitados, às suas estratégias produtivas e formas de inserção nos mercados; a terceira seção analisa as categorias consideradas de organizações de representação de interesses no mundo da cultura na cidade, reunindo organizações recentemente constituídas bem como algumas mais antigas que experimentam dissonâncias e mudanças internas em face no novo contexto de mercado.

Produção e reprodução de mercados

Parte-se do pressuposto, caro à sociologia econômica, de que o curso das atividades econômicas, como é o caso dos mercados de bens e serviços culturais, seria sempre sustentado em diferentes formas de enraizamento sócio-político-institucional, relativizando-se tanto os enfoques que atribuem ao mecanismo de mer-

cado uma força avassaladora (como, no conceito de indústria cultural), quanto aqueles que o concebem como a resposta mais eficiente na geração e alocação de recursos (caso dos preceitos sobre indústrias criativas). Tal premissa apoia-se em variada literatura teórica e empírica que tem evidenciado não apenas a diversidade das relações sociais de cooperação e de conflito, mas também distintas combinações de interesses (materiais e ideais) implicados na produção e reprodução dos mercados.

Granovetter (2009) expôs a relevância das redes de relações sociais na estruturação de mercados. As interações concretas entre os agentes econômicos seriam a fonte não apenas de recursos e de informação sobre as transações econômicas, mas também a origem da confiança e de incentivos ou sanções que permitem as trocas e seus prolongamentos. O comportamento econômico dependeria, nestes termos, da inserção dos agentes nas variáveis estruturas de relações sociais. Analistas (Burt, 2004) sugerem que as redes de relações sociais condicionariam a qualidade, a quantidade e a temporalidade das informações nos mercados, bem como influiriam nas oportunidades de solução de problemas ou de criação de novos bens e serviços pela captação de ideias mundanas em certo contexto e sua transposição como novidade eficiente para outra situação. Ademais, as interações entre grupos com identidades diversas poderiam desencadear tensões geradoras de soluções e novas ideias tecnológicas, comerciais e produtivas, constituindo-se em vantagem competitiva (De Vaan, Stark & Vedres, 2014).

Bourdieu (2003) avançou a discussão ao conceber os mercados como um campo de lutas sociais entre empresas dominantes e desafiantes, cujas estratégias competitivas dependeriam, por um lado, da estrutura e composição de seus diversos capitais (com destaque para o capital tecnológico), distribuídos por regras legitimadas pelo Estado e, por outro lado, das disposições que marcariam esquemas de percepção, conhecimento e interesses dos agentes econômicos. Para Zelizer (2011), as trocas mercantis seriam relações entre pessoas concretas (vendedores e consumidores) que se orientariam com base em variadas qualidades morais, ensejando permanente negociação, debate e combinação entre intercâmbio econômico e relações pessoais – e mesmo íntimas. Swedberg (2009) chama a atenção para a combinação de interesses materiais e ideias no impulso à ação econômica. Os interesses concretos dos agentes econômicos seriam realizados por meio de relações e instituições sociais, embora nem sempre os agentes tenham clareza sobre quais seriam seus interesses e sobre os modos de realizá-los. O desenvolvimento dos mercados dependeria, pois, da coordenação de uma pluralidade de interesses que nem sempre estariam claramente estabelecidos.

Tais contribuições sucintamente mencionadas enfocam diferentes ângulos do enraizamento de mercados, sugerindo o estudo concreto dos interesses, das relações de cooperação e do poder e conflito no seu funcionamento e reprodução. Cabe, pois, expor mais detidamente algumas das formulações que, ao compartilhar o pressuposto acima, destacam os processos sociopolíticos implicados na transformação de mercados.

Neste sentido, as formulações sobre campos de ação estratégica, como propostas por Fligstein e McAdam (2012), concebem os mercados como arenas de ação social em que agentes econômicos empenhar-se-iam em jogos de captura de ganhos, requerendo concepções sobre identidades e interesses que aproximariam esses agentes assim como regras de estruturação da distribuição de recursos que facilitariam ou atrapalhariam certo curso de ação. As fronteiras desse campo de ação assumiriam contornos variáveis em razão de condições prévias (regras institucionais e recursos do ambiente), de suas interdependências com campos próximos (estatais, econômicos e societais), e das estratégias em dinâmicas de interação/ cooperação/ conflito entre os agentes.

Nessa arena, agentes incumbentes e desafiantes atuariam segundo seus interesses em produzir novas regras do jogo ou em reproduzir as existentes, orientando-se tanto por seus quadros identitários como pelos recursos distribuídos pelas regras vigentes (direito de propriedade, padrões de governança, regras de troca). As estratégias de atuação dos agentes empresariais nos mercados poderiam assumir diferentes formas. Os agentes econômicos tenderiam a assumir estratégias que visam à colaboração com concorrentes como forma de ampliação de suas capacidades e raio de ação, à pressão sobre o Estado para que este estabeleça regras em seu favor, e à diferenciação de produtos e geração/ adoção de inovações (Fligstein, 1996; 2006).

O processo de formação de um mercado guardaria diferentes fases:

- i.* a emergência teria agentes empresariais buscando convencer os de-mais sobre a adoção de sua concepção das regras, movendo-se pela aproximação de interesses na afirmação de suas concepções de organização do novo mercado;
- ii.* a estabilização ocorreria com a legitimação pelo Estado das instituições que informam o mercado, conformando uma hierarquia entre as empresas e suas concepções de controle do mercado; e
- iii.* a crise tornaria o mercado suscetível a transformações, uma vez que movimentos e coalizões políticas reivindicariam a mudança nas

regras e concepções de controle existentes no mercado (Fligstein, 1996).

Haveria diferentes razões para a desestabilização e as mudanças nos mercados, destacando-se as instabilidades da competição permanente e a redução de preços pelas empresas, o problema da manutenção da empresa como uma coalização política, as mudanças na demanda consumidora, a invasão de concorrentes situados em outros setores e as ações do Estado. Vale notar que os mercados, em seus diferentes momentos, expressariam lutas políticas, seja porque o Estado legitimaria suas condições e regras institucionais, seja porque se desenvolveriam mediante projetos de poder entre empresas e dentro das empresas, no caso, entre concepções de controle dos diferentes dirigentes (Fligstein, 1996; 2006).

Em processos de transformação dos mercados, empreendedores institucionais explorariam dinâmicas ideacionais e discursivas que criariam recursos e aproximariam interesses, reconstruindo as identidades dos atores. Aqueles teriam a habilidade de integrar ideias e métodos que inovariam na arquitetura institucional e, com isso, organizariam um campo de ação estratégica. Isso tenderia a produzir unidades de governança interna, concorrendo para uma nova fase de estabilização do campo. Esse processo ocorreria em meio às condições previamente encontradas (instituições e recursos captados em campos correlatos), resultando em modelos, concepções e visões de mundo que orientariam a ação estratégica nas empresas. A ação tática no processo de indução da cooperação e, com isso, de construção institucional do mercado – ou seja, das regras legítimas que não apenas constrangeriam, mas também capacitariam os atores – recorreria à produção de quadros identitários comuns entre diferentes atores, à proposição de uma agenda para esses quadros, à intermediação e controle de recursos relevantes e mesmo à pressão sobre os atores com vistas a obter sua colaboração (Fligstein & McAdam, 2012).

De fato, a produção científica internacional recente sobre transformações nos mercados de bens e serviços culturais tem registrado, em diferentes contextos, uma vibrante vida sociopolítica nesses processos, expressando-se na construção de novas pautas de movimentos, na liderança de associações profissionais e em novos canais de influência sobre a ação governamental.

Um tipo de resposta seria a ação de movimentos urbanos liderados por artistas, como no caso de Copenhague, na Dinamarca. Com efeito, um conjunto de artistas “alternativos” e “convencionais” teriam se mobilizado em torno da transformação de um bairro herdeiro da contracultura hippie e libertária em um território de consumo cultural com interesse de mercado e integrado à política de turismo e de

cultura da cidade. O bairro teria se tornado o nó de uma ampla rede de artistas e simpatizantes dos Países Baixos, desenvolvendo novas experiências de gestão e de uso do tempo, da arquitetura e da mobilidade urbana experimentais, e laboratórios de artes plásticas. A mobilização teria sido uma resposta desses artistas na defesa de seu estilo de vida e de produção cultural à tentativa governamental de intervir na reurbanização do bairro. Isso seria percebido como ameaça de eliminação desse tipo de produção dos mercados de bens e serviços culturais (Vanolo, 2013). Experiências similares tiveram registro nas cidades de Berlim e Hamburgo, na Alemanha. Uma rede de produtores culturais e de artistas teria sido estruturada com vistas a intervir em projetos de desenvolvimento urbano que permitam áreas de pluralidade de expressão artística e de estilo de vida. Tratar-se-ia de uma resposta (protestos, ocupações e proposição de agenda ao poder local) ao que estes atores considerariam como instrumentalização e padronização da cultura (foco em atração de eventos, entretenimento noturno e *marketing* cultural). O movimento teria composição heterogênea, reunindo diferentes gerações e estilos de produção artística e cultural (Novy & Colomb, 2013).

Há também experiências de associações de profissionais da cultura que participariam em projetos de desenvolvimento urbano e em processos de construção de mercados (Shin & Stevens, 2013; Trigo, 2015; Ulldemolins & Jiménez, 2015). Segundo Ulldemolins e Jiménez (2015), profissionais da cultura teriam sido capazes de induzir a cooperação de comunidades com o propósito de influir em projetos de regeneração urbana baseados na implantação de grandes instituições culturais, nas cidades de Barcelona, na Espanha, e de Cartagena das Índias, na Colômbia. A resposta desses agentes teria contribuído para incluir, nas propostas originais, estratégias e instrumentos de preservação da memória e cultura local, tendo em vista incluir novos atores e provocar maior pluralidade cultural aos projetos. Em Madri, Espanha, uma associação de profissionais das artes e do artesanato teria alcançado um acordo com o poder público local e outras associações de negócios, com vistas a iniciar novas atividades produtivas (concertos, exposições, feiras de alimentação, semanas de atividades, entre outras) e a reabrir postos de trabalho fechados mediante novos instrumentos de financiamento (a exemplo das cooperativas de crédito) e modelos organizacionais (como, por exemplo, autogestão) (Trigo, 2015).

Outro tipo de resposta política refere-se à incidência nas políticas públicas. A literatura tem mostrado o ingresso de uma nova geração de profissionais da cultura que, atenta aos mecanismos de geração de valor econômico de seus produtos, buscaria influir nos incentivos e nas regras institucionais desses mercados (Comunian, 2012; Köster, 2013; Kong, 2012). Como ilustração, em Singapura, os mercados de bens

e serviços culturais teriam sido estruturados entre os anos 1960 e 1980 em torno da exploração de seu potencial turístico, sendo a política governamental para o setor baseada na concessão de subsídios para as artes. Porém, as tendências recentes, acentuadas nos anos 2000, passariam a focalizar o valor das artes e da cultura na promoção da educação, do conhecimento e da sociedade, com reflexos na preparação da transição de uma economia industrial para uma economia baseada em conhecimento. No caso, a nova geração de políticos e de formuladores de políticas culturais apostariam na integração entre artes, cultural, tecnologia, *design* e mídias, enfocando o valor social da cultura para o desenvolvimento nacional. Os instrumentos governamentais abandonariam os subsídios, adotando uma visão de investimento e retorno de longo prazo nos mercados de bens e serviços culturais, mediante a atração de organizações, companhias e profissionais para a capacitação local (Kong, 2012).

Portanto, é razoável supor que transformações em mercados de bens e serviços culturais tenderiam a produzir diferentes tipos de respostas sociopolíticas dos agentes envolvidos. Tais reações não seriam automáticas, acionando repertórios de ação que oscilariam entre, de um lado, a contestação e mesmo o confronto político, e, de outro lado, a participação em políticas governamentais e em associações de classe. Como sugere a literatura (Kong, 2012; Novy & Colomb, 2013; Trigo, 2015; Ulldemolins & Jiménez, 2016; Vanolo, 2013), essas ações sociopolíticas surgiriam em meio a atores escolarizados e capazes de induzir a cooperação de outros atores, a redes de ação coletiva, a acúmulos de experiência de participação no debate público e a maior ou menor apoio do poder público local.

Contornos e tendências de mercado

Os mercados de bens e serviços culturais encontram-se, hoje, mundialmente sob os efeitos da digitalização e Internet móvel, da internacionalização de cadeias produtivas e da estetização nas demandas de consumidores que se orientam por novos estilos de vida (Denning, 2005; Ferraz, 2015). Isso se reflete não apenas na expansão de empreendimentos e de profissionais ocupados, mas também nos processos de produção e trabalho nesses mercados (Herscovici, 2015; Swedberg, 2006). A cultura passa, na atualidade, a ser não apenas consumida em novos estilos de vida (Rajchman, 2011), mas também assumida como insumo crucial na geração de novidade em diferentes setores econômicos (Köster, 2013).

No Brasil, diagnósticos têm reiteradamente registrado o crescimento do número de empregados em diferentes setores culturais, embora esse desempenho seja bas-

tante variável entre os mesmos (Firjan, 2014). Ao considerar o período entre 2004 e 2013, o segmento de patrimônio cultural teve expansão de 60,9% no emprego no país; o segmento de música, 60,4%; o segmento editorial, 82,5%; arquitetura, 98,5%; *design*, 104,3%; e publicidade, 238,5% (todos acima da média nacional, que foi de 56% para o período). No entanto, alguns segmentos cresceram abaixo dessa média para o período: artes cênicas, 54,9%; expressões culturais, 22,7%. O setor de moda experimentou retração de 6,3% (Firjan, 2014).

Com relação aos rendimentos desse mesmo período, os ganhos foram mais destacados nos setores de moda (42,1%), de música (33,3%), de audiovisual (32,7%) e de expressões culturais (31,6%). Esses setores tiveram elevação de rendimentos acima da média dos trabalhadores brasileiros no período (29,8%) (Firjan, 2014). No conjunto dos setores, o rendimento médio desses trabalhadores foi de R\$ 5.422,00, revelando-se superior à média de rendimento do trabalhador brasileiro no ano de 2013 (R\$ 2.073,00). Contudo, em alguns segmentos dos mercados culturais, o rendimento pouco superou essa média brasileira no ano de 2013, como na música (R\$ 2.216,00), nas artes cênicas (R\$ 3.157,00) e no patrimônio cultural (R\$ 3.721,00). O setor de expressões culturais teve rendimento de R\$ 1.508,00, mostrando-se inferior à média do trabalhador brasileiro (Firjan, 2014). Os dados suscitam a questão sobre mudanças tecnológicas, competitivas e político-institucionais e seus efeitos no desempenho dos diferentes setores culturais no país.

Para melhor detalhar as transformações, recorre-se a dados qualitativos coligidos em estudo realizado junto a empresas localizadas na cidade de Porto Alegre, enfatizando-se atributos como a origem das atividades realizadas, a estratégia produtiva adotada e a dinâmica de inserção nos mercados. As 15 empresas visitadas são, predominantemente, estabelecimentos de micro e pequeno porte (apenas uma é de médio porte), distribuindo-se nas áreas de patrimônio cultural, de artes visuais e cênicas, e de mídias e *design*. São empresas fundadas na cidade de Porto Alegre e, em sua maioria, entre as décadas de 2000 e 2010 (uma foi fundada em 1992 e outra em 1960).

Quanto à origem das atividades realizadas pelas empresas, observam-se três caminhos percorridos nesses mercados. As empresas mais antigas tiveram origem como negócios familiares, familiar desde o capital investido. Este é o caso de uma editora que se constituiu em 1992 e de uma gráfica e editora que se constituiu em 1960. Os empreendimentos iniciados nas décadas de 2000 e de 2010 tiveram origem em diferentes formas de relação com a universidade ou na migração dos sócios para novas áreas de atuação, demarcando uma invasão de novos concorrentes nos mercados culturais. Um conjunto de empresas tem origem no acúmulo de

experiências profissionais dos sócios em áreas diversas (às vezes, internacionais) combinada com a percepção de oportunidade de iniciar uma nova trajetória em setores culturais que se mostravam dinâmicos em face da demanda por cultura em novos estilos de vida.

Há empresas que se formam pela experiência acadêmica internacional (estudos de graduação ou pós-graduação) de algum de seus sócios. Outras constituíram-se em experiência de incubação em importantes universidades na cidade. Existem, ainda, empresas desencadeadas a partir de pesquisas de mestrado ou doutorado dos sócios, expressando-se a importância do conhecimento acadêmico e da tecnologia para a fase atual do mundo da cultura. Parece, pois, haver novas tendências nas trajetórias de formação de empreendimentos na cidade nos mercados de bens e serviços culturais, destacando-se o papel assumido mais recentemente não apenas pela atração de segmentos considerados dinâmicos, mas também a importância assumida pela universidade. Como ilustração, vale notar a galeria de vídeo-arte criada a partir de pesquisa de mestrado da sócia, apostando na aplicação de novas tecnologias no processo de criação artística.

Na minha pesquisa de mestrado, observei que não havia nenhum espaço, nenhuma galeria de arte voltada para as demandas aqui da comunidade artística de Porto Alegre. Eu queria abrir uma galeria que se voltasse para o conhecimento e que fomentasse o conhecimento sobre vídeo-arte, que é um segmento das artes visuais, em que se trabalha com vídeo, mas se produz arte. Então, é muito desconhecido ainda do público leigo; é muito conhecido na academia. Em função da minha pesquisa de mestrado isso ocorreu: me dei conta de que não havia um espaço que se dedicasse a isso. Parte do investimento é isso. Pensei: bom, essa não deve ser uma necessidade só minha, deve ser uma necessidade de todos. Então, decidi abrir o espaço, com uma parte dele voltada para isso, para a investigação da vídeo-arte. Criei junto com a galeria de arte um projeto que é o núcleo de vídeo, um espaço institucional da galeria, onde se desenvolvem pesquisas voltadas a vídeo-arte, novas mídias, tecnologias nas artes. A galeria de arte funciona, enfim, com vendas que objetivam o lucro (sócia de empresa visitada, Porto Alegre, 12 Ago. 2014).

As estratégias produtivas dos empreendimentos revelam o empenho na busca por novos insumos, por pessoal com conhecimentos complementares e por novas tecnologias. As empresas visitadas tendem a absorver e a adaptar conhecimentos e tecnologias externas. Isso ocorre, com frequência, mediante consultorias, participação em eventos especializados e uso de dados da Internet. O conhecimento é insumo crucial, sendo acessado de diferentes formas, conforme o caso.

Há ampla participação dos sócios em eventos, tais como seminários, congressos e cursos, assim como realização de treinamentos com pessoal próprio – quando é o caso – e, eventualmente, com fornecedores. Esses empreendimentos tendem a empenhar-se na aquisição de *software* ou absorção e adaptação (no caso de código aberto). As residências têm sido bastante valorizadas nas áreas de artes. Trata-se de estágios de artistas juniores ou seniores vinculados a outros grupos, companhias ou ateliês do país ou do exterior realizados na empresa. Ao contrário, alguns artistas vinculados às empresas visitadas foram também recebidos em outros empreendimentos, proporcionando troca de conhecimentos e habilidades entre grupos. Isso ocorre não apenas por meio de bolsas e de apoios de fundações, mas também pelo custeio com recursos próprios dos envolvidos. Parte das empresas distingue-se pela realização, em maior ou menor intensidade, de atividades de pesquisa, resultando na geração de conhecimentos, na propensão ao investimento na formação de pessoal e na capacitação para interagir com infraestrutura externa. Há o envolvimento de pessoal escolarizado (graduação e pós-graduação) e com experiências profissionais significativas (às vezes, adquirida em âmbito internacional).

Como se trata de pequenos empreendimentos, a construção e a mobilização de redes de interação pessoal e/ou organizacional tornam-se cruciais para o acesso a insumos, conhecimentos e tecnologias. Isso se expressa em termos de interações mais ou menos duráveis com clientes, fornecedores, concorrentes, profissionais diversos, pesquisadores, líderes políticos e empresariais, permitindo prospectar recursos pertinentes ao negócio. Em menor medida, observam-se colaborações interorganizacionais, com patrocinadores, fundações de apoio cultural, universidades e mesmo concorrentes. Afirma um entrevistado:

Cada um de nós tem uma rede de compradores dos nossos trabalhos. Nós trabalhamos com galerias em outros estados, temos amigos e circulamos muito em outros lugares. Então, nós acabamos tendo a nossa rede. Os artistas que participam também têm as suas redes. Têm também que usufruir dessas redes e das pessoas que estão ali. As nossas enquanto artista, enquanto gestores, as do espaço e mais dos artistas que a gente convida e que pedimos para divulgar a coisa, que é do interesse deles venderem o trabalho. Nesse último leilão fizemos assim: comissão para vendedores de fora que chamamos para nos ajudar, que é essa exposição que abre amanhã. [...] Foi a primeira parceria que a gente fez com uma galeria. Muita gente nos conhece por sermos uma galeria, a Galeria Subterrânea, mas na verdade a gente nunca se colocou como uma galeria porque a gente nem acha que temos perna para ser uma galeria. Trabalhar com essas parcerias exter-

nas é muito bom, porque daí eles fazem um trabalho que eu acho que é importante, ainda mais aqui, que como eu disse, não tem (sócio de empresa visitada, Porto Alegre, 30 Jul. 2014).

No que se refere à *inserção nos mercados*, as empresas visitadas têm buscado ora explorar nichos locais, ora ampliar escalas de atuação para o âmbito nacional ou internacional. As empresas tendem a privilegiar a conquista de nichos, com vistas a se distanciar dos atuais concorrentes. Observaram-se situações em que a atuação se deslocou para novos setores ou áreas de atuação no setor. Em certos casos, empresas passaram a explorar segmentos novos no mercado local ou nacional. Uma agência visitada na área de memória e patrimônio cultural realiza pesquisas sobre a origem arquitetônica e autoral de imóveis na cidade e sobre a diversidade da flora e botânica de diferentes bairros, podendo contribuir para a aplicação em *marketing* pelo contratante do serviço ou para a aplicação e divulgação cultural no bairro e na cidade. Outro exemplo é a editora que propõe novo estilo de ilustração e projeto gráfico nas edições, visando a valorizar o potencial pedagógico das ilustrações, acompanhando tendências desse mercado. O ateliê de grafite criou uma galeria virtual e propõe oficinas, exposições, eventos de rua e em organizações, como meio de divulgação de sua produção.

Outras empresas passaram de mercados locais para nacionais ou mesmo internacionais. Pode-se mencionar a empresa de audiovisual que busca coproduções internacionais, assim como a combinação entre produção e distribuição dos produtos. Trata-se de esforço de internacionalização, sendo a busca de parcerias crucial para enfrentar os limites da difusão do idioma português no mercado de audiovisual global. A citação a seguir ilustra esse esforço de inserção:

Todo este pessoal aqui dentro está livre pra inventar coisas, e hoje temos uma força de venda. A empresa já atuou no Brasil inteiro e fora também; temos em Londres seis acordos operacionais com gravadoras de lá; masterizamos nossas músicas todas em Nova York. Segunda-feira, estou indo a Los Angeles passar uma semana vendendo estúdios e coisas novas. Então estamos sempre nos infiltrando em coisas diferentes e hoje criamos coisas aqui e levamos para fora. Às vezes, temos ideias, mas não temos quem desenvolva e então vamos atrás. Recentemente, fizemos uma parceria com uma empresa de *software*, algo para som em ponto de venda, para ir além do rádio em ponto de venda, pois ele interage com o celular do cliente quando este entra na loja, através do disparo de um sinal sonoro. Ficamos inventando essas coisas que aos poucos nos encaminham (sócio de empresa visitada, Porto Alegre, 09 Set. 2014).

Portanto, os mercados de bens e serviços culturais experimentam certa dinâmica de expansão, distinta entre setores, que se verifica em decorrência de diferentes fatores, sublinhando-se novos espaços de geração de produtos culturais relacionados às mudanças na demanda e às possibilidades da Internet e da digitalização, assim como maior integração entre escalas locais, nacionais e internacionais de criação e circulação de produtos culturais. No caso de Porto Alegre, os empreendimentos visitados têm-se constituído principalmente desde o interesse em explorar esses novos espaços de mercado e o suporte em conhecimentos gerados nas universidades. As estratégias desses empreendimentos privilegiam o acesso às novas tecnologias, pessoal com conhecimentos diversos e identificação de novos insumos para a criação de novidade. Isso exige a ativa tecedura de redes de interação, mais ou menos complexas, para acessar esses recursos que se tornam relevantes para a inserção em nichos ou para a aventura em novos âmbitos de mercado. Há alta instabilidade nessas lógicas de organização dos projetos e iniciativa das empresas, sendo os rendimentos alcançados bastante díspares entre setores culturais.

Vida sociopolítica

Que implicações sociopolíticas decorrem das transformações acima apresentadas? Quais as respostas dos agentes ao novo contexto?

Podem-se apontar três categorias de organizações de representação de interesses no mundo da cultura na cidade: os movimentos coletivos e as redes de artistas; as associações profissionais e empresariais; e, por fim, os conselhos de políticas públicas (ver Quadro 1). Tais organizações são distribuídas entre aquelas mais recentes, surgidas no novo contexto de transformações dos mercados de bens e serviços culturais, e aquelas mais antigas, que experimentaram dissonâncias e mudanças internas em face das pressões geradas por essas transformações de mercado. No seu conjunto, o que se tem é a expressão de uma viva dinâmica sociopolítica em que se acham enraizados os mercados de bens e serviços culturais na cidade, aproximando-se das formulações indicadas por Fligstein (1996; 2006) e por Fligstein e McAdam (2012).

Entre os movimentos e os coletivos do mundo da cultura, podem-se destacar as experiências do “Distrito Criativo”, da “Associação Cultural Vila Flores” e do “Programa Intercena”. A rede chamada Distrito Criativo – ou Distrito C – desen cadeou-se, no ano de 2013, pela iniciativa de uma autodenominada agência de inovação e intervenção social existente na região do chamado Quarto Distrito de

QUADRO 1
ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO EM PORTO ALEGRE

Organizações	Origem/ mudanças	Propósito	Agenda	Vínculos
Associação dos Artistas Plásticos do RS	Surge 1938. Mudança: nova geração universitários.	Reunir artistas plásticos/visuais e representar seus interesses profissionais.	Aproximação com espaços de comercialização e construção mercado. Integração novas tecnologias.	Museus. Pequenas empresas. Universidades. Espaços culturais.
AP Design Porto Alegre	Surge em 2009.	Afirmar a profissão e contribuir com QV.	Combate à poluição visual na cidade. Intervenção no espaço público. Aproximação designer e mercado.	Sindesign RS, ESPM-SUL, Feevale, Feira de Design de Porto Alegre, Instituto Ling, Smart Lifestyle, UFRGS
Fundacine	Surge em 1998.	Difundir o cinema gaúcho em âmbito nacional e internacional.	Fórum Mundial do Audiovisual. Gestão APL Audiovisual. RodaCine. Cinemateca.	BNDES. AGDI. Petrobrás. Ancine. PUC-RS.
Distrito Criativo	Surge em 2013.	Agência de intervenção social. Construir a imagem de polo criativo.	Reconstrução da memória distrito. Aproximação entre profissionais. Construção de mercado para pequenos empreendimentos.	Associações, pequenas empresas do distrito, grupos de pesquisa e universidades, pequenas revistas e jornais.
Associação Vila Flores	Surge em 2013.	Coletivo de artistas e produtores culturais.	Abrigar atividades socioculturais, museu, formação profissional. Espaço de trabalho de artistas e empreendedores criativos.	Fundo de Apoio à Cultura. PUC-RS. UFRGS. Distrito C. Casas colaborativas.
Intercena	Surge em 2017.	Capacitar profissionais e companhias de teatro para a internacionalização.	Seminário Internacional. Rodada de negócios. Estudos sobre cadeia e mercado artes cênicas.	Braskem. Fundo de Apoio à Cultura. Ieacen. UFRGS. Fundação Iberê Camargo. Centro Cultural Santa Casa. Artistas.
Conselho Estadual de Cultura do RS	Surge em 1968. Representação por líderes da área. Mudança: perdem espaço artistas consagrados, em prol de universitários e produtores culturais.	Identificar e encaixar demandas em arte e cultura ao poder público. Avaliar pedidos financiamento público na área cultural.	(Re)definir contornos arte e cultura. Aproximar artistas e financiadores. Regulamentação.	Associações, artistas destacados, grandes empresas, museus, produtores culturais, universidades, governo.
Cmec/ InovaPoa	Surge em 2013. Representação por organizações da área.	Identificar e encaixar demandas empreendimentos criativos ao poder público.	Ampliar os vínculos com partes interessadas. Reduzir “barreiras” ao empreendimento criativo na cidade.	Universidades. Sebrae. Fiergs. Agências e coletivos economia criativa. Associações profissionais e empresariais. Poder Público.

Fonte: Composição a partir de pesquisa de campo, Porto Alegre, 2017; de Inovapoa, s/d; e de sites das organizações <<http://chicolisboa.com.br/>>, <<https://www.apdesign.com.br/>>, <<https://vilaflores.wordpress.com/>>, <<https://distritocriativo.wordpress.com/>>, <<http://www.fundacine.org.br/>>, <<https://intercena.com.br/>>, <<http://www.conselhodeculturars.com.br/>>.

2. O Quarto Distrito é uma região da área central de Porto Alegre, abrangendo os bairros Floresta, São Geraldo, São João, Navegantes e Humaitá. Foi a principal área industrial da cidade no século XX, tendo abrigado plantas industriais como as da cervejaria Brahma e da siderurgia Gerdau, entre muitas outras. Sofreu, contudo, uma dinâmica de esvaziamento econômico e de degradação dos equipamentos urbanos, a partir do deslocamento desse parque industrial para outras regiões do estado e do país.

Porto Alegre². Trata-se da formação de uma rede de aproximadamente 60 artistas, profissionais e empreendedores culturais que trabalham nessa região da cidade. O mapeamento desses profissionais permitiu identificar sua concentração numa área entre os bairros Floresta e São Geraldo que passou a ser denominada pelo movimento de Distrito Criativo de Porto Alegre.

A proposta teve sua origem na identificação pela liderança de que aquela região da cidade era objeto de um debate público sobre revitalização urbana cujo foco seria a atração de novos empreendimentos, ignorando, segundo o movimento, a existência de um potencial artístico-cultural já existente no local. O propósito principal da rede é ampliar a visibilidade pública desse potencial e construir a marca de polo criativo da cidade, com vistas à inserção econômica e à influência política da nova rede. Entre as iniciativas da organização, destacam-se projetos de reconstrução e divulgação da memória dos bairros e de seu patrimônio arquitetural, a exposição da rede de empreendedores em diferentes mídias e a ação para a melhoria da qualidade de vida nos bairros. Entre as repercussões, a rede espera fortalecer os profissionais já existentes e atrair novos profissionais do mundo da cultura para fortalecer essa agenda na região.

A *Associação Cultural Vila Flores* surge no ano de 2013, com o uso de um prédio residencial, antes desocupado, que fora local de residência de operários (pequenos apartamentos) de uma antiga fábrica na região do Quarto Distrito de Porto Alegre. No ano de 2012, um movimento de cerca de 60 artistas ocupa o espaço, levando os proprietários a uma redefinição de uso do imóvel e a integrar a nova associação. O coletivo conta, em 2017, com mais de 100 artistas em 35 empreendimentos, em especial, nas áreas de artes visuais, artes cênicas, música e audiovisual, realizando atividades de formação cultural (seminários, cursos e oficinas), de fomento ao debate sobre desenvolvimento urbano e qualidade de vida, e de incentivo às interações entre empreendedores culturais. A organização visa representar ainda os empreendedores culturais junto ao mercado, à comunidade do bairro e ao poder público, desde o seu interesse na melhoria da infraestrutura do território e no controle das pressões da especulação imobiliária e atração de grandes empreendimentos na região. A associação empenha-se na tecelagem de vínculos entre os residentes e destes com outros atores de mercado, com vistas a sua potencialização econômica. São mantidos vínculos com casas colaborativas, com universidades, especialmente com as faculdades de arquitetura e artes e com outras iniciativas de intervenção sociopolítica na região da cidade, como o Distrito Criativo. Conta com apoio do Fundo de Apoio à Cultura, buscando suporte em editais de apoio aos residentes.

O *Intercena* é um programa de internacionalização das artes cênicas do Rio Grande do Sul que se desenvolve pela iniciativa dos artistas e produtores culturais na área. Com início no ano de 2017, a proposta origina-se, por um lado, na experiência dos Festivais de Teatro de Rua de Porto Alegre, criados em 2009, e, por outro lado, na identificação da retração das captações de recursos mediante leis de incentivo à cultura e políticas de subsídio ao teatro. O programa organiza-se em torno de diferentes eixos de atividades, como a formação e capacitação de 22 companhias de teatro para a internacionalização. Há também a promoção de rodadas de negócios que se propõem à aproximação das companhias gaúchas de curadores e programadores de festivais nacionais e internacionais, por exemplo, Bogotá, Santiago, Buenos Aires, Córdoba, Cádiz, Valladolid, Barcelona, Miami, entre outros. Outro eixo refere-se à promoção de estudos sobre a circulação de espetáculos teatrais em circuitos nacionais e internacionais, visando ao mapeamento das rotas, salas e dos festivais para a circulação dos espetáculos. As atividades do programa se completam com o apoio às companhias para o intercâmbio internacional. O programa busca, pois, promover novos mercados, desde esforços de redução do trabalho precário, de profissionalização dos artistas e de alcance de certa independência do financiamento público.

Os dados relativos aos movimentos estudados, obtidos em depoimentos de seus líderes e em seus sites na Internet, mostram tendências comuns, como certo discurso de independência em relação ao suporte governamental, especialmente seu financiamento, sublinhando, ao mesmo tempo, a autonomia de sua agenda e do que consideram seus interesses. Outra convergência refere-se à interação com universidades (grupos de pesquisa, laboratórios e pesquisadores). Vale notar ainda a lógica organizacional em torno de projetos econômicos ou políticos em que são acionados agentes e recursos específicos para o propósito de cada iniciativa planejada. Os resultados são congruentes com a literatura especializada (Novy & Colomb, 2013; Vanolo, 2013).

Entre as associações profissionais, acha-se a *Associação dos Profissionais do Design do Rio Grande do Sul* (AP Design), com fundação em 1995 e com sede em Porto Alegre. A AP Design tem orientado sua ação mais recente no esforço de institucionalização da área, mediante o apoio e interlocução para a criação da nova *Associação Brasileira de Empresas de Design*, em 2005, e com regional no estado desde 2006, o apoio para a criação, em 2010, do Sindicato das Empresas de Design do Rio Grande do Sul e do Sindicato dos Trabalhadores que aguarda autorização pelo Ministério do Trabalho. Nesse percurso, há o esforço de permanente aproximação com universidades, tentando influir nos currículos de formação dos novos profissionais e interagindo com o novo conhecimento. Outra estratégia recente tem sido a apostila

em premiações na área, como forma de valorização e elevação da qualidade da produção em *design*. A associação tem-se empenhado ainda na provocação de um debate público sobre a identidade visual na cidade e sobre temas de qualidade de vida, como poluição visual e sustentabilidade ambiental.

A *Fundação de Cinema do Rio Grande do Sul* (Fundacine) experimenta também certa reorientação em suas estratégias de ação. Foi fundada no ano de 1998, tendo sede em Porto Alegre. A primeira fase da fundação esteve orientada pela defesa da diversidade na produção audiovisual junto a diferentes níveis de governo, destacando-se a elaboração da Carta de Porto Alegre, no âmbito do Fórum Mundial do Audiovisual. Mais recentemente, a agenda da fundação volta-se para a promoção de melhores condições e recursos para a produção competitiva de audiovisual na cidade, destacando-se a criação e gestão do *APL Audiovisual* e a cooperação com a PUC-RS para a criação do *Centro Tecnológico Audiovisual* – Tecnapuc. A Fundacine tem-se empenhado na internacionalização da produção audiovisual gaúcha e na disputa por recursos e atenções (fundos, editais, linhas de crédito) no âmbito da Ancine, com sede no Rio de Janeiro e dominada por grandes conglomerados do país, em meio a significativas transformações nesse mercado provocadas pela competição internacional e pela digitalização.

A *Associação dos Artistas Plásticos do Rio Grande do Sul – Chico Lisboa* – representa os artistas plásticos ou visuais, desde 1938. Experimenta, desde meados dos anos 2000, uma reorientação em sua estratégia de ação, que se acentua em anos mais recentes. Ao considerar as dificuldades dos artistas visuais da cidade em alcançar retorno financeiro com o trabalho artístico, passou a empenhar-se na profissionalização da atividade e na construção de novos espaços de comercialização, mediante o apoio na produção de portfólios e preparação para editais, o estímulo à integração de diferentes artistas em ateliês de arte-fotografia-*design*, a realização de novos salões e leilões de artes que reúnem artistas anônimos e consagrados, e a representação na elaboração de editais, exposições, concursos e leilões pelo poder público e organizações privadas. Nesse percurso, reforça-se a parceria com universidades, em especial Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e com diferentes pequenas empresas. Abre-se certa controvérsia sobre a identidade profissional entre aqueles que advogam pela formação acadêmica e produção na área em diferentes espaços como critérios definidores e aqueles que defendem a avaliação e reconhecimento pelos críticos e curadores de museus e espaços consagrados.

O que se tem, nos dados de entrevistas e nas informações disponíveis em sites da Internet, sobre as associações em estudo são tendências de mudanças que, por

diferentes caminhos, visam à ampliação de seus respectivos mercados, como já observado em outros estudos (Shin & Stevens, 2013; Trigo, 2015). Um caminho tem sido a aposta nos ganhos de qualidade e na capacidade de oferecer novidade por meio da formação acadêmica e profissional e do reconhecimento dos contornos do trabalho do *designer*. Outro caminho parece ser o empenho na criação de novas sinergias e condições de produção dos bens e serviços para a inserção em escala nacional e internacional da produção audiovisual. Há ainda o esforço em promover novas formas de comercialização e segmentos de atuação dos artistas visuais, requerendo novas delimitações dos contornos profissionais. Em qualquer caso, as mudanças apontam para a maior aproximação com universidades, seja para o acesso ao novo conhecimento e tecnologias disponíveis em grupos e laboratórios de pesquisa, seja na interessada discussão sobre conteúdos curriculares que estabelecem parâmetros de formação profissional no mundo da cultura.

Essa viva dinâmica sociopolítica reflete-se nos conselhos de políticas públicas. O *Comitê Municipal de Economia Criativa*, da Prefeitura de Porto Alegre, foi instituído no ano de 2013, em meio às pressões do debate público sobre o potencial de uma economia criativa para o desenvolvimento da cidade. O comitê assume a relevância das novas possibilidades tecnológicas na promoção de mercados de bens e serviços culturais, assumindo, assim, um foco na relação entre cultura, tecnologia e mercado para a promoção do desenvolvimento (InovaPoa, s/d). O comitê constitui-se de 38 representações institucionais que se distribuem entre órgãos do poder público municipal (em especial, secretarias de governo), associações profissionais e empresariais da área e universidades. Entre as ações realizadas, destacam-se, segundo representante entrevistado, a elaboração de um plano municipal para a área, a realização de um estudo diagnóstico dos empreendimentos na cidade, a promoção de oficinas internas e externas ao comitê, interações com agentes públicos e privados estrangeiros em torno de experiências de revitalização urbana e a conquista de uma nova legislação que concede incentivos fiscais para empreendimentos em economia criativa na região do Quarto Distrito de Porto Alegre.

O *Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul* foi instituído, conforme seu site, no ano de 1968, no contexto das demandas por uma política cultural no estado e, posteriormente, por arbitragem de projetos a serem beneficiados por leis de incentivo à cultura e por apoios de fundos e editais no mundo da cultura. Conta com 24 conselheiros remunerados, sendo 16 de associações profissionais (nas áreas de artes visuais, de artes cênicas, de música, de humanidades, de carnaval, folclore e tradição, de museus e patrimônio cultural, de cinema e audiovisual, e de livro e literatura) e oito de instâncias de governo. Há, segundo depoimentos colhidos, mudanças no conselho, em especial na presente década, como:

- i.* melhoria da infraestrutura para trabalho (remuneração dos conselheiros, sede própria, equipamentos e material de escritório);
- ii.* sessões mais abertas à comunidade artística, bem como maior transparência e esclarecimento sobre a emissão de pareceres; e
- iii.* maior atenção para o retorno financeiro do trabalho artístico (por exemplo, hoje, exige-se especificação da remuneração do artista nos projetos, antes, esse nível de detalhamento não era requisitado na avaliação de projetos).

Essas mudanças decorrem, em parte, do ingresso de um novo perfil de conselheiros: hoje, há maior presença de produtores culturais, de professores universitários, e de jovens artistas, que tendem a valorizar a experiência na prática artística; antes, o conselho orientava-se pela presença de “intelectuais” reconhecidos pelo “notório saber” no mundo da cultura, sem necessariamente produzirem arte ou cultura.

Essas experiências institucionais no mundo da cultura mostram certa convergência no sentido de maior presença de atores universitários nesse universo, em meio às pressões de mudanças tecnológicas e competitivas nos mercados. Porém, o comitê municipal já nasce com o propósito de promover interações entre agentes diversos que permitam a construção de novos espaços de ação econômica, ao passo que o conselho estadual, mais antigo, experimenta novas tensões internas entre atores que consideram necessário certo distanciamento do mundo da arte e da cultura em relação aos governos e mercados com vistas a preservar sua autonomia e novos atores que pressionam pela maior aproximação entre essas diferentes esferas institucionais com vistas a criar novos espaços de mercado e com isso de independência dos profissionais da cultura. O processo não impede ações de contestação dos conselheiros às práticas governamentais ou mercantis, como nas mobilizações lideradas por esses atores contra a proposta de fechamento da Biblioteca Pública Estadual e contra a anunciada extinção do Ministério da Cultura pelo governo federal. Os dados são compatíveis com as pistas deixadas por pesquisas realizadas em outros contextos (Comunian, 2012; Köster, 2013; Kong, 2012).

Portanto, as entrevistas realizadas com líderes, gestores e profissionais que atuam em diferentes cadeias dos mercados de bens e serviços culturais na cidade de Porto Alegre – complementadas com informações disponíveis em seus sites – indicam não apenas a existência de agentes ativos na identificação e construção de instâncias de promoção e defesa dos seus interesses, mas também a formação dos contornos de certa agenda política. Isso repercute, outrossim, na constituição de

um espaço de disputas entre diferentes atores sobre as regras e concepções de troca que estruturam os seus segmentos de mercado (Fligstein, 1996; 2006).

Considerações finais

As transformações recentes nos mercados de bens e serviços culturais têm, de fato, implicado em uma vibrante vida sociopolítica. A desestabilização e a mudança nesses mercados decorrem da combinação entre as possibilidades das novas tecnologias de Internet móvel e digitalização e as demandas por bens e serviços culturais em meio à pluralização de estilos de vida, deflagrando ingressos de concorrentes e pressões para mudanças nas regras e normas de produção e competição no mundo da cultura, em escala internacional.

Os empreendimentos visitados têm origem, principalmente, em interações com universidades e na migração de sócios para novas áreas dos mercados culturais (apenas os mais antigos têm origem como negócios familiares). As estratégias produtivas desses entrantes no mercado voltam-se para a diversificação e a inovação em produtos e serviços, desafiando, portanto, atores consolidados no mundo da cultura; ademais, aspiram, em certos casos, a ampliação de seus mercados, buscando relações de cooperação para inserção em escalas nacionais e mesmo internacionais de mercado (Fligstein & McAdam, 2012).

As estratégias de produção de bens e serviços culturais adotadas levam à valorização de recursos como conhecimento acadêmico, novas tecnologias, memória e insumos territoriais, capacidade de interação com atores em diferentes escalas nos respectivos processos de criação artística e cultural. Isso tem se traduzido em interesses que geram demandas e pautas políticas, bem como a pressões por regras institucionais que estabilizem os mercados, concorrendo para mobilizar os agentes em diferentes instâncias. Cabe notar o recente surgimento de associações profissionais, coletivos entre profissionais e empreendimentos e comitês/conselhos de políticas públicas, assim como mudanças de organizações já existentes, que guardam relação com tais setores econômicos. No processo, abre-se uma disputa em torno de quadros identitários, regras e recursos, demarcando uma arena de lutas sociopolíticas entre desafiantes e incumbentes que se empenham em manter as condições de distribuição de recursos. Por exemplo, o Conselho Estadual de Cultura tem experimentado mudanças em sua composição e agenda: há pressões pela integração de uma nova geração de profissionais universitários e de produtores culturais, constituindo-se a questão sobre os contornos do que seja arte-cultura e suas relações com tecnologia e mercado frente às concepções dominantes de artistas e intelectuais consagrados no mundo da cultura.

Vale sublinhar um achado de campo: a centralidade das universidades na experiência de transformação dos mercados culturais na cidade de Porto Alegre. Isso se expressa desde a origem dos empreendimentos mais recentes, muitas vezes, relacionada a estudos e pesquisas acadêmicas ou experiências de incubação, avançando para a escolarização do pessoal ocupado e para a capacitação para interagir com conhecimentos, infraestruturas e tecnologias externas. Igualmente, entre as organizações de representação de interesses visitadas (movimentos, associações e conselhos), as relações com universidades são bastante visíveis (vínculos com pesquisadores e artistas, com grupos de pesquisa, com laboratórios, em eventos e com consultorias). Esses dados mereceriam a atenção para a realização de outros estudos, no sentido de verificar em que contextos as organizações universitárias assumiriam importância na fase atual de transformação dos mercados culturais e de sua vida sociopolítica.

Finalmente, a apreensão de certa “vocação política” entre os agentes econômicos no mundo da cultura, requer do analista uma perspectiva processual e multidimensional sobre o enraizamento dos mercados, mais próxima do que vem sugerindo a já extensa e profícua literatura em sociologia econômica. Como lembram diferentes estudos (Novy & Colomb, 2013; Rajchman, 2011; Trigo, 2015; Uldemolins & Jiménez, 2016; Vanolo, 2013), as atuais condições tecnológicas e de mercado envolvem resistência, cooperação e plena construção sociopolítica no manejo de instituições econômicas no mundo da cultura. O prosseguimento de pesquisas poderia esclarecer sobre os desdobramentos desse ativismo sociopolítico em face do dilema entre o confronto/resistência e a participação/cooperação com governos e comunidades locais. Outra questão seria saber sobre o “peso” de interesses definidos por relações capital e trabalho e de interesses situados em projetos identitários nesses mercados.

Isso poderia contribuir para captar novos aspectos do que vem ocorrendo no mundo da cultura.

Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BANKS, Mark. Craft labour and creative industries. *International Journal of Cultural Policy*, v. 16, n. 3, p. 305-321, Aug. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *Las estructuras sociales de la economía*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2003.

BURT, R.. Structural holes and good ideas. *American Journal of Sociology*, v. 110, n. 2, p. 349-399, 2004.

CAVES, R. Contracts between arts and commerce. *Journal of Economics Perspectives*, v. 17, n. 2, p. 73-83, 2003.

COMUNIAN, R. Uma cidade criativa de tipo relacional: para uma cartografia das ligações em rede entre os setores público, privado e sem fins lucrativos nas indústrias criativas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 99, p. 99-124, 2012.

DE VAAN, M.; STARK, D.; VEDRES, B. Game changer: topologia della creatività. *Stato e Mercato*, n. 102, p. 307-340, 2014.

DENNING, Michael. *A cultura na era dos três mundos*. São Paulo: Francis, 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). *Mapeamento da indústria criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: Firjan, 2014.

FERRAZ, Tatiana S. Quanto vale a arte contemporânea? *Novos Estudos*, n. 101, p. 117-132, Mar. 2015.

FLEW, Terry; CUNNINGHAM, Stuart. Creative Industries after the first decade of debate . *The Information Society*, v. 26, n. 2, p. 113-123, 2010.

FLIGSTEIN, Neil. Sense making and the emergence of a new form of market governance: the case of the european defense industry. *American Behavioral Scientist*, v. 49, n. 7, p. 949-960, Mar. 2006.

——— . Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions. *American Sociological Review*, v. 61, n. 4, p. 656-673, Aug. 1996.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. *A theory of fields*. New York: Oxford University Press, 2012.

FLORIDA, Richard. *A ascensão da classe criativa*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GABINETE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (INOVAPOA). *Porto Alegre criativa: plano municipal de economia criativa – diretrizes*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, s/d. 32p. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/innovapoa/usu_doc/poa_criativa_vweb.pdf>. Acesso em: 08 Jul. 2017.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, A. M. B. (Org.). *Redes e sociologia econômica*, p. 31-68. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

HABERMAS, J. *A nova obscuridade*. São Paulo, Editora Unesp, 2015.

HERSCOVICI, A. O capitalismo imaterial: elementos para uma análise (socio)econômica. *Novos Estudos*, n. 102, p. 133-151, 2015.

HOWKINS, John. *Economia criativa*. São Paulo: M. Books do Brasil, 2013.

KONG, Lily. Ambitions of a global city: arts, culture and creative economy in “pós-cri-
sis” Singapore. *International Journal of Cultural Policy*, v. 18, n. 3, p. 279-294, Jun.
2012.

KÖSTER, Pau R. (Coord.). *La cultura como factor de innovación económica y social*.
València: Econcult; IIDL; Universitat de València, 2013. Disponível em: <http://www.uv.es/soste/pdfs/Sostenuto_Volume1_CAST.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

MILLER, Toby. La nueva derecha de los estudios culturales – las industrias creativas.
Tabula Rasa, n. 15, p. 115-135, Bogotá, Jul./Dic. 2011.

NOVY, J.; COLOMB, C. Struggling for the right to the (creative) city in Berlin and Ham-
burg: new urban social movements, new “spaces of hope”? *International Journal of
Urban and Regional Research*, v. 37, n. 5, p. 1816-1838, Sep. 2013.

OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE (OBSERVAPOA). *Indicadores*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://portoalegremanalise.procempa.com.br/>>.

RAJCHMAN, John. O pensamento na arte contemporânea. *Novos Estudos*, n. 91, p.
97-106, Nov. 2011.

SHIN, H.; STEVENS, Q. How culture and economy meet in South Korea: the politics of
cultural economy in culture-led urban regeneration. *International Journal of Urban
and Regional Research*, v. 37, n. 5, p. 1707-1723, Sep. 2013.

SWEDBERG, Richard. A sociologia econômica do capitalismo: uma introdução e agen-
da de pesquisa. In: MARTES, A. M. B. (Org.). *Redes e sociologia econômica*, p.161-
205. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

———. The cultural entrepreneur and the creative industries: beginning in Viena.
Journal Culture Economic, n. 30, p. 243-261, Oct. 2006.

TRIGO, José P. El debate de la creatividad y la economía em las ciudades actuales y
el papel de los diferentes actores: algunas evidencias a partir del caso de estudio de
Madrid. *Investigaciones Geográficas*, n. 87, p. 62-75, 2015.

ULLDEMOLINS, J. R.; JIMÉNEZ, L. P. Cultura, transformación urbana y empoderamiento ciudadano frente a la gentrificación: comparación entre el caso de Getsemaní (Cartagena de Indias) y el Raval (Barcelona). *Eure*, v. 42, n. 126, p. 97-122, Mayo 2016.

VANOLO, Alberto. Alternative capitalism and creative economy: the case of Christiania. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 5, p. 1785-1798, Sep. 2013.

ZELIZER, Viviana. *A negociação da intimidade*. Petrópolis: Vozes, 2011.



Controvérsias na padronização do *middleware* de interatividade da TV digital brasileira: democracia técnica à prova do dispositivo de normatização da inovação Ginga

Recebido: 15.11.18
Aprovado: 13.02.19

Sayonara Leal*

Resumo: O presente texto tem o propósito de reconstruir a cena da controversa normatização do *middleware* de interatividade da TV digital brasileira – Ginga – cuja arquitetura final resultou na combinação de duas linguagens NCL-Lua (código aberto) e Java-DTV (proprietária). Nosso objetivo é mostrar como, nos termos da democracia técnica, se deu a disputa entre os distintos atores do ecossistema do Sistema Brasileiro da Televisão Digital e Interativa (SBTDi) em torno da coordenação entre digitalização do simbólico, alta definição e interatividade a serviço do mercado e de projetos de inclusão social governamentais pela TV aberta. Interessamo-nos pelos valores e pelas normas postulados por pesquisadores, desenvolvedores, radiodifusores, governo, indústria de *software*, representações de movimentos pela democratização da comunicação em função do dispositivo de normatização do Ginga, o Fórum SBTVDi. A trajetória do Ginga ilustra como a normatização de inovações são tributárias de tramas sociotécnicas nas quais se vinculam e se desvinculam elementos técnicos e humanos, como se fazem e se desfazem negociações em torno delas. A partir da realização de análise documental e entrevistas semiestruturadas, discutimos a constituição de um objeto-fronteira resultante de embates entre atores que exprimem distintos regimes de engajamentos ao projeto de interatividade aliado à inclusão social e à política industrial no país, propósito inicialmente atribuído ao SBTVDi.

Palavras-chave: Televisão digital interativa. Ginga. Dispositivo de normatização. Democracia técnica. Inclusão social.

* Sayonara Leal é professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Orcid: 0000-0001-9369-1960. <sayonaraleal@gmail.com>.

*Controversies in the standardization of the interactivity
middleware of the Brazilian Digital TV:
technical democracy to the test of the
normative device of the innovation Ginga*

Abstract: The goal of this text is to rebuild the scene of the controversial standardization of Ginga, the interactive middleware of the digital Brazilian TV which final architecture generated the combination of two languages: NCL-Lua (open code) and Java-DTV (owner). Our purpose is to demonstrate how, in the terms of the technical democracy, the dispute among distinct actors of the Brazilian Digital and Interactive TV System (SBTVi) took place between the management of symbolic digitalization, high definition and interaction in service of the market and government's social inclusion projects by open TV. We are interested on the values and norms proposed by researchers, developers, broadcasters, government, software industry, leaders of social movements in favour of

the democratization of the communication concerning the standardization device Ginga, the SBTVi Forum. The history of Ginga exemplifies how the standardization o innovation are associated with social and technical schemes in which technical and human issues get attached and turn apart according to the course of deals. Based on the realization of documental analysis and semi-structured interviews, we discuss the constitution of a border-object output of conflicts among actors who express diverse participations on the interactive project combined with the Brazilian social inclusion and industrial politic, purposes initially attributed to the SBTVi.

Keywords: Digital interactive TV. Ginga. Standardization apparatus. Technical democracy. Social inclusion.

Introdução

 s movimentos em torno da digitalização do simbólico no setor da radiodifusão (operadores de rádio e televisão) têm mobilizado, desde os anos 1990, uma série de práticas informáticas voltadas para arquiteturas de plataformas de comunicação baseadas em tecnologia digital de transmissão dos sinais de sons e imagens. Tais desenvolvimentos proporcionam ganhos em termos de qualidade de vídeo e áudio, aumento da oferta de emissões e novas possibilidades de serviços e aplicações. No Brasil, a questão social ganha relevo na escolha do padrão tecnológico e no *design* de tecnologias da televisão aberta digital voltadas para usos e aplicações de acordo com necessidades societais locais, mas sem perder conexão com o contexto do mundo global da prática de *software*. A definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Interativa (SBTVDi) resulta em um sistema híbrido de tecnologias proprietárias e de código aberto, cuja função de interatividade abre possibilidades para iniciativas de inclusão digital, como o projeto Brasil 4D¹.

1. Brasil 4D remete a digital, diversidade, democracia e desenvolvimento. Trata-se de um “aplicativo-base”, baseado no NCL-Lua, que funciona no ambiente da TV digital brasileira e gera serviços de informação sobre empregos, saúde, direitos sociais, previdência para famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. O projeto-piloto do aplicativo foi testado em João Pessoa (PB), em 2013, e na cidade de Samambaia (DF), em 2014 (Leal, Martins & Condé, 2017).

A constituição do SBTVDi se dá a partir de, pelo menos, três episódios fundamentais. O primeiro deles é marcado pelo Decreto Presidencial n.º 4.901, de 26 de novembro de 2003, que institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD. Neste documento, são lançados alguns referenciais valorativos para um modelo de TV digital para o país: inclusão social (via interatividade com canal de retorno); mobilidade, portabilidade, multiprogramação (um mesmo canal com diferentes programações, conforme a necessidade dos diferentes públicos), flexibilidade de modelos de exploração e desenvolvimento sustentável (CPQD, 2006). Essas orientações levavam a três cenários possíveis para o SBTVD, que se definem segundo os níveis de agregação de valor aos serviços de TV e de proximidade ou ruptura com o modelo usual da radiodifusão: incremental, diferenciação e convergência.

No *cenário incremental* não temos rompimento com a cadeia de valor habitual e a digitalização tanto do conteúdo como da transmissão é vista como evento pu-

ramente tecnológico, com interatividade local e monoprogramação como definição padrão (o que significa um desperdício de espectro disponível). O *cenário da diferenciação* não sinaliza uma ruptura com o modelo atual, mas prevê a escolha pela emissora entre multiprogramação com definição padrão ou alta definição e interatividade com canal de retorno. O *cenário de convergência* é aquele que aponta para uma importante mudança no quadro da cadeia de valor da radiodifusão, trazendo diferentes serviços oferecidos por distintos provedores em um ambiente de multiprogramação, portabilidade, interatividade (local e com canal de retorno) e mobilidade (Giansante et alii, 2004; Silva, 2011).

O segundo momento é marcado pelo Decreto n.º 5.820, de 29 de junho de 2006, que determina a implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre-SBTVD-T na plataforma de transmissão e retransmissão de sinais de radiodifusão de sons e imagens, adotando o padrão tecnológico japonês *Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial* (ISDB-T) para TV aberta/terrestre com as seguintes características: mobilidade, portabilidade, alta definição e interatividade². Essa escolha³ se dá após uma longa controvérsia sociotécnica da qual os radiodifusores comerciais saem como os mais favorecidos (Leal, 2015; Vargas & Leal, 2011; ; Almas, 2013; Maurício, 2012; Silva, 2011; Cruz, 2008). Eles ansiavam pela monoprogramação, pela alta definição do sinal e mobilidade, pelos atributos que levam à manutenção de seu modelo de negócios fundado na publicidade veiculada na grade de programações, dificultando a entrada de novos produtores de conteúdos nesse mercado, além de favorecer um cenário mais incremental para radiodifusão digital.

O terceiro período da implementação do SBTVD se dá entre 2007 e 2012 e nele é notável o controverso processo de definição da arquitetura do *middleware* brasileiro Ginga, camada de *software* que permite o desenvolvimento de aplicações interativas para a TV Digital, estabelecendo a interface entre o mundo IP (protocolo usado pela internet) e o mundo *broadcast* (transmissão de TV aberta), proporcionando a chamada convergência digital.

Na América Latina, o Brasil é o único país que desenvolveu o seu próprio *middleware*, acoplado ao padrão ISDB-T, o qual já continha, inicialmente, sua própria tecnologia de interatividade, mas o governo brasileiro aspirava desenvolver um *software* nativo – a parte brasileira do SBTVDi –, o qual foi fruto de pesquisas conduzidas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O chamado sistema nipo-brasileiro de TVD foi adotado, até março de 2019, por 20 países, incluindo Brasil e Japão, entre as regiões latino-americana, asiática e a africana⁴. Usuários do sistema se reúnem em um fórum internacional (Fórum ISDB-T Internacional) para discussões acerca da harmonização de

2. Como postulam Hölbling, Rabl & Kosch (2008), a interatividade na televisão não é uma novidade. No início dos anos 1960, havia, nos Estados Unidos, programações nas quais telespectadores eram convidados a participar de *quiz shows*. Na verdade, “o termo televisão interativa (iTV ou ITV) é empregado para a designação de sistemas de televisão nos quais a audiência pode interagir com o conteúdo da televisão. A interatividade na televisão nem sempre significa que o expectador é chamado para mudar o conteúdo de um programa”. Os autores classificam sete níveis de interatividade, considerando o contexto da TVD: *basic TV*, *Call-in-TV*, *Parallel TV*, *Additive TV*, *Service on demand*, *Communicative TV* e *Fully interactive TV*.

3. As três normas internacionais mais adotadas para a televisão digital no mundo foram: ATSC (americana, 1993), DVB (europeia, 1993) e ISDB (japonesa, 1999).

4. No quadro de padrões para a interatividade na TVD – *middlewares* – na Europa, encontramos as normas tecnológicas: HBBTV (França, Alemanha e outros), YouView (Reino Unido) e MHP (Itália).

normas técnicas visando à interoperabilidade de equipamentos que servem à TVD, tratando também questões sobre implementações locais do *middleware* de interatividade. A partir da especificação criada pelas universidades brasileiras, qualquer empresa pode desenvolver sua própria versão do Ginga e embarcá-la em TVs. No caso brasileiro, o *software* Ginga passou por um longo processo de normatização/padronização dentro do país, o que provocou o retardamento da função interatividade da televisão digital brasileira com impactos para sua viabilidade industrial, comercial e sociopolítica no país.

A padronização de arquiteturas tecnológicas inclina-se a corresponder a configurações específicas da dinâmica entre atores humanos (sociograma) que interferem na estrutura integrada pelos atores não humanos (tecnograma) de um sistema técnico (Latour, 2000). Tal normatização decorre da tradução de valores que uma tecnologia pode incorporar diante de demandas políticas, aspirações do mercado e da indústria, expectativas da sociedade civil e objetivos sociais e técnicos previstos por pesquisadores/conceptores de um padrão tecnológico. Assim, este trabalho está ambientado na discussão sobre dispositivos de normalização de padrões tecnológicos como aparatos sociotécnicos que sediam a coordenação entre atores heterogêneos, destacando limites e perspectivas da chamada “democracia técnica” (Callon, Lascoumes & Barthe, 2001), em tempos de digitalização do simbólico.

O nosso objeto de estudo é a normatização do Ginga enquanto “objeto-fronteira” que se constrói na interface entre valores industriais/mercadológicos e cívicos/inclusão social. A normalização do Ginga engendra uma controvérsia acerca da arquitetura final desse *middleware* formada pelas tecnologias Nested Context Language (NCL) e Lua (não proprietária) e JavaDTV (proprietária), ambas resultantes de pesquisas em universidades brasileiras, sendo tanto NCL como Lua inovações nacionais. No caso da linguagem Lua, podemos destacar sua transformação gradual de um projeto altamente local para uma linguagem de programação internacional, sendo uma das 20 linguagens de programação mais populares do mundo. Encontramos seu uso em *softwares* populares como o Adobe Lightroom e o World of Warcraft (Takhteyev, 2012).

O foco de nossa análise é, justamente, a coordenação de interesses e valores entre atores heterogêneos implicados no desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Interativa (cientistas, emissoras de TV, indústrias de *software*, indústrias de receptores, governo), os quais se reúnem no espaço de uma entidade civil nacional, sem fins lucrativos, o Fórum do SBTVD-T, integrante do Fórum ISDB-T Internacional, para a formulação das especificações técnicas que regulamentam as implementações do Ginga no Brasil. Estão no centro do problema da normatização

do *middleware* a questão política sobre o caráter nacional da tecnologia e a sua integração a um dispositivo de inclusão social, a polêmica sobre o aumento da capacidade tecnológica do Ginga, em termos de interatividade, a partir da inserção da tecnologia Java e, por fim, a questão de pagamentos de *royalties* a empresas multinacionais proprietárias de licenças para o uso dessa linguagem de programação.

A norma técnica é “dispositivo cognitivo”, cuja elaboração cada vez mais se realiza em espaços civis reunindo os atores implicados diretamente em sua regulamentação. Neste sentido, a norma técnica resulta de operações críticas e negociações em instâncias híbridas (fóruns, consórcios), com diferentes representações (público/privado; humanos/não humanos) em uma atividade coletiva que permite articular uma realidade (econômica, política social, industrial) com uma normatividade amparada num princípio de “bem comum”. Por se tratar de um procedimento-chave para o desenvolvimento industrial de produtos e a economia de serviços, a norma técnica pode se constituir em objeto de controvérsias tecnocientíficas, mostrando o caráter social das tecnologias e o caráter tecnológico das sociedades (Kreimer, Thomas, Rossini & Lalouf, 2004).

A vasta literatura da sociologia da inovação informa-nos que não é necessariamente a natureza de objeto técnico incarnada pelo padrão tecnológico que determina a escolha final de sua arquitetura, mas os dispositivos de interesses mobilizados pela inovação em relação às práticas de todos os atores envolvidos com sua concepção e/ou difusão (Akrich, Callon & Latour, 1988; 1991; 2006). Mas, a atividade de coordenação entre os diferentes interesses que envolvem a trajetória de uma inovação – a qual se mostra não linear, muito menos regular ou previsível – não pode ser confundida com um evento harmonioso e consensual. Como mostra Latour (1993), as tramas sociotécnicas são reveladoras de como as inovações nascem, evoluem e podem fracassar, de como se fazem e se desfazem negociações em torno delas e como se sucedem entusiasmos e ceticismos ao longo de sua construção. Trata-se de uma empreitada conflituosa em várias etapas, cuja lógica de organização se revela à medida que seguimos os atores nessa trama, a partir da qual as ações (re)produzem relações e estruturas de poder que são reforçadas ou fragilizadas/questionadas no espaço das interações que dão lugar às controvérsias. Ou seja, a relação de forças se estabelece no seio de espaços de negociações a partir de problematizações que podem assumir a forma de uma controvérsia cuja importância sociológica é de nos informar sobre uma situação e suas questões (Lascoumes, 2002; Callon, Yannick & Lascoumes, 2001).

Do ponto de vista metodológico, o estudo da coordenação de diferentes atores no seio do Fórum SBTVD, seguindo as etapas da controvérsia Ginga (Java-NCL-Lua),

permitiu-nos uma reflexividade analítica acerca do fenômeno da normatização do *middleware* brasileiro como método para chegar a compreender o processo de objetivação conflitual no passado, que deu lugar ao modo de existência do Ginga *full* como norma técnica, e os desafios que se anunciam acerca de seu futuro, como a questão de sua adoção e mercantilização.

A análise semântica das entrevistas semiestruturadas com sete categorias de atores (pesquisadores envolvidos no desenvolvimento do Ginga, pesquisadores em conteúdos digitais; desenvolvedores de aplicativos para o Ginga – *software* livre; desenvolvedores de aplicativos para Java; emissoras que usam o Ginga; empresas de *software*; representantes da sociedade civil; e governo) (Bardin, 1977) atestou a inteligibilidade das situações a propósito do desenvolvimento e da difusão do *middleware*, assim como o problema da estabilidade normativa desta tecnologia. Procuramos privilegiar o estudo dos interesses muitas vezes implícitos dos atores em relação às suas expectativas normativas compartilhadas, a partir das quais foi possível retrair a história e o cenário da controvérsia (Barthe, 2011; Barthe, Akrich & Remy, 2011; Latour, 2000) e conhecer os valores incorporados à norma originária de um longo processo de negociações acerca de diferentes elementos (inclusão social, código aberto, *software* livre, linguagem proprietária, manutenção de cadeias de valor, oligopólios e monopólios).

Este trabalho está organizado em três partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira parte, discutimos a normatização como provação fundamental pela qual pode passar uma determinada inovação para se estabilizar. Em seguida, analisamos a controvérsia acerca da Norma Ginga-Java, no espaço do Fórum SB-TVD, enquanto dispositivo de normatização e legitimação do *middleware*. E, por último, discutimos, no quadro da democracia técnica, o trabalho de qualificação e valorização das tecnologias distintas que compõem o Ginga pelos atores da padronização, o que irá interferir no resultado da norma.

Notas sobre dispositivos de normatização de tecnologias: qual democracia técnica?

A norma técnica é uma convenção originária da confrontação entre atores reunidos em torno de um dispositivo de negociação com vistas à normatização/padronização de um sistema técnico. Trata-se de um dispositivo cognitivo desenvolvido coletivamente, segundo a coordenação de distintos atores orientados pela noção de um “bem comum”, permitindo a expressão de uma racionalidade procedural em face da incerteza crítica à qual são confrontados atores de um dado ecossistema⁶.

6. O uso da categoria de ecossistema, neste trabalho, está inspirada na abordagem do ecossistema de *software*, geralmente aplicada para analisar a indústria de *software* sob um ponto de vista inspirado em ecossistemas naturais e de negócios, onde se considera não apenas o *software* em si, mas sua dependência da interação entre elementos humanos e não humanos envolvidos no desenvolvimento de aplicativos, por exemplo (Veiga, Campos, David & Braga, 2016).

Em termos foucaultianos, um dispositivo é sempre um aparato de agenciamentos de sentidos atrelado ao poder e às suas mais variadas manifestações (política, econômica...), resultando de multiplicidades imbricadas de conteúdos e de expressões governadas por uma instância de poder (Foucault, 1975; 2005; 2008;2015). Ou seja, agenciamentos coletivos de poder como fóruns, consórcios, conselhos, apesar de sua legitimidade, enquanto instâncias decisórias democráticas, podem se remeter seja a uma totalidade abstrata de uma multiplicidade de atores a controlar, seja à ideia abstrata de uma “biopolítica” a serviço da governamentalidade⁷ de atores em espaços decisórios.

Pensar espaços de normatização de sistemas tecnológicos, neste texto, permite-nos discutir como um dispositivo de coordenação de distintos atores sociais resulta da interdependência de lógicas antagônicas e contratuais vindas, muitas vezes, de instâncias opostas e é, ao mesmo tempo, interpelado tanto por regras do jogo democrático como por embates entre valores que, em situações pragmáticas, se hierarquizam entre si e se objetivam em normas⁸. Nos termos de Dewey (2011), os valores, em função de sua concretude, têm potencial de objetivação, sobretudo quando esses se manifestam no “exercício de inteligência no tratamento de uma situação”, referindo-se “áquilo que sustentamos manifestamente”, à apreciação/ depreciação direta das qualidades imediatas de um evento, situação ou objeto, por exemplo (Bidet, Quéré & Truc, 2011). Neste sentido, entendemos que normas (técnicas) decorrem de valores incarnados em sistemas, padrões, modelos tecnológicos que são negociados e se definem no seio de tramas sociotécnicas, por meio das quais “os homens e as coisas trocam suas propriedades e se substituem uns aos outros, é esse o sal dos projetos técnicos” (Latour, 1993: 58).

A literatura socioeconômica sobre a norma, enquanto objeto técnico, vai designá-la de diferentes maneiras, levando em geral em consideração as dimensões textual (a escritura), cognitiva (a definição/designação), valorativa (as justificações) e organizacional (os espaços e seus dispositivos) em torno de sua construção. Para Grignou (2002: 15), a norma é costumeiramente definida como resultado de um trabalho situado de cooperação entre *experts*, mas redigida, necessariamente, por especialistas em normatização, mantendo em seu processo de elaboração “abertura, transparência, imparcialidade, consenso, coerência e disponibilidade para todos”. Para Flých (1998), em sua abordagem interacionista, o consenso que estabelece a normatização é menos um empreendimento de cooperação e mais o resultado da diplomacia, uma vez que “é preciso aceitar fazer concessões e compromissos”. O curso da normatização aparece também atravessado pela imbricação de elementos humanos e não humanos, comportando mais episódios de contradições e de conflitos do que se possa imaginar, sobretudo porque estão no centro da padroni-

7. Na obra de Foucault, encontramos um significativo deslocamento da noção de poder, que vai do poder disciplinar, biopoder, à governamentalidade. Em seus trabalhos, a questão do poder disciplinar se apresentará como absolutamente central entre 1973 e 1975, já a discussão acerca do biopoder recairá no período de 1976 a 1977 e, finalmente, o debate sobre a governamentalidade será destacado a partir de 1978.

8. John Dewey (2011) afirma – como lembram Bidet, Quéré & Truc (2011) – que não se deve separar normas de valores em função da objetividade.

zação as “tensões críticas entre os modos de engajamento” dos atores implicados em um determinado projeto pautado em certa noção de “bem comum”, em torno da qual as decisões gravitam (Thevenot, 1997).

Neste texto, interroga-nos sobre a legitimidade de uma norma e seu processo de elaboração em termos do setor das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), o que nos convida a pensar acerca do dispositivo organizacional na normatização de padrões tecnológicos a partir de dimensões (textual-organizacional, valores, epistemes) que impactam o texto e a determinação da norma pronta.

A abordagem textual nos ensina sobre a importância de apreender as circunstâncias precisas que dão forma a um texto normativo, passando pelo espaço de sua construção. Neste sentido, é fundamental a reconstituição de cenários de atores envolvidos no texto final da norma, analisando suas operações discursivas para compreender seus movimentos e as lógicas implicadas nos processos de normatização enquanto domínio da “coordenação sociotécnica” (Mallard, 2000). Assim, cada um dos projetos de norma realiza um agenciamento específico entre as diferentes entidades na instância de um comitê de normatização. Deste ponto de vista, a norma é um dispositivo de coordenação resultante da construção de um acordo e da gênese de informações sobre a tecnologia que estruturam as relações industriais, políticas, mas também mercadológicas. Decorrem da propriedade híbrida desse dispositivo os desafios para alcançar o consenso, pois, a norma, nessa abordagem, é compreendida como documento “capaz” de intervir como vetor de governamentalidade específica nos dispositivos de produção de sentidos e coordenação da ação.

Mallard (2000), bem como Dudouet Mercier e Vion (2006) destacam o processo de escritura da norma sustentando que “a normatização produz objetos operacionais, porque ela se constrói a partir da análise do trabalho realizado” (Dudouet, Mercier & Vion, 2006: 13). Mesmo reconhecendo a escritura como um processo importante para a compreensão do ato da normatização, esses autores consideram que a dimensão social da norma técnica encontra todo o seu significado nos processos de designação, isto é,

[...] esse processo de designação confere à atividade de normatização sua capacidade de estabelecer uma fronteira social entre aqueles que se prestam a uma prática legítima ou ilegítima, ou simplesmente entre aqueles que podem ou não, devem ou não, lançar-se a uma prática específica (Dudouet, Mercier & Vion, 2006: 13).

Neste sentido, os autores valorizam o lugar da normatização nos processos de inovação e na estruturação dos mercados pelo viés da denominação dos elementos que integram uma norma. Esse processo de designação é de caráter semântico (vincula-se a qualificações) e decorre da coordenação entre lógicas técnicas, industriais e mercantis cuja legitimidade do resultado da normatização e do espaço onde ela se desenvolve vem da tensão entre a procura de vantagens competitivas e a dinâmica própria da qualificação dos objetos que esse trabalho supõe (Dudouet, Mercier & Vion, 2006). Esse procedimento é ainda mais complexo quando se evoca a normatização de padrões no quadro da interoperacionalidade entre diferentes tecnologias, uma vez que isso assume papel fundamental para a formação e a estabilização de novos mercados baseados na comercialização de aplicativos para o audiovisual. Trata-se da coordenação entre normatização nacional e internacional como percursos da monopolização dos formatos de objetos técnicos e, como no caso da televisão digital, da padronização de suas plataformas tecnológicas.

A normatização das tecnologias obedece, assim, a parâmetros técnicos que vêm de outros sistemas tecnológicos, de outros comitês de normatização internacionais (como a União Internacional de Telecomunicações – UIT). As especificidades das normas no setor das TICs são caracterizadas pela coexistência de normas que designam comunidades de produtores e/ou utilizadores distintos quando modalidades de intercomunicabilidade não foram desenvolvidas. A questão do modelo econômico de inserção de tecnologias proprietárias na composição de padrões tecnológicos nesse setor é também um parâmetro importante para a definição de uma norma técnica no espaço de sua padronização.

Graz (2013) salienta as consequências da privatização da norma técnica em instâncias nacionais de normatização (fóruns, consórcios), o que pode ocasionar o pagamento de *royalties* no caso da inserção de uma norma elaborada visando a um sistema tecnológico dentro de outro. Nesse quadro, Hawkins e Bouillon (2000) falam do papel central assumido pelo Estado no processo de produção de normas no domínio das telecomunicações e do audiovisual. Com a convergência tecnológica nos domínios das TICs, existe uma fragmentação dos organismos e a formação de consórcios industriais e de fóruns envolvidos com a normatização técnica. Isto torna o processo e os espaços/dispositivos da normatização mais complexos, com ambiguidades ocasionadas pela existência de patente depositada para certos produtos. Este *locus* da construção da norma é, portanto, de interesse fundamental para precisar o padrão e a qualificação dos elementos que formam um artefato técnico, já que a norma é o estado normativo de uma tecnologia/inovação.

Hawkins (2000) destaca que a padronização é apenas uma das formas, entre outras, de coordenar tecnologias, pois diz respeito a empresas e a organizações que buscam objetivos de desenvolvimento relacionados às TICs. Isto se refere ao tratamento das especificidades do modo de funcionamento dos dispositivos organizacionais criados no setor de radiodifusão e telecomunicações, formados por entidades híbridas, como os fóruns e consórcios. As normas construídas nesses espaços

[...] se apoiam, principalmente, sobre a compatibilidade dos diferentes componentes necessários ao desenvolvimento de um novo produto (CD-ROM, DVD) ou sobre os modos de interoperabilidade no domínio das telecomunicações e das tecnologias da informação [...] (Graz, 2004: 244).

O papel desempenhado pelos consórcios e fóruns no processo de padronização reflete-se na implementação de mecanismos de mobilização dos atores do ecossistema de inovação que ali se encontram. A norma é o dispositivo de mobilização e a ela se dirige todo tipo de dispositivos de interesse que atrai a atenção dos atores da normatização de uma tecnologia. Para Hawkins (2000), o verdadeiro papel da maioria dos consórcios é romper as fronteiras tradicionais entre redes “públicas” e “privadas”, enraizadas em um sistema tradicional de padronização, especialmente quando os consórcios e os fóruns estão se movendo em direção a novos mercados audiovisuais. Segundo o autor,

[...] um dos principais objetivos da política de consórcios é, sem dúvida, impedir que as novas tecnologias, que constituem a espinha dorsal do sucesso comercial de todo o setor das TICs, caiam sob o controle exclusivo de certas marcas [...] (Hawkins, 2000: 131).

Do ponto de vista cognitivo, o aumento da força das normas de consórcios e fóruns é explicada pelo acúmulo de conhecimento que é construído coletivamente nesses espaços que carregam a qualidade de serem transepistêmicos, pois expertises e experiências industriais e econômicas são discutidas para resolver um determinado problema.

No que diz respeito ao formato organizacional da construção de normas, nota-se que os consórcios e os fóruns reproduzem um certo número de deficiências, em particular no que diz respeito ao direito de acesso e de influência, que são características dos organismos oficiais (Hawkins, 2000; Graz, 2004). Assim, embora seja um procedimento democrático de definição de normas, o funcionamento de sistemas oficiais de padronização é objeto de críticas. Isto se dá por causa de estruturas já existentes e nelas os diferentes atores estão, às vezes, longe de serem

iguais em sua participação no processo de padronização, sem mencionar a capacidade de cada um controlar o próprio processo e suas consequências. Além disso, o sistema é sensível a certas manipulações que obedecem a interesses nacionais, grandes empresas ou até mesmo exigências comerciais). Nestes termos, podemos evocar o “papel quase democrático que as normas desempenharam para o bem público na coordenação de tecnologias” (Hawkins & Bouillon, 2000).

O dispositivo de normatização está, nesse sentido, submetido à provação da democracia técnica (Callon, Lascoumes & Barthe, 2001), e nele os padrões do consórcio e do fórum são especificações disponibilizadas a todos, mas desenvolvidas por um número mais ou menos limitado de entidades decididas a dar uma resposta coletiva a um determinado problema, especialmente em matéria de inovação em tecnologias avançadas. A fragilidade desses dispositivos organizacionais, no que diz respeito ao alegado caráter democrático para alguns deles, é a ausência dos usuários finais, movimentos da sociedade civil e das pequenas empresas no processo de negociação de um padrão tecnológico, o que torna a normalização um empreendimento mais coletivo e menos institucional (Benezech, 1996).

Consórcios e fóruns são novas formas de ação coletiva que se proliferaram no capitalismo contemporâneo, beneficiando-se dos mecanismos participativos implementados pelos governos e organismos oficiais de normatização, no contexto do controle público-social, originando-se da aliança entre tecnicidade, política, economia e direito. Consideramos a norma que resulta da relação de forças nesses espaços como um “objeto-fronteira” resultante da atividade de um dispositivo sociotécnico de padronização/normatização. Como vimos, este objeto híbrido se inscreve em um repertório quádruplo que envolve negociação, designação, justificação e escrita. Nas quatro perspectivas, é possível reverter o projeto inicial da norma, fazer concessões para se adaptar às realidades tecnoeconômicas e para conquistar aliados em todas as dimensões possíveis, incluindo aquela do consumidor final (Flichy, 1998).

Os objetos fronteira

são flexíveis o suficiente para se adaptarem às necessidades e aos anseios específicos dos diferentes atores que os usam e são robustos o suficiente para manterem uma identidade comum (Star & Griesemer, 1989: 393).

Trata-se de um objeto técnico que é definido na interseção entre mundos diferentes. Eles se adaptam às especificidades da situação e às limitações das partes que os integram. Portanto, a produção de objetos-fronteira é um meio de satisfazer possí-

veis conjuntos de questões e valores conflitantes, que se expressam no quadro de uma democracia técnica quase sempre limitada.

Dispositivo de normatização do Ginga no quadro da democracia técnica: o Fórum do SBTVD, seus atores e controvérsias

O Fórum do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) foi criado pelo Decreto Presidencial n.º 5.820/2006, apresentando a mesma norma que regulamenta o padrão japonês como a base técnica de referência do SBTVD-T. Trata-se de um dispositivo não governamental que conta com a presença de agentes do governo, de diferentes ministérios, regido por um conselho deliberativo de 13 participantes com direito a voto. Estes foram representados por radiodifusores, fabricantes de equipamentos de televisão, por pesquisadores de universidades e representantes da indústria de *software*.

Segundo o estatuto do fórum, seu quadro associativo é composto por três categorias: associados plenos, associados efetivos e associados observadores. Os associados efetivos e os observadores não têm direito a voto, sendo que os primeiros são constituídos por pessoas jurídicas diretamente afetadas pelas decisões tomadas no âmbito do SBTVD brasileiro. Os segundos podem ser pessoas físicas que tenham notório conhecimento dentro do escopo da televisão digital e sejam convidadas por carta formal, via conselho deliberativo, para integrar o fórum. Já os associados plenos são aqueles que dispõem de direito a voto, integrando essa categoria apenas pessoas jurídicas cujas atividades estejam diretamente relacionadas e afetadas pela padronização do sistema brasileiro de televisão digital terrestre. Esses atores representam interesses dos diferentes setores implicados no ecossistema da TV digital brasileira, mais o governo, que não tem direito a voto no conselho.

Os trabalhos no fórum se dividem em quatro módulos: mercado, propriedade intelectual, promoção e técnico. O módulo técnico, que nos interessa aqui, é o responsável pela coordenação de contribuições relativas às especificações técnicas do Sistema Brasileiro de TV Digital e às atividades de pesquisa e desenvolvimento, identificando necessidades de especificação e definindo disponibilidade de soluções técnicas referentes à geração, distribuição e recepção do sistema de TV digital, incluindo alta definição, definição padrão, mobilidade, portabilidade, segurança e autenticação, serviços de dados, interatividade e canais de retorno. Esse módulo também trata da harmonização das especificações técnicas com outras entidades de normatização nacionais e internacionais. Por se tratar do lugar onde

se discutem e se redigem as normas concernentes ao SBTVD, os participantes desse dispositivo serão aqueles considerados, neste trabalho, como os atores humanos que mais diretamente estiveram implicados com a normatização do Ginga.

Como os integrantes desse grupo foram considerados *experts* em TV digital, suas deliberações normativas foram, em geral, aceitas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), órgão oficial de normatização técnica no país⁹. O fórum revelou-se um *locus* de exercício de uma “tecnopolítica” (Mitchell, 2002) onde se observam confrontos entre diferentes formas de autoridade (cognitiva, econômica e política) e, ao mesmo tempo, prevalecem as autoridades das políticas de comunicação e de cultura no país, os radiodifusores, que agenciam representações profissionais (em especial, a indústria de *software* e os agentes dos governos) em favor da legitimação de um projeto incremental e não convergente de TVDi.

*Etapas da controvérsia:
mundos sociais que se revelam confrontados ao Ginga Java*

A controvérsia sobre o Ginga começa com a história de uma inovação que resulta de duas propostas de *middleware* – FlexTV (Ginga-Java) e Maestro (Ginga-NCL-Lua) – desenvolvidas por consórcios liderados por universidades brasileiras, no quadro do Projeto SBTVD, lançado pelo governo federal no primeiro governo Lula para incentivar o desenvolvimento de inovações de integração do Sistemas Brasileiro de Televisão Digital Interativa. A normalização do *software* de interatividade passa pela problematização acerca de sua arquitetura final formada pelas tecnologias NCL-Lua (não proprietária) e JavaDTV (proprietária), devido ao risco de pagamento de *royalties* por uso de patentes. O *middleware* brasileiro traz pelo menos três especificidades importantes para a compreensão de seu contexto de concepção, legitimação e normatização como plataforma tecnológica para interatividade na TV digital brasileira:

- i.* em primeiro lugar, trata-se de uma inovação concebida em condições de desigualdade social e fratura digital no Brasil;
- ii.* o Ginga é a primeira tecnologia produzida no país, na área de telecomunicações, reconhecida e indicada para adoção em outros países pela União Internacional de Telecomunicações (UIT); e, por último,
- iii.* trata-se de um *middleware* que incorpora o princípio de liberdade e abertura do *software* livre como tecnologia de código fonte livre e aberto, cuja manipulação é facilitada tanto para desenvolvedores profissionais, vinculados a empresas, como também para aqueles inde-

9. A ABNT recebe do fórum a redação das especificações técnicas e, em seguida, as submete à consulta pública, antes de publicá-las como regulamento. Quando uma norma técnica é publicada, ela fica 60 dias em consulta pública e se existir alguma manifestação de qualquer brasileiro contra a aprovação da norma, com apresentação dos motivos pelos quais se manifesta negativamente, a ABNT responde a essa negativa. Se a contribuição recebida for acatada pela entidade, o texto volta para consulta por mais 30 dias e somente ao término desse procedimento a norma é aprovada, publicada e entra em vigor.

pendentes e “*experts leigos*” (Collins & Evans, 2010; Collins & Pinch, 2010).

O primeiro momento da controvérsia que envolve a normatização do Ginga-NCL-Lua/Java – o que chamaremos aqui como “situação genealógica”, no sentido de Barthe *et alii* (2013) –, se deu entre 2007 e 2008, quando o Fórum SBTVD e o governo brasileiro evocam um problema de barreira comercial com a inserção do Ginga-J ao *middleware*, em razão do pagamento não desejado pela outorga de licenças para utilização da tecnologia Java TV.

As normas do Sistema Brasileiro de Televisão Digital são divididas em volumes e cada um deles tem uma temática específica: transmissão de vídeo, codificação de vídeo etc. A norma seis, no volume seis, foi dedicada à parte da interatividade, que seria o Ginga. A norma seis tem seis partes principais, seis documentos que foram trabalhados em épocas diferentes, por pessoas que nem sempre estiveram presentes em todas as discussões no Fórum SBTVD. Então, existe um volume da norma que é só do NCL e outro que é dedicado ao Java. Dentro da norma seis, a parte que trata do Java é o volume quatro, ou seja, o Ginga-J (ABNT 15606-4). Como explica o redator da norma,

[...] no meio do caminho para escrever essa norma, com quase tudo pronto, vários conselheiros, fazendo pesquisas sobre o padrão europeu, descobriram que essa parte do padrão, que era herdada pela pesquisa do pessoal do Lavid, do MHP, tinha *royalties*. Ele era todo baseado num conjunto de *royalties*, completamente cheio de patentes, regido por uma associação ligada ao DVB europeu.

Na verdade, depois que o consórcio DVB-MHP redigiu a norma de seu *middleware* (MHP), foram patenteadas diferentes parcelas dessa mesma norma na Europa. Assim, os fabricantes e radiodifusores europeus que queriam usar o MHP tinham de pagar pelas licenças. E essa foi a principal causa para que o MHP não fosse um “sucesso” nos países europeus.

Quando no Fórum SBTVD veio à tona a constatação de que o MHP tinha *royalties*, os radiodifusores brasileiros reagiram contra a parte Ginga-J, pois não concordaram em pagar pelas licenças. O Ginga-J continha uma série de *application programming interface* (APIs) e, dentre essas aplicações, havia algumas que pertenciam ao MHP. Um membro da Comunidade Java no Brasil explica que o MHP tem uma série de patentes que são chamadas no mundo de licenciamento de “patente submarino”:

[...] é quando deixam você utilizar a tecnologia e, quando percebem que você está grande o suficiente, vão atrás de você para te cobrar.

Os debates acalorados no fórum levaram o governo a convidar a “dona da tecnologia do Java” – que era, na época, a Sun Microsystems – para conversar com os participantes do fórum e negociar alguma possibilidade de a empresa contribuir na redação de uma nova norma do Ginga-J, diferente do MHP. Para os radiodifusores, a licença na transmissão de uma extensão MHP seria paga em função do número de pessoas que receberiam essa transmissão. Ou seja, quanto maior a audiência, mais as emissoras de TV pagariam pela licença.

Neste momento, os fabricantes de aparelhos de TV se manifestaram contra o embarcamento do Ginga em seus equipamentos, porque viam no *middleware* um aumento de gastos em sua produção de aparelhos de TV. Esses fabricantes evocavam ainda, em consonância com os operadores da radiodifusão, a imaturidade e o isolamento da tecnologia criada no Brasil. Os fabricantes resistiam ao Ginga como um todo e as emissoras de TV não viam na parte NCL-Lua o potencial de interatividade satisfatório para a TV digital.

Havia uma preocupação que o NCL-Lua, por não ser uma linguagem muito conhecida, apesar de ser muito utilizada lá fora (a parte Lua), não tinha o mesmo peso, o mesmo nível de conhecimento que as pessoas tinham do Java, o mesmo número de desenvolvedores. Havia uma comunidade Java muito forte e muito atuante. E havia uma preocupação de algumas emissoras, em especial da Globo, para que a gente não fizesse aplicações que não pudessem ser utilizadas ou aproveitadas em transmissões internacionais (Empresário da indústria de *software* 3).

O segundo episódio da controvérsia – entre os anos de 2008 e 2010 – é marcado pelos efeitos do acordo assinado entre o governo brasileiro e o Fórum SBTVD-T com a Sun, que detinha os direitos do Java à época, para negociar com a empresa uma versão Java livre de *royalties*. Deste acordo, surge a versão Java-DTV (especificação aberta, reconhecida pela Sun), a especificação técnica base do Ginga-J, que será adotada como parte do Ginga como linguagem de processamento do *middleware* brasileiro.

O debate fundamental no fórum durante quase dois anos baseava-se, também, sobre o fato de o Brasil adotar ou não a tecnologia Java-DTV, ou se se deveria optar pela tecnologia *Globally Executable MHP* (GEM). O GEM, presente em algumas versões de *middlewares*, implica o faturamento de *royalties* superior àquele presente

no Java-DTV. Essa nova especificação Java não estaria validada se não houvesse o pagamento de *royalties* à Sun, que estabeleceu o valor de € 0,25 por equipamento produzido com o Ginga Java-DTV. Neste espaço de discussão, os fabricantes de televisores argumentariam que poderiam acessar a mesma tecnologia a menor custo, a € 0,15 por unidade de equipamento. Neste momento da controvérsia Ginga/Java, os operadores de radiodifusão, os fabricantes de televisores, os pesquisadores, o governo, a comunidade do *software* livre e a comunidade Java no Brasil interro-garam a Sun sobre os custos elevados para a implementação do Ginga-J, no que concerne aos emissores e receptores de sinais.

Segundo entrevistas com integrantes da Comunidade Sou Java no Brasil e repre-sentantes da indústria de *software* no fórum, a Sun sempre se posicionou contra as patentes criadas com as implementações do MHP. A empresa era favorável que o Java fosse livre de qualquer patente. No entanto, isso não quer dizer que a Sun abrisse mão de todos os ganhos com o uso do Java em *middlewares* para a televisão digital interativa. O interesse da Sun era ter o Java como linguagem integrada a um sistema tecnológico como o Ginga, cujo mercado potencial de produção de aparelhos de televisores no Brasil, à época, ultrapassava as estimativas de todos os países da América Latina.

Para a Sun interessava que o Java fosse amplamente utilizado, pois, para qualquer equipamento embarcar essa tecnologia seria necessário acessar uma virtual *machine* ou *Java Virtual Machine* (JVM). Trata-se de um módulo de *software* que é embarcado e que faz com que tudo que tenha sido escrito utilizando a tecnologia Java possa ser executado. A Sun esperava vender essas licenças de JVM para os fabricantes de equipamentos. Um representante da indústria de *software* brasileira explica como a Sun se beneficia do Java-DTV:

O modelo de negócios deles era o seguinte: você quer escrever uma norma baseada na nossa tecnologia Java, pode escrever, nós não vamos cobrar nenhum *royalty*, desde que você siga a tecnologia Java. Não pode mexer na tecnologia. Eles sugeriam que não se fizessem extensões para que não se criassem patentes próprias, e que o melhor a fazer era seguir apenas o padrão normal do Java, o “feijão com arroz”. “Se você fizer assim, nós não cobraremos *royalty* para ninguém usar isso, nenhum radiodifusor, mas o fabricante do equipamento vai usar uma JVM que nós vamos vender para eles” (Representante da indústria de *software* 1).

Após as negociações com a Sun, o fórum iniciou reuniões técnicas com a empresa americana e começaram a discutir qual era o Java que se queria para o *middleware*

brasileiro. A demanda brasileira era escrever uma norma baseada na linguagem Java que incorporasse o GEM, presente no MHP europeu. Após meses de discussões, chegou-se a um acordo que gerou um contrato assinado entre o fórum e a Sun, no qual essa empresa se comprometia a escrever uma extensão para essa parte da norma do Java, equivalente à europeia, sem cobrança de *royalties*. Surge, assim, uma comissão no fórum chamada de Ginga-J cuja função era gerenciar o trabalho da Sun, dialogando com os seus técnicos e advogados. O redator da norma lembra a dinâmica de negociações dentro do fórum:

Essa negociação toda, esse debate todo sobre os *royalties*, sobre o padrão europeu, levou muito tempo. Eram 13 conselheiros no fórum, de diferentes empresas e organismos, mais quatro representantes do governo. É muita gente pra sentar numa mesma mesa e chegar a um acordo. E mais: nenhum deles tinha o menor *background* técnico em *software*, com exceção do representante de *software*. Para a maioria, “falava-se grego”. Foi muito complicado e demorou muito tempo.

A rediscussão no Forum SBTVD sobre os *royalties* do Java foi levantada, sobretudo pelos fabricantes de aparelhos de televisão que se uniram àqueles que defendiam o Ginga apenas com o NCL-Lua para operar a interatividade na televisão brasileira, basicamente os pesquisadores das universidades brasileiras e parte da indústria de *software*. Os argumentos da indústria de aparelho de televisão recaíam sobre os custos menores de produção, embarcando apenas o NCL em seus equipamentos. O Ginga-NCL já estava pronto e implementado por diversos fabricantes desde 2007, mas a parte Java, em função dos problemas de *royalties*, inexistentes no Ginga-NCL, ficou estagnada. Nesse sentido, a indústria de *software* defendia que a parte NCL-Lua do Ginga estando normatizada desde de 2007 pela ABNT, permitiria implementar prontamente a interatividade na TV digital.

[...] as empresas de *software* queriam que a interatividade desse certo. Se a interatividade não existisse, tudo o que eles tinham investido seria zerado. Lucro zero. A norma do NCL já estava pronta e publicada. E muitas empresas de *software* já tinham implementações prontas do Ginga na parte NCL (Empresário da indústria de *software* 1 entrevistado).

A problematização da arquitetura do *middleware* fundamenta-se ainda no caráter nacional e qualitativo (propriedades técnicas e robustez) da tecnologia Ginga-NCL-Lua. De um lado, havia aqueles favoráveis ao Ginga-NCL, pesquisadores das universidades, parte da indústria de *software* e os fabricantes de televisores, estes dois últimos, por motivos estritamente econômicos, defendiam que o NCL-Lua cumprisse

com as expectativas funcionais atribuídas ao Ginga e traduzidas em uma tecnologia de ponta.

Primeiro a gente tem que separar o que é Ginga. Java não é Ginga. Ginga é NCL mais qualquer coisa. O Java é o “qualquer coisa” que pode ser aberto ou não. E, exatamente por não ser aberto, o único país que adotou a parte de Java foi o Brasil. Os outros países não adotaram o Java. Ele não é obrigatório. Pra ser Ginga tem que ter o NCL. Não tem que ter mais nada (Pesquisador 4, um dos criadores do Ginga-NCL-Lua).

Sobre a inserção do Java no sistema do *middleware*, vários pesquisadores entrevistados enfatizaram que se trata de uma linguagem mais apropriada para ambiente de Internet, sobretudo para a proteção de dados bancários, mas para áudio e vídeo seria uma tecnologia demasiadamente “pesada”. Além desse argumento contra o Ginga-J, alguns pesquisadores-desenvolvedores de aplicativos interativos para televisão e celulares evocaram que o Java também oneraria a produção de receptores, se pensarmos na inclusão social. Para fazer interatividade local, com baixa conectividade, o Java não seria necessário.

O ponto forte do Java mais destacado neste momento da controvérsia seria a sua grande comunidade de desenvolvedores mundo afora, tendo, somente no Brasil, uma estimativa de 100 mil programadores especializados nessa tecnologia, segundo integrantes entrevistados da Comunidade Java no país. Alguns outros cientistas, assim como parte da indústria de *software*, defendiam a complementariedade entre NCL-Lua e Java para tornar o sistema tecnológico do Ginga mais robusto. Segundo um pesquisador,

[...] a gente não tem como comparar o NCL com o Java. Sempre ficou bem claro, na comunidade científica, que não dá para fazer esse tipo de comparação, já que um acaba complementando o outro (Desenvolvedor-pesquisador 1).

Mas, um pesquisador entrevistado, envolvido no desenvolvimento do middleware, enfatizou o fato de a tecnologia NCL não ter a mesma maturidade e difusão da tecnologia Java, além de defender a “diversidade” de linguagem de programação na composição do *middleware* brasileiro, ou seja, as tecnologias Java, NCL e Lua. “Isso é muito importante para o espaço interativo. A Internet é interativa porque você tem uma diversidade de ferramentas”, comentou o pesquisador 7.

Os empresários da radiodifusão que não dominavam o debate tecnológico, diferentemente dos demais membros do Fórum SBTVD, não vislumbravam o potencial

de interatividade do NCL e suas vantagens mercadológicas. O NCL era questionado pelos radiodifusores mesmo havendo provas, realizadas nos laboratórios das universidades brasileiras, de que aplicações interativas baseadas nessa tecnologia funcionavam para a TV aberta e para celulares. O relator da Norma Ginga-J esclareceu:

De um lado da discussão, havia o pessoal favorável ao Ginga, pessoal das universidades, da academia, principalmente da área tecnológica, que falava uma linguagem técnica muito sofisticada, complexa, hermética. Do outro lado, os radiodifusores, os empresários, os engenheiros, que não entendem nada da parte tecnológica. Você consegue imaginar um diálogo entre essas duas partes? Era muito difícil. Eles ficavam se questionando se o NCL não seria mais uma invenção de universitário brasileiro e que tinha muita chance de não dar certo. Quando se olham os números de desenvolvedores, usuários etc., o Java ganha longe, mas a questão não era somente de números. Eles não tinham nenhuma segurança ou garantia de que o Ginga daria certo. O investimento era muito grande e desproporcional à segurança que eles sentiam. Existia, sim, um preconceito muito grande.

Neste momento, os radiodifusores começaram a se interessar pela proposta da interatividade via Ginga, e passaram a se preocupar com o número de desenvolvedores de aplicações interativas na linguagem NCL, muito inferior à quantidade de desenvolvedores em Java no país e no mundo. Um dos pesquisadores que desenvolveram o Ginga-NCL reagiu a essa consideração dos radiodifusores afirmando:

Esse argumento é falso porque, realmente, você tem muito mais programadores em Java, no mundo. Mas não são programadores para TV. Os programadores Java trabalham nas coisas onde o Java é bom. Java é uma linguagem muito boa. Ela só não é boa para TV (Pesquisador 4).

O argumento fundamental dos radiodifusores para defender a permanência do Java no sistema do Ginga foi a consideração de que o Java seria uma tecnologia mais “madura”. A preocupação central das redes de TV era com a possibilidade da interatividade começar a funcionar na TV digital brasileira ainda em 2010, sem se desenvolver suficientemente o NCL-Lua. Assim,

[...] eles teriam de contratar muita gente, empresas de *software* para desenvolver essas aplicações interativas, e eles não queriam ficar “na mão” de uma empresa ou apenas de algumas pessoas que dominavam uma linguagem mais nova. Eles tomaram uma decisão de *business*, não se tratava de uma decisão levando em conta a tecnologia (Empresário da indústria de *software*).

Mesmo ao defender a essencialidade do Java no sistema do Ginga e a insuficiência do NCL para o sucesso da inovação no mercado, os radiodifusores discordavam que no setor havia resistência ao *middleware* brasileiro. Segundo depoimentos de entrevistados que participaram desse segundo momento da controvérsia, os radiodifusores se articularam com os fabricantes de TV e os dois grupos entraram num acordo pelo voto favorável no fórum pelo Ginga-NCL-Lua + JavaDTV. Nos termos de um pesquisador da PUC/Rio:

Essa é uma questão meramente comercial. Tinha um radiodifusor que queria o Java e, como ele era muito importante, teve a pressão da hora. O Java sempre foi muito polêmico, porque ele não acrescenta nada, torna as coisas mais caras e faz o país remeter *royalties* pra fora (Pesquisador 4).

Agora, da mesma forma que os radiodifusores se sentaram com os fabricantes e fizeram uma reunião com eles em separado, particular, e esses retornaram e disseram que votariam a favor do Java [...] os radiodifusores sentaram conosco, da indústria de *software*, e disseram que eles queriam o Java. Nós tentamos demovê-los dessa ideia alegando que, com o NCL, seria mais simples e haveria menos custos. Era mais barato e estava pronto. Os radiodifusores também se tornaram clientes da indústria de *software* porque eles iam escrever aplicações Ginga de *software* e, para isso, eles contratariam as empresas de *software*. Aí eles diziam para a gente que se nós não votássemos a favor do Java, nós não seríamos seus fornecedores. Eles não nos dariam trabalho e nós não ganharíamos dinheiro. Você, indústria de *software*, vai discutir com uma empresa que é muito maior do que você e ainda vai ser seu cliente? É claro que não. Nós, então, resolvemos votar a favor do Java, implementar essa coisa e absorver todo o atraso. Foi isso o que aconteceu. Nós “entubamos”, desculpe o termo.

Em 2010, a votação pela permanência ou não do Ginga-J no Ginga *full* no conselho deliberativo do fórum resultou em 12 votos a favor e um contra pela permanência do Java. O voto contra foi de um dos representantes da universidade (UFPB), um pesquisador que no passado propôs o Ginga-J, sob a nomenclatura de FlexTV. Um pesquisador da UFPB, envolvido com a concepção do FlexTV, admite que na época que a linguagem foi criada não foi levada em consideração a dimensão econômica pelo uso do Java:

Eu não sei se foi feita essa análise econômica, já que a nossa parte era mais técnica e o nosso principal propósito era atender às necessidades do Brasil, da nossa realidade (Pesquisador-desenvolvedor 2).

O governo manifestou-se favoravelmente à permanência do Ginga-J no Ginga *full*, embora não tivessem direito a voto, apenas a voz. Com a definição da arquitetura final do *middleware*, um executivo do Ministério das Comunicações comentou: “estamos convergindo para um *design* dominante de tecnologia”. Para comentar a participação do governo da normatização do Ginga-J, um pesquisador desabafou: “a radiodifusão no Brasil elege o presidente”.

Após a votação no fórum, a especificação Ginga-J, baseada no Java-DTV foi definida, indo para consulta pública pela ABNT. Em abril de 2010, a norma da especificação Ginga-J (ABNT NBR 15606-1:2007/Emenda e ABNT NBR 15606-4) foi aprovada e publicada pela agência de normatização brasileira em *Diário Oficial*, sendo reconhecida posteriormente pela UIT. Mas, neste momento, não havia nenhum instrumento legal que obrigasse o uso da parte Java para implementações do Ginga completo nos aparelhos de TV. Esse mecanismo de imposição da Norma Ginga (NCL + Java) para quem produzisse aparelhos de televisão no Brasil foi criado com o processo de produção de base (PPB), em 2012. Trata-se de uma portaria interministerial que estabeleceu as regras que obrigaram os fabricantes de televisão LCD/Plasma a embarcarem o Ginga *full* (Ginga-J e Ginga-NCL) em seus produtos (Brasil, 2012).

O caderno de especificações técnicas do Java já tinha sido publicado em 2010 pela ABNT, quando, em 2011-2012, o tema do Ginga *full* foi novamente discutido no seio do fórum e no espaço público mediatizado, tornando-se objeto de nova consulta no quadro do fórum. Desta vez, tratava-se do questionamento acerca da exigência legal da tecnologia Java integrada ao *middleware* para os aparelhos de televisão produzidos no Brasil. O nó dos debates no seio do fórum não decorria da mudança do conteúdo da especificação na norma, era proveniente da obrigação da adoção do Ginga-J, com o Java-DTV, pela indústria de televisão do país. O debate sobre fazer valer a norma oficial e a não fragmentação do Ginga *full* em suas implementações pela indústria de aparelhos de televisão¹⁰ e o problema dos valores de licenças exigidas pela Oracle (que comprou a Sun), que detém, atualmente, a propriedade intelectual sobre a máquina virtual Java-Oracle JVM, isto é, o proprietário do direito de uso do Java-DTV e do JVM. Este episódio estamos chamando aqui de terceira fase da controvérsia.

O fato que levou ao novo questionamento do Ginga-J foi quando uma empresa brasileira desenvolveu uma implementação do Ginga, comercializando-o junto aos fabricantes de televisão. Este produto pôde ser distribuído no mercado porque não era possível pagar por seus certificados no Brasil. Um conselheiro do fórum, pesquisador da UFPB, se refere, como parâmetro, ao caso Oracle/Google¹¹. Este *affaire*

10. Os custos para os fabricantes pelo uso do JVM para embarcar o Ginga Java-DTV em seus equipamentos permanecem até o final desta pesquisa como uma caixa preta. O que se sabe é que as negociações que foram feitas com a Sun foram honradas pela Oracle.

11. Na época, foi evocado o famoso caso Google contra Oracle sobre pagamento de *royalties* do primeiro para o segundo. De fato, “a Oracle processou a Google em agosto de 2010, afirmado que o sistema Android violava sete patentes relativas ao Java, que a sociedade havia adquirido quando comprou a Sun Microsystems. A Oracle reclamou US\$ 2,6 bilhões de danos pela violação alegada” (ver: <

levou, uma vez mais, a mudanças de posição sobre a inserção do Java-DTV ao sistema do Ginga entre os participantes do fórum, especialmente entre os industriais de aparelhos de recepção e um pesquisador – nomeadamente, um daqueles que votou a favor do Java em 2009.

Quando o Java era da Sun, eu era a favor da tecnologia. O único inconveniente do Java é que ele é pesado do ponto de vista do cálculo informático. Mas, hoje, este problema está praticamente resolvido. Depois da saída da Sun do negócio, eu comecei a fazer várias questões porque, como eu havia dito, a Oracle é uma sociedade muito mais agressiva que a Sun (Pesquisador 7).

As discussões sobre a Norma Ginga-J foram animadas por dois eventos:

- i.* a publicação do processo de produção de base (PPB), uma política industrial para encorajar a fabricação no Brasil de aparelhos de TV com Ginga *full*; e
- ii.* a publicação na Internet de um manifesto redigido pela Comunidade Java para defender a adoção do Ginga-J nos aparelhos de televisão brasileiros.

O PPB trata das regras para os fabricantes de televisores LCD/Plasma e das especificações do Ginga completo (Ginga-J + Ginga-NCL) como um documento oficial dirigido à indústria de televisores no Brasil. Segundo a Portaria Interministerial n.º 187 (Brasil, 2012a), publicada em março de 2012, entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2013, os fabricantes de televisores com tela de plasma deveriam embarcar o *middleware* em 75% dos modelos fabricados no país; e esta porcentagem se elevaria a 90%, a partir do início de 2014 (Brasil, 2012a).

A norma Ginga-J foi aprovada pela ABNT, em 2010, e foi igualmente subscrita pela UIT no quadro da arquitetura do *middleware*, cuja estrutura é compatível com as características comuns à norma americana (ATSC), à europeia (DVB) e à japonesa (ISDB), ou seja, poderia ser embarcada em qualquer um desses padrões de TVD.

As manifestações na cena pública – favoráveis ou não ao Ginga-J opcional nos televisores – colocavam em evidência o fato de que neste contexto do Ginga todas as empresas que gostariam de vender implementações comerciais do *middleware*, segundo a ABNT, poderiam ser obrigadas a passar por um processo de certificação dispendioso. Assim, mesmo se o desenvolvedor não faz uso do código da Oracle para fabricar seus aplicativos a partir do Ginga, ele tem o direito de propriedade

intelectual se passar pelo Test Compatibility Kit (TCK), isto é, se pagar pela certificação¹². Na época, a indústria de receptores de TV defendeu que o módulo Ginga-J do middleware havia se tornado opcional quando houve implementações, inclusive para os aparelhos DTVi.

Mas, o PPB se traduz em uma política industrial do país para encorajar uma economia baseada no Ginga *full* e resulta da crítica do governo ao fraco engajamento do setor industrial na implementação da interatividade na TVD brasileira. O PPB foi interpretado por vários atores do ecossistema da TVD do Brasil como estratégia do poder público para fazer face à resistência do setor industrial e adaptar-se às regras de exploração do mercado brasileiro de equipamentos para TVDi. Mas, o documento foi considerado como instrumento insuficiente para a evolução da televisão digital no país, porque também era apontada a falta de engajamento do setor de radiodifusão ao projeto de interatividade que o Ginga incorporava.

Após a publicação do PPB, o retorno da problemática do pagamento de *royalties* sobre as implementações do Ginga-J no Forum SBTVD levou a Comunidade Java – cujos membros atuam como “porta-vozes” da tecnologia –, a lançar o manifesto *Ginga-J: abaixo-assinado a favor de Java e Ginga-J no Padrão Brasileiro de TV Digital*.

O manifesto criticava as “mudanças de regras do jogo” após a decisão tomada no processo de normatização do Ginga-J, que determinava este como tecnologia acoplada ao sistema tecnológico Ginga. O documento representava o grupo de usuários e desenvolvedores Java no Brasil. Tratava-se de *experts* em desenvolvimento de soluções utilizando a tecnologia Java e também em políticas de outorga de licenças padronizadas (desde o tempo da Sun e agora com a Oracle), os quais são detentores da sede no Comitê Executivo do Java Community Process. Os desenvolvedores Java organizaram uma petição para a defesa do Ginga-J¹³, sustentando o argumento que eles rejeitavam “a tentativa de transformar as regras do jogo após dois anos de investimentos nos produtos Ginga” (Soujava, 2012).

As reações ao manifesto provinham principalmente de pesquisadores universitários implicados na concepção e no desenvolvimento do Ginga, os quais justificaram sua posição a favor da retirada do Java do Ginga *full*, corroborando uma posição já tomada no momento da votação no seio do fórum que desembocou no formato Ginga-NCL + Ginga-J.

O problema do Ginga não é técnico. O Ginga-NCL e o Ginga-J não são concorrentes. NCL e Lua realizam a mesma coisa com o Java,

12. Vide: <<http://idgnow.uol.com.br/blog/circuito/2012/08/20/licenca-java-pomo-da-discordia-do-padrao-de-interatividade-da-tv-digital/>>.

13. Ver: <soujava.org.br/servicos/abaixo-assinado-ginga-j/>.

mas dispor de diferentes alternativas seria bem-vindo [...] à condição que isso não crie problemas. NCL e Lua são livres de *royalties*. Java não está livre de *royalties*. E mais, a certificação, isto é, o direito de distribuição é controlado por uma empresa [...]. Mesmo para uma empresa imparcial e fiável, é lamentável que um país permita que seu padrão seja controlado por ela (Pesquisador 4).

Eu sou responsável direto pelo uso do Java no Ginga. Eu recomendei o uso pelos mesmos motivos listados por vocês (membros da Comunidade Java) em suas mensagens. Na época (quando o Ginga-J foi criado na UFPB), eu não compreendia o modelo que disciplina o uso da tecnologia Java. O que me alivia neste *affaire* é que o Google não havia compreendido também e eles foram envolvidos na disputa judiciária que poderia desembocar no pagamento de milhões de dólares a Oracle. Agora que eu tenho uma visão mais clara desse modelo, o que me incomoda muito é que o procedimento para a licença do uso das APIs é controlado por uma só empresa... A questão central é garantir um tratamento não discriminatório para todas as tecnologias de uso inserido na norma (Ginga)¹⁴.

14. Carta do professor Guido Lemos (UFPB) – um dos criadores do Ginga-J – em resposta à *Petição SouJava*.

A Comunidade SouJava é um ator que desempenha um papel importante em todas as discussões relacionadas à norma Ginga-J, contribuindo mesmo com a elaboração da norma Java-DTV, em 2010. Neste episódio controverso, a Comunidade SouJava teve uma participação política mais destacada: o *Manifesto SouJava* mobilizou uma rede de desenvolvedores no Brasil que reagiram em seus blogs, em suas redes sociais, com expressões de apoio à permanência da tecnologia Java na arquitetura final do Ginga. Para os representantes SouJava entrevistados, o debate sobre a permanência do Java no sistema Ginga é mais de natureza política do que propriamente técnica: “esta questão é extremamente delicada porque ela é 150% política”.

O fechamento deste terceiro episódio de argumentações acerca da parte Java no Ginga desembocou na manutenção da obrigatoriedade de integração do Java-DTV no *middleware* brasileiro. Esta decisão foi tomada com um certo consenso construído no seio do fórum, com o consentimento particular de parte dos operadores do setor privado de radiodifusão.

A norma final do Ginga *full*: um feito da democracia técnica?

Podemos dizer que o Ginga tornou-se uma política de governo para inclusão digital por meio das possibilidades de uso de sua interatividade na televisão aberta para prestação de serviços públicos (E-gov, E-Educação, E-saúde). O *middleware* foi tam-

bém entendido como instrumento estratégico de geopolítica para difusão da tecnologia brasileira em países do Cone Sul e adotado em sistemas de televisão digital de países dessa região (a Argentina, por exemplo, adotou o padrão ISDB-T com Ginga-N-CL). Por suas características sociotécnicas, que exprimem dimensões sociais e políticas incorporadas ao *middleware* desde sua concepção em universidades brasileiras, o Ginga foi objeto de incertezas.

As incertezas em relação a uma nova tecnologia estão no centro dos debates controversos acerca dos artefatos tecnológicos, sobretudo porque tanto *experts*, como agentes públicos, empresários e cidadão comum não podem assegurar o futuro de uma tecnologia. Não podemos prever se ela vai atender a todos os interesses que estão no cerne de sua concepção (Akrich, 1991). No caso do *middleware* brasileiro, as incertezas foram, sobretudo, de três ordens:

- i.* tinham natureza tecno-jurídica, quando não havia clareza na política de licenciamentos de soluções proprietárias;
- ii.* assumiam caráter tecno-político, quando procediam da confrontação entre valores objetivados em regras e qualidades técnicas da tecnologia e sua relação com projetos de políticas públicas governamentais.
- iii.* eram do tipo tecno-econômica, quando oriundas de um quadro de expectativas de formação de mercados locais associados aos interesses do ecossistema industrial e empresarial dos setores de radiodifusão, telecomunicações e *softwares* do país.

Essas incertezas em torno dessa tecnologia animaram operações discursivas sobre diferentes dimensões da normatização do Ginga, considerada aqui como “provação” – uma *épreuve*, no sentido da sociologia pragmática francesa (Barthe *et alii*, 2013; Callon, Lascoumes & Barthe, 2001; Boltanski, 1990; Boltanski & Thevenot, 1991). A normatização, em suas mais variadas dimensões, é *épreuve* fundamental na trajetória tecnológica do *middleware* enquanto conjunto de normas técnicas que orienta o desenvolvimentos de dispositivos tecnológicos interativos para a televisão digital brasileira, porque se refere à “capacidade de as pessoas se confrontarem com objetos e de os valorizar...” (Boltanski, 1990), num contexto de controvérsia. Esta se desenvolve a partir das diferentes estratégias discursivas e performativas das operações críticas dos atores implicados no problema gerador da controvérsia. As provações, nesse sentido, são geralmente agenciadas em relação a princípios e valores expressos por atores em situação de incerteza, que engendram uma disputa de argumentos, ideias e normas (Boltanski, 1990).

Identificamos o dispositivo de normatização do Ginga – o Fórum SBTVD – como espaço civil híbrido onde se manifestam, por excelência, os argumentos que nutrem a controvérsia que, por sua vez, induz a coordenação entre os atores do ecossistema da TV digital brasileira, a representarem as diferentes visões de mundo que negociam a definição do Ginga *full*. Nesse espaço, manifestam-se laços sociais que sediam a coordenação entre os distintos atores baseados no princípio de uma solidariedade “técnica”, que permite o estabelecimento de contratos entre seres que fazem parte de uma negociação e são enquadrados pela lei (Dodier, 1995). Esses laços sociais resultam das ações políticas entre atores humanos em coordenação no espaço híbrido de negociação num contexto de democracia técnica (Callon, Lascoumes & Barthe, 2001).

Por se tratar de um dispositivo organizacional a operar em termos de democracia técnica, consideramos fundamental três fatores no estudo da normatização do Ginga *full*:

- i.* as operações de qualificação/valoração dos atores acerca das duas linguagens distintas que integram o *middleware*;
- ii.* as relações de poder que se manifestam no seio do fórum; e
- iii.* seus agenciamentos e o caráter de democracia técnica atribuída ao dispositivo organizacional;

Do ponto de vista da qualificação e dos valores atribuídos ao *middleware* brasileiro – em relação ao seu componente NCL-Lua –, os entrevistados o identificam como robusto e capaz de fazer a interatividade funcionar na SBTVD, apesar do déficit de testes em cadeia. Estes resultados vêm de quatro universos diferentes que encontram algumas intersecções entre si:

- i.* a indústria de aparelhos receptores que, por razões econômicas, em um determinado momento, defendeu Ginga-NCL para integrar seus equipamentos, sem taxas de licença;
- ii.* a indústria de *software*, que já tinha desenvolvido as aplicações baseadas na plataforma NCL-Lua, apelou para a aplicação do padrão NCL, regulamentado desde 2007;
- iii.* os pesquisadores que defenderam a suficiência técnica da parte NCL na arquitetura Ginga para se fazer interatividade ou mesmo aqueles que apoiaram o argumento de complementaridade entre Java e NCL, destacando as qualidades técnicas da tecnologia nacional; e

iv. os operadores de radiodifusão, após a normalização do Ginga-J, elogiaram o *design* do Ginga-NCL-Lua e salvaguardaram a arquitetura original do Ginga (Maestro e FlexTV).

A qualificação do Java como linguagem potente e conhecida no mundo de TI é unânime e a tecnologia encontra em seus operadores (Sun/Oracle, Comunidade Java, desenvolvedores de *software*), somado aos radiodifusores, seus mais fiéis porta-vozes. Esses irão reproduzir os argumentos técnicos positivos que qualificam esta tecnologia em suas justificativas inspiradas pelas lógicas comerciais e industriais (Boltanski & Thevenot, 1991). Java é, assim, sinônimo de globalização, especialização, experimentação, maturidade, segurança de dados, poder tecnológico e interoperabilidade. Já o NCL-Lua, apesar de ser evocado nas perspectivas das lógicas mercantil e industrial, destaca-se também em relação aos mundos cívico e inspiracional (Boltanski & Thevenot, 1991).

Do ponto de vista das relações de poder – no caso da padronização do Ginga –, constatamos que a reprodução da autoridade estruturada das operadoras de radiodifusão não deve ser vista como causa dominante para entender o desfecho da normatização, conforme os anseios do Grupo Globo, mas como resultado da coordenação entre os atores heterogêneos que tomaram parte na controvérsia e se engajaram de forma reflexiva¹⁵ ao projeto dos radiodifusores.

Os testes pelos quais o Ginga passou durante sua normalização resultaram em relações de poder conduzidas por operações críticas dos atores envolvidos na controvérsia. A qualidade dos argumentos desses atores, como vimos, produziu regimes de justificação muito variados sobre a escolha da estrutura da plataforma Ginga. Esses atores se apoiaram em raciocínio técnico, social, político e econômico. Devido à dinâmica entre os atores, os argumentos técnicos dos pesquisadores e da indústria de *software* sobre o potência da NCL-Lua em relação à interatividade na TVDm – sem a necessidade de Java – perturbava os interesses dos operadores de radiodifusão. De fato, observamos que a conduta desses na escolha do padrão Ginga-J corresponde a uma tendência mundial de preponderância dos argumentos de radiodifusores em questões de padronização no setor. Argumentou-se que o “sucesso” das plataformas interativas na TV digital dependia de todo o seu ecossistema, mas principalmente dos investimentos das emissoras de rádio e TV, pois são os únicos com meios de colocar o público em contato com os dispositivos de interatividade desenvolvidos pelas operadoras e pela indústria de *software*. No entanto, o caso do Brasil resguarda uma especificidade em relação aos países europeus, em termos de concentração de mídias. Então, não foi evento atípico o fato de as negociações entre representantes da indústria (fabricantes de TVs e empresas de *software*) e empresas

15. Quando nos referimos, aqui, à reflexividade, estamos nos afiliando ao sentido da competência do ator para mudar o rumo da ação, tal como postulado por Giddens (2010), embora o autor também afirme que a continuidade de práticas presume reflexividade e esta somente é viável graças à continuidade de práticas que as tornem nitidamente as mesmas através do tempo e do espaço (Giddens, 2003). A reflexividade, em Giddens, encontra, assim, dois sentidos fundamentais:

i. reflexividade que se refere à ação (monitoração reflexiva); e

ii. reflexividade como conhecimento e significado (Hay, O'Brian & Penna, 2010).

de rádio e TV reforçarem o domínio que exercem sobre a tomada de decisões no setor de radiodifusão no país, desde sempre. O poder político dessas operadoras está justamente no agenciamento desses atores de ações em espaços decisórios como o Fórum SBTVD, jogando com o fato de serem os produtores e veiculadores de conteúdos que oligopolizam uma economia de bens culturais audiovisuais, dependendo deles, em grande parte, os usos do *middleware* e, portanto, a formação de um mercado para o Ginga.

Em relação ao dispositivo organizacional estudado – que reúne os atores e suas justificações para as escolhas que repercutirão na vida cultural e social das pessoas –, a obtenção de uma norma como objeto cognitivo produzido coletivamente não significa o sucesso da lógica cívica, ou seja, aquela que tem por princípio a “preeminência dos coletivos”, a ideia de que todos pertencem a coletividades e o bem comum só se realizaria mediante à subordinação à vontade geral (Boltanski & Thevenot, 1991) nem, necessariamente, de um modelo deliberativo-participativo equitativo para todos os envolvidos. Como Vion e Dudouet bem nos lembram,

o fato de os padrões técnicos se prestarem menos ao controle central ou que eles se diversifiquem não implica necessariamente o desaparecimento de concentrações econômicas (Dudouet, Mercier & Vion, 2006: 16).

Da mesma forma, os quadros de coordenação mobilizados pela norma não garantem a estabilidade de uma tecnologia no que diz respeito ao caráter imprevisível de um processo de padronização técnica. A norma permanece enquanto se mantêm e se renovam as relações de poder no seio das quais ela foi engendrada.

Considerações finais

Em tempos de digitalização do simbólico, sabemos que certas inovações tecnológicas no setor das indústrias culturais perturbam modelos de negócios e ambientes regulatórios, reanimando tensões entre atores portadores de diferentes interesses, representantes do público não estatal, do Estado, do mercado e da indústria, entre outros setores. A perturbação provoca problematizações reunidas, muitas vezes, em controvérsias reveladoras das lógicas de ação que alicerçam associações heterogêneas de atores em torno de um problema a ser solucionado ou estabilizado. Neste sentido, o presente texto teve o propósito de assinalar que a normatização de objetos técnicos – procedimento que o define em sua constituição técnica e humana – não pode ser analisada sem destacarmos a sua complexidade e multidimensionalidade e, muito menos, como simples reflexo de uma racionalidade exclu-

sivamente técnica. Lançamo-nos, assim, no exercício de reconstruir a cena de uma controvérsia sociotécnica acerca da normatização do *middleware* de interatividade da TV digital brasileira – Ginga –, cuja arquitetura final resultou na combinação de duas linguagens NCL-Lua (código aberto) e JavaDTV (proprietária) no quadro da digitalização de conteúdos e da transmissão televisiva no Brasil.

Nosso objetivo foi mostrar que a justaposição entre digitalização do simbólico, alta definição e interatividade a serviço do mercado e de projetos de inclusão social governamentais pela TV aberta brasileira passou pela prova da disputa entre distintos agentes do ecossistema do Sistema Brasileiro da Televisão Digital e Interativa (SBTDi), destacando valores e normas postulados por pesquisadores, desenvolvedores, radio-difusores, governo, indústria de *software*, reunidos no dispositivo de normatização do Ginga, o Fórum SBTVDi.

Interessamo-nos em fazer uma justaposição entre análise tecnológica (a descrição do objeto e de suas propriedades intrínsecas) e análise sociológica do objeto técnico (meios nos quais ele se move e sobre os quais produz seus efeitos). Trata-se da discussão de inovações baseadas na interação social entre um certo número de atores com competências variadas no coração do processo de inovação em seus movimentos de idas e vindas segundo valores e novos dados provenientes dessas trocas (Akrich, 1998).

A norma Ginga (NCL-Lua + Java) – enquanto objeto-fronteira entre dois mundos que compõem o universo sociotécnico do SBTVDi – representa o desfecho de um sistema tecnológico que, do ponto de vista socioeconômico e político, é orientado por um cenário incremental que em nada alterou, até agora, o modelo da cadeia de valor da televisão brasileira. A esperada convergência digital postulada pelos movimentos pela democratização da comunicação, de certa forma conectados com os propósitos cívicos e industriais de pesquisadores de universidades brasileiras e de atores do governo, não se concretizou. A digitalização da TV aberta brasileira e sua interatividade não proporcionou, até o momento, nem inclusão social nem democratização da produção e difusão de nossas riquezas e diversidades simbólicas. O Ginga não alavancou a produção brasileira de *software*, em parte, pela pouca efetividade de uma política industrial para adoção do *middleware* em aparelhos receptores e pelo tímido uso da interatividade pela radiodifusão brasileira. O modelo de interatividade de nosso SBTVD engloba um cenário incremental a partir do qual se mantém o *status quo* da cadeia de valor que sustenta a radiodifusão brasileira, tendo como principal efeito a melhoria na qualidade de sinal na transmissão.

Referências:

- AKRICH, Madeleine. Les utilisateurs, acteurs de l'innovation. *Revue Éducation Permanente*, n. 134, p.79-89, 1998.
- . Comment sortir de la dichotomie technique/société. Présentation des diverses sociologies de la technique. In: LATOUR, B.; LEMONNIER, P. (Éds.). *De la préhistoire aux missiles balistiques: l'intelligence sociale des techniques*, p.105-131. Paris: La Découverte, 1994.
- . L'analyse sociotechnique dans le processus d'innovation. In: VINCK, D. (Éd.). *La gestion de la recherche*, p. 339-353. Bruxelles: De Boeck, 1991.
- . De la sociologie des techniques à une sociologie des usages: l'impossible intégration du magnétoscope dans les réseaux cables de première génération. *Revue Techniques et Culture*, n. 16, p. 83-110, 1990.
- AKRICH, Madeleine; CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. *Sociologie de la traduction: textes fondateurs*. Paris: Presses de l'École des Mines, 2006.
- . À quoi tient le succès des innovations? L'art de l'intéressement, gérer et comprendre. *Annales des Mines*, n. 11, p.4-17, 1988.
- AKRICH, Madeleine; MÉADEL, Cécile. Télévision à la carte: un divorce annoncé. *Revue Réseaux*, v. 24, n. 39, p. 75-100, 2006.
- . Problématiser la question des usages. *Sciences Sociales et Santé*, v. 22, n. 1, p. 5-20, Mar. 2004.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, v. 7, n. 1-2, p. 105-110, Out. 1995.
- ALMAS, Almir. *Televisão digital terrestre: sistemas, padrões e modelos*. São Paulo: Alameda, 2013.
- ANGULO, Jorge; CALZADA, Joan; ESTRUCH, Alejandro. Selection of standards for digital television: the battle for Latin America. *Telecommunications Policy*, v. 35, p. 773-787, 2011. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308596111001364>>. Acesso: 11 Jan. 2013.
- BARDIN, Laurence. *Análise do conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARTHE, Yannick. Les controverses sociotechniques au prisme du Parlement. *Quadrerni*, n. 75, Printemps 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/sayol/Downloads/Les_controverses_sociotechniques_au_pris.pdf>. Acesso em: 9 Mar. 2013.

BARTHE, Yannick; AKRICH, Madeleine; REMY, Catherine. As investigações ‘leigas’ e a dinâmica das controvérsias em saúde ambiental. *Sociologias [online]*, v. 13, n. 26, p.84-127, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em. 15 Maio 2014.

BARTHE, Yannick *et alii*. Les qualités politiques des technologies. Irréversibilité et réversibilité dans la gestion des déchets nucléaires. Tracés. *Revue de Sciences Humaines [En ligne]*, 16 | 2009. Consultado em: 01 Abr. 2014.

———. Sociologie pragmatique: mode d’emploi. *Politix*, n. 103, p. 175-204, 2013/3.

BENEZECH, Danièle. La norme: une convention structurant les interrelations technologiques et industrielles. *Revue d’Économie Industrielle*, v. 75, “Normalisation et organisation de l’industrie”, p. 27-43, 1^{er} Trimestre 1996.

BIDET, Alexandra; QUÉRÉ, Louis; TRUC, Gérôme. Ce à quoi nous tenons: Dewey et la formation des valeurs. In: DEWEY, John. *La formation des valeurs*. Paris: La Découverte, 2011.

BOLTANKI, L. *La souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politiques*. Paris: Métailié, 1990.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom, 2014a. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/relatorio-final-da-pesquisa-brasileira-de-midia-2013-2014>>. Acessado em: 11 Mar. 2014.

———. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *Pesquisa serviços de telecomunicações*. Brasília: Ipea, 2014b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140313_sips_telecomunicacoes.pdf>. Acessado em: 14 Mar. 2014.

———. Ministério das Comunicações. Aviso de seleção pública nº 01/2013 – SE/MC, Projeto Ginga BR.Labs. Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira – Ginga Brasil, 3 Maio 2013a. Brasília: MC, 2013.

———. Empresa Brasil de Comunicação – EBC. *Brasil 4D – Estudo de Impacto Socioeconômico sobre a TV Digital Pública Interativa*. Brasilia: EBC, 2013b.

- _____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Portaria Interministerial n.º 187, de 9 de março de 2012a. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_23084272_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_187_DE_9_DE_MARCO_DE_2012.aspx>. Acessado em: 13 Jan. 2014.
- _____. Ministério das Comunicações. Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira – Ginga Brasil. Portaria n.º 482, de 6 de dezembro de 2012. Brasília: MC, 2012b.
- _____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria do Desenvolvimento da Produção-Substituto. Consulta Pública n.º 8, de 19 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/portalmdic/arquivos/dwnl_1317060321.pdf>. Acessado em: 24 September 2013.
- _____. Presidência da República. Decreto n.º 5.820, de 29 de junho de 2006.
- _____. Presidência da República. Decreto n.º 4.901, de 26 de novembro de 2003.
- CALLON, Michel. Pour une sociologie des controverses technologiques. In: AKRICH, Madeleine; CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. *Sociologie de la traduction: textes fondateurs*, p. 135-157. Paris: Presses de l'École des Mines, 2006a.
- _____. Sociologie de l'acteur réseau. In: AKRICH, Madeleine; CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. *Sociologie de la traduction: textes fondateurs*, p. 267-276. Paris: Presses de l'École des Mines, 2006b.
- _____. Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination: le cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques. In: CALLON, Michel et alii. *Réseau et coordination*, p. 13-64. Paris: Economica, 1999.
- _____. El proceso de construcción de la sociedad: el estudio de la tecnología como herramienta para el análisis sociológico. In: DOMÉNECH, Miquel; TIRADO, Francisco Javier (Orgs.). *Sociología simétrica: ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad*, p. 143-170. Barcelona: Gedisa Editorial, 1998.
- _____. Réseaux technico-économiques et irréversibilité. In: BOYER, Robert; CHAVANCE, Bernard; GODARD, Olivier (Éds.). *Les figures de l'irréversibilité en économie*, p. 194-230. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1991.
- _____. *La science et ses réseaux: genèse et circulation des faits scientifiques*. Paris: La Découverte, 1989.

———. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay. In: LAW, John (Ed). Power, action and belief: a new sociology of knowledge? *Sociological Review Monograph*, n. 32, p. 196-233. London: Routledge and Kegan Paul, 1986.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. *Agir dans un monde incertain: essais sur la démocratie technique*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2001.

CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES (CPQD). *Modelo de referência – Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*, 2006. Disponível em: <<http://sbtvd.cpqd.org.br>>. Acesso em: 05 Mar. 2009.

COLLINS, Harry; EVANS, Robert. *Repensando a expertise*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

COLLINS, Harry; PINCH, Trevor. *O Golem à solta: o que você deveria saber sobre tecnologia*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

COMMISSION EUROPÉENNE. *LIVRE VERT – Se préparer à un monde audiovisuel totalement convergent: croissance, création et valeurs*. Bruxelles, CE, 24 Abr. 2013. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2013:0231:FIN:FR:PDF>>. Acessado em: 09 Dez. 2013.

CRUZ, Renato. *TV digital no Brasil: tecnologia versus política*. São Paulo: Editora Senac, 2008.

CRUZ, Vítor Medina; MORENO, Marcio Ferreira; SOARES, Luiz Fernando Gomes. *Ginga-NCL: implementação de referência para dispositivos portáteis*. Rio de Janeiro: Telemidia/PUC, 2008. Disponível em: <http://www.telemidia.puc-rio.br/sites/telemidia.puc-rio.br/files/2008_10_vitor.pdf>. Acessado em: 10 Dez. 2013.

DEWEY, John. *La formation des valeurs*. Paris: La Découverte, 2011.

DUDOUET, François-Xavier; MERCIER, Delphine; VION, Antoine. Politiques internationales de normalisation quelques jalons pour la recherche empirique. *Revue Française de Science Politique*, v. 56, n. 3, Jun. 2006.

FLICHY, Patrice. La normalisation: un processus d'explication du travail technique. Le cas des caractères du videotex. *Réseaux*, v. 16, n. 87, p. 105-116, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC/Departamento de Letras, 2008.

———. *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

- . Conversação sem complexos com um filósofo que analisa as “estruturas do poder”. In: MOTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015 [1978].
- . *Surveiller et punir*. Paris, Gallimard, 1975.
- GIANSANTE, M. et alii. *Cadeia de Valor*. Campinas (SP): Projeto SBTVD, 2004.
- GIDDENS, Anthony. O que fazem os sociólogos? In: SILVA, Fábio Rodrigues Ribeiro. *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- . *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GRAZ, Jean-Christophe. Quand les normes font loi: topologie intégrée et processus différenciés de la normalisation internationale. *Revue Études Internationales*. v. 35, n. 2, p. 233-260, Jun. 2004.
- GRAZ, Jean-Christophe; NIANG, Nafi (Eds.). *Services sans frontières. Mondialisation, normalisation et régulation de l'économie des services*. Paris: Collection Presses de Sciences Po, 2013.
- CRIGNOU, Thierry. Les structures de la normalisation au niveau national, européen et International. *Réalités industrielles*, p. 5-10, Nov. 2002.
- HAWKINS, Richard; BOUILLON, Anne. Vers une évolution ou vers une disparition de la “démocratie technique”? L’avenir de la normalisation dans le domaine des technologies de l’information et de la communication. *Réseaux*, v. 18, n. 102, p. 119-137, 2000.
- HAY, Colin; O'BRIAN, Martin; PENNA, Sue. Giddens, modernidade e identidade do eu: o “esvaziamento” da teoria social. In: SILVA, Fábio Rodrigues Ribeiro. *Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens*. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- HÖLBLING, Günther; RABL, Tilman; KOSCH, Harald. Overview of open standards for interactive TV. *Studies in Computational Intelligence (SCI)*, n. 101, p. 45-64, 2008. Disponível em: <www.springerlink.com>. Acessado em: 11 Maio 2013.
- KREIMER, P.; THOMAS, H.; ROSSINI, P.; LALOUF, A. (Dirs.). *Producción y Uso Social de Conocimientos : Estudios de Sociología de la Ciencia y la Tecnología en América Latina*. Buenos Aires : Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2004.

LASCOUMES, Pierre. De l'utilité des controverses socio-techniques, Chapitre 7. *Journal International de Bioéthique*, v. 13, n. 2, p. 68-79, 2002. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-journal-international-de-bioethique-2002-2-page-68.htm>>, Acesso em: 12 Abr. 2012.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

———. *Aramis ou l'amour des techniques*. Paris: Éditions La Découverte, 1993.

LEAL, Sayonara. A TV digital interativa brasileira como ferramenta de política pública para inclusão digital: o *middleware* Ginga à provação da justiça social. *Revista Crítica y Emancipación*, Ano VII, n. 13 Buenos Aires , Primer Semestre 2015.

LEAL, S. A. G.; MARTINS, A. B. N. ; CONDE, L. A colocada em tecnologia de problemas sociais: aplicativo Brasil 4D à provação da justiça social e da justiça cognitiva. In: *Las encrucijadas abiertas de América Latina. La sociología en tiempos de cambio*. Buenos Aires: ALAS, 2017. v. 23. p. 1-23.

A colocada em tecnologia de problemas sociais: aplicativo Brasil 4D à provação da justiça social e cognitiva. Montevideo: XXXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (Alas), 2017. Disponível em: <<http://www.alas2017.com/ponencias-completas/>>. Acessado em: 18 Jan. 2019.

LOZANO, Fernando Silva; COSTA, Heitor Augustus Xavier. O movimento pelo *software* livre e a plataforma Java. *Bazar: Software e Conhecimento Livres*, n. 1, p. 33-46, Jul. 2006.

MALLARD, Alexandre. L'écriture des normes. *Réseaux*, v. 18, n. 102, p. 37-61, 2000. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reso_07517971_2000_num_18_102_2257>. Consultado em: 19 Fev. 2014.

MAURÍCIO, Patrícia. *Conflitos na TV digital brasileira*. Rio de Janeiro: Editora PUC/Rio – Apicuri, 2012.

MITCHELL, Timothy. *Rule of experts: Egypt, techno-politics, modernity*. Berkeley (CA): The University of California Press, 2002.

SILVA, Juliano Domingues. *A política da política de TV digital no Brasil: atores, interesses e decisão governamental*. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2011.

SOUJAVA. Ginga-J: abaixo assinado a favor de java e ginga-j no padrão brasileiro de TV digital. In: SouJava, 5 de junho de 2012. Disponível em: <<https://soujava.org.br/servicos/abaixo-assinado-ginga-j/>>. Acesso em: 10 Maio 2014.

STAR, Susan Leigh; GRIESEMER, James. Institutional ecology, “translations” and boundary objects: amateurs and professionals in Berkeley’s Museum of Vertebrate Zoology, 1907-1939. *Social Studies of Science*, v. 19, p. 387-420. London: Sage, 1989.

SUN MICROSYSTEMS. *Java technologies for interactive television (technical white paper)*. California, 2001. Disponível em: <<http://www.oracle.com/technetwork/java/javame/techintertv052101-150048.pdf>>. Consultado em: 11 Jan. 2014.

VARGAS, Eduardo; LEAL, Sayonara. Démocratie technologique et innovation dans les services: une analyse socio-technique de la définition de la norme de la télévision numérique au Brésil. *Revue Économies et Sociétés*, Paris, 2011.

TAKHTEYEV, Y. *Coding places: software practice in a South American city*. Cambridge (Ma): MIT Press, 2012.

THEVENOT, L. Un gouvernement par les normes; pratiques et politiques des formats d'information. In: CONEIN, B.; THÉVENOT, L. (Dir.). *Cognition et information en société*, p. 205-241. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1997.

VARGAS, Eduardo; LEAL, Sayonara. Democracia técnica e lógicas de ação: uma análise sociotécnica da controvérsia em torno da definição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, Maio/Ago. 2011.

VEIGA, Welington; CAMPOS, Fernanda; DAVID, José Maria; BRAGA, Regina. *Uma abordagem de ecossistemas de software para o domínio de e-learning. Paper apresentado no XII Brazilian Symposium on Information Systems*. Florianópolis (SC), 2016.

ZELIZER, Viviana. *A negociação da intimidade*. Petrópolis: Vozes, 2011.



Digitalização e cadeia global de valor da música: uma abordagem evolucionária para emergência dos agregadores no mercado brasileiro

Recebido: 30.07.18
Aprovado: 20.01.19

Pedro Perfeito da Silva *
Leandro Valiati**

Resumo: O artigo analisa os impactos da digitalização sobre a cadeia global de valor da música, com foco no mercado brasileiro. Nesse sentido, observa-se a crise das gravadoras *majors* e a emergência dos agregadores digitais nessa cadeia de valor. Com o objetivo principal analisar os impactos da digitalização sobre a estrutura de governança do setor da música, principalmente, no Brasil, adapta-se o conceito de governança da abordagem da cadeia global de valor ao contexto das indústrias criativas, de acordo com o referencial teórico da economia evolucionária, combinando a microeconomia vebleniana com a macroeconomia neoschumpeteriana. Conclui-se que a ascensão dos agregadores passa pela bem-sucedida adaptação ao novo paradigma tecnológico e ao desenvolvimento de novos instrumentos de formação de hábitos de consumo, garantindo a estruturação de expectativas tanto dos consumidores como de firmas como gravadoras independentes e plataformas de *streaming*.

Palavras-chave: Indústrias criativas. Cadeia global de valor. Música. Agregadores digitais. Brasil.

*Digitization and music global value chain:
an evolutionary approach to the emergency
of aggregators in the Brazilian market*

Abstract: This paper analyzes the impact of digitization on the Music Global Value Chains, underlining the Brazilian market. In this sense, it observes the majors labels' crisis and the digital aggregators emergence within this value chain. With the main objective to analyze the impacts of the digitalization on the governance structure of the music industry, mainly in Brazil, it adapts the governance concept from Global Value Chain approach to the creative industries context according to the Evolutionary economics perspective, combining the Veblenian microeconomics with the Neo-Schumpeterian macroeconomics. It concludes that aggregators' rising is due to a successful adaptation to the new technological paradigm and the development of new tools for consumption habits formation, assuring the structuration of the expectations from consumers as well as firms such as indie labels and streaming platforms.

Keywords: Creative industries. Global value chain. Music. Digital aggregators. Brazil.

* Pedro Perfeito da Silva é graduado e mestre em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assistente de pesquisa do Núcleo de Estudos em Economia Criativa e da Cultura (Neccult). Atualmente, é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: 0000-0002-2469-0996. <pperfeitudasilva@gmail.com>.

** Leandro Valiati é economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em urbanismo com ênfase em economia da cultura (Propur-UFRGS), doutor em economia do desenvolvimento (PPGE-UFRGS). É professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto

Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
Orcid: 0000-0002-0715-1018.
<leandro.valiati@gmail.com>.

1. Os dados sobre o mercado brasileiro encontram-se disponíveis nos relatórios anuais da Associação Brasileira de Produtores de Disco (2016).

2. Segundo Gereffi (1996), além da governança, as principais dimensões de uma GVC seriam as seguintes: estrutura insumo-produto, configuração geográfica, contexto institucional (regras do jogo na operação da organização e da cadeia).

Introdução

No setor da música, a digitalização desponta como força motriz da mudança nos processos de produção, distribuição, promoção e consumo de bens e serviços musicais (Bourreau *et alii*, 2013). Tal processo remonta à criação do MP3, o qual viabilizou o armazenamento e a reprodução em computador, e o compartilhamento de arquivos musicais pela Internet. Se, por um lado, isso gerou uma crise na indústria fonográfica devido à redução nas vendas físicas ao longo dos anos 2000, por outro lado, houve uma redução dos custos de produção, distribuição e promoção, e foram criados novos modelos de negócio como o *download* pago de músicas, os serviços de *streaming* por assinatura ou baseados em anúncios e a ascensão de novos atores portadores de economias de escopo (como empresas de telefonia móvel e tecnologias da informação).

As crescentes receitas digitais do setor de música, que já superam as provenientes de vendas físicas (International Federation of the Phonographic Industry, 2016), colocam um desafio acadêmico à teoria econômica convencional; afinal, em um contexto lastreado em uma inovação disruptiva e seus desdobramentos, uma análise que toma o equilíbrio entre oferta e demanda como ponto de partida e chegada, tal como faz a economia convencional, apresenta dificuldades em projetar a evolução das relações tanto entre firmas quanto entre estas e os consumidores. De acordo com a Unesco (2015), a música é o segundo setor cultural em participação das receitas digitais, atrás apenas de games, e à frente de audiovisual e editoração (livros, revistas e jornais). No Brasil, as consequências da digitalização começam a aparecer em 2005, porém ganham força em 2012, quando passa a representar mais de um quarto das receitas da indústria fonográfica, e quando os serviços de *streaming* ultrapassam os *downloads* pagos e os serviços de telefonia móvel no interior das vendas digitais¹.

Inserido nesse contexto, o presente artigo busca analisar os impactos da digitalização sobre a estrutura de governança do setor da música a partir da abordagem das cadeias globais de valor (CGV). Segundo Gereffi (1996), a governança de uma CGV diz respeito ao conjunto de processos pelos quais as firmas líderes exercem controle sobre as demais e se apropriam ou distribuem o valor criado ao longo da cadeia².

Devido à crise do fordismo e à emergência da digitalização, este artigo argumenta que o conceito de governança da abordagem das CGV, baseado na nova economia institucional (NEI), é insuficiente para dar conta da evolução das indústrias criativas, e propõe a reformulação desse conceito nos marcos do institucionalismo evolucionário.

nário³. Dessa maneira, a estrutura de governança segue como uma mediação entre as instâncias micro e macroeconômica. Todavia, na primeira instância, a microeconomia do consumidor com preferências dadas é substituída pela formação vebleniana de hábitos a partir de canais e constrangimentos institucionais, enquanto, na segunda instância, a macroeconomia da estética comparativa dá lugar à dinâmica neoschumpeteriana, que condiciona o sucesso das firmas à aderência ao paradigma tecnoeconômico vigente.

Com o objetivo de ilustrar tal teorização, propõe-se uma reflexão acerca da crise das grandes gravadoras internacionais (*majors*)⁴ e da emergência de novos atores, os agregadores digitais, principalmente no mercado brasileiro. Por agregadores digitais entendem-se as firmas cujo modelo de negócios baseia-se na intermediação entre plataformas digitais de distribuição (*streaming* musical e lojas de *downloads*) e artistas e/ou gravadoras independentes. Nesse sentido, tal terminologia decorre da função principal dessas firmas, as quais se concentram na agregação dos contratos com cada artista ou gravadora em um único contrato junto à plataforma de distribuição. Com a consolidação do *streaming*⁵, os agregadores digitais apresentam potencial para conquistar poder no âmbito da cadeia da música, pois apresentam *aderência tanto ao paradigma tecnológico vigente quanto aos novos hábitos de consumo*.

Depois de uma seção a respeito das agendas de pesquisa da CGV e da economia criativa, passa-se à discussão teórica e à análise de dois períodos históricos diferentes, separados por uma inovação radical, a digitalização (Moreau, 2013). No primeiro, as *majors* foram capazes de formular um arranjo adequado ao paradigma fordista, formando hábitos de consumo a partir da promoção em rádio e televisão e transferindo as consequências da incerteza às gravadoras independentes (*indies*) e aos próprios artistas. No segundo, com a crise do fordismo e a invenção do MP3, analisa-se a crise do poder das *majors* em cada um desses aspectos e o potencial dos agregadores digitais a partir da emergência do *streaming* no mercado brasileiro.

Cadeias globais de valor e economia criativa: uma trajetória comum

A atenção à economia criativa remonta à crise do regime intensivo de acumulação, baseado no consumo e na produção em massa, ocorrida em meados da década de 1970 (Aglietta, 1998). Naquele período, formulou-se uma estratégia de desenvolvimento na Austrália e no Reino Unido que, por um lado, reconhecia a impossibilidade de reverter a transferência da manufatura tradicional para mercados emergentes,

3. Segundo Samuels (1995), por institucionalismo evolucionário entende-se o conjunto de abordagens teóricas que se adequam aos seguintes princípios: ênfase na evolução econômica e social (rejeição aos mecanismos automáticos); importância do controle social e da ação coletiva; tecnologia como força fundamental de mudança econômica (mútua influência entre cultura e tecnologia); instituições (especialmente, estruturas de poder) como determinantes da alocação de recursos; atenção ao processo pelo qual o valor abriga-se em instituições, estruturas sociais e comportamentos; papel dual da cultura na causação cumulativa; economia como processo de decisão não determinístico e não mecânico; abordagem holística. Tais princípios são atendidos por escolas como a institucionalista original de Thorstein Veblen, a neoschumpeteriana, a regulacionista, dentre outras.

4. Atualmente, as *majors* são as três grandes gravadoras internacionais: Sony/BMG, Universal e Warner. Tais corporações também controlam o mercado editorial, acumulando em

seu catálogo parte relevante dos direitos autorais globais. Para mais informações sobre a história das *majors*, ver Tschmuck (2012).

5. Como destaca Wikström (2012), o *streaming* substituiu a distribuição focada na propriedade pela comercialização do acesso e, progressivamente, do contexto que ambiente o ato de escutar música. Ainda que haja uma série de variações, há dois modelos principais de *streaming* musical: o gratuito para o consumidor (que remunera os detentores de direitos autorais e as plataformas a partir de anúncios); e por assinatura constante para acesso ilimitado e de alta qualidade ao catálogo. Tais alternativas também podem ser acessadas pelo celular, de modo que o avanço da cobertura de Internet impulsionou o consumo de música via *streaming*.

6. De acordo com a United Nations Conference on Trade and Development (Unctad) (2010), as indústrias criativas são caracterizadas por:
i. ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que utilizam a criatividade e o capital intelectual como insumos primários;

principalmente asiáticos, enquanto, por outro lado, apostava-se na recuperação das economias avançadas a partir de setores dinâmicos, caracterizados pela criatividade, inovação e produção de valor simbólico (Throsby, 2002).

No contexto pós-fordista, as indústrias criativas⁶ ganham relevância em diversas abordagens. No institucionalismo evolucionário, por exemplo, tanto autores regulacionistas (Harvey, 1989) como neoschumpeterianos (Freeman & Perez, 1988) apontam a substituição da produção em larga escala e do trabalho pouco qualificado em favor de um novo arranjo, caracterizado pela ampla variedade de produtos, pela relevância das ocupações criativas, pelo peso do valor simbólico na lucratividade das firmas e pela influência da digitalização.

Na mesma linha, a abordagem da CGV explica a globalização comercial e produtiva e a desindustrialização dos países desenvolvidos a partir da mudança de postura das empresas transnacionais, as quais reduziram sua participação na produção em massa e passaram a se concentrar na inovação, na estratégia de produto e *marketing*, bem como em segmentos de alto valor agregado (Bair, 2009). Nesse novo contexto, tais empresas passaram a nuclear a sequência de processos pelos quais bens e serviços são concebidos, produzidos e levados até o mercado, estabelecendo transações rotinadas com diferentes firmas, localizadas mundo afora, tanto para a compra de insumos como para a distribuição do produto final⁷.

No interior dessas cadeias, as firmas líderes, localizadas nas economias desenvolvidas, concentram-se em atividades mais lucrativas, que demandam trabalho de alta qualificação, e coincidem com setores criativos como *design*, *marketing* e propaganda, gestão de marca e pesquisa e desenvolvimento (P&D), o que pode ser observado na chamada curva sorriso⁸ (Lee, 2010). Por fim, nota-se que, além de representar os elos mais lucrativos das CGV, as indústrias criativas – como artes visuais, *design*, música, dentre outros – também podem ser compreendidas a partir do referencial teórico baseado nas cadeias globais de valor.

As cadeias globais de valor e a nova economia institucional: uma crítica evolucionária

Com base no conceito de CGV, exposto na seção introdutória, vale à pena delimitar os principais referenciais teóricos acionados por tal abordagem. Em primeiro lugar, a abordagem da CGV reformula o conceito de cadeias globais de mercadorias (CGM)⁹, fundamentado na literatura sobre sistemas-mundo. Assim, em linha com

a nova economia institucional, a abordagem da CGV confere centralidade à transação, da qual decorreria a distribuição de poder no interior da cadeia (Lee, 2010). A emergência da firma, portanto, passa a ser justificada a partir de uma nova equação de otimização, um novo ponto de equilíbrio oriundo da igualdade entre custos de transação e custos de organização interna da firma, ao invés da simples troca no mercado (Coase, 1937).

De acordo com Williamson (1995), cada transação engendra diferentes modelos ótimos de governança, que se localizam entre o mercado simples e a hierarquia na firma verticalmente integrada, a depender de dimensões críticas como a frequência da transação, a especificidade do ativo transacionado e a incerteza sobre os contratos incompletos firmados. Todavia, se a governança é tratada como mediação entre os fatores macro (ambiente institucional) e microeconómicos (modelo de escolha dos agentes), os pressupostos neoclássicos em tais instâncias levam a uma análise restrita da mudança institucional, que se torna uma reformulação do problema da especificidade dos ativos¹⁰.

Ainda segundo Williamson (1995), cada ativo possui especificidades, como grau de controle de controle do demandante sobre as características do bem ou serviço encomendado, que condicionam a organização da transação, fortalecendo a troca via mercado ou a internalização via integração vertical da firma. Nesse sentido, a abordagem CGV transpõe tal conceito para o âmbito da cadeia de valor, tratando a posição das firmas dominantes e seu comportamento frente aos consumidores e às demais firmas como uma decorrência do bem ou serviço produzido pela CGV.

Do ponto de vista do institucionalismo evolucionário, essa influência da NEI sobre a abordagem da CGV coloca alguns problemas. Em primeiro lugar, a origem neoclássica da NEI implica na posição de que a natureza dos arranjos institucionais tende a uma trajetória preconcebida de equilíbrio (Argyrous & Sethi, 1996), isto é, de que a CGV se move em direção a um modelo ótimo de governança, capaz de minimizar a incerteza e os custos de transação (Conceição, 1999). Ainda que esse marco teórico preveja a mudança, esta se dá sob o prisma da eficiência institucional (North, 2005). Na abordagem evolucionária, por sua vez, a mudança ocorre a partir da causação cumulativa, onde cada passo depende do estado presente e da trajetória histórica, sem qualquer compromisso com a optimização (Samuels, 1995).

Em termos metodológicos, a ausência de equilíbrio significa que não é possível trabalhar com condições iniciais, ainda que se possa delimitar um marco histórico para o começo da análise (Atkinson & Oleson, 1996). Assim, a estratégia evolucionária de pesquisa consiste na seleção dos conflitos fundamentais no ambiente institucional

ii. atividades baseadas em conhecimento, capazes de gerar potenciais de comércio e direitos de propriedade intelectual a partir de bens e serviços com conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado.

Esse conceito inclui tanto os setores culturais – centro da produção de valor simbólico –, quanto os setores distantes das tradicionais áreas artísticas, como *design*, publicidade, novas mídias, dentre outros.

7. Tal conceito de GVC remonta à sociologia organizacional de Michael Porter (1990), que apresenta as cadeias de valor como ferramentas para analisar as relações entre atores e atividades dentro de uma organização, de modo que a vantagem competitiva seria fruto de conexões internas dessas funções como forma de gerar valor aos consumidores. Nesse marco teórico, a GVC corresponderia ao chamado sistema de valor, isto é, ao conjunto de nexos entre as diferentes firmas.

8. A curva sorriso refere-se ao maior valor adicionado observado nas duas pontas da cadeia global de valor,

isto é, nas etapas de concepção e comercialização do produto.

9. Para mais informações sobre a abordagem da GCM, ver Gereffi (1994, 1995) e Hopkins & Wallerstein (1986).

10. Gereffi, Humphrey & Sturgeon (2005), por exemplo, constroem uma tipologia da governança nas GVC a partir de três fatores:

i. a complexidade das transações;
ii. a capacidade de codificação da informação pela firma líder; e
iii. as condições de cumprimento do contrato pelos fornecedores.
Ainda que considere a formação de capacidades por parte da firma líder e de seus fornecedores diretos, tal abordagem restringe-se à transação, omitindo as condições que regulam a acumulação de poder na GVC, levando, em última análise, ao modelo adotado de transação e, consequentemente, de governança.

11. Do ponto de vista estrutural, Aglietta (1998) condiciona a coesão temporária de um modo de regulação à transferência das consequências da incerteza para as margens da acumulação capitalista.

em questão, caracterizado por antagonismos, desigualdade e hierarquia (Conceição, 2002). Além da centralidade da busca por poder pelas firmas que compõem a mesma CGV, o ambiente institucional é caracterizado pela incerteza radical (Hodgson, 1998), de modo que a função da firma líder na CGV seria desempenhar o papel de estruturação das interações sociais em um contexto de assimetrias, responsabilizando-se por ordenar expectativas e compromissos (Hodgson, 2006)¹¹.

Em setores criativos – como o do audiovisual e o da música, por exemplo – Caves (2000) explica o poder de grandes empresas globais por sua capacidade em oferecer financiamento e remuneração a agentes competitivos que se defrontam com a incerteza no que tange à demanda por um bem criativo, constituindo um oligopólio em franjas. Tal estrutura de mercado caracteriza-se pela existência de um número reduzido de firmas com grande poder de mercado (neste caso, as gravadoras *majors*) e um grande número de empresas com poder nulo (gravadoras independentes), as quais competem em uma situação de concorrência perfeita. Quando uma pequena empresa competitiva é bem-sucedida na produção de um novo bem ou serviço como, por exemplo, a criação de um novo gênero musical por uma gravadora independente, as empresas oligopolistas aproveitam-se de seu tamanho e propõem uma parceria, por exemplo, na distribuição e promoção dos novos artistas, na exploração da inovação, apropriando-se da maior parte dos lucros decorrentes.

Dito isso, tendo em vista os impactos da digitalização sobre o setor da música, o presente artigo apresenta uma crítica às instâncias macro e microeconômica mediadas pela CGV sob os pressupostos da NEI. Nesse sentido, *até mesmo* Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005) reconhecem que sua abordagem passa ao largo da possibilidade de alteração dos parâmetros de produção por firmas internas e externas à CGV, bem como da influência das preferências do consumidor.

No nível macroeconômico, como primeira aproximação, a influência das firmas sobre os parâmetros de produção é condicionada pela capacidade de inovação tecnológica. Nesse sentido, os modelos de Solow (1956) são insuficientes, uma vez que se concentram apenas na dimensão quantitativa da mudança tecnológica, isto é, no impacto sobre o crescimento do produto. Além disso, a inovação é tratada como neutra quanto aos setores, contribuindo pouco, portanto, para uma análise das relações entre as firmas da mesma ou de diferentes CGVs. Nessa abordagem, como aponta Dosi (1982), a mudança técnica resulta apenas das forças de mercado (*demand-pull*) ou da tecnologia como fator autônomo ou quase autônomo (*technology-push*).

No presente artigo, adapta-se a instância macroeconômica que condiciona a CGV aos pressupostos da economia neoschumpeteriana, a qual enfatiza elementos

como capacidade limitada de aprendizagem, comportamento direcionado por rotinas, dependência de trajetória, equilíbrios múltiplos, racionalidade limitada e retornos crescentes dinâmicos (Dosi & Nelson, 1994). Tendo em vista a evolução de uma CGV, tais aspectos confluem em torno do conceito de paradigma tecnológico ou tecnoeconômico, que diz respeito ao padrão de solução aplicado a todos os setores, ante os problemas tecnológicos a partir de certos princípios gerais, arranjos organizacionais e tecnologias, levando a um efeito de exclusão diante das demais possibilidades tecnológicas (Dosi, 1982; Perez 2009a; 2009b).

De acordo com Freeman e Perez (1988) e Nelson (1995), uma mudança de paradigma impacta todos os setores, alterando a situação de atores antes adaptados e gerando oportunidades para atores novos ou em mutação. Tal transformação engendra uma crise estrutural de ajuste, durante a qual há um descasamento entre o arranjo institucional vigente e as práticas produtivas emergentes. Nesse sentido, o avanço técnico destrói capacidades, pois novas tecnologias demandam habilidades diferentes, gerando problemas para firmas estabelecidas no setor (Anderson & Tushman, 1986).

A última mudança de paradigma ocorreu em meados dos anos 1970, quando o fordismo deu lugar ao paradigma das tecnologias da comunicação e da informação. No que tange às CGVs das indústrias criativas, as transformações ocorreram em pelo menos três dimensões:

i. a conquista de protagonismo pelas cadeias associadas às telecomunicações, às tecnologias da informação e à digitalização, o que desembocou no fenômeno da convergência – movimento conjunto das tecnologias que proveem serviços de mídia, entretenimento, comunicação e atividade comercial (Throsby, 2002);

ii. a emergência de novos modelos de negócios, explorando a massificação do uso da Internet e do computador pessoal para formular estratégias de criação e captura de valor (Bourreau, Gensollen & Moreau, 2012; Perez, 2009a, 2009b); e, por fim,

iii. a ocorrência de crises setoriais de ajuste, levando à gradual substituição das firmas líderes no fordismo por novos atores, adaptados ao novo paradigma¹².

12. Segundo Dosi (1982), na fase de emergência do paradigma, há um processo de tentativa e erro a partir de diversos atores dispostos a tomar riscos por meio de novas combinações. Já na fase da maturidade oligopolizada, constituem-se barreiras à entrada, estabilizando a posição dominante das firmas líderes.

Ao passar para a instância microeconômica, o consumidor previsto no modelo de governança da NEI e, consequentemente, da CGV, apresenta os seguintes pressupostos, nos termos de Argyrous e Sethi (1996):

13. Segundo Veblen (1989), instituições seriam hábitos de pensamento comuns aos homens em geral. Nos termos de Hodgson (1998), o conceito de hábito diz respeito a uma propensão não deliberativa e autorreforçada de se engajar em um padrão previamente adotado de comportamento, não sendo resultado, necessariamente, da deliberação racional prévia.

14. Como sublinha Samuels (1995), a crítica institucionalista ao individualismo metodológico não significa aderir ao “coletivismo metodológico”, o extremo oposto na escala indivíduo/sociedade de formação de preferências. Nesse sentido, Dolsma (2004) opõe-se à Escola de Frankfurt, para a qual a indústria musical seria o único agente constitutivo do ambiente que conformou a música pop.

15. Hodgson (2002, 2007) sublinha a relevância do reforço a hábitos emergentes a partir de hábitos preexistentes. O exemplo dado pelo autor conecta o hábito preexistente de obediência e deferência ao Estado ao hábito emergente de confiança na moeda como meio de troca, reserva de

- i.* preferências dadas, ainda que constrangidas por regras formais e informais;
- ii.* extinção de comportamentos subótimos por meio da aprendizagem do modelo racional (levando a indivíduos homogêneos); e
- iii.* ausência de espaço para tradições, convenções e normas sociais, bem como para propósitos alternativos ao autointeresse material.

Aqui, tais fundamentos serão substituídos pelo institucionalismo original, no qual o caráter inerte e previsível do agente econômico dá lugar à ação baseada em hábitos de pensamento (Veblen, 1989), os quais são os principais elementos constitutivos de instituições e preferências individuais (Hodgson, 1992)¹³.

Nesse sentido, o consumidor do institucionalismo original caracteriza-se por:

- i.* preferências que coevoluem junto ao ambiente institucional¹⁴, ao invés de mera adaptação a constrangimentos exógenos como orçamento e marco legal (Hodgson, 2002);
- ii.* heterogeneidade no comportamento dos consumidores (Hodgson, 1997); e
- iii.* agentes dotados de propósitos complexos, que incorporam crenças e valores para além do autointeresse material, e, portanto, não podem ser reduzidos a uma equação de otimização (Atkinson & Olson, 1996).

A partir dessas premissas, a agregação dos consumidores pode tanto compor um todo maior como afetar as propriedades de seus componentes em níveis inferiores.

No presente artigo, atenta-se para a mútua relação entre os hábitos dos consumidores e um dado arranjo institucional (relações de poder entre as firmas no âmbito da CGV), isto é, o processo de formação de hábitos a partir de canais e constrangimentos institucionais, do qual se deriva a possibilidade de reconstrução das preferências individuais, baseadas em hábitos emergentes e preexistentes¹⁵, por parte da estrutura institucional (Hodgson; 2006, 2007). Se isso permite relacionar o poder das firmas líderes na CGV com a capacidade de formar hábitos de consumo, reconstruindo preferências individuais e aspirações das demais firmas sobre a evolução da CGV, por outro lado, a conexão do ato de consumir com a hierarquização de estilos de vida e a expressão de valores socioculturais¹⁶ (Dolsma, 2004) lança luz sobre a outra dimensão da relação entre governança da CGV e hábitos de

consumo, na qual a última variável impulsiona mudanças na primeira. Isso significa prever que as firmas líderes – e, consequentemente, a CGV – tendem a enfrentar uma crise quando ocorre um descasamento entre as estratégias de criação e captura do valor¹⁷ e os hábitos e valores socioculturais dos consumidores, principalmente, nos setores criativos, que são acessados por consumidores que usam bens e serviços simbólicos para formar e sinalizar sua identidade.

A partir do exposto nos parágrafos anteriores, a análise da cadeia do setor da música – a ser exposta na seção seguinte – deve incorporar três aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, a governança da CGV, ao invés de seguir os pressupostos da economia dos custos de transação, organiza-se em torno da capacidade da firma líder em desempenhar o papel de estruturação das interações sociais em um contexto de assimetrias, responsabilizando-se por ordenar expectativas e compromissos. Tal governança segue funcionando como mediação entre as esferas macro e microeconômica. Todavia, no nível macroeconômico, o tratamento neoclássico da mudança técnica dá lugar ao conceito neoschumpeteriano de paradigma tecnológico ou tecnoeconômico, sendo a adaptação das firmas líderes o ponto central na existência ou não de uma crise estrutural no âmbito da CGV. Além disso, na instância microeconômica, as preferências dadas do consumidor neoclássico tornam-se evolucionárias, dado que os hábitos mudam a partir de canais e constrangimentos institucionais, bem como pela emergência de novos valores socioculturais¹⁸. Nesse sentido, a crise das firmas líderes em uma CGV associa-se à perda de aderência ou influência sobre a formação de hábitos de consumo.

A digitalização e o setor da música: uma análise a partir da abordagem evolucionária das cadeias globais de valor (CGV)

A presente seção pretende analisar, nos termos do institucionalismo evolucionário, os impactos da digitalização sobre a estrutura de governança da CGV do setor da música. Para tal objetivo principal, será necessário atentar para três aspectos:

- i. as bases do poder das firmas líderes (gravadoras *majors*) no setor da música antes da digitalização;*
- ii. os fatores responsáveis pela erosão deste poder, ou parte dele, após a invenção do MP3 e a emergência do compartilhamento de dados pela Internet;*
- iii. a resposta insuficiente das *majors* e a emergência do *streaming*.*

valor e unidade de conta. Ao transportar tal possibilidade para o âmbito de uma GVC, a consolidação de novos hábitos de consumo, a partir da digitalização, na indústria do entretenimento, tende a reforçar hábitos emergentes na cadeia da música, por exemplo.

16. Nos termos de Dolsma (2004), os valores socioculturais são fortes convicções subjacentes a um grupo de pessoas (ou sociedades) que são carregadas de forma consciente ou inconsciente, apresentando, portanto, uma natureza ética ou filosófica.

17. Aqui, parte-se da teoria institucionalista de valor, o qual decorre de uma construção social condicionada pelas instituições vigentes (Heilbroner, 1988). Difere, portanto, da teoria clássica (na qual o valor é inerente aos bens) e à teoria marginalista (na qual o valor depende das preferências individuais, formadas por agentes isolados e autônomos).

18. Há também a mútua influência entre tecnologia (paradigma) e preferências do consumidor, uma vez que a inovação tecnológica altera o espaço de oportunidades e o ambiente de seleção

das preferências que informam o consumo cultural (Potts, 2014). Ao tratar da emergência da música pop, por exemplo, Dolfsma (2004) sublinha a importância da substituição do rádio a cabo (centralizado na residência e controlado pelos mais velhos) pelo rádio com transistor (descentralizado nos quartos, ampliando a liberdade dos jovens).

19. Historicamente, a indústria da música remonta à produção de partituras no século XIX. Todavia, foi na transição entre os séculos XIX e XX que o setor passou a se concentrar na produção de suportes físicos e/ou de equipamentos para sua reprodução. Para um panorama da história do setor, ver Tschmuck (2012).

Segundo informações da International Federation of the Phonographic Industry (2012; 2016), observou-se um forte crescimento das receitas digitais, as quais cresceram mais de 500% desde 2005, e representaram, em 2015, 45% das receitas totais, à frente dos ganhos provenientes de vendas físicas pela primeira vez na história. Tal avanço não foi capaz de evitar a forte queda das receitas totais desde o final dos anos 1990, mas logrou estabilizar o tamanho do setor a partir de 2010. No mercado digital, o *streaming* saltou de 9%, em 2008, para 43%, em 2015, das receitas, enquanto os *downloads pagos* foram de 64% para 45% no mesmo período.

Antes disso, define-se a CGV – ou o sistema de valor – da música como o arranjo institucional no qual os símbolos culturais são transformados em objetos de troca, incorporando valor econômico às entidades simbólicas e constituindo uma rede onde produção e distribuição apoiam-se na divisão do trabalho e nas últimas tecnologias para viabilizar o consumo massivo (Tschmuck, 2012)¹⁹. Para Throsby (2002), tal setor é formado por artistas, agentes, empresários e produtores, editoras, gravadoras, sociedades coletoras de direitos, firmas de distribuição, reprodução em outras mídias, consumidores.

Segundo Tschmuck (2012), o poder das grandes gravadoras de operação global (*majors*) consolida-se em meados do século XX, quando estas passam a controlar os canais internacionais de produção, distribuição e promoção de bens musicais, acumulando poder também sobre o mercado editorial a partir da detenção dos direitos autorais das músicas mais demandadas. Com isso, nos termos do institucionalismo evolucionário, essas empresas passaram a estruturar as interações no interior da cadeia da música, estabilizando, principalmente, as expectativas de artistas, produtores e gravadoras independentes (*indies*).

Nesse arranjo, as *majors* ofereciam adiantamento de capital e estruturas de distribuição e promoção a tais atores periféricos na cadeia. Em troca, as firmas líderes capturavam a maior parte do excedente e se tornavam aptas a integrar artistas independentes de maior sucesso à gravação direta, o que permitia a rotinização das inovações de conteúdo, bem como a exploração da diversidade criativa sem a contrapartida da instalação das consequências da incerteza, restrita a elos periféricos, no núcleo da cadeia.

O modelo de governança, sob o comando das *majors*, assentava-se na aderência das firmas líderes tanto ao paradigma tecnoeconômico quanto aos hábitos dos consumidores. Na primeira instância, o arranjo organizacional e produtivo das *majors* mostrou-se adequado ao paradigma fordista. Nesse sentido, Matos (2008), Tschmuck (2012) e Towse (2016) apontam semelhanças como:

- i.* controle do setor a partir de corporações verticalmente integradas, incluindo as editoras que detêm os direitos autorais sobre os fonogramas;
- ii.* estrutura oligopolizada de mercado;
- iii.* estabilidade no emprego, para compositores e produtores, garantindo a padronização dos bens musicais;
- iv.* montagem de redes globais de distribuição massiva, devido ao ciclo curto de vendas e a postura conservadora dos revendedores, dado que o salto nos pedidos em caso de sucesso demandava uma estrutura pronta de distribuição; e
- v.* aproveitamento de economias de escala na produção de bens, em razão dos custos elevados dos equipamentos de gravação antes da digitalização.

No que tange à instância das preferências do consumidor, a aderência do modelo de negócios das firmas líderes aos hábitos de consumo passa tanto pela expressão de valores socioculturais vigentes como pela capacidade em formar hábitos a partir de canais institucionais. No primeiro aspecto, Dolsma (2004) observa que parte do sucesso da música pop, cuja produção era controlada pelas *majors*, deveu-se à associação desta com valores emergentes do pós-guerra como autonomia, individualismo, liberdade sexual e velocidade. Quanto à formação dos hábitos de consumo, as *majors* controlavam o acesso a meios de promoção massiva como cinema, televisão e rádio, o que viabilizava a internacionalização por meio da homogeneização do conteúdo musical, bem como a exploração de sucessivos gêneros musicais quando considerados potencialmente populares (Tschemmuck, 2012). Além disso, a organização das informações sobre as preferências relevadas dos consumidores – *rankings* de álbuns e músicas mais vendidas – permitia inovações incrementais como *covers* e parcerias.

Ainda que a invenção do CD na década de 1980 faça parte do conjunto de mudanças tecnológicas decorrentes da digitalização, tal inovação teve um caráter incremental, aprofundando o poder das *majors* sobre a cadeia da música. Todavia, no final dos anos 1990, o surgimento do MP3 e a massificação da Internet viabilizaram o compartilhamento gratuito de músicas, transformando a digitalização no principal desafio à liderança das *majors*.

Ao retomar o marco teórico da seção anterior, a primeira dimensão dessa crise deriva da transição de paradigma tecnológico, substituindo o paradigma fordista

pelo das tecnologias da comunicação e da informação. Nesse sentido, a digitalização foi uma inovação radical, que tornou inadequado o modelo tradicional de negócios das *majors* (Bourreau, Gensollen & Moreau, 2012), e colocou os seguintes desafios:

- i.* erosão do valor atribuído à propriedade do fonograma, dada a possibilidade de baixar músicas a preço zero (Wikström, 2012);
- ii.* redução acelerada dos custos de distribuição com a Internet, levando à perda do poder conferido pelo controle sobre a distribuição física (Bourreau, Gensollen & Moreau, 2012);
- iii.* diminuição dos custos de produção de um fonograma e, consequentemente, das vantagens competitivas decorrentes das economias de escala obtidas sob esse aspecto (Tschmuck, 2012);
- iv.* lenta adaptação organizacional de firmas verticalmente integradas a modelos de trabalhos em rede ou por projeto (Li, 2013); e
- v.* rápida integração do setor musical aos setores de tecnologias da informação e comunicação, devido ao fenômeno da convergência, criando condição para a entrada de concorrentes advindos de fora da cadeia, que se aproveitaram de economias de escopo, associadas ao novo paradigma (Throsby, 2002).

Além do descasamento frente ao paradigma tecnoeconômico, a segunda dimensão da crise resulta da perda de aderência das *majors* aos hábitos dos consumidores. Quanto à capacidade de formar hábitos, observou-se tanto a deterioração dos meios tradicionais de promoção – rádio e televisão –, quanto a ascensão de plataformas cujo acesso não trata da assimetria favorável às *majors*, como as redes sociais (Moreau, 2013). Além disso, o *download* gratuito de música formou consumidores que valorizam escopo e seleção ilimitados, o que prejudica os esforços concentrados de promoção das grandes gravadoras. No que tange aos valores socioculturais, seguindo o modelo de Dolsma (2004), a crise do fordismo gerou uma demanda por elementos como flexibilidade e livre acesso, que põem em xeque o modelo tradicional de negócios da indústria fonográfica. Destaca-se também o enfraquecimento do nexo entre música pop e expressão da autonomia, devido à rotinização e padronização das inovações de conteúdo musical.

Ante esse contexto, a resposta inicial das *majors* concentrou-se no restabelecimento da rivalidade dos bens musicais, a partir da batalha jurídica contra a pirataria e do desenvolvimento de proteção tecnológica para viabilizar a venda, livre de

pirataria posterior, de música digital (Bourreau, Gensollen & Moreau, 2012). Em mercados menos relevantes como o brasileiro, isso levou ao predomínio de títulos estrangeiros nos lançamentos, dado que apenas geram custos de licenciamento e reprodução (Matos, 2008). Não obstante, a incapacidade de cooperação entre as *majors* e a má recepção dos consumidores às alternativas criadas pelas firmas líderes abriram espaço para que a distribuição de música digital fosse tomada por novos atores ou firmas externas ao setor da música (Dolata, 2011). Isso ocorreu com os *downloads* pagos, com a ascensão da Apple (iTunes), e com o surgimento do *streaming* musical, a partir de plataformas como Deezer, Spotify, Tidal, Rdio e, até mesmo, YouTube.

O *streaming* tem um impacto dual sobre as *majors*, afinal, mitiga as perdas de-correntes do compartilhamento ilegal, mas consolida a deterioração das vendas físicas e abre espaço para novos concorrentes: os agregadores digitais. Antes de passar à seção centrada na emergência desses atores no mercado brasileiro, destacam-se duas razões complementares para que não se considere as plataformas de *streaming* como firmas emergentes a serem analisadas.

i. Por um lado, as plataformas exclusivamente musicais – como Deezer e Spotify – dependem dos catálogos cujos direitos autorais pertencem às *majors* e a suas editoras, portanto, a cada negociação, as *majors* ampliam os valores recebidos e o controle sobre o modelo de negócios das plataformas (Nordgard, 2016).

ii. Por outro lado, outras plataformas – como o YouTube – não compõem a cadeia da música, de modo que seu fortalecimento sinaliza a integração subordinada da música à cadeia das tecnologias da informação (Li, 2013)²⁰.

20. O relatório da International Federation of Phonographic Industry (2016) – organização que representa as *majors* – mostra-se crítico ao modelo de negócios do YouTube, sublinhando o baixo retorno que a remuneração via anúncios gera aos detentores dos direitos autorais. Tal relatório sublinha que o Spotify gera US\$18 por usuário, enquanto o YouTube não chega a US\$1 por usuário em termos de retorno às *majors*.

A digitalização e o mercado brasileiro: uma análise evolucionária da emergência dos agregadores

A posição das *majors* no mercado brasileiro consolidou-se a partir da década de 1970, com a concessão de amplos incentivos fiscais, por parte do governo militar, para a instalação de filiais e internalizar a produção de fonogramas, ainda que sob o controle de empresas estrangeiras (Matos, 2008). Atualmente, o mercado brasileiro é dominado por quatro grandes gravadoras, as três *majors* e a Som Livre (espécie de *major* brasileira por seu vínculo com as Organizações Globo, principal canal aberto de televisão), as quais concentram a criação e distribuição de conteúdo na Região Sudeste, centro econômico do país. Vale notar que o mercado brasileiro se

caracteriza pela força do repertório nacional, responsável por mais de dois terços do consumo (Associação Brasileira de Produtores de Disco, 2016).

Segundo informações da Associação Brasileira de Produtores de Disco (2016), observou-se um forte crescimento das receitas digitais, as quais cresceram mais de 15 vezes desde 2006, e representaram, em 2015, 61% do combinado entre receitas físicas e digitais, liderando-o pela primeira vez na história. Com o avanço da digitalização, o mercado brasileiro ganhou relevância internacional, uma vez que as receitas digitais alcançaram participação superior à média global, sendo capazes de impulsionar não só a estabilização, mas também o crescimento do setor desde 2012. Sublinha-se também a força do *streaming*, responsável por mais da metade das receitas digitais desde sua primeira mensuração em 2012, chegando a dois terços em 2015, e sob a liderança da modalidade por assinatura. Outra especificidade diz respeito ao peso da telefonia móvel, decrescente, mas bem acima da média mundial com 14% em 2015.

O avanço da música digital e do acesso dos brasileiros à Internet banda larga e móvel constituíram, nos termos de Moreau (2013), uma nova rede de valor, na qual as *majors* tiveram dificuldade em formular novas rotinas, perdendo parte do controle sobre a intermediação para novos atores: os agregadores digitais. Segundo Galuszka (2015), tais atores têm como principal função a intermediação entre artistas (ou selos) independentes e plataformas de distribuição digital (*streaming* e lojas para *downloads*), de modo que o crescimento do mercado digital coloca uma situação de potencial disputa entre agregadores e *majors*, as únicas duas formas de acesso aos canais de distribuição digital, de modo que o crescimento dos primeiros passa pela conquista de artistas emergentes ou consolidados do portfólio das últimas.

No presente artigo, analisa-se o potencial dos agregadores digitais no mercado brasileiro, considerando o institucionalismo evolucionário quanto às dimensões da governança em uma cadeia de valor. No Brasil, os principais agregadores digitais são The Orchard, OneRPM, Believe Digital, CD Baby e Tratore²¹. Nesse sentido, a análise baseou-se em entrevistas com representantes da OneRPM e da Tratore, bem como no estudo de Francisco e Valente (2016). Tal como na seção anterior, as vantagens competitivas dos agregadores serão organizadas em torno de três aspectos:

- i.* relação com o paradigma tecnoeconômico;
- ii.* aderência e formação de hábitos dos consumidores; e
- iii.* estabilização das expectativas dos demais atores da cadeia.

21. Sites: OneRPM (<https://onerpm.com.br/>); The Orchard (<http://www.theorchard.com/splash/>); Believe Digital (<http://www.believedigital.com.br/about>); CD Baby (<http://www.cdbaby.com/>); Tratore (<http://www.tratore.com.br>).

Antes de passar a esses pontos, sublinha-se que a emergência dos agregadores mostra que a crise das *majors* não gerou a prometida desintermediação, isto é, a formação de um mercado caracterizado pela relação direta entre consumidores e criadores de conteúdo musical (Wikström, 2012). Nordgard (2016) explica tal desdobramento a partir da chamada Lei de Ferro da Distribuição de Elberse (2013), segundo a qual, se as funções cumpridas pelos intermediários seguem relevantes, a crise destes leva apenas à realocação da oferta desses serviços por novos atores. Em geral, os agregadores surgiram como distribuidoras físicas de música independente, expandindo-se devido à demanda por parte das plataformas digitais, incapazes de gerenciar os micropagamentos para cada artista e prevenir a venda de conteúdo roubado dos autores originais (Francisco & Valente, 2016).

No que tange ao modelo de negócios, a relação entre agregadores e artistas – ou selos – é temporária e não envolve cessão de direitos autorais ou exclusividade geral. Os primeiros garantem a distribuição do conteúdo nas plataformas digitais e, em troca, são remunerados com uma participação – em torno de 30% – nas receitas decorrentes das vendas digitais. Além desse ponto principal, Galuszka (2015) e Francisco e Valente (2016) apontam que os agregadores prestam serviços opcionais, que podem ampliar seu percentual, como: gestão de redes sociais e canais nas plataformas de *streaming*; arrecadação e distribuição de *royalties* relacionados ao fonograma; oferta de tecnologia e conteúdo para *marketing* de grandes marcas; promoção; curadoria para plataformas de *streaming*; adaptação aos formatos digitais requeridos; digitalização de suportes antigos; contabilidade; formulação de relatórios que detalham o conteúdo reproduzido em cada plataforma, a composição dos acessos e os valores gerados.

No que tange ao paradigma tecnoeconômico vigente, a primeira vantagem dos agregadores frente às *majors* diz respeito à proximidade com os setores mais dinâmicos nas tecnologias de informação. Nesse sentido, diferente da tensão que caracteriza a relação com as *majors*, a parceria junto à Google (detentora do YouTube), por exemplo, é tratada como um ativo por parte dos agregadores²².

A segunda vantagem dos agregadores advém da estrutura organizacional dessas firmas, que se destaca pelo trabalho por projeto e pela mão de obra especializada nas tecnologias do novo paradigma, facilitando a educação dos artistas sobre os fundamentos do mercado digital. Em terceiro lugar, sublinha-se a rotinização da adaptação, aos requerimentos das plataformas, do conteúdo produzido pelos artistas a baixo custo, aproveitando-se da gravação digital. Há também as economias de escopo, desfrutadas pelos agregadores, em mercados como *marketing* musical para empresas comuns e instalação de lojas digitais em sites diversos.

22. No Brasil, a Google distribui aos agregadores, que são responsáveis pela intermediação dos valores referentes aos direitos autorais sobre o conteúdo reproduzido por terceiros no YouTube, enquanto se opõe juridicamente à arrecadação desses direitos por sociedades coletoras próximas às *majors*, que exigem o tratamento do *streaming* como reprodução pública.

23. Segundo Anderson (2006), em uma curva de demanda com cauda longa, bens de nicho podem coletivamente alcançar uma fatia do mercado que rivaliza ou excede os bens mais vendidos.

No que tange à aderência aos hábitos dos consumidores, os agregadores apresentam uma estratégia de captura de valor mais adaptada a uma curva de demanda com cauda longa²³, afinal, não apostam na promoção massificada via meios convencionais como rádio e televisão, mas sim no aproveitamento do fluxo de informações sobre experiências musicais em tempo real para oferecer, por meio de algoritmos em permanente evolução, produtos adequados à preferência revelada de cada consumidor. Tais firmas emergentes também apresentam vantagem competitiva na formação de hábitos em novos e pujantes ambientes de consumo como as redes sociais.

No campo dos valores socioculturais, ao invés da padronização perseguida pelas *majors*, o modelo de negócios dos agregadores valoriza a diferença, auferindo ganhos até em mercados pequenos ou de menor capital simbólico. No Brasil, isso ganha relevo devido às dificuldades enfrentadas por artistas de regiões periféricas – como o Norte e o Nordeste – em acessar a indústria fonográfica tradicional, mesmo quando atingem sucesso massivo em seu circuito, por fugirem à hierarquia simbólica massificada pelas *majors*.

Por fim, reconhece-se nos agregadores um potencial para estruturar as interações no interior da cadeia da música, ordenando as expectativas de artistas, gravadoras independentes e plataformas de *streaming*. Junto às últimas, a rotinização dos contratos, ao invés das negociações assimétricas impostas pelas *majors*, bem como os serviços de curadoria interna tornam o sucesso dos agregadores fundamental para a viabilidade do *streaming*. Quanto a artistas e gravadoras independentes, a entrega de informações detalhadas sobre os consumidores permite a formulação de estratégias adequadas para o conteúdo de nicho. Além disso, o problema da baixa receita inicial com o *streaming* é parcialmente compensado pelo baixo custo de produção e pela conservação dos direitos autorais por parte de artistas e gravadoras. Do ponto de vista simbólico, a ausência de interferência dos agregadores sobre o conteúdo tende a ampliar a preferência dos músicos por esse modelo de governança.

Considerações finais

No presente artigo, procurou-se analisar os impactos da digitalização sobre a estrutura de governança do setor da música, destacando-se o caso brasileiro. Para tanto, acionou-se o referencial teórico do institucionalismo evolucionário para revisar o conceito de governança no âmbito das cadeias globais de valor (CGV). Contudo, conclui-se que, em um contexto de crise do fordismo e emergência da digitalização, o conceito de governança da abordagem das CGV, baseado na nova economia institucional (NEI), não é capaz de analisar a evolução das indústrias criativas.

Dessa forma, na instância microeconômica, as preferências do consumidor evoluem de acordo com a formação vebleniana de hábitos a partir de canais e constrangimentos institucionais, enquanto a instância macro evolui em torno da dinâmica neoschumpeteriana, que condiciona o sucesso das firmas à aderência ao paradigma tecnoeconômico vigente.

Com isso, a posição de liderança em uma cadeia de valor condiciona-se à capacidade de estruturar interações sociais em um contexto de assimetrias, responsabilizando-se por ordenar expectativas e compromissos dos demais atores da cadeia. Ao levar isso em consideração, o presente artigo analisou as bases da liderança das *majors* ao longo do século XX, o impacto da digitalização sobre tal posição e a emergência dos agregadores digitais nesse novo ambiente. Tendo em vista o mercado brasileiro, caracterizado pelo avanço das receitas digitais e, principalmente, do *streaming*, conclui-se que os agregadores apresentam potencial para desempenhar um papel de liderança na cadeia da música, devido à aderência ao paradigma das tecnologias da informação e à capacidade de formar hábitos por meio de novos meios como a Internet e as redes sociais. Por fim, sublinha-se que as grandes gravadoras ainda mantêm vantagens relevantes – como a detenção dos direitos autorais sobre catálogos importantes – e o acesso a canais tradicionais de formação de preferências.

Referências

- AGLIETTA, M. Capitalism at the turn of the century: regulation theory and the challenge of social change. *New Left Review*, n. 232, London, Nov./Dez. 1998.
- ANDERSON, C. *The long tail: why the future of business is selling less of more*. New York: Hyperion, 2006.
- ANDERSON, P.; TUSHMAN, M. Technological discontinuities and organizational environments. *Administrative Science Quarterly*, v. 31, n. 3, p. 439-465, 1986.
- ARGYROUS, G.; SETHI, R. The theory of evolution and the evolution of theory: veblen's methodology in contemporary perspective. *Cambridge Journal of Economics*, v. 20, p. 475-495, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE DISCO. *Mercado brasileiro de música*. Rio de Janeiro: ABPD, 2016.
- ATKISON, G.; OLESON, T. Institutional inquiry: the search for similarities and differences. *Journal of Economic Issues*, v. 30, n. 3, p. 701-718, 1996.

BAIR, J. Global commodity chain: genealogy and review. In: Bair, J. (Ed.). *Frontiers of commodity chain research*, p. 1-35. Redwood City (CA): Stanford University Press, 2009.

BOURREAU, M.; GENSOLEN, M.; MOREAU, F. The impact of a radical innovation on business models: incremental adjustments or big bang? *Industry and Innovation*, v. 19, n. 5, p. 415-435, 2012.

BOURREAU, M.; GENSOLEN, M.; MOREAU, F.; WAELBROECK, P. "Selling less or more?" The impact of digitization on record companies. *Journal of Cultural Economics*, v. 37, p. 327-346, 2013.

CAVES, R. *Creative industries: contracts between art and commerce*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2000.

COASE, R. H. The nature of the firm. *Economica, New Series*, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 6, n. 2, p. 119-146, 2002.

———. *A abordagem regulacionista e o meio ambiente institucional*. IV Encontro Nacional de Economia Política, Porto Alegre, 1999.

DOLATA, U. The music industry and the Internet: a decade of disruptive and uncontrolled sectoral change. *SOI Discussion Paper*, v. 2, p. 1-31, 2011.

DOLFSMA, W. *Institutional economics and the formation of preferences: the advent of pop music*. Cheltenham (UK): Edward Elgar, 2004.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. *Research Policy*, v. 11, n. 3, p. 147-162, 1982

DOSI, G.; NELSON, R. An introduction to evolutionary theories in economics. *Journal of Evolutionary Economics*, v. 4, n. 3, p. 153-172, 1994.

ELBERSE, A. Blockbusters: hit-making, risk-taking, and the big business of entertainment. New York: Henry Holt and Company, 2013.

FRANCISCO, P.; VALENTE, M. *Música e gestão coletiva no Brasil: direitos autorais, Ecad e o ambiente digital*, 2016 (no prelo).

FREEMAN, C.; PEREZ, C. In: DOSI et alii. *Technical change and economic theory*, p. 38-66. London: Pinter Publishers, 1988.

GALUZSKA, P. Music aggregators and intermediation of the digital music market. *International Journal of Communication*, v. 9, p. 254–273, 2015.

GEREFFI, G. Global commodity chains: new forms of coordination and control among nations and firms in international industries. *Competition and Change*, v. 1, n. 4, p. 427-439, 1996.

———. Global production systems and Third World development. In: STALLINGS, B. (Ed.). *Global change, regional response: the new international context of development*, p. 100-142. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1995.

———. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Orgs.). *Commodity chains and global capitalism*, p. 95-122. Westport (CT): Praeger, 1994.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.

HARVEY, D. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Cambridge (MA): Blackwell Publishers, 1989.

HEILBRONER, R. L. The problem of value. In: HEILBRONER, R. L. *Behind the veil of economics*, p. 104-133. New York: Norton, 1988.

HODGSON, G. Institutions and individuals: interaction and evolution. *Organization Studies*, v. 28, n. 1, p. 95-116, Jan. 2007.

———. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, Ano XL, n. 1, p. 1-25, Mar. 2006.

———. The evolution of institutions: an agenda for future theoretical research. *Constitutional Political Economy*, n. 13, p. 111-127, 2002.

———. The approach of institutional economics. *Journal of Economic Literature*, Ano XXXVI, p. 166-192, Mar. 1998.

———. *From micro to macro: the concept of emergence and the role of institutions*. International seminar “Institutions and economic development: towards a comparative perspective on State reform”. Rio de Janeiro: UFRJ, 12-14 Nov. 1997.

———. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 16, n. 3, p. 285-301, Set. 1992.

- HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. Commodity chains in the world economy prior to 1800. *Review*, v. 10, n. 1, p. 157-170, 1986.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF THE PHONOGRAPHIC INDUSTRY. *Global music report*. London: Ifpi, 2016.
- . *Recording industry in number: the recorded music market in 2011*. London: Ifpi, 2012.
- LEE, J. Global commodity chains and global value chains. In: DANEMARK, R. A. (Ed.). *The international studies encyclopedia*, p. 2987-3006. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.
- LI, J. The development of the digital music industry in China during the first decade of the 21st century with particular regard to industrial convergence. *International Journal of Music Business Research*, v. 2 n. 1, 2013.
- MATOS, M. *Perspectivas de investimento na indústria musical*. Rio de Janeiro: BN-DES, 2008.
- MOREAU, F. The Disruptive nature of digitization: the case of the recorded music industry. *International Journal of Arts Management*, v. 15, n. 2, 2013.
- NELSON, R. Recent evolutionary theorizing about economic change. *Journal of Economic Literature*, v. 33, n. 1, p. 48-90, 1995.
- NORDGARD, D. *Assessing music streaming and industry disruptions*, 2016 (no prelo).
- NORTH, D. *Understanding the process of economic change*. Princeton (NJ): Princeton University Press, 2005.
- PEREZ, C. Technological revolutions and techno-economic paradigms. *Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics*, n. 20, 2009a.
- . The double bubble at the turn of the century: technological roots and structural implications. *Cambridge Journal of Economics*, n. 33, p. 779-805, 2009b.
- PORTER, M. *The competitive advantage of nations*. New York: Free Press, 1990.
- POTTS, J. New technologies and cultural consumption. In: GINSBURGH, V.; THROSBY, D. (Eds.). *Handbook of the economics of arts and culture*, v. 2, p. 215-240. Oxford (UK); San Diego (CA): North Holland, 2014.
- SAMUELS, W. The present state of institutional economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, n. 4, p. 569-590, 1995.

SOLOW, R. M. A Contribution to the theory of economic growth. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

TOWSE, R. Economics of music publishing: copyright and the market. *Journal of Cultural Economics*, 2016 (no prelo).

THROSBY, D. *The music industry in the new millennium: global and local perspectives*. Paris: Unesco, 2002.

TSCHMUCK, P. *Creativity and innovation in the music industry*. Springer: Heidelberg, 2012.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Creative economic report 2010. Creative economy: a feasible development option*. Genève: Unctad, 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Cultural times: the first global map of cultural and creative industries*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2015.

VEBLEN, T. *The theory of the leisure class: an economic study of institutions*. New York: B. W. Huebsch, 1989.

WIKSTRÖM, P. A typology of music distribution models. *International Journal of Music Business Research*, v. 1, n. 1, 2012.

———. *The music industry: music in the cloud*. Cambridge (UK): Polity Press, 2010.

WILLIAMSON, O. Hierarchies, markets and power in the economy: an economic perspective. *Industrial and Corporate Change*, v. 4, n. 1, p. 21-49, 1995.



Desempenhar um papel, causar uma impressão: vetores sociotécnicos no espaço ampliado da publicação independente

Recebido: 06.11.18
Aprovado: 22.01.19

José de Souza Muniz Jr.*

Resumo: O presente artigo parte da análise das práticas e representações de publicadores que frequentam as feiras de arte impressa realizadas na cidade de São Paulo nos últimos anos para compreender os vetores sociotécnicos que organizam essas práticas e as materialidades dos objetos editoriais ali publicados e comercializados. Coloca-se, no centro da análise, a relação entre as tecnicidades (o código, o papel e a impressão) mobilizadas por esses publicadores e certas concepções de passado, presente e futuro inscritas em seus investimentos individuais e coletivos, com destaque para a tensão entre o "retorno ao artesanal" e a pretensão de construir um futuro viável para a publicação. Conclui-se que as novas formas de fetichização do livro impresso estão condicionadas tanto pelas evoluções técnicas proporcionadas pelas tecnologias digitais como pela negação programática do livro convencional, identificado com o mercado editorial *mainstream*.

Palavras-chave: Publicação. Impressão. Papel. Tecnologias digitais.

* José de Souza Muniz Jr. é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor e pesquisador no Departamento de Linguagem e Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Orcid: 0000-0002-1919-0030. <jmunizjr@gmail.com>.

Playing a role, making an impression: sociotechnical vectors in the extended space of independent publishing

Abstract: This article is based on the analysis of the practices and representations of publishers who attend the fairs of printed art held in the city of São Paulo in recent years. Our goal is to understand the sociotechnical vectors that organize these practices and the materialities of the editorial objects published and marketed there. At the heart of the analysis is the relationship between the tecnicities (codex, paper, and print) mobilized by these publishers and certain conceptions of the past, present, and future that are inscribed in their individual and collective investments, between the "return to the artisanal" and the pretension to build a viable future for the publication. It is concluded that the new forms of fetishization of the printed book are conditioned by both the technical evolutions provided by digital technologies and by the programmatic denial of the conventional book identified with the mainstream publishing market.

Keywords: Publishing. Print. Paper. Digital technologies.

“Todo mundo sabe que um camponês não vê o campo, nem o habitante seu hábitat, e que H₂O não foi a descoberta de um peixe. Mas é dado a este último uma rara oportunidade: entre o momento em que o anzol sai da água e aquele em que a rede se fecha. Um vivo instante de lucidez para a carpa e o *brochet*.”

Régis Debray (apud Melot, 2012: 15).

Introdução

 correm efeitos de pintura que lembram fogos de artifício e redemoinhos: rumor e celebração. A pirotecnia se espalha pelo *skyline* de uma grande cidade e, após a passagem pela tela de algo que lembra a barra de captura de imagens de uma fotocopiadora digital, os edifícios vão se colorindo e adquirindo contornos fotográficos até se tornarem a imagem de uma metrópole real, que novamente se enche de elementos que remetem às artes visuais: um céu chuvoso, um rio desenhado, o fluxo de papel de uma rotativa, obras de arte nas empenas cegas, um livro que se folheia sozinho. O tecido urbano estabelece uma relação de simbiose com as tramas e texturas da cultura gráfica. A cena subitamente se transfere para o interior de um ateliê de produção, onde uma mão feminina caligrafa com nanquim sobre uma folha em branco. Ao fundo, surge a voz de Gilberto Tomé, que finalmente aparece em outro ambiente, gesticulando sobre o peito:

— O virar a página é, para mim, quase como nossa respiração.

O objeto editorial, plasmado à cidade, agora aparece como extensão e metáfora do corpo humano.

Assim se desdobram os primeiros segundos de “Impressão minha” (2018), curta-documentário no qual uma pequena amostra de publicadores¹ fala sobre suas trajetórias e experiências no universo da arte impressa. Os personagens principais desse filme são o já mencionado Gilberto Tomé, da Gráfica Fábrica; João Varella e Cecilia Arbolave, da Lote 42; Bia Bittencourt, da Feira Plana; Douglas Utescher, da Ugra Press; o quadrinista DW Ribatski; a artista visual Kátia Fiera; e Bebel Abreu, da Bebel Books, dona das mãos que caligrafam o título do curta. Estes e outros publicadores entrevistados exibem suas impressões – no duplo sentido do termo – neste filme, que representa um ponto máximo de (auto)celebração do circuito da publicação in-

1. Refiro-me a esses sujeitos como “publicadores” por se tratar de uma denominação mais genérica e abarcadora que termos como “editores”, “designers”, “produtores gráficos”, “artistas”, “artistas gráficos” etc., os quais supõem filiações específicas a conjuntos relativamente estáveis de práticas, reguladas por modos de formação, treinamento e/ou inserção em comunidades profissionais. Nesse sentido, o termo “publicadores” é mais adequado para apreender um conjunto volátil de práticas e representações em torno da “edição independente” e da “arte impressa”, categorias ômicas correntes nesse universo.

dependente no Brasil e, principalmente, da cena paulistana. Essa obra é uma espécie de ponto de chegada que adotamos, aqui, como ponto de partida para adentrar um universo que, até meados dos anos 2000, era muito mais rarefeito do que o que hoje se apresenta em eventos como Plana, Tijuana, Miolo(s) e Ugra Fest, apenas para mencionar os que são realizados na cidade de São Paulo.

Nos últimos 15 anos, diversas grandes cidades latino-americanas viram surgir e consolidar-se um circuito de feiras dedicadas à exibição e comercialização de produtos simbólicos genericamente identificados como “publicações independentes” e “arte impressa”. Tais eventos, que reúnem produtores gráficos, artistas, escritores e editores dedicados à produção de objetos editoriais, tornaram-se o *locus* privilegiado para a observação de práticas e materialidades simbólicas articuladas em torno do papel (ainda que não exclusivamente) e das diferentes técnicas de impressão. Em seu estudo sobre a cena das publicações “independentes” da cidade do Porto (Portugal), Pedro Quintela e Marta Borges sintetizam:

No dealbar do século XXI, assistiu-se a um ressurgimento dos fanzines, livros de artista e outros objetos editoriais autopublicados (*selfpublishing*) escritos, desenhados e publicados por *designers* gráficos e ilustradores, individual ou coletivamente, e que, com crescente frequência, recorrem a “velhos” saberes oficiais ligados às técnicas de tipografia, impressão e encadernação (Quintela & Borges, 2015: 12).

No caso brasileiro, o principal polo concentrador desses eventos é a cidade de São Paulo, onde as feiras se multiplicaram e algumas delas adquiriram grandes dimensões. Ao manterem, em geral, uma periodicidade anual, essas feiras acabaram por conformar um calendário cíclico a partir do qual os publicadores orientam parte de suas práticas no decorrer dos outros dias do ano. Esse calendário regula fortemente os regimes de visibilidade desses produtos, atraindo não apenas publicadores locais, mas também de outros estados e países.

Tais eventos reúnem produtores majoritariamente jovens e que não se dedicam exclusivamente à atividade de publicação. Esta, na maior parte das vezes, não configura a fonte principal de renda desses sujeitos, que, em muitos casos, não obtêm retorno financeiro com ela. Sua produção abrange uma série de formatos (zine, livro de artista, livro-objeto, múltiplos, quadrinhos etc.) para além do livro convencional. Em comparação com os editores reunidos em instâncias mais antigas do mercado editorial brasileiro, como a Câmara Brasileira do Livro (CBL), ou mesmo com os editores “independentes” da Liga Brasileira de Editores (Libre), esses “feirantes” desenvolvem uma práxis mais artesanal e menos profissionalizada. Muitos desses publi-

cadores sequer registram suas publicações no International Standard Book Number (ISBN), o que os exclui do reconhecimento oficial e das estatísticas nacionais de produção editorial. Boa parte deles publica apenas a si próprio e/ou a amigos ou a colegas próximos, sem estabelecer relações contratuais claras. Raramente estão presentes nos pontos de venda tradicionais (livrarias, bancas, supermercados etc.) e vendem seus produtos sobretudo pela Internet e nessas feiras – o que explica, pelo menos parcialmente, por que elas se tornam tão frequentes e objeto de constante (auto)celebração.

Complementarmente, pode-se dizer que tais feiras possuem uma função homóloga àquela que festivais, bienais e salões desempenham nas artes visuais, no cinema, na arquitetura, na moda e na literatura, porque propiciam a aparição fugaz e coletiva dos produtores simbólicos numa cena pública, incluindo os agentes intermediários (editoras, produtoras, gravadoras etc.) cuja visibilidade costuma ser menor que a daqueles que respondem pela autoria das obras (escritores, cineastas, músicos). Elas, enfim,

possibilitam que autores e editores assumam uma posição legitimada de produtores culturais ao criar e disponibilizar um espaço para circulação de publicações (Magalhães, 2018: 19).

Nesse sentido, esses eventos exibem ainda uma relevante dimensão ritual, porque produzem o efeito de tornar explícito – para os de “dentro” e para os de “fora” – um conjunto de agentes e de práticas na construção de um universo comum. Essa dimensão é particularmente significativa nas feiras segmentadas, como as que aqui são consideradas. Ao contrário do que ocorre nas feiras de grande porte, como as bienais, a relativa homogeneidade dos projetos microeditoriais faz com a co-presença dos publicadores esteja menos regulada por oposições do tipo grande/pequeno, antigo/novo, dinheiro/cultura. A participação nessas feiras, além de demarcar publicamente a singularidade de um projeto e expor os seus produtos para apreciação e compra, expressa a adesão a um *ethos* coletivo. Por isso, para além do referido “efeito de sincronização” que Sorá (1997) observa nas grandes feiras, as feiras de perfil mais circunscrito (e que reúnem, de modo geral, empreendimentos relativamente coetâneos) operam um “efeito de agrupamento”, porque conformam âmbitos nos quais se (re)produzem certos vínculos pessoais, profissionais e identitários.

O circuito das grandes feiras e o mercado livreiro representam, para muitos desses publicadores, o *mainstream* contra o qual é preciso se contrapor. Em que pesem as distintas formas de organização, objetivos, vinculações institucionais, formas de

financiamento etc., torna-se evidente o papel dessas feiras, tomadas em seu conjunto, nas disputas pelas classificações em que os publicadores têm se envolvido, porque se convertem em lugares estáveis de enunciação onde a publicação “independente” circula fortemente como forma de autoatribuição e identificação coletiva. Neste artigo, deixamos em segundo plano a discussão sobre os sentidos da “independência”, já abordada em trabalhos anteriores (ver Muniz Jr., 2016b; 2018), e interrogam-nos sobre os vetores sociotécnicos que organizam essas práticas de publicação, ao se considerar a diversidade de procedimentos, materiais e concepções de trabalho que presidem a atividade desses publicadores.

Tecnicidades de um espaço hipersaturado

Não restam dúvidas de que a produção de sentidos, que emerge da relação entre objetos editoriais e pessoas, tem uma tripla dimensão: material, individual e social (Gonçalves, 2018). Mas como incluir a materialidade desses objetos no fazer sociológico sem reduzi-la à descrição “objetiva” de seus atributos, à experiência singular de um indivíduo para com ele ou, ainda, às convenções que regulam sua apreciação legítima? Um dos caminhos possíveis é liberar a materialidade de sua dimensão experiencial ou interacional: para além do contato entre um objeto e um sujeito específico, é preciso pensar nos efeitos mais ou menos duradouros que a materialidade tem para o estatuto que um certo objeto possui dentro de um grupo social, uma comunidade de leitura ou um campo simbólico. Daí resulta pertinente interrogar pelos vetores sociotécnicos que organizam essas práticas publicadoras: afinal, em que medida as escolhas técnicas e materiais desses produtores exercem efeitos sobre o universo de produção simbólica de que fazem parte? E, em contrapartida, quais são os condicionantes pertinentes para a compreensão dessas escolhas?

É possível estabelecer algumas relações pertinentes à compreensão desse universo a partir do mapa das mediações apresentado por Jesús Martín-Barbero (2008), como mostra a Figura 1, na medida em que ele conecta a produção e a recepção dos artefatos culturais tanto a uma dimensão propriamente simbólica (que o autor chama de matrizes culturais), quanto aos seus aspectos materiais (os chamados formatos industriais).

No que se refere especificamente às lógicas de produção, que aqui nos interessam mais de perto, o autor esclarece:

A compreensão do funcionamento das lógicas de produção mobiliza uma tríplice indagação: sobre a estrutura empresarial – em suas

FIGURA 1
MAPA DAS MEDIAÇÕES



(Fonte: Martín-Barbero, 2008: 16).

dimensões econômicas, ideologias profissionais e rotinas produtivas; sobre sua competência comunicativa – capacidade de interperlar/construir públicos, audiências, consumidores; e muito especialmente sobre sua competitividade tecnológica: usos da tecnicidade dos quais depende hoje em grande medida a capacidade de inovar nos formatos industriais (FI) (Martín-Barbero, 2008: 18-19).

No trabalho desse autor, a ênfase dada aos “usos da tecnicidade” tem relação, principalmente, com o impacto causado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, particularmente as tecnologias digitais, que têm interessado a uma parte representativa dos estudos contemporâneos sobre mídia e comunicação. No caso deste trabalho, as tecnologias digitais têm uma importância central, mas a partir de um prisma invertido: a “arte impressa” é pensada, aqui, ao mesmo tempo como o outro e como o duplo do digital.

Nos últimos anos, a democratização dos recursos de edição eletrônica (como os softwares de diagramação e de produção e tratamento de imagens), bem como a popularização das tecnologias de impressão digital, alteraram significativamente o universo da produção editorial impressa (Araújo, 2013). O uso desses recursos tem dado a um número cada vez maior de pessoas a possibilidade de autopublicação: os autores, que rapidamente se tornam diagramadores autodidatas, contam agora com a possibilidade de produzir baixas tiragens. Assim, produzir livros e outros materiais impressos tornou-se mais rápido, fácil e barato do que nunca. Concomitantemente, com o desenvolvimento da Internet, das redes sociais

e de outros recursos no entorno digital, abriram-se inúmeras possibilidades de publicação on-line, que também favoreceram a multiplicação dos conteúdos. Hoje, potencialmente, todo cidadão integrado às mídias digitais pode se tornar produtor de mensagens amplamente difundidas. Da perspectiva que aqui se esboça, o universo da publicação independente e da arte impressa adquire maior inteligibilidade quando pensado sob esse prisma da voragem (auto)publicadora que rege o entorno digital.

Tracemos um paralelo com uma situação afastada no tempo e no espaço: em *As regras da arte*, Bourdieu (1996) chama a atenção para a importância de uma mudança de morfologia social no processo de autonomização dos campos artístico e literário, na França da segunda metade do século XIX. No caso analisado pelo sociólogo francês, essa mudança estava condicionada, sobretudo, pelo

afluxo de uma população muito importante de jovens sem fortuna, oriundos das classes médias ou populares da capital e sobretudo da província, que vêm a Paris tentar carreiras de escritor ou de artista, até então mais estreitamente reservadas à nobreza ou à burguesia parisiense (Bourdieu, 1996: 70).

Segundo o autor, essa transformação morfológica (aumento no número de produtores), somada a condições sociais específicas, acabou por levar a processos específicos de institucionalização e diferenciação interna do campo artístico naquele contexto. O surgimento de espaços alternativos de exibição, como o Salão dos Recusados, bem como a proliferação de galerias, revistas, prêmios e eventos artísticos são, pelo menos em parte, resultado desse processo de hipersaturação do campo.

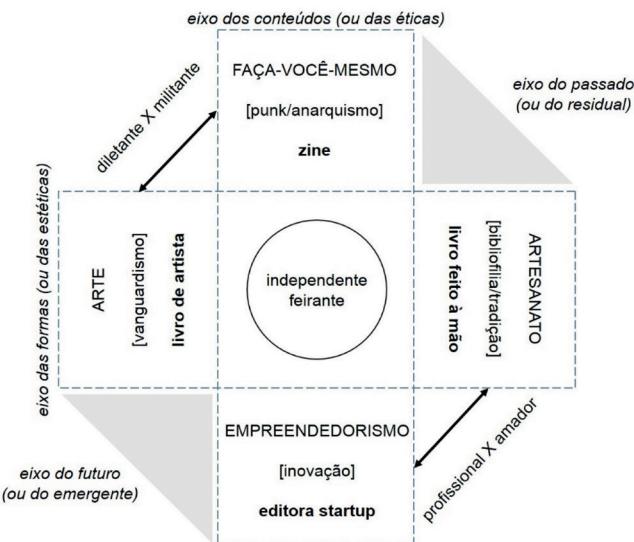
Voltemos ao tempo presente. Ora, é certo que esse circuito de feiras de publicações independentes e arte impressa – que nos interessa como objeto – está fundamentado numa revalorização do papel e do impresso como tecnologias expressivas, revalorização que está diretamente relacionada a uma espécie de *revival* dos modos de edição artesanal. Concomitantemente, a raridade dos materiais e dos métodos, a astúcia no uso de procedimentos de inscrição dos textos e das imagens, bem como a adoção de cortes, dobras e encadernações engenhosas ou inusitadas têm se constituído como trunfos relevantes para a presença pública desses produtores editoriais esteticamente orientados. Trata-se, portanto, de uma dupla oposição: se, por um lado, a valorização da materialidade do papel (ou seja, de sua natureza táctil) está em relação direta de oposição com a proliferação de conteúdos digitais “imateriais”, o trabalho específico que se faz sobre esse suporte mostra uma confrontação às formas mais industriais ou massivas de publicação, cujo resultado mais

típico é o livro hiperconvencional, como discutiremos adiante. Ou seja, as relações de contraposição que organizam esse espaço dizem respeito não apenas aos conteúdos ou às ênfases estéticas dos produtores, mas principalmente aos *modos de fazer*, relacionados de um *saber-fazer* (artístico/artesanal) singular.

Ao considerar o contexto de hipersaturação supramencionado – que tem nas tecnologias digitais um de seus principais condicionantes – esse *revival* da produção editorial artesanal pode ser interpretado, então, como uma forma de diferenciação interna do espaço dos publicadores. Dito de outro modo, e considerando-se que os campos de produção simbólica contemporâneos têm se caracterizado pela desigual distribuição das reputações (English, 2005; Heinich, 1999; Sapiro, 2016), as feiras de publicações independentes e arte impressa podem ser tomadas analiticamente como adensamentos característicos de um estado superpovoado do campo, no qual os agentes são levados a estabelecer formas de diferenciação e hierarquização pertinentes à sua própria consagração. Tais feiras podem ser pensadas, então, como *precipitadas de um domínio simbólico hipersaturado*.

O desafio que se coloca, a partir de então, é apreender as heterogeneidades internas a esse domínio. Em trabalho anterior, busquei caracterizar esse universo a

FIGURA 2
PRODUTOS EDITORIAIS E PROJETOS EXPRESSIVOS
NAS FEIRAS DE PUBLICAÇÕES “INDEPENDENTES”



Fonte: Muniz Jr. (2016: 255).

partir das intersecções entre certas lógicas de produção e certas matrizes culturais, o que levou à construção de um esquema (Figura 2) composto por quatro produtos ideal-típicos a construir um espaço de ambiguidades e de tensões. Cada tipo ideal, representado por um quadrante, resulta da interação entre uma prática (em maiúscula), uma matriz discursivo-ideológica (indicada entre colchetes) e sua encarnação material mais característica (em negrito). Tais produtos não constituem a totalidade dessas práticas editoriais, mas conformam vetores a partir dos quais se organizam as oposições sociotécnicas pertinentes à compreensão desse circuito como espaço heterogêneo, caracterizado por investimentos pessoais e profissionais singulares dos publicadores que dele fazem parte.

O que interessa destacar aqui, a modo de síntese, é que os quatro produtos ideal-típicos identificados (zine, livro de artista, livro feito à mão e livro de editora *startup*) podem ser situados – diferencial e relacionalmente – a partir de quatro oposições básicas.

1. A primeira dessas oposições é a que relaciona “forma” e “conteúdo”, ou melhor, a distância entre os produtos nos quais prevalece a matéria textual/escrita e aqueles calcados na exploração visual/gráfica – admitidos, evidentemente, os pontos intermediários e as variações. Outra tendência – que abrange produções ligadas à fotografia, pintura, gravura, tipografia etc. – ocupa um lugar privilegiado em eventos como a Plana e a Tijuana, concebidos em estreita relação com espaços artísticos de formação e de exibição. Fortemente predominante no circuito de feiras de publicações independentes e arte impressa na cidade de São Paulo, essa forte orientação aos produtos impressos que exploram formas, cores e texturas mantém relações ambíguas (de contraposição, mas também de adesão) com o chamado *capitalismo artista*,

que se caracteriza pelo peso crescente dos mercados da sensibilidade e do “*design process*”, por um trabalho sistemático de estilização dos bens e dos lugares mercantis, de integração generalizadora da arte, do “*look*” e do afeto no universo consumista (Lipovetsky & Serroy, 2015: 14).

Tal predominância indica, ademais, que os produtores dedicados aos objetos centrados na matéria textual (ficção, ensaio, humanidades) se servem de outras formas de ação e representação coletiva, tais como os saraus da periferia, as feiras de livros universitários e as associações

2. Na pesquisa mais ampla da qual este trabalho deriva (Muniz Jr., 2016), gêneros como a ficção, o ensaio e o livro de ciências humanas mostraram-se mais presentes em eventos como a Primavera dos Livros (hoje denominada Primavera Literária), promovido pela Libre. Essa associação representa, no Brasil, uma das principais instâncias de participação coletiva dos editores que, embora se identifiquem como “independentes”, apresentam um grau maior de profissionalização do que os que constituem o objeto de análise deste artigo. A oposição entre essas duas frações do espaço da edição “independente” está, em grande medida, marcada por uma distância geracional e pela dicotomia entre rotinização e experimentação.

como a Liga Brasileira de Editoras (Libre)², para não mencionar também os espaços mais hegemônicos, como é o caso das bienais do livro e as feiras internacionais (Frankfurt, Guadalajara etc.).

2. A segunda oposição sociotécnica é entre passado e futuro – ou, para usar a nomenclatura de Williams (1995), entre expressões residuais e emergentes. Vale lembrar que, para esse autor, o que caracteriza tanto as formas residuais como as emergentes é uma relação de oposição com as formas culturais dominantes num dado momento, oposição que pode ser de caráter tanto revolucionário (na medida em que propõe rupturas) como conservador (quando estabelece modos de restauração de formas já conhecidas).

No primeiro caso (residuais), trata-se de práticas publicadoras calcadas no retorno a um tempo pretérito convenientemente eleito. Estão representados tipicamente por formatos editoriais como o livro artesanal e o zine, produtos que, a despeito dessa orientação ao passado, se assentam sobre matrizes muito diferentes de práticas e representações. Essa produção assume, portanto, diferentes carizes, conforme esteja fincada sobre nostalgias específicas, atreladas a experiências particulares (de classe e de geração, sobretudo): a da bibliofilia (fortemente vinculada à rememoração escolástica do código medieval e moderno) em contraste à do zine político (vinculado às iniciativas culturais das juventudes suburbanas e/ou tributário da comunicação alternativa, comunitária, sindical e anarquista, bem como da “geração mimeógrafo”); a do livro de luxo, produzido com materiais raros e nobres, em contraste com a produção *cartonera*, baseada numa estética do lixo; e assim por diante.

No segundo caso (das expressões ditas emergentes), incluem-se aquelas práticas editoriais orientadas para o futuro, que se concebem, então, como portadoras do “novo”. Tal orientação fica explícita na fala de Beto Galvão, da Meli-Melo Press, no documentário “Impressão minha”:

— A gente está tentando construir o futuro da publicação.

Também neste caso, podem-se divisar critérios de diferenciação interna a partir de matrizes distintas de imaginação do porvir. De um lado, situam-se aquelas práticas de publicação identificadas com as vanguardas estéticas, que propõem rupturas com os modos tradicionais de conceber, produzir, manusear e desfrutar os objetos edito-

riais. Tendo o livro de artista como formato típico, tais práticas valem-se de experimentalismos (que, não raro, tornam-se rapidamente rotinizados nesse espaço) para propor inusitados materiais, formatos, cortes, dobras, técnicas de impressão etc., além de incorporar elementos visuais e gráficos que apontam para os imaginários da civilização pós-industrial e do entorno digital.

Em outra vertente, situam-se práticas publicadoras identificadas com o empreendedorismo e com a mudança disruptiva: propõem-se, nesses casos, inovações na seleção dos temas, na construção do *ethos* editorial – que tende a se assemelhar a das empresas ditas *startup* de outros setores da economia – e nas estratégias de *marketing* e de relação com os públicos.

3. O terceiro par heurístico é formado a partir da distância entre profissionalismo e amadorismo, que constituem, à guisa de formalização ideal-típica, duas diferentes “estruturas de sentimento” (Williams, 1965). Essa distância se expressa tanto no nível das práticas como no das representações. No nível das práticas, diferenciam-se aqueles projetos esporádicos, pouco sistemáticos, de “tempo livre”, daqueles que são objeto de planejamento e cálculo, em termos mais estritamente empresariais³. No nível das representações, podem-se considerar os diferentes modos de relação subjetiva com a prática editorial, que tendem ora para o afeto, a paixão e o compromisso pessoal com a edição, ora para modos mais desencantados de interpretar o próprio *métier*. Uma parte relevante dos projetos participantes desse circuito de feiras mescla elementos de ambas as estruturas de sentimento, consideradas por muitos deles como não necessariamente opostas, mas complementares.

4. Por fim, destaca-se a relação de tensão entre uma atitude militante, que associa a prática editorial a certos compromissos político-ideológicos, e uma atitude diletante, que pressupõe um afastamento das urgências do mundo social. Se relembramos a distância, teorizada por Bourdieu (1992), entre uma “arte social” – identificada com os anseios democráticos e com as lutas populares – e uma “arte pela arte” – visão desencantada com o mundo social produzida por uma disposição aristocrática –, nunca é demais lembrar que tal distância tem seu limite dado por um solo comum, que é a negação das formas dominantes ou hegemônicas de um dado momento. Apesar das divergências internas, os publicadores que se reúnem nessas feiras de arte impressa con-

3. O registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), a inscrição das publicações no International Standard Book Number (ISBN) e a presença do aviso de depósito legal à Biblioteca Nacional são alguns dos dados objetivos que permitem observar essa distância.

formam um grupo geracional razoavelmente bem definido, com horizontes de expectativa semelhantes, e poderiam ser homologamente associados à boemia artística que Bourdieu cartografou em seu estudo sobre o surgimento do campo artístico na França do século XIX.

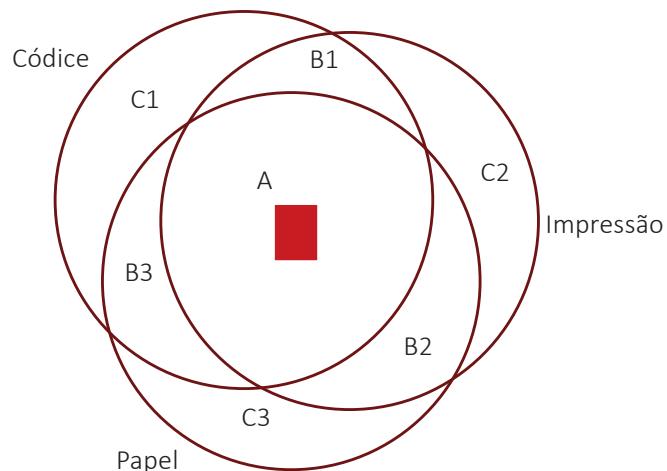
Formatos, materiais e técnicas

Ao esquema exposto anteriormente, convém sobrepor outro que leva em conta as variadas relações entre os formatos industriais e as lógicas de produção. A Figura 3 representa os diferentes modos de intersecção técnica que constituem o espaço ampliado da publicação independente e da arte impressa. Os três círculos representam os elementos materiais reconhecíveis que configuram esse espaço: o formato (códice)⁴, o material (papel) e a técnica (impressão). Em vez de pensar tal representação visual de modo estanque, convém tomá-la como um esquema que pulsa, ou seja, no qual os círculos se expandem e se contraem a depender da feira e/ou do conjunto de produtores considerado na análise, gerando presenças, ausências e predominâncias.

4. Por código, entende-se o formato no qual folhas (que podem ser de papel, pergaminho, tecido ou outros materiais) são reunidas (por meio de grampo, cola, costura etc.) de modo tal que o objeto permita-se ser folheado:

“O livro, apresentando-se sob a forma que o conhecemos há mais de dois mil anos, ou seja, sob a forma do código, com suas páginas imbricadas e encadernadas” (Melot, 2012: 25).

FIGURA 3
TECNICIDADES DO ESPAÇO AMPLIADO DA
PUBICAÇÃO INDEPENDENTE E DA ARTE IMPRESSA



Fonte: Elaborado pelo autor.

No espaço central da figura, onde os três círculos se interseccionam, encontra-se o chamado livro convencional. Usamos esse termo em detrimento de outro bastante corrente, livro tradicional, denominação que, da perspectiva aqui adotada,

implicaria a ancoragem em uma certa tradição, ou seja, a ativação de arbitrários culturais que variam tanto no espaço como no tempo⁵. Ou seja, a concepção de livro convencional está, aqui, relacionada a um certo conjunto de atributos que se tornaram, neste preciso contexto espaciotemporal, os mais previsíveis quando se fala em livros porque estão regulados por convenções características do tempo presente (tenham ou não longa data). Considerem-se, como expressões oficiais dessas convenções, as definições – bastante similares, por sinal – de “livro” dadas pela Unesco,

uma publicação impressa não periódica de, no mínimo, 49 páginas, excluídas as capas, publicada no país e disponibilizada ao público Unesco (1964)

e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas:

publicação não periódica que contém acima de 49 páginas, excluídas as capas, e que é objeto de Número Internacional Normalizado para Livro (ISBN) (ABNT, 2006: 3).

No centro do esquema, representado pelo retângulo vermelho, encontra-se o objeto mais típico dessa tripla intersecção, que aqui denominamos *livro superconvencional*: o código em formato padronizado pelos tamanhos de papel da indústria gráfica (aproximadamente 14 x 21 cm), impresso geralmente na técnica offset ou digital, em alguma variedade de papel produzida pela indústria gráfica em larga escala (como o couchê, o offset ou o pólen). Esse formato se caracteriza, além disso, por acabamentos (corte, cola, dobra, costura etc.) simples, que permitem às editoras reduzir custos, produzir altas tiragens e padronizar os volumes dentro de séries e coleções⁶. Ainda que existam diversos elementos de variação dentro desse espectro (brochura ou capa dura; lombada canoa ou quadrada; impressão em preto e branco ou colorida etc.), trata-se de um conjunto relativamente restrito de possibilidades se contrastadas àquelas apresentadas nas feiras de arte impressa, como discutiremos mais adiante.

O quadrado vermelho representa, portanto, o produto característico de uma região do espaço editorial a que esses publicadores costumam referir-se como “tradicional”, “mainstream”, “mercado”, “sistema”, “as grandes” ou, simplesmente, “editoras” (ver Muniz Jr., 2016: 217-219). Para além dos atributos materiais anteriormente explicitados, essa região – que, por analogia ao seu produto mais característico, poderíamos chamar de *mercado convencional* –, se caracteriza por uma forte afinidade entre três entes econômicos: a editora (organizada como empresa)⁷, a livraria (como espaço fixo de comercialização dos livros) e a gráfica (em

5. Tal como se discutiu antes, em referência à diferenciação que Raymond Williams faz entre expressões residuais e emergentes, as relações de filiação e ruptura com as tradições (neste caso, da edição, do *design*, da arte etc.) supõe diferentes modos de relação dos publicadores com as temporalidades desse espaço e que podem redundar, portanto, em livros menos ou mais tradicionais em diferentes sentidos.

6. A questão do acabamento poderia figurar como um quarto elemento desse esquema analítico. Preferimos, em vez disso, integrá-lo na consideração dos formatos e das técnicas. Trata-se, de todo modo, de um aspecto importante, uma vez que a produção dos publicadores aqui estudados se caracteriza, em grande medida, pelo modo pouco usual como as folhas são cortadas (a mão, com refile industrial, canivete, faca, régua etc.) e juntadas (cola, costura industrial ou manual, grampo, clipe etc.) ou, ainda, por outras possibilidades, que afastam as publicações do código entendido de modo restrito (o uso de folhas sobrepostas, ou reunidas em caixas ou envelopes, ou organizadas por meio

de incisões e dobras pouco usuais).

7. Enquadram-se, aqui, não apenas as editoras comerciais no sentido estrito, mas também aquelas cujas características permitem divisar um funcionamento relativamente complexo em termos administrativos, contábeis, de divisão do trabalho etc. É o caso, por exemplo, de boa parte das editoras públicas, confessionais, universitárias, partidárias etc.

presa industrial que trabalha em larga escala). Trata-se de uma afinidade pouco comum – e, no mais das vezes, considerada desinteressante ou mesmo perversa – no universo que aqui analisamos.

O que merece ser destacado é que esse universo se caracteriza justamente por ter como valor fundamental (convertido em *ethos* do grupo) o afastamento pragmático com relação tanto ao livro superconvencional como àquela tripla afinidade de entes econômicos que lhe dá sustento. Não nos parece casual que, ao afirmar-se “independentes” (adjetivo que é constitutivamente polissêmico e relacional, porque supõe uma fonte de dependência à qual se deve contrapor), esses publicadores descrevem esse mercado convencional como fonte de heteronomia, de desprazer, como lugar onde não é possível ousar, experimentar e levar a cabo seus projetos pessoais e profissionais de maneira livre (Muniz Jr., 2016: 217). O que se pode depreender, dos discursos gerados nessas feiras é que o conjunto de práticas editoriais aí reunidas ostenta uma posição de recusa com relação aos mercados que as recusam.

Portanto, o quadrado vermelho no centro da figura não deve ser tomado como eixo em torno do qual todo o esquema orbita, mas certamente configura um núcleo que atua de maneira ambivalente, exercendo sobre todo o espaço uma força ora centrípeta, ora centrífuga. Essa ambivalência define, pelo menos em parte, a “pulsão” desse espaço, ou seja, os contínuos movimentos de aproximação (flerte) e afastamento (repulsa) dos publicadores com relação ao livro superconvencional, ainda que a postura de recusa seja aquela que atualmente parece predominar, sobretudo quando a categoria êmica “arte impressa” entra em jogo. A despeito de todas as representações afeitas ao livro – “uma mídia muito empolgante, milenar e absolutamente tesuda”, segundo João Varella, da Lote 42, no documentário “Impressão minha” –, a afinidade com esse objeto aparece sempre esgarçada por aquilo que o livro foi e não é mais, e por aquilo que ele pode se tornar. A bibliofilia, nesse circuito, se revela ora nostálgica, ora utópica, quase nunca ancorada no livro convencional, o livro do presente.

No nicho A, que representa um espaço de transição entre a prática do livro superconvencional e outras possibilidades de publicação presentes nesse circuito, pode-se encontrar um conjunto diversificado de produtos e práticas nos quais aquele conjunto típico de atributos (códice + impresso + em papel) adquire variações distintas às supramencionadas. Mencionem-se, por exemplo, os códices em formatos distintos (enormes ou minúsculos, em formato paisagem, não retangulares etc.); técnicas mais raras ou mistas de impressão; e papéis menos usuais (os de fabricação artesanal, de luxo e/ou de maior custo proporcional). Nesse nicho,

é possível encontrar aqueles projetos editoriais que mais se aproximam da noção de “editora”, ou onde é possível divisar algo semelhante à constituição de “catálogos”, ainda que raramente tais projetos se organizem como empresas editoriais em senso estrito.

Conforme o olhar se afasta desse núcleo de intersecção entre o código, o papel e a impressão, é possível vislumbrar diferentes práticas de produção simbólica menos ou mais identificadas com as ideias de “publicação independente” e de “arte impressa”. Nos nichos que levam a letra B, encontram-se aquelas produções que articulam dois dos três elementos materiais. Aí se situam os livros de acetato, de tecido, de madeira etc. (B1); os cartazes, as dobraduras, os objetos de papel que se encaixam tridimensionalmente (B2); os livros pintados ou caligrafados manualmente (B3). Por fim, nos nichos identificados com a letra C, situam-se os objetos onde apenas um dos três atributos se encontra presente. Aqui, vale notar o forte predomínio da impressão e do papel sobre o elemento código, que raramente aparece sozinho nesse circuito. A rubrica “arte impressa”, fortemente usada nas feiras de publicações independentes, assinala a importância destes dois elementos nesse universo: por um lado, as expressões visuais e gráfica (fotografia, gravura, tipografia etc.); por outro lado, as diferentes técnicas de transferência mecânica das imagens para o papel.

Restaria por considerar, ainda, as linhas limítrofes entre os círculos como espaços limiares nos quais os formatos, os materiais e as técnicas de inscrição se mesclam: o livro que, podendo ser manipulado como código, também se abre como cartaz; o material impresso em diferentes métodos (risografia e offset, por exemplo), ou que mescla a impressão mecânica com técnicas de inscrição manual, resultando em exemplares únicos (pintura, desenho, raspagem etc.); o livro que mescla páginas em papel e em acetato etc.

Para que não nos estendamos demasiado nas múltiplas possibilidades de viabilização técnica dos objetos editoriais encontrados nesse circuito, passemos a um segundo plano de análise, no qual esses modos de intersecção entre os elementos materiais, transpostos à morfologia social dos agentes, permite identificar três categorias básicas de publicadores.

1. O primeiro grupo – o qual poderia ser chamado de editores, em sentido estrito – abrange um conjunto de projetos estruturados como micro ou pequenas empresas e dedicados à produção de livros mais ou menos convencionais. Embora prezem pelo apuro estético e gráfico de

suas produções, tal como os outros publicadores presentes nessas feiras, constituem catálogos que não se restringem ao universo das artes visuais. Dedicam-se a gêneros como o ensaio, a biografia, o manifesto, a poesia, a ficção etc. Os produtos da atividade desse primeiro grupo de publicadores, que é minoritário nesse circuito, mantêm bastante semelhança com aqueles presentes no universo de pequenas e médias editoras representadas pela Libre, associação da qual algumas dessas editoras fazem até mesmo parte. Contudo, de modo geral, esses publicadores feirantes situam-se em posições mais marginais do mercado: não costumam ir às grandes feiras internacionais, raramente adquirem estandes nas bienais do livro e dificilmente comercializam seus produtos em livrarias; seus projetos têm, em geral, uma existência mais recente e menos consolidada em termos empresariais (ora por convicção, ora por condição); boa parte deles se sustenta com atividades correlatas (jornalismo, *design*, serviços editoriais etc.) ou mantêm outra profissão em paralelo, dado que a publicação independente poucas vezes lhes dá a possibilidade concreta de sobrevivência material. Esses últimos traços, se, por um lado, os distanciam dos editores de perfil mais profissionalizado, por outro, os aproximam dos dois outros grupos que compartilham o espaço das feiras.

2. Um segundo grupo dedica-se a fazer produtos que são limítrofes ao universo do livro convencional, sem, contudo, confundir-se com ele. De um lado, destacam-se os zines, os quadrinhos e outros produtos editoriais ilustrados que se baseiam na estreita relação entre texto e imagem e dialogam com a cultura pop. De outro lado, estão o livro de artista, o livro-objeto e outros artefatos visuais de papel encadernados, grampeados, colados ou costurados, de fatura esteticamente. São trabalhos dedicados à produção visual em suas múltiplas vertentes e incluem formas de manuseio diferentes das propostas pelo livro convencional⁸: folheamento rápido de ilusão óptica, cortes, dobras, encaixes e arranjos tridimensionais etc. O texto escrito, nas raras vezes em que aparece, geralmente tem uma função secundária à da imagem ou é usado, ele próprio, na chave imagética do aproveitamento tipográfico.

Vale lembrar que o livro de artista e o livro-objeto, modalidades de relevado nesse segundo grupo, formam uma espécie de gênero dominado da arte contemporânea, ocupando raros espaços tanto no âmbito dos museus e galerias como no mercado de colecionismo. Gênero jovem se comparado à pintura, à escultura e mesmo à fotografia, o livro de

8. Esse ato de folhear demanda um uso e um manuseio específico (com os braços, as mãos, os dedos e, no caso das pessoas videntes, com os olhos) e implica um certo protocolo de leitura que é sequencial, ainda que esse protocolo e esse uso/manuseio possam sofrer variações (da abertura ao acaso, por exemplo). O formato do código opõe-se, nesse sentido, a outros formatos possíveis de objetos de observação e leitura, tal como o rolo, o cartaz e a dobradura (fôlder, sanfonas etc.).

artista ainda não completou seu percurso de canonização e legitimação no âmbito das belas-artes. De certo modo, as feiras desse circuito funcionam como espaço alternativo com os quais os jovens artistas dedicados a essa atividade buscam projetar-se na cena pública – antes, talvez, de lançar-se aos gêneros artísticos mais prestigiosos, que são, também, os que requerem maior acúmulo de capitais.

3. Por fim, nas fronteiras desse espaço ampliado, encontra-se um terceiro grupo, composto por projetos que se enquadram numa definição bastante ampliada e lassa de “publicadores”. Dedicam-se à produção de artefatos diversos, tanto em papel como em outros materiais: cartazes, folhetos, itens de papelaria, agendas, calendários, camisetas, carimbos, ímãs etc. Movem-se, portanto, por formas não identificadas com o livro convencional, nos terrenos do artesanato, das artes visuais e do *design*, e possuem alto grau de afinidade com as rubricas “arte gráfica” e “arte impressa”.

Considerações finais

A palavra artífice evoca imediatamente uma imagem. Olhando pela janela da oficina de um carpinteiro, vemos lá dentro um homem de idade cercado de aprendizes e ferramentas. Reina a ordem no local, peças para a confecção de cadeiras estão enfileiradas, o ambiente é tomado pelo odor das lascas recém-aparadas na madeira, o carpinteiro debruça-se em sua bancada para fazer uma rigorosa incisão de marchetaria. A oficina é ameaçada por uma fábrica de móveis instalada logo adiante na mesma rua (Sennett, 2009: 29).

Autopublicação, edição independente, arte impressa, edição artesanal, livro de artista, são muitos os qualificativos usados para definir e classificar as práticas e os objetos produzidos, exibidos e comercializados em feiras paulistanas como a Plana e a Tijuana. Para além desses esquemas de representação, que interessa perscrutar como resultados do

trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos (Chartier, 1990: 23),

interessa compreender como a evocação de distintas formas de manejo técnico do papel, do código e da impressão acabam por construir um universo comum, repleto

de ambiguidades e tensões, mas muito eficaz em instituir coletivamente a presença pública dessas práticas.

O estudo dos vetores sociotécnicos que atravessam esse espaço de práticas e representações mostra que os sentidos da fabricação desses objetos editoriais devem ser remetidos tanto aos seus modos de produção e distribuição como a certas concepções individuais e coletivas sobre o fazer. Implicam, portanto, a distribuição diferencial de sensibilidades e moralidades, remetido a oposições como trabalho e lazer, compromisso e desprendimento, experimentalismo e rotinização, nostalgia e utopia. Este trabalho expressa, portanto, o interesse em compreender a relação (objetiva, intelectual, afetiva e moral) desses publicadores com a dimensão técnica de seu trabalho. A premissa adotada é que os diferentes investimentos sociotécnicos desses publicadores mantêm relações que não são nem automáticas, nem unívocas com concepções éticas e estéticas sobre a prática da publicação. Na esteira de Sennett (2009: 32), debruçamo-nos sobre tais práticas editoriais como laboratórios onde é possível pesquisar sentimentos e ideias. Dessa perspectiva e do estudo que realizamos dessas práticas, é possível extrair algumas conclusões provisórias.

É evidente que a positividade que os publicadores constroem em torno da própria prática e de sua concepção de “independência” faz lembrar

essa espécie de mecanismo infernal, que os artistas instalam e no qual se veem presos: criando eles próprios a necessidade que faz sua virtude, podem sempre ser suspeitos de fazer da necessidade virtude (Bourdieu, 1996: 100-101).

Entretanto, considerando-se o contexto em que tais discursos emergem, essa busca também pode ser remetida aos ideais de liberdade e felicidade que vão sendo plasmados nos discursos sobre o empreendedorismo (como condição positiva do precariado) e sobre a inovação (cooptação conservadora da criatividade). Esse novo modelo

propõe uma “verdadeira autonomia”, segundo nos dizem, baseada num autoconhecimento e na realização pessoal, e não a falsa autonomia, delimitada pela trajetória da carreira (Boltanski & Chiapello, 2009: 121).

A negativação do trabalho no *mainstream* tem, assim, como contraface

a perspectiva de trabalhar para um projeto interessante, que “vai a pena”, coordenado por uma pessoa “excepcional”, cujo “sonho vai ser compartilhado” (Boltanski & Chiapello, 2009: 121).

A flexibilidade e a conversão a uma trajetória profissional autônoma, onde seja possível engajar-se em projetos que respondam aos desejos de realização pessoal dos indivíduos, parecem encontrar condições ideais de reprodução nesses setores produtivos que flertam com a arte autônoma/vanguardista. Neles, o jovem “independente” acaba elaborando falas bastante ambíguas, colonizadas por cadeias discursivas diversas.

A polissemia que as ideias de “liberdade” e “independência” assume na fala desses publicadores encontra paralelos em vários outros setores onde certos modos de vida e de trabalho alternativos (artesanal, orgânico, colaborativo, *slow*, autogerido etc.), muitos deles pretensamente anticapitalistas, frequentemente flertam com os discursos e as práticas da terceirização, da precarização, da empresa-boutique, da produção *gourmet*, do serviço *personnalité* etc. O usufruto das possibilidades de geração e de consumo desses produtos e serviços está condicionado ao acúmulo (desigualmente distribuído) de capitais econômicos, sociais e simbólicos específicos, o que lhes dá um caráter parcialmente aristocrático.

Então, esse “retorno ao artesanal”, mediado pelo discurso do *do-it-yourself*, mais do que um levante contra a civilização industrial, parece remeter a uma nostalgia *vintage* com relação a um tempo inventado no qual o editor-autor, esquivando-se das amarras do mercado, das empresas e das demandas, podia criar livremente. Mais do que isso, aponta para um desejo de distinção: num momento no qual a publicação é uma atividade disponível a muitos, é preciso estabelecer certos parâmetros estéticos e técnicos que regulem a apreciação legítima do que se faz. Essa reabilitação do impresso se dá, afinal, num momento de ampliação das possibilidades de publicação digital. Inauguram-se, aqui, novas formas de fetichização do código, do papel e da impressão, colonizadas ora pela bibliofilia mais tradicional, dedicada ao culto do objeto livro tal como praticado em épocas distantes, ora pelo privilégio à experimentação de formas e formatos. Diz Michel Melot:

A questão da materialidade do livro, de sua morfologia, está na moda. [...] Parece evidente que se deve atribuir à irrupção da eletrônica e, de modo particular, das telas, este novo interesse pela forma do livro e por sua história material. Enquanto o reino do papel não tinha concorrentes, era difícil ver o objeto sob o conceito. Para observar o anzol, diz o ditado, o melhor é não se colocar no lugar do peixe (Melot, 2012: 24).

Ainda que apontem para certos imaginários do presente (dado que imersos num caldo cultural específico) e do futuro (colocando-se como portadores de uma prática simbólica “novedosa”, à qual creditam a possibilidade de permanência), esses

publicadores esteticamente orientados projetam-se na cena pública retrabalhando conteúdos passadistas. A impressão em papel aparece como procedimento técnico que se converte em práxis intelectual capaz de expulsar-lhes da impressão de insignificância que a torrente de informação do mundo virtual lhes imputa. É, portanto, na arcaica materialidade de gramaturas, grampos e gravuras que esses jovens produtores buscarão impor sua singularidade na vida cultural. Esse cariz nostálgico não lhes impedirá, contudo, de atribuir-se o papel de renovação e transformação da cena editorial e artística, calcados nos avatares de uma cultura *up-to-date* a tendências vigentes no Brasil e no exterior e das quais eles extraem os insumos de seu cosmopolitismo.

À guisa de síntese, pode-se dizer que as relações entre o passado e o futuro (do livro, da arte e do trabalho) tencionam a atividade desses publicadores que, com papéis e impressões, buscam a todo custo desempenhar um papel e causar uma impressão. Essa tensão é constitutiva de sua relação com o entorno digital e com o livro convencional, objetos fantasmáticos que, estando no cerne de sua repulsa ao tempo presente, definem o modo como pulsam seus investimentos técnicos, estéticos e éticos.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Norma Brasileira ABNT NBR 6029*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.
- ARAÚJO, Pablo Guimarães de. *Uma tecnologia na mão e uma ideia na cabeça: pequenas editoras, autores independentes e novas possibilidades de publicação de livros*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1990.
- CRENI, Gisela. *Editores artesanais brasileiros*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Autêntica; Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

ENGLISH, James F. *The economy of prestige: prizes, awards and the circulation of cultural value*. Cambridge; Londres: Harvard University Press, 2005.

GONÇALVES, Márcio Souza. O texto, o livro, o sentido e o leitor. *Signo*, v. 43, n. 76, p. 88-98, Jan./Abr. 2018.

HEINICH, Natalie. *L'épreuve de la grandeur: prix littéraires et reconnaissance*. Paris: Éditions La Découverte, 1999.

LIPOVESTKY, Gilles; SERROY, Jean. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MAGALHÃES, Flávia Denise Pires de. *Feira de publicações independentes: uma análise da emergência desses encontros em Belo Horizonte (2010-2017) e dos eventos Faísca – Mercado Gráfico e Textura (2017-2018)*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MELOT, Michel. *Livro*. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2012.

MUNIZ JR., José de Souza. *Girafas e bonsais: editores “independentes” na Argentina e no Brasil (1991-2015)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2016a.

———. Os sentidos da produção cultural independente: usos e abusos de uma noção instável. *Parágrafo: Revista Científica de Comunicação da Fiam-Faam*, v. 4, p. 107-116, 2016b.

———. Unidos (não nos) venderemos: três modos de inventar a edição independente. In: FARIAS, Edson et alii (Orgs.). *Arte/cultura nas ciências sociais*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2018 (no prelo).

QUINTEL, Pedro; BORGES, Marta. Livros, fanzines e outras publicações independentes. Um percurso pela “cena” do Porto. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n. 31, Dez. 2015.

SAPIRO, Gisèle. The metamorphosis of modes of consecration in the literary field: academies, literary prizes, festivals. *Poetics*, n. 59, p. 9-14, 2016.

SENNETT, Richard. *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SORÁ, Gustavo. Tempo e distâncias na produção editorial de literatura. *Maná*, v. 3, n. 2, 1997.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Recommendation concerning the international standardization of statistics relating to book production and periodicals*. Paris: Unesco, 1964. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13068&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 15 Out. 2018.

WILLIAMS, Raymond. *The sociology of culture*. Chicago (IL): The University of Chicago Press, 1995.

———. *The long revolution*. Harmondsworth (UK); Victoria (UK): Penguin Books, 1965.



A digitalização do simbólico e o capitalismo cultural-digital: a expansão dos serviços culturais-digitais no Brasil

Recebido: 25.07.18
Aprovado: 29.10.18

Elder P. Maia Alves**

* Elder P. Maia Alves
é professor associado
I na Universidade
Federal de Alagoas,
Instituto de Ciências
Sociais, Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia (PPGS/
ICS/Ufal), Maceió,
Alagoas, Brasil.
Orcid: 0000-
0003-4896-1962.
<epmaia@hotmail.
com>.

Resumo: O capitalismo cultural-digital tem como núcleo o processo de digitalização do simbólico. Esse processo abriga quatro fenômenos interdependentes: (1) a consolidação da tecnologia do *streaming*; (2) a expansão global do uso dos dispositivos digitais móveis, especialmente os *smartphones*; (3) a convergência digital; (4) o advento e a profusão da Web 2.0, etapa da Internet na qual a maioria dos conteúdos é criada, distribuída, compartilhada e consumida pelos próprios usuários. As interfaces entre esses quatro fenômenos permitiram que as maiores corporações de tecnologias digitais do planeta (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft) também tenham se tornado grandes corporações de arte, cultura e entretenimento, construindo novos modelos de negócios – os serviços culturais-digitais, especialmente a oferta dos serviços por assinatura via *streaming*. Tendo em vista o cruzamento de diferentes dados quantitativos acerca desses fenômenos, este trabalho objetiva compreender a expansão dos serviços culturais-digitais no Brasil nos últimos dez anos.

Palavras-chave: Capitalismo cultural-digital. Digitalização do simbólico. Mercados culturais-digitais. Serviços culturais-digitais. Suportes digitais móveis.

The digitalization of the symbolic and the cultural-digital capitalism: the expansion of cultural-digital services in Brazil

Abstract: The cultural-digital capitalism has as its core the process of digitalization of the symbolic. This process harbors four interdependent phenomena: (1) consolidation of streaming technology; (2) the global expansion of the use of mobile digital devices, especially smartphones; (3) digital convergence; (4) the advent and profusion of Web 2.0, the Internet stage in which most of the content is created, distributed, shared and consumed by the users themselves. The interfaces between these four phenomena have allowed the world's largest digital technology corporations (Google, Amazon, Facebook, Apple and Microsoft) to become major art, culture and entertainment corporations, building new business models – cultural services, especially the provision of subscription services via streaming. Considering the cross-reference of different quantitative data about these phenomena, this paper intends to understand the expansion of cultural-digital services in Brazil in the last ten years.

Keywords: Digital-cultural capitalism. Digitalization of the symbolic. Cultural-digital markets. Cultural-digital services. Mobile digital media.

Introdução

Este trabalho tem como objeto o processo de expansão dos serviços culturais-digitais no Brasil. Nos últimos dez anos, os serviços culturais-digitais têm redefinido por completo os mercados culturais em todo o mundo. No entanto, para compreender as especificidades deste objeto é preciso alargar bastante o arco de mudanças sociológicas que enlaçam os principais responsáveis pela penetração dos serviços culturais-digitais no Brasil. Esse complexo arco pode ser capturado a partir do que denominamos de capitalismo cultural-digital e digitalização do simbólico. É por meio da mobilização dessas duas categorias de análises que pretendemos responder à pergunta que anima esta investigação: como e por que as principais corporações de tecnologia digital do mundo (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft – Gafam) também têm se tornado as principais empresas de arte, entretenimento e cultura e como esse processo vem ocorrendo no Brasil?

Para responder à pergunta mobilizada acima é necessário descrever com precisão o processo regular de aproximação entre o domínio simbólico-artístico-estético e o domínio econômico-comercial-tecnológico. A aproximação desses domínios, desde a segunda metade do século XIX, já vem ocorrendo. Com a consolidação e expansão dos processos de industrialização e urbanização e, em seu bojo, o advento da fotografia, do cinema e da publicidade recrudesceram o fluxo de imagens, signos e sons, instaurando conflitos com as linguagens artísticas consagradas, como a pintura, a literatura e o teatro. No entanto, como demonstram Walter Benjamin (1980) e Norbert Elias (1993), foi exatamente esse processo, de ordem socioeconómica, que permitiu a emersão de novas clivagens de consumidores (comerciantes burgueses ascendentes, profissionais liberais ascendentes e camadas urbanas médias) e, mediante o consumo de novos e antigos conteúdos artísticos e culturais, conferissem maior autonomia relativa para seus criadores (pintores, escritores, músicos, arquitetos, fotógrafos, entre outros) em face dos ditames exercidos pela Igreja Católica e as cortes absolutistas durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

O processo descrito acima se intensificou na primeira metade do século XX, fazendo emergir diversos mercados culturais (televisivo, cinematográfico, fonográfico e publicitário) e novas formas de dominação empresarial e comercial no centro do capitalismo avançado. O recrudescimento dos processos socioeconómicos descritos por Benjamin e Elias na primeira metade do século XX fez eclodir o processo de industrialização do simbólico (Canclini, 2001), este, por sua vez, evidenciou a aproximação de longa duração entre o domínio simbólico-artístico-estético e o domínio econômico-comercial-tecnológico. Atentos a essas mudanças nos contornos

do capitalismo avançado, Adorno e Horkheimer cunharam, na década de 1940, o conceito de indústria cultural para, entre outros aspectos, capturar tal aproximação; assim como Raymond Williams, já nos anos de 1960, cunhou a categoria de materialismo cultural para evidenciar a interpenetração entre infraestrutura (as condições materiais de produção econômicas e industriais) e superestrutura (os conteúdos simbólicos, religiosos, artísticos, políticos, jurídicos e filosóficos). Em outros termos, a clássica complementação dialética elaborada por Marx – ainda na passagem da primeira para segunda metade do século XIX – entre a essência e a aparência.

A aproximação e a interpenetração entre o domínio simbólico-artístico-estético e o domínio econômico-comercial-tecnológico ganhou uma inflexão definitiva entre as décadas de 1960 e 1970. As mudanças ocorridas nessas décadas e recrudescidas desde então foram decisivas para se compreender o advento e a profusão do capitalismo cultural-digital e do processo de digitalização do simbólico. Duas transformações foram assim capitais:

- i.* a emergência da sociedade pós-industrial de serviços; e
- ii.* a consolidação da economia do conhecimento.

Desde a década de 1960 e 1970, assistimos à transição de uma economia urbano-industrial nacional para uma economia global da informação, caracterizada pelo sociólogo Daniel Bell (1973) como as novas sociedades pós-industriais. Conforme constata Bell, em 1870 o emprego agrícola representava 47% da força total de trabalho nos Estados Unidos. Um século após, o emprego agrícola representava apenas 3% do total da força de trabalho empregada. Durante o mesmo período, o emprego no setor de serviços saiu de 26% para 60% do total da força de trabalho empregada. Entre as décadas de 1920 e 1970, ocorreu uma redução substantiva no contingente de trabalhadores empregados na indústria extractiva (mineração e agricultura), saindo de 28,9%, em 1920, para 4,5%, em 1970. No decurso das décadas de 1980 e 1990 esse mesmo processo passou a ocorrer em diversos outros países. As séries históricas de países como o Brasil demonstram a redução paulatina da indústria na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Por exemplo, entre 2000 e 2017 ocorreu um crescimento regular do valor adicionado pelo setor de serviços à economia brasileira. Nesse último ano, o setor de serviços correspondia a 75,2% do valor adicionado ao PIB brasileiro, ao passo que o setor industrial adicionou 21,4% e o setor agropecuário 3,4%.

No caso brasileiro, o processo de expansão dos setores de serviços e da correspondente desindustrialização foi ainda acompanhado por um contínuo déficit tecnológico. A fusão entre os investimentos em dispositivos tecnológicos, processos de

inovação, agregação de valor aos serviços de elevado capital humano, e, por fim, a proteção jurídico-comercial (*copyright*) associada a tais bens, produtos e serviços produziu um elevado déficit na balança de pagamento das atividades econômicas que envolvem alta, média-alta, média-baixa e baixa intensidade tecnológica. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre 1996 e 2011 o Valor de Transformação Industrial (VIT) na economia brasileira sofreu sucessivas reduções. Este indicador mensura o nível de participação da transformação industrial a partir do grau de intensidade tecnológica: alta, média-alta, média-baixa e baixa.

Entre 1996 e 2011, os setores de alta intensidade tecnológica reduziram a sua participação de 8,8% para 5,5% do VIT existente na economia brasileira (Ipea, 2017). Por outro lado, os setores de média-baixa tecnologia aumentaram a sua participação no VIT de 28,5% para 33,4%. Associado a este processo, ocorreu uma redução substancial da indústria de transformação no saldo da balança comercial brasileira entre 2007 e 2013, saindo de um superávit de US\$ 22,2 bilhões para um déficit de US\$ 53,7 bilhões. Esse déficit resultou do aumento regular de diversos déficits contínuos nos setores de alta e média intensidade tecnológica desde 1996. Em 2013, o Brasil registrou um déficit comercial nos setores de alta intensidade tecnológica de US\$ 31,98 bilhões, no ano 2000 esse déficit foi de US\$ 3,67 bilhões; no que tange aos setores de média-alta intensidade tecnológica, o déficit foi de US\$ 55,44 bilhões, no ano 2000 esse déficit foi de apenas US\$ 7,68 bilhões. A quase totalidade da economia do conhecimento é composta por setores de alta e média-alta intensidade tecnológica, como os componentes computacionais, os *softwares*, os dispositivos digitais de tecnologia móvel, como os *smartphones*, a computação em nuvem, a Internet das coisas, a inteligência artificial, os serviços de conteúdos em pesquisa, desenvolvimento, educação, comunicação, arte, entretenimento e cultura.

A seminal análise de Castells (2009) sobre a sociedade em rede reforça as interpretações sugeridas por Bell. Desde as décadas de 1980 e 1990, o conhecimento, materializado em serviços e produtos, tornou-se um ativo imprescindível. A partir do início da década de 1990, os governos das mais poderosas economias do globo passam a carrear recursos crescentes para o financiamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento que possam resultar em ganhos de valor econômico. Destacam-se nesse processo países como o Reino Unido, o Japão, a Coreia do Sul, os Estados Unidos, a China e a Alemanha. Entre os anos de 2000 e 2013, os Estados Unidos, a Alemanha e o Reino Unido elevaram paulatinamente os percentuais de seus PIBs para o financiamento de pesquisa e desenvolvimento. Os investimentos com pesquisa e desenvolvimento alcançaram, em 2013, o percentual de 2,1%

do PIB chinês, o que significou, em valores nominais, aproximadamente US\$ 24 bilhões. Não por acaso, as três principais economias do mundo (Estados Unidos, China e Japão) também são a que mais possuíam patentes, direitos de propriedade intelectual e *copyright*.

Concomitantemente ao desenvolvimento da economia global do conhecimento ocorreu o processo de digitalização de uma parte expressiva das atividades de serviços de pesquisa, informação, comunicação, conhecimento, lazer, entretenimento, arte e cultura. A digitalização – especialmente o que definimos como digitalização do simbólico (Alves, 2016) – aproximou, definitivamente, as interfaces entre arte, tecnologia, cultura, inovação e desenvolvimento ou, em outros termos, permitiu a consolidação definitiva de um novo amálgama entre o domínio simbólico-estético-artístico e o domínio econômico-comercial-tecnológico. Chamamos esse amálgama de capitalismo cultural-digital.

A transformação das principais corporações de tecnologia digital em empresas de arte, cultura e entretenimento

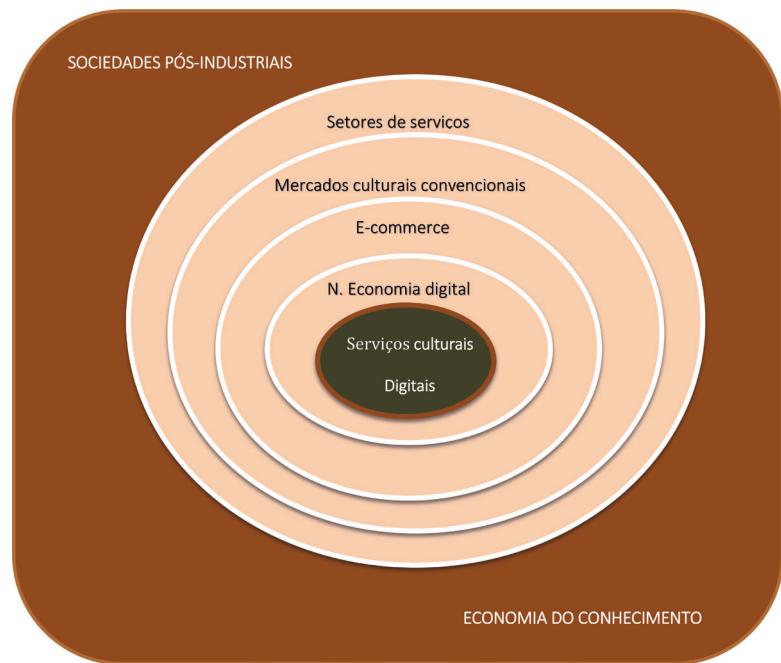
Antes de definir e fazer uso analítico das categorias de industrialização do simbólico e de capitalismo cultural-digital, é necessário assinalar que a consolidação das sociedades pós-industriais de serviços e a expansão das economias do conhecimento resultaram numa diferenciação bastante acentuada das economias contemporâneas. No centro dessa diferenciação repousa o papel econômico da Internet. É somente diante da descrição precisa de tal diferenciação que se torna possível situar o processo de digitalização do simbólico e o núcleo do capitalismo cultural digital, qual seja, o advento e a intensa expansão dos serviços culturais-digitais, criados e modelados pelas cinco maiores corporações de tecnologia digital do planeta, que também são as maiores empresas existentes no mundo – Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft (Gafam). Entre 1998 e 2018, a expansão econômica e cultural da rede mundial de computadores resultou na seguinte diferenciação:

- i.* no primeiro e mais abrangente círculo concêntrico está a grande e multifacetada economia de serviços global (que abarca serviços de bem-estar, beleza, segurança, saúde, alimentação, moradia, lazer, arte, cultura, entretenimento, turismo, entre tantos outros);
- ii.* em um segundo círculo situam-se os mercados de bens simbólicos (audiovisual, musical, editorial, de artes cênicas, artes visuais, patrimônio, gastronomia, moda, entre outros);

- iii. num terceiro círculo está o *e-commerce* (atividade de comercialização de produtos, mercadorias e serviços por meio dos sites e plataformas digitais, cujo crescimento superou todas as expectativas nos últimos dez anos);
- iv. no quarto círculo se situa a economia digital (composta por todas as atividades que mantêm vínculos e mediações com a Internet, monopolizada por poucas corporações globais e as plataformas que lideraram a chamada inovação disruptiva);
- v. no último círculo encontram-se os serviços culturais-digitais (atividades de produção, distribuição e consumo de conteúdos artístico-culturais por meio de plataformas especializadas em serviços de *streaming*, tais quais Netflix, Amazon Prime Video, Apple Music, Spotify, Deezer, Twitch, entre muitos outros).

Os dois primeiros círculos existem na dimensão *off-line*, já os últimos três exigem a conectividade *on-line*.

FIGURA 1
DIFERENCIAMENTO DA ECONOMIA GLOBAL CONTEMPORÂNEA



Fonte: elaboração do autor.

Em 2008, 23% de toda a população do globo tinham acesso regular à Internet. Em 2016, oito anos depois, esse mesmo percentual se elevou para 46%, um crescimento de exatos 100%. Ainda em 2008, 61% da população dos países desenvolvidos tinham acesso regular à Internet, percentual que aumentou para 80% em 2016. No que tange aos países em desenvolvimento, 14% de toda a sua população tinham acesso regular à Internet, número que chegou a 39% em 2016. O crescimento brasileiro durante esse período também foi bastante acentuado, saindo de 34% do total da população, em 2008, para 61%, em 2016. No caso dos países menos desenvolvidos, o acesso à Internet saiu de 2% da sua população, em 2008, para 16%, em 2016 (CGI-BR, 2017). Os dados evidenciam dois aspectos:

- i. uma intensa expansão do acesso à Internet, em todo o mundo;*
- ii. a existência de uma severa assimetria entre as clivagens apresentadas – países desenvolvidos, em desenvolvimento e pouco desenvolvidos.*

Nos últimos dez anos, o comércio de produtos, bens e serviços através do varejo on-line no site das empresas (empresas de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, cosméticos, roupas, acessórios automotivos, livros, entre outros) – o *e-commerce* – obteve um crescimento exponencial. Entre 2010 e 2015, o *e-commerce* obteve um crescimento da ordem de 185%, saindo, em 2010, de US\$ 572 bilhões para US\$ 1,4 trilhão, em 2015, sendo a China responsável por US\$ 562 bilhões, os Estados Unidos por US\$ 349 e o Reino Unido por US\$ 94 bilhões. Esses três países lideram o fluxo do comércio varejista digital no mundo. Não por acaso, as duas principais companhias de *e-commerce* do mundo, a Amazon (maior empresa em valor de mercado do globo) e a Alibaba (oitava companhia em valor de mercado do mundo), são, respectivamente, norte-americana e chinesa. No Brasil, em 2017, ano de modestíssimo crescimento econômico (1,0%), o *e-commerce* obteve um crescimento de 12%, alcançando um faturamento de R\$ 60 bilhões, ao passo que o varejo físico experimentou um recuo de 6%.

O *e-commerce* foi também potencializado pelo advento da nova economia digital, no interior da qual repousam fenômenos como:

- i. a Web 2.0 (fase da Internet ancorada na profusão global das redes sociais digitais, através das quais os usuários, ou engajados digitais, produzem, distribuem e consomem cerca de 75% de todo o conteúdo digital global);*
- ii. o big data (compartilhamento de dados e informações acerca dos usuários e consumidores em todo o globo, que tornou dados individuais um dos maiores ativos econômicos contemporâneos);*

- iii. a inteligência artificial* (incorporação da linguagem e do aprendizado humano em robôs de alta performance computacional, que se automatizam mediante a mimetização e o acúmulo de informação re-passada e armazenada por meio da interação com os humanos);
- iv. a computação em nuvem* (armazenamento de gigantescos bancos de dados em provedores privados conectados on-line, localizados em locais muito distante da maioria dos usuários e armazenados fora dos dispositivos de memórias dos computadores, dos *smartphones* e de-mais suportes utilizados pelos usuários);
- v. a Internet das coisas* (conexão de aparelhos, suportes e objetos atra-vés de sensores integrados via Internet).

Nos últimos dez anos esses fenômenos ganharam materialidade comercial e deram forma a novos modelos de negócios. Por exemplo, em 2007 a Amazon lançou o S3, que se tornou o primeiro serviço corporativo de armazenamento de dados na nuvem, embrião da AWS (Amazon Web Services). A AWS se tornou uma das principais empresas da Amazon, tornando-se a líder global de fornecimento de serviços para o armazenamento de dados na computação em nuvem, dominando um terço de todo o mercado e tornando-se, por conseguinte, decisiva para a expansão das redes sociais digitais e dos milhares de *startups* que surgiram no rastro do processo recente de expansão global da Internet. A AWS se tornou uma gigantesca divisão corporativa da Amazon, prestando serviços exclusivamente para outras empresas, a chamada computação B2B (*business to business*), como Microsoft, Google e Netflix. Mediante a contratação da AWS, essas empresas dispensam a instalação de parques tecnológicos próprios, a construção e a manutenção de provedores em suas pró-prias dependências. No primeiro trimestre de 2018, a AWS se tornou uma das divi-sões mais lucrativas da Amazon. Nesse período, a empresa obteve um faturamento de US\$ 5,1 bilhões e um lucro de US\$ 1,3 bilhão. Nesse mesmo período, as vendas on-line (*e-commerce*) da Amazon nos Estados Unidos obtiveram um faturamento de US\$ 37 bilhões, extraíndo um lucro de US\$ 1,7 bilhão.

Os negócios mencionados acima permitiram o advento da chamada inovação dis-ruptiva, no qual novas plataformas digitais remodelaram por completo muitos mer-cados globais. A inovação disruptiva está ancorada na criação de plataformas digi-tais que integram e disponibilizam novas atividades a partir de serviços existentes, catapultando a chamada inovação de serviços. Desse modo, plataformas como a Airbnb modificou por completo a prática de reserva de hospedagem; o Uber modifi-cou a prática de solicitar e utilizar um táxi; o PayPal alterou a forma de as empresas, os bancos e os consumidores liquidarem suas contas, produtos e serviços; assim

como o YouTube redefiniu as estratégias publicitárias de produtoras, criadores musicais e anunciantes. A Airbnb, por exemplo, obteve, por meio de sua plataforma, quatro bilhões de reservas em 2014. Nesse mesmo ano, durante a Copa do Mundo no Brasil, 25% do total de turistas e visitantes que estiveram no país por ocasião do evento ficaram em acomodações intermediadas pelo Airbnb – 150 mil pessoas de um total de 600 que estiveram no Brasil durante o evento esportivo. Como assinala Goodwin, mobilizado por David Rogers,

o Uber, a maior empresa de táxi do mundo, não tem veículos; o Facebook, a mídia mais popular do mundo, não cria conteúdo; o Alibaba, o varejista mais valioso, não tem estoque; a Airbnb, o maior fornecedor de acomodações do mundo, não tem imóveis (Rogers, 2017).

Embora os mercados culturais convencionais integrem o segundo círculo concêntrico da Figura 1, preferimos tratá-lo após a descrição do *e-commerce* e da nova economia digital para que os contrastes fiquem claros com os serviços culturais-digitais, núcleo da Figura 1 e do nosso interesse analítico e empírico. Os mercados culturais convencionais são compostos por seis agentes estruturais:

- i.* as empresas culturais privadas especializadas;
- ii.* as empresas não culturais;
- iii.* os profissionais criativos especializados e os trabalhadores da cultura;
- iv.* os bancos comerciais privados;
- v.* as instituições estatais-governamentais;
- vi.* os consumidores de bens culturais.

Esses seis agentes apresentam rationalidades econômicas e empresariais distintas, interesses muitas vezes conflitantes e características socioeconômicas também diversas, de acordo com o enraizamento em determinados países (Granovetter, 2018). Os mercados culturais são assim denominados, pois, até há cerca de dez anos, os processos criativos, os modelos de negócios, os critérios de investimento públicos e privados, assim como as práticas de consumo dos conteúdos simbólico-culturais, haviam sido pouco impactados pelo processo de digitalização do simbólico e, por conseguinte, pela construção do capitalismo cultural-digital.

O capitalismo cultural-digital é uma figuração global (Elias, 1993) bastante complexa, poderosa e assimétrica, composta por diversos mercados culturais-digitais

globais interdependentes e concorrentes entre si. Há três aspectos estruturais que diferenciam os mercados culturais-digitais entre si e os diferenciam dos mercados culturais convencionais:

- i. o grau de inovação tecnológica;*
- ii. o grau de digitalização; e*
- iii. o grau de convergência digital.*

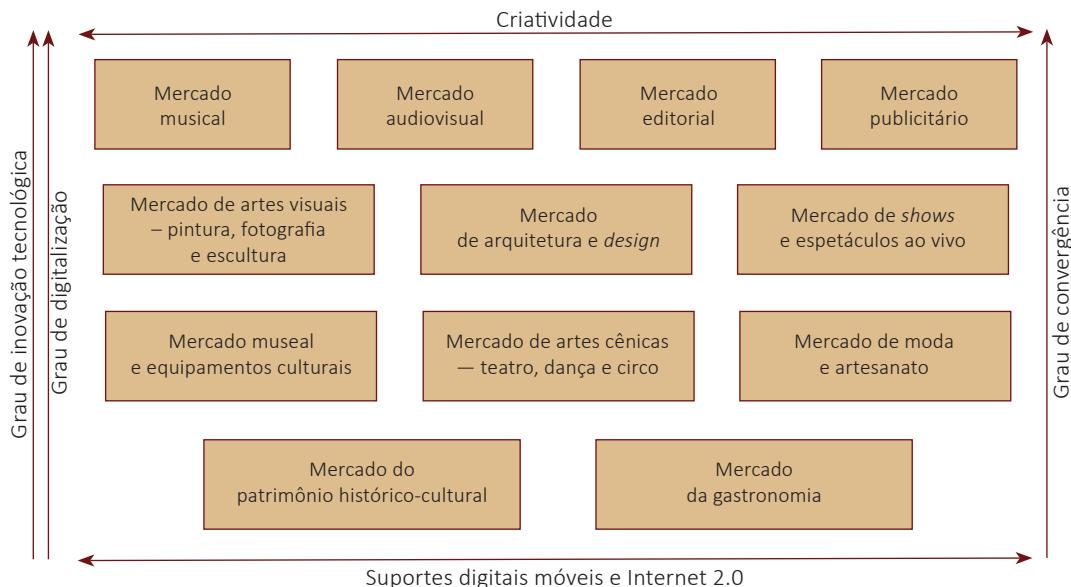
A criatividade é transversal e horizontal aos mercados culturais, perpassa-os e os atravessa; já a presença dos suportes digitais móveis (notadamente os *smartphones*) e o impacto da Internet 2.0 decorrem do grau e da intensidade dos três aspectos estruturais citados. Os quatro mercados culturais-digitais situados no topo da Figura 2 (musical, audiovisual, editorial e publicitário) são os que detêm o maior grau de inovação tecnológica, o maior grau digitalização e o maior grau de convergência digital. Significa dizer que são os mercados que estão passando por uma intensa transição digital e, por conseguinte, por uma maior penetração dos serviços culturais-digitais. No interior de cada um dos doze mercados culturais apresentados na Figura 2 atuam os mesmos seis agentes estruturais descritos antes:

- i. empresas culturais privadas especializadas;*
- ii. trabalhadores da cultura e profissionais criativos;*
- iii. empresas não culturais;*
- iv. bancos comerciais privados;*
- v. órgãos governamentais e instituições estatais; e*
- vi. famílias e consumidores de conteúdos artístico-culturais.*

No entanto, nos mercados culturais-digitais as empresas culturais são também grandes corporações de tecnologia digital (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft – Gafam), que, cada vez mais, financiam, licenciam, distribuem e comercializam conteúdos de arte, cultura e entretenimento.

Quanto mais um mercado cultural convencional apresenta níveis de inovação tecnológica, digitalização e convergência digital, tanto mais ele está ancorado e monetizado pela presença dos serviços culturais-digitais. É o caso do mercado musical, o mercado mais digitalizado do mundo. Em 2014, 46% de toda a música consumida no planeta já era digital, ficando os conteúdos musicais fruídos por meios de suportes

FIGURA 2
COMPOSIÇÃO DO CAPITALISMO CULTURAL-DIGITAL:
VARIÁVEIS DO PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DO SIMBÓLICO



Fonte: elaboração do autor

físicos com outros 45% e as performances musicais ao vivo com 9%. Em 2016, 50% de todo faturamento do mercado fonográfico global foi gerado pela esfera digital, tendo os suportes físicos (CDs e DVDs) contribuído com 34% e as performances (*shows*) ao vivo correspondendo a 14%. Esse mercado passou a contar com a maior presença dos serviços culturais-digitais, especialmente aqueles ofertados através de assinaturas digitais ancorados na tecnologia do *streaming*, liderados por plataformas como Spotify, Apple Music e Deezer.

Os serviços culturais-digitais correspondem ao núcleo central do processo de digitalização do simbólico, que é tributário, por sua vez, de quatro fenômenos associados:

- i. o intenso processo de aumento da velocidade, de armazenamento e transmissão de dados no âmbito da Internet, materializado na tecnologia do *streaming*, que somente se tornou possível com o advento da computação em nuvem;
- ii. a profusão global dos dispositivos digitais móveis, notadamente os *smartphones* (em 1990 havia em todo o mundo cerca de 300 milhões de aparelhos celulares, em 2016 esse número foi de 8 bilhões de apa-

relihos, sendo 5 bilhões de *smartphones*, cerca de 70% da população mundial);

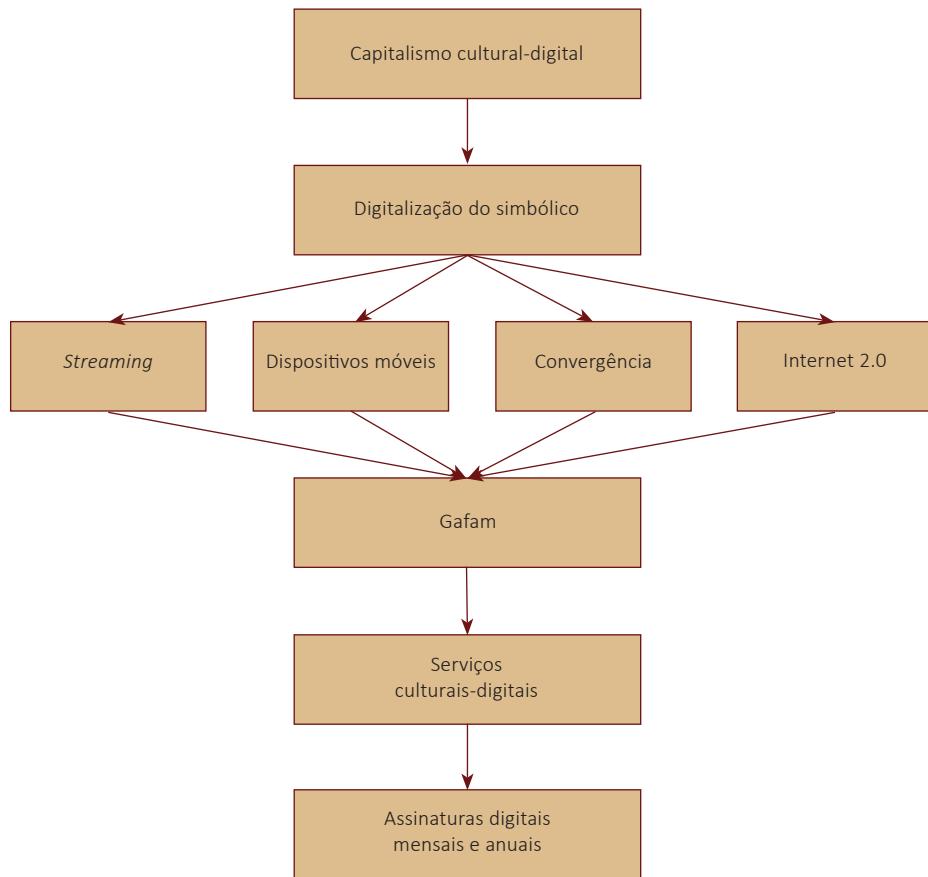
iii. a convergência digital, que liga e conecta diversos dispositivos entre si, múltiplos suportes e linguagens, originando o fenômeno transmídia, inteiramente ligado à Internet das coisas; e

iv. o advento da Internet 2.0, fase da Internet na qual a maioria dos dados (textos, notícias, vídeos, músicas, mensagens, imagens etc.), é criada, compartilhada e consumida pelos próprios usuários, conectados e engajados nas principais redes sociais digitais globais, como Facebook, Instagram, WhatsApp, YouTube, Twitter etc. (no início de 2018 o Facebook possuía 2,1 bilhões de usuários).

Esses quatro fenômenos criaram as condições para o fortalecimento das cinco principais corporações globais de tecnologia digital (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft – Gafam), e que, agora, também são poderosas financiadoras, compradoras, distribuidoras e comercializadoras de conteúdos de arte, cultura e entretenimento por meio dos múltiplos modelos de negócios, com destaque para a oferta dos serviços culturais-digitais de assinatura via *streaming*.

O conjunto das exportações do Gafam tornou os Estados Unidos o maior exportador de serviços culturais-digitais do globo, cujo valor total (US\$ 68,6, bilhões em 2013) foi superior ao somatório de todos os 14 maiores exportadores juntos (Unesco, 2015). Podemos ilustrar a diferença entre um bem cultural, que dá vida aos mercados culturais convencionais, e um serviço cultural-digital, que anima os mercados culturais-digitais, da seguinte maneira: a prática de consumo simbólico-cultural de um longa-metragem no cinema diz respeito ao consumo de um bem cultural; já a fruição de uma série ou um longa-metragem numa plataforma digital *on-demand*, ofertado por empresas como a Netflix, concerne ao consumo de um serviço cultural-digital. Do mesmo modo, a prática de consumo do conteúdo de um *show* musical refere-se ao consumo de um bem cultural; já a audição desse mesmo conteúdo musical nas plataformas musicais de *streaming*, como Spotify e Apple Music, transforma-se no consumo de um serviço cultural-digital. A visita ao acervo de um museu concerne à prática de consumo de um bem cultural, essa mesma visita realizada por meio da criação de um perfil digital e/ou um avatar no site do mesmo museu torna-se o consumo de um serviço cultural-digital. A leitura de um livro, em um suporte físico, diz respeito ao consumo de um bem cultural; essa mesma leitura realizada na tela do tablet, do computador, do *smartphone* e/ou do suporte de leitura especializado (como o Kindle da Amazon) refere-se a um serviço cultural-digital.

FIGURA 3
CORPUS EMPÍRICO-CONCEITUAL DO CAPITALISMO CULTURAL-DIGITAL



Fonte: elaboração do autor

Os serviços culturais-digitais são serviços que ofertam conteúdos de arte, entretenimento e cultura, por meio de modelos de negócios específicos, desenvolvidos por empresas e plataformas digitais. O consumo dos serviços culturais-digitais também instaura relações de *e-commerce*, pois, embora não se trate da compra de um objeto físico (eletroeletrônicos, cosméticos e roupas), mas sim da compra de conteúdos musicais, cinematográficos, de *games*, quadrinhos e outros, essa prática cultural envolve uma operação comercial.

No Brasil, por exemplo, o consumo tanto dos bens culturais como dos serviços culturais-digitais tem aumentado nos últimos dez anos, embora a cesta geral de consumo das famílias tenha sofrido uma forte redução entre 2014 e 2017. De acordo com a pesquisa publicada pela J. Leiva¹ em 2018, realizada nas 12 capitais brasileiras

1. A pesquisa entrevistou 10.630 pessoas e foi aplicada entre junho e julho de 2017.

mais populosas, as principais práticas de consumo de bens culturais registraram uma elevação. Das 13 práticas pesquisadas (cinemas, leitura, *shows*, *games*, festas populares, feiras de artesanato, biblioteca, dança, museu, teatro, circo, saraus e concertos) o destaque maior coube às quatro primeiras. De acordo com a fonte, 64% dos brasileiros afirmaram terem ido ao cinema pelo menos uma vez nos últimos 12 meses, 55% responderam que consumiram *games*, 46% responderam que foram a *shows* musicais ao menos uma vez nos últimos 12 meses, 45% assinalaram que leram ao menos um livro nos 12 meses anteriores a realização da pesquisa, 42% a festas populares, 40% a feiras de artesanato e 39% à biblioteca. Como visto antes, essas práticas culturais integram mercados culturais convencionais, alguns dos quais, como o cinema, a música e os *games* estão passando por um profundo processo de digitalização. Como será explorado na segunda seção deste trabalho, sustentamos que a expansão das práticas de consumo dos serviços culturais-digitais é muito mais significativa no Brasil e os seus efeitos econômicos muito maiores, em decorrência de quatro aspectos:

- i.* a intensa expansão da Internet;
- ii.* o aumento regular dos *smartphones* como unidade de consumo de conteúdos de arte, entretenimento e cultura;
- iii.* a intensidade e a frequência cotidiana desse mesmo consumo, especialmente músicas, filmes, séries, programas de TV e *games*;
- iv.* a não necessidade de deslocamento do lar para a fruição dos conteúdos junto aos equipamentos culturais (cinemas, feiras, bibliotecas, museus, galerias, teatros etc.).

Há um feixe de interdependências bastante estreito entre as sociedades pós-industriais de serviços, as economias do conhecimento, o *e-commerce*, a nova economia digital e os serviços digitais-culturais. Adiciona-se a esse feixe mais uma dimensão: o aumento relativo da renda em diversos países do mundo, o que permitiu – consoante ao barateamento da tecnologia, às políticas públicas de expansão da banda larga e à competição econômica – a expansão geral dos usuários da Internet em todo o globo. No interior desse movimento, intensificado nos últimos dez anos, as maiores corporações globais de tecnologia – o Gafam – decidiram copiar e/ou criar modelos de negócios em torno dos serviços culturais-digitais, reforçando a posição econômica dessas companhias na economia global.

Como evidencia a Tabela 1, a participação predominante do Gafam nos contornos do *e-commerce*, da nova economia digital e, mais recentemente, nos mercados cul-

TABELA 1
A CINCO MAIORES EMPRESAS DO MUNDO
(VALOR DE MERCADO – JUNHO DE 2018)

Colocação	Empresa	Serviços	Setor geral de atuação	Setores específicos de atuação	Sede	Valor de mercado (US\$)
1º	Amazon	Amazon Marketplace, Amazon Web Services (AWS), Souq.com, Twist, Amazon Prime Video	Tecnologia digital	E-commerce, nova economia digital e serviços culturais-digitais	Estados Unidos	822 bilhões
2º	Apple	Série Iphone, série Ipad, sistema operacional IOS, Apple Music	Tecnologia digital	E-commerce, nova economia digital e serviços culturais-digitais	Estados Unidos	785 bilhões
3º	Microsoft	Skype, sistema Windows, Mixer	Tecnologia digital	E-commerce, nova economia digital e serviços culturais-digitais	Estados Unidos	725 bilhões
4º	Google	Sistema de busca, Chrome, YouTube, Android, Google Maps, Gmail, Google Drive, Google Play, Waze	Tecnologia digital	E-commerce, nova economia digital e serviços culturais-digitais	Estados Unidos	693 bilhões
5º	Facebook	WhatsApp, Instagram, Messenger	Tecnologia digital	E-commerce, nova economia digital e serviços culturais-digitais	Estados Unidos	688 bilhões

Fonte: *Valor Econômico*.

turais-digitais, por meio do controle do conteúdo de muitos serviços culturais-digitais, têm resultado em tensões e processos de multa junto a essas companhias. Em julho de 2018, a União Europeia anunciou uma multa de € 4,3 bilhões (aproximadamente R\$ 10,6 bilhões) ao Google. De acordo com a União Europeia, entre 2013 e 2016 o Google forçava os fabricantes de celular a pré-instalar os seus aplicativos (onde consta a *Play Store*, loja de conteúdos do Google) no sistema operacional desenvolvido pelo próprio Google, o Android, utilizado por cerca de 80% dos usuários de *smartphones* em todo o mundo. A União Europeia classifica essa prática como ilegal. A multa imposta ao Google não chega a comprometer as suas reservas e o seu valor de mercado, a primeira da ordem de US\$ 200 bilhões, a segunda, como demonstra a Tabela 1, avaliada em US\$ 693 bilhões. Importante observar que o valor de mercado leva em conta o valor das ações, as expectativas de crescimento a médio e longo prazo e o domínio de *copyright*.

Especialmente no que tange aos serviços culturais-digitais, empresas como Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft passaram a desenvolver estratégias norteadas pelo sucesso de empresas como a Netflix. Em 2008, a receita da Netflix foi de US\$ 1,4 bilhão, em 2014, seis anos mais tarde, o faturamento saltou para US\$ 5,5 bilhões. Em 2016, o faturamento da empresa foi de US\$ 8,8 bilhões, uma elevação de 60% em apenas dois anos. No total, 49,43% desse faturamento foi registrado nos Estados Unidos, e 50,57% em âmbito internacional. Presente em 190 países, em 2017 na América Latina, a Netflix estava presente principalmente no México (46,8% dos assinantes da região), no Brasil (31% dos assinantes na região), e Colômbia (6,6% do total de assinantes na região). Segundo a Agência Nacional do Cinema (Ancine), estima-se que, em 2017, a Netflix já congregava nove milhões de assinantes no Brasil, o equivalente ao total de assinantes do *streaming* Grupo Net/Claro, grupo líder no mercado de TV por assinatura no Brasil. A Netflix comercializa no Brasil quatro modalidades de pacotes:

- i.* básico (R\$ 19,90);
- ii.* padrão (R\$ 27,90);
- iii.* premium (R\$ 37,90); e
- iv.* ultra premium (R\$ 53,90).

Em 2017, todos os aparelhos de *smartv* da Samsung passaram a ser fabricados contendo os aplicativos da Netflix, YouTube e Facebook em seu *software*. No primeiro semestre de 2016, a Netflix reunia 95 milhões de assinaturas regulares, no segundo semestre de 2018 já eram 120 milhões, contingente que tornou a empresa a mais valiosa companhia de mídia do mundo², com valor de mercado de US\$ 172 bilhões, ao passo que a Disney – a segunda maior – estava avaliada em US\$ 162 bilhões. A compra da Fox pela Disney³, em dezembro de 2017, revela bem a contundência econômica dos serviços culturais-digitais e o grau da concorrência no âmbito dos mercados culturais-digitais. A Disney comprou a Century Fox por US\$ 54,6 bilhões, passando a controlar uma miríade de conteúdos de séries, filmes, documentários e animações, como as séries “Os vingadores” e “X-Men”. A operação envolveu a aquisição de 300 canais de TV por assinatura em todo o mundo, além do controle da Endemol Shine Goup, detentores dos direitos de programas como Big Brother e Master Chef. Com a aquisição da Century Fox, a Disney passou a controlar 70% do principal concorrente direto da Netflix nos Estados Unidos, o serviço de *streaming* Hulu, que, no final de 2017, já contava com 20 milhões de assinaturas fixas. Com essa aquisição, a Disney anunciou que pretendia oferecer o serviço da Hulu em todo mundo a partir de 2019, passando a concorrer com a Netflix, especialmente por meio da disponibilização para a Hulu da volumosa biblioteca de conteúdos da Dis-

2. Ver: <<https://www.tecmundo.com.br/mercado/130659-netflix-torna-empresa-midia-valiosa-mundo-bater-disney.htm>>.

3. Ver: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/disney-anuncia-compra-da-21st-century-fox.ghtml>>.

ney (especialmente animações), como os conteúdos dos estúdios Marvel, também de propriedade da Disney.

Em 2018, a lista de indicados para o prêmio da Academia de Artes e Ciências da Televisão – o Emmy (equivalente ao Oscar) – trouxe diversos conteúdos originais produzidos pela Netflix. A empresa obteve no total 112 indicações, superando canais de TV por assinaturas, como o tradicional HBO. Outros dois serviços de *streaming* de vídeo também obtiveram indicações, como Amazon Prime Video e Hulu. Em 2014 a principal concorrente direta da Netflix, a Amazon Prime Vídeo (com 60 milhões de assinantes) anunciou um plano de expansão para mais de cem países. Um dos principais aspectos que tornaram o modelo de negócio da Netflix extremamente exitoso e mimetizado foi a criação do mecanismo de análise preditiva⁴.

Como mostra a Tabela 2, há uma miríade de serviços de assinatura de *streaming* para acesso de conteúdos culturais-digitais em todo mundo. Ancorados em diferentes modelos de negócios, esses serviços extraem distintas formas de monetização e atuam em diferentes mercados culturais-digitais (musical, cinematográfico,

TABELA 2
PRINCIPAIS SERVIÇOS DE *STREAMING* DO MUNDO

Empresa	Modelo de negócio	Segmento	Assinantes, público	Controle
Netflix	Mediante pagamento mensal ou anual, o assinante tem acesso ilimitado ao conteúdo do catálogo da empresa.	Séries, filmes, documentários, animação e programas de TV.	120 milhões	Netflix
Crunchyroll	Mediante pagamento mensal ou anual, o assinante tem acesso ilimitado ao conteúdo do catálogo da empresa. Especialista mundial em conteúdos de anime, mangá, drama e música.	Animação.	20 milhões	Crunchyroll
Crackle	Mediante pagamento mensal ou anual, o assinante tem acesso ilimitado ao conteúdo do catálogo da empresa. Serviço concorrente do Netflix nos Estados Unidos.	Séries, filmes e animação.	11 milhões	Sony
Viki	Mediante pagamento mensal ou anual, o assinante tem acesso ilimitado ao conteúdo do catálogo da empresa. Especializado em conteúdos asiáticos, especialmente coreanos.	Séries e filmes.	Não informado	
Popcomflix	Mediante pagamento mensal, o assinante tem acesso ilimitado ao conteúdo do catálogo da empresa. Especializado em conteúdos independentes.	Filmes.	6 milhões	Screen Media Ventures

.../...

4. O mecanismo consiste em monitorar as ações, as escolhas, os horários, os conteúdos, as faixas etárias, aliando as informações coletadas de acordo com o comportamento dos consumidores, tais como o momento em que o assinante pausa, retorna ou adianta uma determinada cena; quanto tempo após a interrupção da cena o assinante retorna ao conteúdo; em que dia e horários os assinantes mais veem os conteúdos; quais os tipos de dispositivos mais utilizados para acessar os conteúdos; entre outros. No intuito de montar mecanismos de indução para perfis de consumidores, a empresa converte essas informações em dados sistematizados, gerenciados e aplicados por algoritmos que constroem perfil individualizado dos assinantes e sugestões regulares específicas. É por meio desse mecanismo que a empresa decide e define a criação de séries e conteúdos originais. Esse mecanismo também tem sido adotado pelos principais serviços de *streaming* do mundo.

.../...

Empresa	Modelo de negócio	Segmento	Assinantes, público	Controle
Looke	Mediante pagamento mensal, o assinante tem acesso ilimitado ao conteúdo do catálogo da empresa.	Filmes e séries.	Não informado	Looke
Amazon Praime Video	Mediante pagamento mensal, o assinante tem acesso ilimitado ao conteúdo do catálogo da empresa. Um dos principais concorrentes globais da Netflix.	Filmes, séries e animações.	60 milhões	Amazon
Twitch	Mediante pagamento mensal, o assinante tem acesso ilimitado ao conteúdo do catálogo da empresa. Líder mundial na transmissão de jogos e partidas de <i>games</i> .	Games.	20 milhões	Amazon
Google Play e Google Play Música	Assinatura gratuita com pagamento a la carte, por compra ou aluguel, para assistir e/ou ouvir um conteúdo específico.	Música, séries e filmes.	12 milhões	Google
YouTube	Conteúdo gratuito fornecido aos espectadores, as receitas advêm da publicidade. Ao invés dos anunciantes pagarem pelo acesso são os anunciantes quem monetizam o negócio, em geral, a cada mil acessos. O conteúdo é gerado pelos próprios usuários. Maior plataforma de vídeos do mundo.	Audiovisual geral.	2,5 bilhões de espectadores por dia (35% da humanidade)	Google
YouTube Graming	Serviço especializado em <i>games</i> . Transmissão de jogos e partidas de <i>games</i> .	Games.	Não informado	Google
Mixer	Serviços especializados para transmissão de partidas e jogos digitais para o console Xbox One.	Games.	10 milhões	Microsoft
Spotify	Serviço especializado em música. Líder global de conteúdos musicais.	Música.	70 milhões	Spotify
Deezer	Serviço especializado em música.	Música.	7 milhões	Deezer
Apple Music	Serviço especializado em música.	Música.	27 milhões	Apple
Pandora	Serviço especializado em música através de rádios on-line.	Música.	Não informado	Apple
Social Comics	Serviço especializado em conteúdos de quadrinhos – HQ.	Quadrinhos.	5 milhões	Social Comics
Me Salva	Serviço especializado em conteúdos educacionais preparatórios para o Enem e concursos públicos.	Conteúdos educacionais.	Não informado	Não informado
Hulu	Serviço especializado em filmes e séries.	Filmes e séries.	20 milhões	Disney
Vimeo Live	Conteúdo gratuito fornecido aos espectadores, as receitas advêm da publicidade. Ao invés dos anunciantes pagarem pelo acesso são os anunciantes quem monetizam o negócio. Conteúdos gerados pelos próprios usuários.	Audiovisual.	Não informado	Vimeo

Fonte: Ancine, 2018.

de séries, *games*, animação, quadrinhos etc.). Dos 20 serviços arrolados na Tabela 2, sete pertencem ao Gafam. Embora pareça pouco, algumas dessas corporações já lideram muitos dos mercados culturais-digitais. Por exemplo, embora a Netflix lide com folga o serviço de *streaming* de séries, filmes, documentários e programas televisivos, o serviço da Amazon Prime Vídeo tem crescido de modo rápido em todo o mundo, alcançando 60 milhões de assinantes. Além disso, o Twitch – serviço de assinatura de *streaming* de *games* da Amazon – é líder absoluto nesse ecossistema específico do vetor *games*, justamente o ecossistema que mais cresce no mundo, o digital. Em seguida, com seu modelo de negócio específico, vem o YouTube Graming, também especializado na transmissão de *games* on-line. Controlado pelo Google, o YouTube é a maior plataforma audiovisual do planeta, está presente em 88 países, 77 idiomas, tem uma audiência diária de 2,5 bilhões de pessoas, que assistem, em média, 4 bilhões de vídeos por dia. A Apple Musica já é o segundo serviço de *streaming* de música mais utilizado do planeta, com 27 milhões de assinantes, superado apenas pelo Spotify, com 70 milhões. Nesse mesmo diapasão, poderíamos citar ainda os serviços de *streaming* do Google (Google Play e Google Play Música) e da Microsoft.

A expansão dos serviços culturais-digitais no Brasil

Nos últimos dez anos, o Brasil vive uma forte expansão do contingente de usuários de Internet e, com efeito, o país tem experimentado uma intensa expansão dos serviços culturais-digitais, com destaque para os serviços de assinatura digital ancorado na tecnologia do *streaming*. Essa expansão tem sido marcada por três aspectos:

- i.* uma profunda assimetria entre as clivagens de renda, escolaridade, faixa etária e região;
- ii.* a ampliação geral do acesso aos conteúdos artísticos, culturais e de entretenimento por meio dos dispositivos digitais móveis, especialmente os *smartphones*;
- iii.* uma elevação paulatina do acesso e do consumo dos estratos mais pobres à Internet.

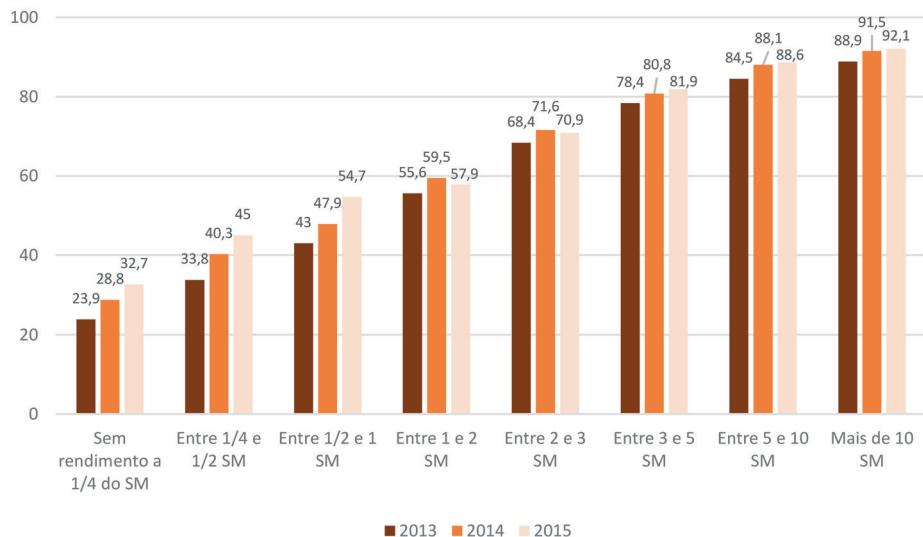
De acordo com o Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI-BR), em 2016, o Brasil possuía 54% dos seus domicílios com acesso regular à Internet. Significa que 61% da população brasileira com dez ou mais anos de idade estão conectados à Internet, o que revela um contingente total de 125 milhões de brasileiros com acesso

à rede. Em 2008, do total de usuários da Internet no Brasil, 53% acessavam a rede todos os dias ou quase todos os dias. Oito anos depois, em 2016, do total de usuários (125 milhões), 86% acessaram a rede todos os dias ou quase todos os dias, um crescimento de 40%. De acordo com a pesquisa “Tempo livre e consumo de mídia no Brasil”⁵, em 2017, 80% do estrato domiciliar com maior renda (acima de R\$ 17.600 por mês) acessou a Internet todos os dias, ao passo que 61% dos domicílios com menor renda (até R\$ 880) não acessaram nenhum dia. Já 77% do estrato intermediário (com renda mensal entre R\$ 4.400 e R\$ 8.800) acessou a Internet todos os dias da semana.

No que tange aos critérios regionais, o Sudeste concentra a grande maioria dos usuários de Internet no Brasil, 69% de sua população está conectada, seguido pelo Centro-Oeste com 63%, o Sul com 60%, o Norte com 60% e o Nordeste com 50%. Embora as assimetrias de renda e regionais sejam bastante acentuadas, nos últimos cinco anos registrou-se uma elevação paulatina do acesso dos estratos mais pobres. De acordo com a *Síntese dos indicadores sociais no Brasil*, do IBGE, 46% da população brasileira localizada abaixo da linha da pobreza tem acesso à Internet por meio de dispositivos digitais móveis, principalmente o *smartphone*. O IBGE utiliza como critério para mensuração dos agregados situados abaixo da linha da pobreza a métrica utilizada pelas Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, qual seja, domicílios (famílias) que recebem por dia US\$ 5,50. De acordo com a cotação do dólar em julho de 2018, esse valor correspondia a R\$ 21,00, o que totaliza R\$ 630,00 mensais. De acordo com esse critério, em 2016, 52 milhões de brasileiros estavam abaixo da linha da pobreza, aproximadamente a quarta parte da população brasileira. Dessa população, conforme o IBGE, 46% possuíam acesso à Internet por meios dos dispositivos móveis, o que significa que 24 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza têm acesso regular à Internet através desses dispositivos. O Gráfico 1 revela, de modo mais desagregado, esse fenômeno.

Como se observa, foram nos três estratos mais pobres que o uso da Internet se ampliou entre 2013 e 2015. No estrato com domicílios que recebem entre zero e um quarto de salário mínimo (R\$ 238,50 em valores de 2018) o aumento foi de 37% entre 2013 e 2015. Já no estrato com renda domiciliar entre mais de um quarto e meio salário mínimo (R\$ 477,00 em valores de 2018) o crescimento foi de 35,5%. No estrato seguinte, com renda familiar localizada entre meio e um salário mínimo (R\$ 954 em valores de 2018) o crescimento foi de 30%. Por fim, no estrato de renda domiciliar entre um e dois salários mínimo o crescimento foi de apenas 4%. No estrato com maior renda familiar, que recebe mais de dez salários mínimos (R\$ 9.540,00 em valores de 2018), o crescimento foi de apenas 2,5%. Certamente o crescimento do

GRÁFICO 1
PERCENTUAL DE PESSOAS QUE UTILIZAM A INTERNET, NO PERÍODO DE REFERÊNCIA
DOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE
POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* (BRASIL, 2013-2015)



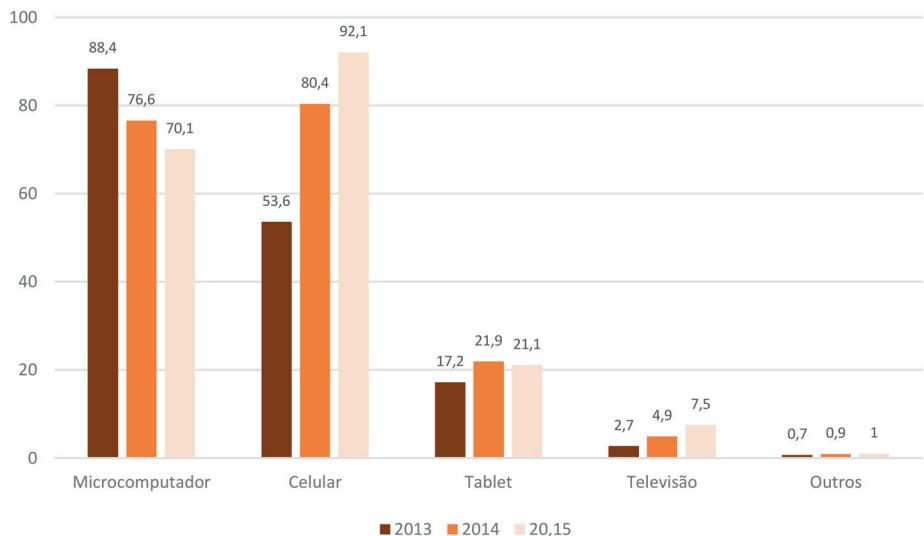
Fonte: IBGE, 2017.

acesso à Internet por parte dos contingentes mais pobres ocorreu por dois fatores principais:

- i. expansão das políticas públicas de banda larga e universalização relativa do Wifi;
- ii. aumento do interesse pelas redes sociais digitais, notadamente Facebook, WhatsApp e YouTube.

Do total de usuários que acessaram a Internet em 2016, 93% realizavam o acesso por meio de *smartphones*. Desses, 86% utilizaram redes de WiFi para acessar a Internet, ao passo que outros 70% utilizaram a rede 3G e 4G. Salta aos olhos o crescimento de usuários de pacotes de telefonia pós-pagos, muito mais utilizados pelos agregados com renda superior, e que são os pacotes que permitem o uso da tecnologia 3G e 4G para o consumo mais prolongado de serviços culturais-digitais, especialmente os serviços de assinatura por *streaming* (filmes, séries, músicas, *games* etc.). Em 2008, apenas 8% do total de usuários que acessaram a Internet por meio do *smartphone* optaram por planos pós-pagos junto as principais operadoras de telefonia celular móvel (TIM, OI, Vivo e Claro). Em 2016, passados oito anos, esse percentual subiu para 23%, crescimento de quase 187,5%.

GRÁFICO 2
PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM A UTILIZAÇÃO DA INTERNET,
SEGUNDO O TIPO DE EQUIPAMENTO PARA O ACESSO (BRASIL, 2013/2015)



Fonte: IBGE, Pnad, 2016.

O Gráfico 2 revela um intenso crescimento no uso dos *smartphones* para acessar a Internet no Brasil. Entre 2013 e 2015, o crescimento foi de 71,8% em apenas dois anos. Por conseguinte, aumentou também o consumo de conteúdos de arte, cultura e entretenimento por meio dos *smartphones*. De acordo com CGI-BR, em 2014, 58% dos usuários de *smartphones* assistiram filmes, séries, vídeos, músicas e programas através dos serviços de *streaming*, em 2015 esse percentual subiu para 64%. Do mesmo modo, em 2014, 57% desses mesmos usuários ouviram músicas por meio dos serviços de *streaming*, ao passo que, no ano seguinte, esse percentual foi a 59%. Por outro lado, os serviços de *download* sofreram um recuo. Em 2014, 29% baixaram filmes por meio de *download*, no ano seguinte esse percentual foi de 23%. No que tange à música, em 2014, 51% baixaram conteúdos musicais por meio do *download*, caindo para 48% no ano seguinte.

Como se observa, a tecnologia do *streaming*, por meio do aumento da velocidade do armazenamento de dados na computação em nuvem, permite a transmissão e o consumo instantâneos on-line de filmes, séries, documentários, programas de TV, *games*, músicas, entre outros, resultando em modelos de negócios específicos. Diferente, com efeito, do *download*, que exige uma unidade de tempo maior para que o conteúdo seja descarregado ou “baixado”. De acordo com o IBGE, em 2015, 88% dos usuários de *smartphones* utilizaram a Internet para acessar as redes sociais di-

gitais (Facebook, Instagram, WhatsApp, Skype etc.); 53% utilizaram os *smartphones* para consumir vídeos, programas, séries e filmes em serviços on-line como Netflix e YouTube; e outros 47% utilizaram o *smartphone* para ouvir música nos serviços on-line como Spotify, Apple Music, Deezer e YouTube (IBGE/Pnad/Tics, 2017). As séries históricas realizadas pelo CGI-BR revelam um crescimento ainda maior. O intervalo entre 2014 e 2016 captura muito bem essa expansão. Em 2014, 57% dos usuários de *smartphones* ouviram música, esse percentual aumentou para 66% em 2016. Seguindo esse diapasão, em 2014, 42% assistiram vídeos, dois anos depois esse percentual alcançou 62%, um crescimento de quase 50%.

Os dados apresentados podem ser corroborados pela expansão da Netflix no Brasil. A Netflix chegou no país em 2012, e, desde então, não parou de crescer. Como assinala a Ancine, estima-se que a empresa já possua nove milhões de assinantes no Brasil. Como a senha de acesso ao serviço é compartilhada por mais de uma pessoa (filhos, cônjuges, namorados, amigos etc.), estima-se que cerca de 20 milhões de pessoas já tenham acesso ao serviço, fato que torna o Brasil o terceiro maior mercado mundial da empresa, sendo os Estados Unidos e o Canadá o primeiro e o segundo, respectivamente. De acordo com a pesquisa Panorama Mobile Time/Opinion Box, a Netflix é o serviço de *streaming* com a maior penetração no Brasil, com presença de 32% entre os usuários de *smartphones* que pagam assinaturas regularmente. Significa que, no que tange aos *smartphones*, se 24% do total dos indivíduos que acessam regularmente a Internet no Brasil o fazem por meio dos *smartphones* com pacotes pós-pagos, tem-se então o contingente de 30 milhões. Desses, 32% assinam e pagam a Netflix. Logo, temos então no Brasil o contingente de 9,6 milhões de usuários de *smartphones* com pacotes de telefonia pós-pagos que dispõem do aplicativo da Netflix em seus aparelhos celulares – dado que coincide com a estimativa divulgada pela Ancine.

Mediante os dados arrolados, é possível constatar que as quatro dimensões do processo de digitalização do simbólico (tecnologia de *streaming*, expansão do uso dos dispositivos digitais móveis, a convergência digital e a consolidação da Web 2.0) penetraram com intensidade no Brasil, resultando na expansão dos serviços culturais digitais, especialmente dos serviços de assinatura de conteúdos musicais, séries, filmes e *games*. Nos últimos cinco anos esse fenômeno teve dois impactos imediatos:

- i.* a estruturação jurídica e financeira da principal política pública de cunho econômico-cultural existente no Brasil contemporâneo, o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA);
- ii.* a mudança nos gastos orçamentares das famílias brasileiras com bens e serviços culturais.

O Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) foi criado em 2006, instituído como modalidade específica do Fundo Nacional de Cultura (FNC). O FSA foi criado para dinamizar a cadeia produtiva dos conteúdos audiovisuais brasileiros – longas-metragens, séries, telefilmes, animação e *games*. Até 2011 o FSA obteve pouco impacto econômico no mercado de conteúdos audiovisuais brasileiros. Até esse último ano, duas modalidades de tributos destinavam recursos para o FSA, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Brasileira a partir das remessas (Codecine Remessa) e a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Brasileira a partir do número de títulos (Codecine Títulos). Somados, até 2011, esses dois tributos não destinaram recursos suficientes para impactar o mercado de conteúdos audiovisuais brasileiros.

O mercado de audiovisual é o maior mercado cultural convencional do mundo, composto por seis vetores:

- i.* TV aberta;
- ii.* TV por assinatura;
- iii.* vídeo doméstico (CDs, DVDs e Blu-Ray);
- iv.* Internet;
- v.* *games*; e
- vi.* cinema de tela grande (cinema de *shoppings*).

O mercado de conteúdo audiovisual brasileiro é composto pelos mesmos seis vetores, no interior dos quais predominam os conteúdos brasileiros, criados, produzidos, distribuídos e consumidos pelo/no Brasil. A partir de 2011, com a aprovação da Lei n.º12.485 (nova Lei da TV por assinatura), esses conteúdos experimentaram um grande crescimento. A referida lei criou um novo imposto, o Codecine Teles, que passou a ser devida pelos prestadores de serviços que se utilizem de meios que possam distribuir conteúdos audiovisuais, tais como as empresas de telecomunicações (Ancine, 2013). Com isso, as grandes operadoras de telefonia móvel e fixa que atuam no Brasil (TIM, OI, Vivo e Claro) passaram a pagar regularmente a Codecine Teles.

Como foi observado anteriormente, o mercado audiovisual global convencional tem passado por uma forte digitalização do simbólico. Por meio dos dados mobilizados, esse processo tem ocorrido no Brasil com maior vigor nos últimos cinco anos. O intenso aumento do consumo de conteúdos audiovisuais (especialmente séries, fil-

mes e músicas) pelos *smartphones* junto aos diferentes planos ofertados pelas operadoras de telefonia móvel resultou num crescimento avassalador do fluxo audiovisual através dos celulares. Esse aspecto fez crescer sobremaneira a arrecadação do Codecine Teles e, com isso, os recursos financeiros destinados para o FSA. Esse aspecto modificou todos os elos (produção, distribuição, exibição e consumo) do mercado de conteúdo audiovisuais brasileiros, pois o FSA passou a destinar recurso para o fortalecimento das empresas que atuam nesses elos.

Em 2012, primeiro ano de funcionamento pleno da Lei n.º 12.485 e, por conseguinte, da nova modalidade de tributação – a Codecine Teles –, o FSA teve à sua disposição R\$ 725 milhões, dos quais R\$ 655 milhões foram decorrentes da arrecadação da Codecine Teles, ou seja, 92% de todos os recursos do FSA. Em 2015, com o aumento do fluxo de conteúdos digitais via *smartphones*, o volume de arrecadação do FSA chegou a R\$ 1,1 bilhão, dos quais 90% decorrentes da arrecadação da Codecine Teles. Esses recursos foram destinados ao principal gestor financeiro do FSA, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e, com efeito, emprestado, a juros bastante módicos, às empresas brasileiras especializadas na criação, produção, distribuição e exibição de conteúdos audiovisuais brasileiros. Em 2012, primeiro ano de funcionamento pleno do FSA, foram produzidos 83 longas-metragens nacionais; quatro anos mais tarde, em 2016, foram 142, crescimento de 70% em apenas quatro anos. Em 2009, 61,9% dos títulos brasileiros (principalmente longas metragens) foram distribuídos por empresas com origem e sede do capital localizada no exterior, principalmente os principais estúdios de produção e distribuição norte-americanos. Em 2015, seis anos depois, apenas 7% dos títulos nacionais foram distribuídos por empresas sediadas no exterior, 93% dos títulos nacionais foram distribuídos por empresas brasileiras.

Esse conjunto de políticas para o setor contribuiu para que os longas-metragens brasileiros enfrentassem parte da concorrência dos longas-metragens norte-americanos. Mesmo com a severa recessão econômica ocorrida em 2015 e 2016, acompanhada de uma forte redução do consumo das famílias brasileiras (redução de 3,2% em 2014 e 4,3% em 2016)(IBGE, 2017), o total de consumidores nas salas de cinema no Brasil obteve uma forte elevação na série histórica entre 2010 e 2017. Saindo, em 2010, de 134,8 milhões de ingressos vendidos para 181,2 milhões de ingressos, em 2017; sendo que, de 2015 para 2016, auge da recessão no Brasil, o crescimento foi de 6,5%, saindo de 173 milhões de ingressos para 184,3 milhões. Mesmo diante desse fator e, principalmente, em face da decisiva atuação do FSA, a participação de mercado (*market share*) dos longas-metragens brasileiros oscilou, chegando a 19,1% (25,7 milhões de ingressos vendidos) em 2010, recuando para 10,7% (15,7 milhões de ingressos) em 2012, voltando a subir para 16,5% (30,4

milhões de ingressos) em 2015, voltando novamente a recuar para 9,6% (17,4 milhões de ingressos) em 2016. Mesmo em face de tais oscilações, resultado da voraz competição global pelo controle da produção, distribuição e exibição de conteúdos cinematográficos, é possível sustentar, sem embargo, que o mercado de conteúdos audiovisuais brasileiro hoje – nos seus seis vetores – é financiado pela expansão dos serviços culturais-digitais no país e, por conseguinte, pelo processo de rápida digitalização do simbólico.

Não há dúvida de que esses aspectos exigem uma reformulação na metodologia do cálculo utilizado para mensurar a média de gastos com bens e serviços culturais por parte das famílias brasileiras e, por conseguinte, no cômputo geral do PIB da cultura no Brasil. De acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE (POF/IBGE), em 2003, as famílias brasileiras gastaram, em média, 3,5% do seu orçamento com bens culturais (cinema, teatro, livros, museus, *shows* etc.), que compunham os mercados culturais convencionais. Em 2009, de acordo com essa mesma fonte, a média dos gastos familiares com cultura se elevou para 5%. Conforme a POF/IBGE, caso os serviços com telefonia (móvel e fixa) fossem adicionados à rubrica cultura, a média dos gastos das famílias brasileiras saltaria para 8,4%.

Em 2003 e 2009 não havia necessidade metodológica de inserção dos gastos com telefonia (móvel e fixa) na rubrica geral cultura, algo que se tornou absolutamente necessário, especialmente pelo fato de que o *smartphone* se tornou uma unidade de criação, produção, distribuição e, principalmente, de consumo de conteúdos de arte, cultura e entretenimento. Desse modo, sustentamos ser imprescindível que as métricas e variáveis utilizadas para o cálculo da média dos gastos com cultura por parte das famílias brasileiras incorporem os serviços culturais-digitais na composição dos gastos familiares com cultura. Essa inserção alteraria por completo a composição do cálculo do PIB da cultura no Brasil, que não leva em conta as variáveis clássicas de composição do PIB de demanda (a mais utilizada em todo o mundo):

- i.* consumo das famílias;
- ii.* consumo do governo;
- iii.* investimento das empresas; e
- iv.* relação entre exportação e importação (Alves, 2016).

Considerações finais

Iniciamos este trabalho com a seguinte indagação: como e por que as principais corporações de tecnologia digital do mundo (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft – Gafam) também têm se tornado as principais empresas de arte, entretenimento e cultura e como esse processo vem ocorrendo no Brasil?

O Brasil, como diversos países do mundo, mediante a digitalização de seus mercados culturais convencionais, tem abrigado um capitalismo cultural-digital que se expande e se consolida no âmbito de uma estrutura de assimetrias bastante acentuada – de renda, escolaridade e região –, potencializando profundas desigualdades nas práticas de consumo dos serviços-culturais digitais. No entanto, o paulatino acesso dos estratos mais pobres à Internet, especialmente por meio dos *smartphones*, revela como tem sido intenso o processo de digitalização do simbólico em alguns mercados culturais convencionais no Brasil, como o audiovisual (série, filmes e programas de TV), o musical e o de *games*, tornando-os, cada vez mais, mercados culturais-digitais. Esse fenômeno revela o quanto o Brasil tem se tornado estratégico para as corporações de tecnologia digital, que também têm se tornado parte das principais corporações produtoras, controladoras, distribuidoras e comercializadoras de conteúdos de arte, cultura e entretenimento em todo o mundo.

Esses aspectos conjugados conferem ainda mais fecundidade analítica às categorias de capitalismo cultural-digital e digitalização do simbólico. No entanto, como deixamos evidenciado, o uso analítico e interpretativo da primeira busca distanciar-se e despojar-se de qualquer totalidade que abriga uma intencionalidade teleológica. Não significa, todavia, que tais corporações não tenham e não pratiquem interesses econômicos e comerciais, antes o contrário, elas os têm. Boa parte da descrição, dos dados mobilizados e da interpretação cunhada consistiu em apresentar tais interesses, materializados em modelos de negócios – os serviços culturais, especialmente os serviços de assinaturas via *streaming*. No entanto, no decorrer dos últimos dez anos, a intensidade e intercorrência com que os modelos de negócios, as estratégias e decisões foram construídas revelam muito mais a construção processual de um arranjo de interdependências tensas e conflitantes entre corporações e muito menos totalidades marcadas por intencionalidades sistêmicas que alcançam os fins previamente estabelecidos. Desse modo, buscamos restituir categorias empíricas e analíticas caras à sociologia econômica, como mercado, capitalismo, modelo de negócio, empresas, tecnologia e racionalidade empresarial, aproximando-as de uma visada mais descriptiva e construtivista.

Referências

- ADORNO, Teodor; HORKEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA (ANCINE). *Relatório Anual de Gestão do Fundo Setorial do Audiovisual – Exercício 2016*. Rio de Janeiro: Ancine, 2017.
- ALVES, Elder P. Maia. A expansão do mercado de conteúdos audiovisuais brasileiros: a centralidade dos agentes estatais de mercado – o FSA, a Ancine e o BNDES. *Caderno CRH – Ufba P* (impresso), v. 30, p. 477-494, 2016.
- BELL, Daniel. *The coming post-industrial society*. New York: Basic Books, 1973.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. *Benjamin, Coleção “Os Pensadores”*. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo: EdUSP, 2001.
- CASTELS, Manuel. *A era da informação: a sociedade em rede*. São Paulo: Paz e terra, 2009.
- COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa sobre os usos das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – Tic domicílios*. São Paulo: CGIB, 2017.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, v. I e II. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- GRANOVETTER, Mark. *The sociology of economics life*. Montreal: Kobo Editions, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- . *Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- JENKINS, Henry. *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*. São Paulo: Aleph, 2014.
- J. LEIVA. *Cultura na cidade*. São Paulo: J. Leiva, 2018.

LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MARTEL, Frederic. *Smart: o que você não sabe sobre a Internet*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MARTINHO, Luís Mauro Sá. *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes e redes*. Petrópolis: Vozes, 2017.

ROGERS, David L. *Transformação digital: repensando o seu negócio para a era digital*. São Paulo: Autêntica Business, 2017.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Pesquisa brasileira de mídia. Brasília: Presidência da República, 2016.

SILVA, Ruana Maíra Alves Rufino. *Panorama do VoD no Brasil. Perspectiva do VoD no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Ancine, 2018.

TUERCHI, Lenita Maria; MORAIS, José Mauro. *Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ação*. Brasília: Ipea, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Cultural times. The first global map of cultural and creative industries*. Paris: Unesco, 2015

WEBER, Max. *Economia e sociedade*, v. I e II. Brasília: EdUnB, 1994.

WHITE, Andrew. *Mídia digital e sociedade: transformando política, economia e práticas sociais*. São Paulo: Saraiva, 2017.

WOLFF, Michael. *A televisão é a nova televisão: a velha mídia na era digital*. São Paulo: Globo, 2015.



Artigos

Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os

Recebido: 04.09.18
Aprovado: 25.10.18

Luiz Mello*
& Ubiratan Pereira de Resende**

Resumo: A partir da análise de mais de três mil editais de concursos para docentes de 63 universidades federais, tínhamos como objetivo principal problematizar os termos da implementação da Lei n.º 12.990/2014, que reserva 20% das vagas de concursos públicos federais para candidatas/os negras/os. Uma conclusão central de nossa pesquisa é que não há uniformidade, entre as diversas universidades, quanto à interpretação do significado da exigência de um número superior a duas vagas por edital para que a reserva seja assegurada. Nesse cenário, o percentual destinado a negras/os nos editais analisados, em um período corresponde a três anos e meio, totalizando mais de 15 mil vagas, é inferior a 5%. Tal realidade parece estar na contramão dos objetivos da Lei n.º 12.990/2014 e contraria manifestações de órgãos do governo federal e do Poder Judiciário no sentido de que o percentual de 20% para negras/os seja cumprido, inclusive nos concursos para docentes.

Palavras-chave: Cotas para negras/os. Concurso público. Carreira docente. Universidades federais. Lei n.º 12.990/2014.

Civil service entrance examinations for federal university faculty in the perspective of law n.º 12.990/2014: challenges in vacancy reservation for black applicants

Abstract: *With the analysis of over 3,000 notices of faculty civil service entrance examinations from 63 federal universities, our main objective was to problematize the implementation terms of Law n.º 12.990 / 2014, which reserves 20% of federal civil service examination vacancies for black applicants. A central conclusion of our research is that there is no uniformity among universities as to how to interpret the requirement of more than two vacancies per notice in order to ensure the reservation. In this scenario, the percentage allocated to black people in the analyzed notices over a period of three and a half years, totaling over 15,000 vacancies, is less than 5%. This reality seems to be contrary to the objectives of Law n.º 12,990 / 2014 and contradicts Federal Government and Judiciary organs' manifestations that the percentage of 20% for black people be followed, including in faculty civil service entrance examinations.*

Keywords: *Quotas for black people. Civil service examination. Faculty career. Federal universities. Law n.º. 12,990/2014.*

* Luiz Mello é professor titular de sociologia, da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil; doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Orcid: 0000-0003-4387-8158. <luizman@gmail.com>.

** Ubiratan Pereira de Resende é professor do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil; doutor em geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Orcid: 0000-0003-3353-5485. <up_resende@hotmail.com>.

Nós, pesquisadoras/es, somos formadas/os para observar as desigualdades, as injustiças, o racismo e o sexismofora do ambiente acadêmico e ainda nos comportamos como se o âmbito universitário fosse uma ilha de democracia e igualdade, cercado de desigualdades de todos os lados.

Ângela Figueiredo.

Primeiras aproximações

1. Somos especialmente gratos ao professor José Jorge de Carvalho, do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), a Sales Augusto dos Santos, coordenador do Setor de Pesquisa Institucional, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Luana Maria Silva Vieira, assessora da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir), a Antônio Teixeira Lima Júnior e a Tatiana Dias Silva, técnicos de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Kwame Augusto Brito Akuamo e a Eduardo Gomor dos Santos, analistas de planejamento e orçamento do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), pelo inestimável apoio no mapeamento de informações e contatos relacionados ao objeto desta investigação.

Este trabalho traz resultados de investigação relativa à aplicação da Lei n.º 12.990/2014, no âmbito dos concursos públicos para a carreira de magistério superior das 63 universidades federais¹. Seu objetivo primeiro é mostrar como o percentual de 20% de reserva de vagas para negras/os, previsto na lei, não vem sendo aplicado na grande maioria dos concursos para a carreira docente, haja vista a especificidade de seus editais, os quais, muitas vezes, oferecem poucas vagas (número inferior ao mínimo de três vagas exigido pela lei para a aplicação da reserva) ou fazem uma interpretação divorciada do objetivo normativo pressuposto na lei, ao se entender que um edital, mesmo com mais de três vagas, não deve contemplar reserva para negras/os, já que estas estão distribuídas por diferentes áreas de conhecimento, geralmente com menos de três vagas por cada área. Uma das razões primeiras de nosso interesse de pesquisa fundamenta-se, portanto, na constatação de que ainda não existe consenso quanto à forma de aplicação do disposto na lei antes referida quando da realização de concursos públicos para docentes.

Nossa problematização dos impactos da Lei n.º 12.990/2014 sobre a composição do corpo docente das universidades federais parte da premissa de que existe um reduzido número de professoras/es negras/os em seu quadro permanente, bem como entre os estudantes de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, na contramão do crescimento significativo do número de estudantes negras/os nos cursos de graduação das universidades federais, especialmente a partir da aprovação da Lei n.º 12.711/2012, que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências” (Brasil, 2012).

Por outro lado, parece haver razões substantivas, expostas em documentos técnicos e decisões judiciais relevantes, que tornam factível a aplicação da Lei n.º 12.990/2014 quando da realização da grande maioria dos concursos para professores.

ras/es, como já acontece em vários casos. Desenha-se, assim, um cenário em que a totalidade das universidades federais deveria aplicar as cotas de 20% para candidatas/os negras/os em seus concursos públicos para docentes, embora não haja sinalizações claras de que haverá candidatas/os negras/os para preencher todas as vagas nas diferentes áreas de conhecimento, especialmente no caso de concursos para doutoras/es, bem como, havendo candidatas/os, se estas/es seriam aprovadas/os, haja vista o racismo estrutural que constitui a sociedade brasileira em geral e o meio acadêmico em particular.

Aplicada em seu objetivo original, a Lei n.º 12.990/2014 constitui um passo imprescindível no sentido de assegurar maior diversidade de raça/cor no conjunto de professoras/es responsável pelo acolhimento e formação de um grupo de estudantes não mais quase exclusivamente brancas/o, egressas/os de escolas privadas e originárias/os de famílias com rendimentos médios/altos, como acontecia até recentemente, especialmente nos cursos de alta demanda e elevado prestígio social. Todavia, o que se observa hoje é que tais estudantes quase nunca encontram em suas universidades professoras/es negras/es que lhes sirvam de modelo e inspiração, bem como aliadas/os na luta contra o racismo cotidiano que afeta suas vidas e dificulta sua permanência nas universidades federais.

Por outro lado, imprescindível é que as universidades federais sobrevivam em suas características constitutivas – que incluem a gratuidade do ensino, a centralidade do tripé ensino-pesquisa-extensão e a valorização de um plano de carreira docente, entre outras –, nesse cenário de crise cultural, política e econômica que assola o Brasil. Só assim haverá espaço para que as universidades federais continuem a ser centros imprescindíveis de formação profissional e de produção e divulgação de conhecimentos técnico-científicos que possibilitem níveis crescentes de justiça social e de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, as reflexões a seguir expostas visam à apresentação e problematização de documentos-chave relacionados ao tema da reserva de 20% das vagas em concursos públicos para candidatas/os negras/os, bem como do perfil de raça/cor no serviço público federal, incluída a carreira de docente de educação superior das universidades federais. Outra perspectiva analítica teve como ponto de partida o mapeamento dos editais de concurso público para a carreira de magistério superior, disponibilizados em páginas Web das 63 universidades federais, no período de 9 de junho de 2014 (data de promulgação da Lei n.º 12.990/2014) a 31 de janeiro de 2018 (marco temporal limite para o levantamento de dados), com a identificação do total de vagas oferecidas, as destinadas à ampla concorrência, aquelas reservadas a negras/os e, por fim, as previstas para pessoas com deficiência.

Sobre a reserva de 20% das vagas em concursos públicos para candidatas/os negras/os

A Lei n.º 12.990/2014 foi a primeira lei federal a prever uma ação afirmativa fundada exclusivamente em critério de raça/cor no Brasil, haja vista que a Lei n.º 12.711/2012, que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”, conhecida como “Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades” ou “Lei de Cotas nas Universidades” ou “Lei de Cotas Sociais”, além de prever acesso a direitos a partir de pertencimento de raça/cor, associa este a outros dois critérios de ordem socioeconômica – a obrigatoriedade da/o estudante ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública e a reserva de um percentual de vagas específico para estudantes cuja renda familiar *per capita* seja igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.

Todavia, a primeira iniciativa legislativa voltada à criação de cotas raciais no Brasil – como apresenta Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2016) – foi o Projeto de Lei n.º 1.332, de 7 de junho de 1983, de autoria do então deputado Abdias Nascimento (PDT/RJ), que previa, entre vários aspectos pioneiros, a reserva de pelo menos 20% de vagas para homens negros e 20% (vinte por cento) de vagas para mulheres negras, em todos os órgãos da administração pública, direta e indireta, de níveis federal, estadual e municipal, incluídos os poderes executivo, judiciário e legislativo, e em todos os níveis de atividade profissional privada, especialmente naqueles de melhor qualificação e melhor remuneração (arts. 2º e 3º). Aprovado, por unanimidade, nas comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e Legislação Social e de Finanças, esse projeto foi arquivado em 5 de abril de 1989, antes de ser apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição federal de ensino superior a aprovar, por decisão administrativa própria, um programa de cotas específicas para negras/os em seus cursos de graduação, a partir de proposta apresentada pelos professores José Jorge de Carvalho, Rita Laura Segato e grupo de apoiadoras/es (Carvalho & Segato, 2002). Carvalho, já em meados dos anos 2000, reporta-se à urgência da criação de um programa de ações afirmativas também para estudantes negras/os e para indígenas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e nas carreiras de professor/a de universidades públicas e de pesquisador/a, como se observa a seguir:

Se o MEC vai abrir concurso agora para seis mil vagas para renovar os quadros docentes das universidades públicas, *temos que abrir*

cotas imediatamente para garantir a inclusão de um mínimo de professores negros, porque se deixamos o sistema como está, já sabemos que essa inclusão racial não ocorrerá. [...] que eu saiba, o tema da exclusão racial na docência superior não está colocado em discussão por nenhum dos atores principais da Reforma Universitária. Tanto o Ministério da Educação (MEC) quanto o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) continuam silenciando o drama do nosso racismo acadêmico (Carvalho, 2005: 7, grifos nossos).

Três anos antes da aprovação da Lei n.º 12.711/2012, em meio às intensas disputas acadêmicas e políticas acerca da legitimidade das cotas raciais, o Sistema de Cotas para Negros da UnB, então em vigor já havia cinco anos, foi objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 186, apresentada pelo Partido Democratas (DEM), junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), em 20 de julho de 2009, com pedido de suspensão liminar não só em relação aos sistema de cotas da UnB, mas também solicitando que “os juízes e Tribunais de todo país suspendam todos os processos que envolvam a aplicação do tema cotas raciais para ingresso nas universidades” (Democratas, 2009: 77).

Em 26 de abril de 2012, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), nos termos do voto do relator, ministro Ricardo Lewandowski, julgou, por unanimidade, improcedente a ADPF que questionava a constitucionalidade do sistema de cotas para negros da UnB.

Nesse cenário, a Lei n.º 12.990, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff em 9 de junho de 2014, reserva a candidatas/os negras/os 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos da administração pública federal, nos três níveis de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), incluídas as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União, pelo prazo de dez anos. O projeto que deu origem a esta lei foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em regime de urgência, em 4 de novembro de 2013, com o objetivo de regulamentar o disposto no art. 39, § 2º, da Lei n.º 12.888/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), o qual estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, incluídas as contratações no setor público.

Nos termos da Lei n.º 12.990/2014, a reserva de 20% para negras/os será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a três, devendo constar expressamente nos editais o número de vagas correspon-

dente à reserva para cada cargo ou emprego público, com arredondamento para o número inteiro subsequente sempre que ocorrer fracionamento igual ou maior que 0,5 (cinco décimos). Poderão concorrer às vagas reservadas para negras/os as/ os candidatas/os que se autodeclararem pretas/os ou pardas/os no ato da inscrição no concurso, na forma como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza o quesito cor ou raça nos censos demográficos, facultados procedimentos administrativos voltados ao combate à fraude na autodeclaração, tanto durante a realização do concurso quanto após eventual nomeação de candidatas/os, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Três meses antes da aprovação da Lei n.º 12.990/2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou a nota técnica n.º 17, sobre a “reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei n.º 6.738/2013”, de autoria de Tatiana Dias Silva e Josenilton Marques da Silva, os quais destacam que

a apresentação do PL oferece um avanço na concepção e atuação do governo federal para a questão racial; notadamente, ao propor cotas com critério racial único, reconhece o peso do racismo como elemento estruturante das desigualdades [...] (Silva & Silva, 2014: 3).

Os autores chamam ainda a atenção para o fato de que

a presença da população negra é muito mais reduzida em carreiras mais valorizadas, especialmente as de nível superior, e que oferecem melhor remuneração (Silva & Silva, 2014: 9).

Considerações de natureza semelhante são apresentadas em outros trabalhos que também investigam ações afirmativas com base em raça/cor nos quadros da administração pública, a exemplo dos de Tatiana Dias Silva (2014), Tatiana Dias Silva e Ana Paula Sampaio Volpe (2013), Ana Paula Sampaio Volpe e Tatiana Dias Silva (2016) e Marcilene Garcia de Souza (2010) – este último consistindo em uma exaustiva análise da pioneira lei de cotas do estado do Paraná, que institui reserva de 10% das vagas de concursos públicos para negras/os.

A nota técnica do Ipea é particularmente relevante, entre outros aspectos, por anotar a potencial dificuldade de aplicação do percentual de reserva de vagas para negras/os no caso dos concursos públicos para docentes de universidades federais, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para a superação do aparente impasse, como se observa a seguir:

Outro ponto de destaque são os concursos com baixo número de vagas, entre os quais o exemplo mais contundente talvez seja o magistério superior. Geralmente, há menos de três vagas para cada cargo, tendo em vista a especialização requerida. Assim, no espaço universitário, embora seja o “nascedouro” das ações afirmativas para negros, a lei não surtirá muito efeito. Desse modo, convém avaliar este tipo de concurso e outros que congreguem as mesmas características e propor medidas alternativas para ampliação da representação racial em cargos específicos, conjugando, além da reserva de vagas, ações como estratégias de recrutamento voltadas para a população negra habilitada, alteração no formato dos concursos (ampliando o espectro de atuação do cargo, de modo a permitir aglutinação de vagas, quando possível), entre outras táticas inovadoras e mais oportunas que as próprias instituições poderão formular (Silva & Silva, 2014: 17, grifos nossos).

Por outro lado, a nota técnica n.º 43/2015, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), sobre o tema “Manifestações a propósito das várias consultas à Seppir quanto a questões referentes à aplicação da Lei n.º 12.990/2014”, igualmente faz alusão expressa à necessidade de cumprimento do disposto na Lei n.º 12.990/2014 no âmbito de situações similares à dos concursos para docentes, nos seguintes termos:

[...] resta evidente que a legislação frisa que a reserva de vagas incide sobre 20% da totalidade das vagas oferecidas no concurso público, ou seja, as vagas reservadas devem ser proporcionais ao total destinado ao concurso público.

[...]

Assim, não é possível que os dispositivos que regulam os concursos públicos, os editais, prevejam o fracionamento do cálculo das vagas ofertadas no concurso. O percentual deve ser aplicado sobre o total das vagas ofertadas, as quais não devem ser consideradas de forma individual, pois essa fragmentação não se justifica legalmente (Seppir, 2015: 5-6, grifos nossos).

Nesse cenário, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), em 26 de janeiro de 2016, protocolou a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) n.º 41, tendo por objeto a Lei n.º 12.990/2014,

[...] a fim de reprimir toda e qualquer postura divergente, tanto em relação à constitucionalidade da reserva de vagas nos concursos para cargos efetivos e empregos públicos, quanto em relação ao respeito do procedimento da autodeclaração (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 2016: 4).

Na ADC em questão, a OAB defende a constitucionalidade da reserva de vagas para pessoas negras no serviço público federal, com destaque para o entendimento de que

[...] as cotas nos serviços públicos representam uma extensão das cotas universitárias, uma evolução das ações afirmativas no combate ao racismo e à desigualdade racial no país (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 2016: 20, grifos nossos).

Em 8 de junho de 2017, o Plenário do Supremo Tribunal Federal aprovou, por unanimidade, o relatório do ministro Luís Roberto Barroso, que estabeleceu a constitucionalidade da Lei n.º 12.990/2014, a partir de três argumentos principais:

1. consonância da ação afirmativa em questão com o princípio da isonomia, uma vez que visa a assegurar igualdade material e igualdade como reconhecimento, com vistas à superação do racismo estrutural e institucional prevalecente no Brasil;
2. inviolabilidade dos princípios do concurso público e da eficiência, considerando que a reserva de vagas para negros não os isenta da aprovação no concurso público – passam a coexistir dois critérios distintos de preenchimento de vagas, assegurado o parâmetro mínimo de suficiência em ambos os casos; e
3. observância do princípio da proporcionalidade – afinal, são reservadas apenas 20% das vagas, quando mais de 50% da população brasileira se autodeclara negra, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e constatação de que a existência de política de cotas para o acesso de negras/os à educação superior não torna a reserva de vagas nos quadros da administração pública desnecessária.

Cabe destacar ainda que, nesse voto, de maneira expressa e praticamente literal, estão contempladas as quatro recomendações fundamentais apresentadas na antes referida nota técnica n.º 17, do Ipea, uma das quais especialmente relacionada à especificidade de concursos para docentes do ensino superior, nos seguintes termos:

Por fim, a administração pública deve atentar para os seguintes parâmetros: (i) os percentuais de reserva de vaga devem valer para todas as fases dos concursos; (ii) a reserva deve ser aplicada em todas as vagas oferecidas no concurso público (não apenas no edi-

tal de abertura); (iii) os concursos não podem fracionar as vagas de acordo com a especialização exigida para burlar a política de ação afirmativa, que só se aplica em concursos com mais de duas vagas; e (iv) a ordem classificatória obtida a partir da aplicação dos critérios de alternância e proporcionalidade na nomeação dos candidatos aprovados deve produzir efeitos durante toda a carreira funcional do beneficiário da reserva de vagas (Brasil, STF, 2017: 3, grifos nossos).

Mais especificamente no tocante à aplicação do percentual de 20% de reserva de vagas para candidatas/os negras/os nos concursos para professor/a de universidades federais, o ministro Luís Roberto Barroso assim se expressa em seu voto:

Além disso, a nota técnica [do Ipea] faz referência [...]. Relata, ainda, que *em concursos com baixo número de vagas, como o magistério superior (considerando a divisão do concurso por especialidade)*, a lei pode vir a não surtir efeito [...] [E complementa:] *deve-se aglutinar, sempre que possível, as vagas em concursos com baixo número de vagas* (Brasil, STF, 2017: 37 e 39, grifos nossos).

Quase três anos antes dessa manifestação do plenário do Supremo Tribunal Federal acerca da ADC n.º 41/2017, e pouco mais de quatro meses após a aprovação da Lei n.º 12.990/2014, a Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), vinculada à Procuradoria-Geral Federal (PGF), da Advocacia-Geral da União (AGU), emitiu o Parecer n.º 74/2014/PF-UFGD/PGF/AGU, em 22 de outubro de 2014, respondendo demanda da Coordenadoria do Centro de Seleção da UFGD acerca do edital de concurso público para provimento de cargos de docentes do magistério superior. Este parecer recomendou expressamente a aplicação da reserva de 20% das 81 vagas do concurso em questão, o que corresponderia a 16 vagas, para pessoas negras, nos termos da Lei n.º 12.990/2014, e também recomendou reserva de 5% das mesmas 81 vagas, totalizando cinco vagas, para pessoas com deficiência, na forma prevista no Decreto n.º 3.298/1999.

O parecer acima referido faz alusão expressa ao fato de que as mencionadas 81 vagas previstas no edital se distribuem por 73 áreas de conhecimento, o que implicaria a possibilidade, julgada integralmente procedente pela PGF da UFGD, de que mesmo áreas que tenham oferecido apenas uma vaga no concurso possam vir a reservá-la para candidata/o com deficiência ou negra/o, a partir de sorteio previamente realizado pela administração da UFGD, considerando que os percentuais de reserva devem ser aplicados sobre o total de vagas estabelecido no edital e não sobre os subtotais relativos às vagas de áreas de conhecimento específicas. Está claro que o entendimento adotado no parecer visa evitar a inviabilização da aplica-

ção da Lei n.º 12.990/2014 no caso do concurso em questão, em completa sintonia com a antes mencionada nota técnica n.º 17, do Ipea, a nota técnica n.º 43/2015, da Seppir, e o antes referido voto do relator da ADC n.º 41/2017.

Em 26 de agosto de 2016, foi a vez da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), com sede em Santarém (PA), emitir o Parecer n.º 135/2016/PF-Ufopa/PGF, a pedido da Pró-Reitoria de Planejamento Institucional da Ufopa, acerca de “minuta de edital de concurso público para provimento de cargos de professor da carreira do magistério superior para os *campi* do interior da Ufopa”. Além de diversos outros aspectos relativos à legalidade do edital em análise, o Parecer n.º 135 em questão trata especificamente da necessidade de assegurar a reserva de 20% das vagas do concurso para candidatas/os negras/os,

[...] considerando-se o fato de estarmos tratando de legislação nova no ordenamento jurídico e, ainda, *o fato de os concursos públicos para docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) terem certas peculiaridades como, por exemplo, a divisão das vagas em temas, embora se trate da oferta do mesmo cargo (professor de magistério superior)* (Brasil, 2016: 11, grifos nossos).

A Procuradoria Federal da Ufopa ainda sugere a adoção do mesmo formato proposto no Parecer n.º 074/2014/PF-UFGD/PGF/AGU, antes mencionado, para a definição das vagas a serem reservadas para pessoas com deficiência e para pessoas negras, incluindo o caso das áreas de conhecimento que preveem apenas uma vaga no edital, qual seja, o sorteio, reproduzindo, na íntegra, a longa argumentação apresentada como justificativa para essa opção pela Procuradoria Federal da UFGD.

Sobre raça/cor no serviço público federal e nos concursos para docentes das universidades federais

Não o é tarefa simples tentar dimensionar os impactos decorrentes da aprovação da Lei n.º 12.990/2014 sobre o perfil de raça/cor das/os servidoras/es públicas/os federais, incluídas/os as/os docentes da carreira de magistério superior das universidades federais. Antes de mais nada, porque não há monitoramento sistemático e contínuo da aplicação da lei em si, mas também porque o governo federal não contempla a variável raça/cor em seu Painel Estatístico de Pessoal, disponível e atualizado mensalmente na página Web do MPOG. Da mesma forma, no documento elaborado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), intitulado Servidores Públicos Federais – Perfil 2015 (Brasil, 2015), não aparece a variável raça/cor na caracterização do perfil de servidoras/es públicas/os federais, no âmbito dos poderes executivo, judiciário e legislativo.

As informações públicas mais recentes relativas ao perfil de raça/cor de servidoras/es públicas/os federais estão disponíveis em outro documento da Enap (Brasil, 2014), com nível de detalhamento que contempla também sexo, escolaridade, órgão de atuação, nível do cargo ocupado, entre outras características, a partir de dados extraídos do acima mencionado Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), em junho de 2014, coincidentemente, mês e ano de aprovação da Lei n.º 12.990. Esse mapeamento restringe-se, porém, à esfera do Executivo, com as informações relativas à raça/cor sendo resultantes de auto-declaração facultativa. Isso implica dizer que há um percentual de servidoras/es que optaram por não declarar ou não foram questionadas/os sobre sua raça/cor quando ingressaram no serviço público federal. Também deve ser registrado que, nesse documento da Enap, a nomenclatura utilizada para raça/cor é a do Siape, que difere da do IBGE, já que este usa a expressão “preta” enquanto aquele usa a expressão “negra”, reunindo pretas/os e pardas/os. De acordo com o levantamento da Enap em questão (Brasil, 2014), do total de servidoras/es públicas federais do Executivo, 51,7% se autodeclararam brancas/os; 22,4%, pardas; 4%, negras/os (pretas/os, nos termos do IBGE); 3,4%, amarelas/os; 0,3%, indígenas; e 18,2% não informaram sua raça/cor.

Especificamente no que diz respeito à autodeclaração de raça/cor das/os docentes da carreira de magistério superior das universidades federais, utilizamos como fonte para a construção da Tabela 1, abaixo, os Censos da Educação Superior (2008, 2009, 2013, 2014, 2015 e 2016), realizados pelo Inep, que reúnem dados do Siape relativos ao perfil do corpo docente das universidades federais.

TABELA 1
DOCENTES DAS 63 UNIVERSIDADES FEDERAIS,
POR RAÇA/COR AUTODECLARADA (2008, 2009, 2013, 2014, 2015 E 2016)

Ano	n.º UFs	n.º de docentes	Raça/Cor autodeclarada							
			Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não dispõe	Não declarado
2008	-	51.838	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	55	69.778	19.727	745	4.057	403	58	24.537	20.251	
2013	62	85.507	24.811	1.000	5.995	609	91	29.857	23.144	
2014	63	88.748	30.283	1.283	7.948	870	131	7.424	40.809	
2015	63	91.337	31.956	1.144	8.281	911	138	7.755	41.152	
2016	63	94.328	32.121	1.364	8.900	928	143	00	50.872	
2016 (%)		100%	34%	1%	9%	1%	0%	0%	54%	

Fonte: os autores (2018).

Como se pode observar na Tabela 1, entre docentes das universidades federais também prevalecem as/os que se autodeclararam brancas/os (34%, em 2016), com percentuais muito inferiores de autodeclaradas/os pardas/os e pretas/os (9% e 1%, respectivamente, em 2016). O que salta aos olhos de maneira bastante expressiva também é o altíssimo percentual de docentes que não declararam sua raça/cor, 54%, praticamente três vezes o percentual encontrado no conjunto de servidoras/os públicas/os federais do Executivo que também não declaram raça/cor em 2014 (18,2%), como destacado acima. Com essa elevada lacuna de informações relativas à raça/cor, fica difícil qualquer esforço de detalhamento do perfil de raça/cor do corpo docente das universidades federais, ainda que exista uma altíssima probabilidade de que haja uma maioria absoluta de brancas/os, considerando que, entre as/os docentes que autodeclararam sua raça/cor, 79% são brancas/os.

Quando se observam as informações relativas à raça/cor autodeclarada das/os docentes de cada uma das 63 universidades federais, a partir da Tabela 2, construída a partir de dados do Censo da Educação Superior do Inep relativos a 2016, reafirmam-se os resultados apresentados na Tabela 1 – níveis elevados de docentes autodeclaradas/os brancas/os e/ou que não declararam raça/cor –, respeitadas as eventuais especificidades de cada instituição. Um levantamento mais detalhado do perfil dos docentes das universidades federais, a partir de dados do Censo da Educação Superior, do Inep, poderia correlacionar os percentuais de autodeclaração de raça/cor com outros atributos identitários, a exemplo de sexo, idade, área de formação, titulação e área de atuação, entre outros.

Esse perfil de raça/cor como pano de fundo aponta na direção de expressiva ausência de pardas/os e pretas/os no conjunto de professoras/es das universidades federais, quadro igualmente preocupante se descortina a partir do mapeamento que realizamos de mais de três mil editais de concursos públicos para a carreira de magistério superior das 63 universidades federais brasileiras, divulgados no período entre 9 de junho de 2014 (data de sanção da Lei n.º 12.990/2014) e 31 de janeiro de 2018 (limite temporal que estabelecemos para o levantamento de dados), com identificação do total de vagas oferecido por região geográfica, estado e instituição, bem como a especificação das vagas de ampla concorrência, as reservadas para candidatas/os negras/os e as previstas para candidatas/os com deficiência, conforme apresentado na Tabela 3.

Deve ser ressaltado que o levantamento de vagas aqui apresentado não é exaustivo, haja vista que nem todas as universidades federais disponibilizam a totalidade de seus editais nas respectivas páginas Web, nossa principal fonte de pesquisa, o que dificultou um mapeamento completo do total de vagas reservadas para candidatas/

TABELA 2
RAÇA/COR AUTODECLARADA DE DOCENTES
DAS 63 UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (2016)

Estado	Universidades Federais	Docentes	Raça/Cor autodeclarada					
			Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Não declarado
Região Norte								
AC	UFAC	904	139	19	349	1	2	394
AP	Unifap	688	63	21	104	1	3	496
AM	Ufam	1.937	108	10	145	5	1	1.668
PA	Ufopa	403	126	22	141	9	2	103
	Ufpa	2.611	80	40	100	8	7	2.376
	Ufra	403	123	7	270	2	0	1
	Ufesspa	299	86	32	140	1	0	40
RO	Unir	818	431	16	200	9	3	159
RR	UFRR	595	208	15	142	10	9	211
TO	UFT	1.137	634	84	296	18	3	102
Região Nordeste								
AL	Ufal	1.719	414	8	113	0	0	1.184
BA	Ufba	2.954	1.352	38	828	55	12	669
	Ufob	268	100	31	77	2	0	58
	UFRB	880	326	104	284	12	2	152
	UFSB	193	109	14	54	2	2	12
CE	UFC	1.934	17	1	17	0	0	1.899
	Ufca	280	82	7	61	9	4	117
	Unilab	282	106	45	73	1	2	55
MA	Ufma	1.914	753	157	613	30	5	356
PB	UFPB	2.760	272	33	193	10	1	2.251
	UFCG	1.699	374	16	195	0	0	1.114
PE	UFPE	3.081	205	19	111	5	0	2.741
	UFRPE	1.226	702	17	398	52	0	57
	Univasf	612	288	37	170	16	4	97
PI	Ufpi	2.073	132	46	217	3	3	1.672
RN	UFRN	2.927	48	1	62	0	0	2.816
	Ufersa	754	90	7	76	2	0	579
SE	UFS	1.810	22	1	53	0	0	1.734

.../...

os negras/os no período aproximado de três anos e meio antes especificado. A título de exemplos dessa situação, observe-se como foram registradas na Tabela 3 apenas 15 vagas de concurso para docentes na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e 18 vagas para docentes na Universidade Federal de Itajubá (Unifei), números prova-

.../...

Estado	Universidades Federais	Docentes	Raça/Cor autodeclarada					
		Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarado
Região Centro-Oeste								
DF	UnB	3.034	1.904	62	496	62	12	498
GO	UFG	2.942	752	6	30	1	0	2.153
MS	UFGD	652	27	1	7	0	0	617
	UFMS	1.741	1.047	42	255	48	12	337
MT	UFMT	2.240	1.148	7	424	133	5	523
Região Sudeste								
ES	Ufes	1.896	1472	53	307	30	6	28
MG	UFJF	1.732	323	8	53	4	0	1.344
	UFSJ	873	7	0	1	0	0	865
	Ufla	746	7	0	0	1	0	738
	UFMG	3.473	100	0	20	0	0	3.353
	Ufop	1.001	346	16	105	4	1	529
	UFU	1.992	1.454	33	195	39	2	269
	UFV	1.244	293	14	49	2	0	886
	UFTM	590	509	2	40	12	1	26
	UFVJM	779	295	37	156	3	3	285
	Unifal	550	179	4	17	1	0	349
RJ	Unifei	493	56	0	5	2	0	430
	UFF	3.701	2.037	43	143	21	3	1.454
	UFRRJ	919	12	0	2	0	0	905
	Unirio	871	220	2	19	1	1	628
SP	UFRRJ	4.102	1.229	27	118	4	1	2.723
	UFABC	686	561	10	55	33	3	24
	UFSCar	1.459	1.303	6	79	26	1	44
Região Sul								
PR	UFPR	2411	34	0	1	1	0	2.375
	UTFPR	2.908	2.416	34	230	112	9	107
RS	Furg	974	789	21	66	9	5	84
	UFCSPA	337	324	0	1	1	0	11
	UFFS	796	701	14	42	9	2	28
	UFPel	1.494	38	0	1	0	0	1.455
	UFRGS	2.846	940	10	18	11	4	1.863
	UFSM	2.128	2.011	13	62	8	1	33
	Unila	381	8	7	296	11	0	59
	Unipampa	996	857	25	53	4	3	54
SC	UFSC	2.606	71	1	6	0	0	2.528
	TOTAL	94.328	32.121	1.364	8.900	928	143	50.872

Fonte: os autores (2018).

TABELA 3

VAGAS OFERECIDAS EM CONCURSOS PÚBLICOS DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR,
DAS 63 UNIVERSIDADES FEDERAIS, NO PERÍODO DE 09.06.2014 A 31.01.2018

Unidade da Federação	Universidades Federais	Total de Vagas	Vagas para ampla concorrência	Vagas para negras/os (números absolutos e percentuais)	Vagas para Pessoas com Deficiência
Região Norte					
AC	Ufac	68	66	2	2,94%
AP	Unifap	174	167	7	4,02%
AM	Ufam	444	425	16	3,60%
PA	Ufopa	130	97	24	18,46%
	Ufpa	532	527	5	0,93%
	Ufra	94	94	0	0,00%
	Ufesspa	329	329	0	0,00%
RO	Unir	150	138	9	6,00%
RR	UFRR	154	151	3	1,94%
TO	UFT	203	201	2	0,98%
Total Norte		2.278	2.195	69	3,02%
Região Nordeste					
AL	Ufal	373	367	4	1,07%
BA	Ufba	468	456	12	2,56%
	Ufob	278	270	8	2,87%
	UFRB	363	346	12	3,30%
	UFSB	106	92	14	13,2%
CE	UFC	197	197	0	0,00%
	Ufca	117	114	2	1,70%
	Unilab	155	150	5	3,22%
MA	Ufma	250	250	0	0,00%
PB	UFCG	174	174	0	0,00%
	UFPB	253	253	0	0,00%
PE	UFPE	175	172	3	1,71%
	UFRPE	206	199	7	3,39%
	Univasf	283	279	4	1,41%
PI	Ufpi	321	283	5	1,55%
RN	Ufersa	171	162	8	4,67%
	UFRN	547	532	12	2,19%
SE	UFS	174	172	2	1,14%
Total Nordeste		4.611	4.468	98	2,12%

.../...

.../...

Unidade da Federação	Universidades Federais	Total de Vagas	Vagas para ampla concorrência	Vagas para negras/os (números absolutos e percentuais)	Vagas para Pessoas com Deficiência
Região Centro-Oeste					
DF	UnB	263	260	3	1,14%
GO	UFG	392	309	1	0,25%
MS	UFMS	366	315	39	10,65%
MT	UFGD	195	145	40	20,51%
	UFMT	438	325	87	19,86%
Total Centro-Oeste		1.654	1.354	170	10,27%
Região Sudeste					
ES	UFES	272	270	2	0,73%
MG	UFJF	283	280	3	1,06%
	UFJS	132	129	2	1,51%
	Ufla	167	124	34	20,35%
	UFMG	572	553	18	3,14%
	Ufop	104	80	16	15,38%
	UFU	52	52	0	0,00%
	UFV	15	15	0	0,00%
	UFTM	120	120	0	0,00%
	UFVJM	245	217	23	9,38%
	Unifal	78	78	0	0,00%
	Unifei	18	15	3	16,66%
RJ	UFF	499	493	5	1,00%
	UFRJ	573	558	14	2,44%
	UFRRJ	162	162	0	0,00%
	Unirio	57	57	0	0,00%
SP	UFABC	169	159	8	4,73%
	UFSCar	244	244	0	0,00%
	Unifesp	255	251	3	1,17%
Total Sudeste		4.017	3.857	131	3,26%
.../...					

2. No levantamento realizado, não estão computadas as vagas de concursos para o cargo de professor-titular-Livre da carreira de magistério superior (por geralmente oferecerem apenas uma vaga por edital, dada a natureza do cargo), de concursos para a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), que, em geral, correspondem às/ aos docentes dos Colégios de Aplicação que integram as universidades federais) e de processos seletivos para professoras/ es substitutas/os, que não integram o quadro efetivo das universidades federais.

velmente inferiores aos dos totais de vagas para docentes nessas instituições no período em questão. Seguramente, o número total de vagas oferecidas, no período examinado, deve ter sido superior ao que encontramos, mas isso não impede que os resultados identificados no levantamento realizado, dado seu expressivo alcance, mostrem uma clara tendência de como a Lei n.º 12.990/2014 está sendo aplicada no âmbito específico dos concursos da carreira de magistério superior das universidades federais².

.../...

Unidade da Federação	Universidades Federais	Total de Vagas	Vagas para ampla concorrência	Vagas para negras/os (números absolutos e percentuais)	Vagas para Pessoas com Deficiência
Região Sul					
PR	UFPR	312	312	0	0,00%
	UTFPR	208	166	30	14,42%
RS	Furg	138	138	0	0,00%
	UFCSPA	62	62	0	0,00%
	UFFS	142	140	2	0,00%
	UFPel	175	130	33	18,85%
	UFRGS	332	325	7	2,10%
	UFSM	287	199	58	20,20%
	Unila	145	130	10	6,89%
	Unipampa	214	158	39	18,22%
SC	UFSC	480	291	95	19,79%
Total Sul		2.495	2.051	274	10,98%
Total Nacional		15.055	13.925	742	388
% Total Nacional		100%	92,5%	4,93%	2,57%

Fonte: os autores (2018).

Com base nos dados sistematizados na Tabela 3, a constatação mais relevante a destacar é que os concursos para a carreira de magistério superior das universidades federais estão longe de atingir os objetivos da ação afirmativa materializada na Lei n.º 12.990/2014, haja vista que das 15.055 vagas identificadas, apenas 742 foram reservadas para negras/os (aproximadamente 4,93%) e 388 para pessoas com deficiência (aproximadamente 2,57%). Essa distribuição é heterogênea entre as diferentes instituições, já que algumas efetivamente contemplaram, em seus editais, aproximadamente o percentual de 20% de vagas reservadas para negras/os (nove instituições: Ufopa, UFGD, UFMT, Ufla, Unifei, UFPel, Unipampa, UFSM e UFSC), enquanto outras não reservaram literalmente nenhuma vaga para candidatas/os negras/os (16 instituições: Ufra, Ufesspa, UFC, Ufma, UFCG, UFPB, UFU, UFV, UFTM, Unifal, UFRRJ, Unirio, UFSCar, UFPR, Furg, UFCSPA), com situações variadas entre os dois extremos.

O que se observa, portanto, é um quadro que confirma os temores apontados na nota técnica n.º 17/2014, do Ipea, na nota técnica n.º 43/2015, da Seppir, bem como no voto do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, Relator da ADC n.º 41, antes mencionados, quando se referem explícita e especificamente às eventuais dificuldades de garantia da reserva, para candidatas/os negras/os, de 20% das vagas de concursos públicos para professoras/es de universidades federais. Como mostramos anteriormente, porém, nove universidades, algumas a partir dos pareceres

de suas respectivas Procuradorias Federais – como a UFGD e a Ufopa –, encontraram mecanismos para assegurar o cumprimento da lei – seja por meio do sorteio das vagas que serão reservadas para candidatas/os negras/os, seja por meio da reserva de vagas nas áreas em que haja candidatas/os negras/os aprovadas/os no concurso –, partindo do princípio de que a reserva de 20% das vagas deve ter como parâmetro o total das vagas oferecidas em um mesmo edital, ainda que diferentes áreas de conhecimento ofereçam um número de vagas inferior a três.

O que constatamos, porém, é que a não reserva de 20% das vagas na grande maioria dos concursos é decorrência de práticas administrativas que restringem o alcance da lei, a exemplo de editais que de fato oferecem menos de três vagas por concurso para docente, ainda que muitas vezes, em um mesmo dia e/ou uma mesma semana, sejam publicados no *Diário Oficial da União (DOU)* diversos editais de uma mesma universidade, cada um com uma única vaga, como se observa em concursos da UFCG, UnB, Ufes, UFJS, UFMG, UFU, UFV, UFG, Unifal, Ufabc, UFSCar, Unifesp, Furg e Unila, dentre outras instituições.

Por outro lado, também constatamos que a grande maioria dos editais de concurso para a carreira de magistério superior de universidades federais, quando oferecem mais de três vagas – às vezes, dezenas de vagas –, trazem dispositivos que explicitamente restringem a reserva de 20% para candidatas/os negras/os a situações em que haja uma oferta de três ou mais vagas por “área”, “área de conhecimento”, “área específica de conhecimento”, “disciplina/área de conhecimento”, “setor de estudo”, “tema do concurso”, “unidade acadêmica”, “cargo-função”, “cargo/área”, “cargo/especialidade”, “opção de vaga”, “especialidade”, “departamento de ensino” ou “campus”. Tal opção implica uma interpretação restritiva da Lei n.º 12.990/2014, o que inviabiliza a consecução dos objetivos da ação afirmativa prevista para candidatas/os negras/os, outra vez contrariando diretrizes propostas pelo Ipea, Seppir e STF, como visto anteriormente.

Para continuar a pensar

Entendemos urgente um amplo debate acerca da uniformização de procedimentos relativos aos concursos públicos para docentes das universidades federais, de maneira a efetivamente alcançar o percentual de 20% de reserva de vagas para candidatas/os negras/os legalmente estabelecida, respeitada a autonomia universitária constitucionalmente prevista. Seguramente, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes) e a Associação Nacional de Pesquisadores Negros (ABPN) poderiam ter um importante papel com vistas ao encaminhamento desses debates e de seus desdobramentos.

Também parece fundamental a promoção de estratégias de recrutamento que estimulem candidatas/os negras/os a realizarem concursos públicos para docentes das universidades federais, de maneira a ocuparem, no mínimo, as vagas reservadas no percentual de 20%. No âmbito restrito dos objetivos de nossa investigação, não temos ideia se, de fato, as vagas reservadas para negras/os, ainda que em um patamar muito inferior ao legalmente previsto, estão sendo de fato preenchidas por candidatas/os negras/os. Um outro trabalho de pesquisa precisa ser feito no sentido de verificar se candidatas/os negras/os estão se inscrevendo nos concursos que oferecem reserva de vagas – e nos demais também –, se estão sendo aprovadas/os e passando a trabalhar como professoras/es de magistério superior nas universidades federais. Também seria importante identificar outras características dessas/es candidatas/os, a exemplo de sexo, idade, área de formação, titulação, área de atuação, trajetória profissional. De momento, porém, nossa hipótese é que parte das vagas reservadas não está sendo preenchida por candidatas/os negras/os, por razões diversas, o que implica um alcance ainda mais restrito da política de ação afirmativa proposta por meio da Lei n.º 12.990/2014.

Também se faz importante refletir acerca da relevância da implantação de cotas para negras/os nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), de maneira a ampliar o número potencial de candidatas/os habilitadas/os a pleitear vaga na carreira docente em universidades federais. Como mostram Anna Carolina Venturini e João Feres Júnior (2018), em estudo recente, várias instituições passaram a adotar cotas raciais para o conjunto de seus cursos de mestrado e doutorado, como UFG, Ufba, Ufam, UFMG, UFGD, UFU, UFT, UFPel, Ufpi e UFFS.

Parece claro que a própria Lei n.º 12.990/2014, ao ser a primeira legislação federal a prever cotas para grupos específicos de raça/cor, independentemente de outros marcadores sociais associados à renda, evidencia o alcance ainda limitado das cotas sociais e raciais de ingresso em cursos de graduação, dada a expressiva exclusão de pretas/os e pardas/os dos quadros do serviço público federal, como mostrado anteriormente. Nesse sentido, a Lei n.º 12.990/2014 pode ser interpretada como iniciativa que legitima a aprovação de cotas raciais também em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, haja vista a forte prevalência de pessoas autodeclaradas brancas nos cursos de mestrado e doutorado – valores estimados na ordem de 70%, a partir de estudo realizado pelos professores Marcio de Castro Silva Filho e Sérgio da Costa Côrtes (2016), integrantes do Grupo de Trabalho Inclusão de Estudantes de Pós-Graduação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), utilizando dados da Plataforma Sucupira (2013/2015), do Censo da Educação Superior (2011/2013) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais, 2013/2014).

Dois outros desdobramentos recentes decorrentes justamente da aprovação da Lei n.º 12.990/2014 também saltam da esfera estrita dos concursos públicos no âmbito do serviço público federal e repercutem diretamente sobre o acesso e a permanência de estudantes de graduação. Um primeiro foi o anúncio de que o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Colégio Naval e a Academia da Força Aérea, a partir de 2019, reservarão 20% de suas vagas para candidatas/os negras/os (*Folha On-Line*, 2018), a partir do entendimento, consolidado pelo STF em abril de 2018, de que

as Forças Armadas integram a Administração Pública Federal, de modo que a vagas oferecidas nos concursos por elas promovidos sujeitam-se à política de cotas prevista na Lei n.º 12.990/2014 (Brasil, 2018).

Um segundo desdobramento importante é o Decreto n.º 9.427, de 28 de junho de 2018, que “reserva aos negros trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. O detalhe não muito promissor deste decreto é que a reserva de vagas para negras/os também fica condicionada a um número mínimo de três vagas no processo de seleção de estagiárias/os.

Resta ainda dizer que no atual cenário das universidades federais, estudantes negras/os, seja em nível de graduação, seja em nível de pós-graduação, muitas vezes não encontram referências positivas de identificação profissional no corpo docente de seus cursos e universidades, considerando que a majoritária branquidão é um marco identitário altamente impactante. Parece fundamental, então, a realização de múltiplos esforços no sentido da criação de um ambiente de ensino/aprendizagem em que a diversidade de raça/cor de toda a comunidade acadêmica seja valorizada. Por outro lado, igualmente importante é que se valorize a multiplicidade de saberes produzidos em nossa sociedade, de maneira que o conhecimento científico produzido nos moldes eurocêntricos possa dialogar com outras linhagens e perspectivas de interpretação e de transformação do mundo. Somente assim as nossas universidades estarão à altura de contribuir efetivamente para a construção de uma sociedade onde ciência, arte, tecnologia e cultura sejam patrimônio de todas/os, e não privilégio de uma pequena elite.

Referências

- BRASIL. Decreto n.º 9.427, de 28 de junho de 2018. “Reserva aos negros trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. Brasília, 2018a. Disponível em: <http://www.imprensanacional.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujr-w0TzC2Mb/content/id/27934784/do1-2018-06-29-decreto-n-9-427-de-28-de-junho-de-2018-27934697>. Acesso em: 23 Jul. 2018.
- . Embargos de Declaração na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 41. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2018b. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14763674>>. Acesso em: 29.07.2018.
- . Portaria Normativa n.º 4, de 06 de abril de 2018. “Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº12.990, de 9 de junho de 2014”. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Secretaria de Gestão de Pessoas, 2018c. Disponível em: <http://www.dpu.def.br/images/stories/Infoleg/2018/04/10/portaria_mpog2.pdf>. Acesso em: 08 Abr. 2018.
- . Ação Declaratória de Constitucionalidade 41 (Inteiro Teor do Acórdão), DF, 2017. “Tem como objeto a Lei nº 12.990/2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta”. Brasília: STF, 2017. Disponível em: <[file:///Users/gilsongr72/Downloads/texto_312447860%20\(1\).pdf](file:///Users/gilsongr72/Downloads/texto_312447860%20(1).pdf)>. Acesso em: 02 Out. 2017.
- . Parecer nº 135/2016/PF-UFOPA/PGF/AGU, relativo a edital de concurso público para provimento de cargos de docentes do magistério superior. Advocacia-Geral da União. Procuradoria-Geral Federal. Santarém: Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), 2016.
- . Nota Técnica n.º 43/2015 - SPA/SEPP/PR. Brasília: SEPP, 2015a. Disponível em: <[file:///Users/gilsongr72/Downloads/NOTA+TECNICA+43%20\(1\).pdf](file:///Users/gilsongr72/Downloads/NOTA+TECNICA+43%20(1).pdf)>. Acesso em: 05 Out. 2017.
- . Servidores Públicos Federais: perfil 2015 (folder). Brasília: Enap, 2015b. Disponível em: http://antigo.enap.gov.br/images//150610_folder_estudos_enap_servidores_publicos_federais_perfil_2015.pdf. Acesso em 02.10.2017.

_____. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. “Dispõe sobre a reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”. Brasília, 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm>. Acesso em 07 Out. 2017.

_____. Parecer nº 074/2014/PF-UFGD/PGF/AGU. “Edital de concurso público para provimento de cargos de docentes do magistério superior. Advocacia-Geral da União. Procuradoria-Geral Federal. Dourados: Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2014b.

_____. “Servidores Públicos Federais: raça/cor 2014” (foder). Brasília: Enap, 2014c. Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/images//150317_servidores_publicos_federais_raca_cor.pdf>. Acesso em: 02 Out. 2017.

_____. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186 (Inteiro Teor do Acórdão). Tem como objeto os atos que instituíram sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial (cotas) no processo de seleção para ingresso na Universidade de Brasília. Brasília: STF, 2012a. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>>. Acesso em: 02 Out. 2017.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. “Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”. Brasília, 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 07 Out. 2017.

_____. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. “Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 05 Set. 2017.

_____. Projeto de Lei nº 1.332, de 1983, de autoria do deputado Abdias Nascimento. “Dispõe sobre ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo artigo 153, parágrafo primeiro, da Constituição da República”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190742>>. Acesso em: 07 Out. 2017.

CARVALHO, José Jorge de. Inclusão étnica e racial no ensino superior: um desafio para as universidades brasileiras. *Série Antropologia*, n. 382, Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie382empdf.pdf>>. Acesso em: 22 Set. 2017.

CARVALHO, José Jorge de; SEGATO, Rita Laura. Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília. *Série Antropologia*, n. 314. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 22 Set. 2017.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (CFOAB). “Petição Inicial da Ação Declaratória de Constitucionalidade (com pedido de medida cautelar), tendo por objeto a Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014”. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/adc-41-oab-declaracao.pdf>>. Acesso em: 02 Out. 2017.

DEMOCRATAS. “Petição inicial da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186 (com pedido de suspensão liminar), visando à declaração de atos do Poder Público que resultaram na instituição de cotas raciais na Universidade de Brasília”, 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400108&tipo=TP&descricao=ADPF%2F186>>. Acesso em: 02 Out. 2017.

FERREIRA, Gianmarco Loures. *Sub-Representação legal nas ações afirmativas: a Lei de Cotas nos concursos públicos*. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição), Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FOLHA ON-LINE. “Para cumprir a lei, ITA adota cotas raciais no vestibular”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/07/para-cumprir-a-lei-ita-adota-cotas-raciais-no-vestibular.shtml>>. Acesso em: 31 Jul. 2018.

GOMES, Nilma Lino; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. As cotas nas universidades públicas 20 anos depois. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVÉRIO, Valter (Orgs.). *Ações afirmativas no Brasil – reflexões e desafios para a pós-graduação*, p. 93-124. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2016.

SILVA, Josenilton; PINHEIRO, Luana; JACCOUD, Luciana; SILVA, Waldemir. *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*, p. 147-170. Brasília: Ipea, 2009a.

SILVA, Tatiana Dias. Cor e raça nos quadros da administração pública. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Abep, realizado em São Pedro (SP), de 24 a 28 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/2262/2217>>. Acesso em: 12 Out. 2017.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Josenilton Marques da. Nota Técnica n.º 17, sobre a “reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013”. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5781/1/NT_n17_Reserva-vagas-negros-concursos-publicos_Disoc_2014-fev.pdf>. Acesso em: 30 Ago. 2017.

SILVA, Tatiana Dias; VOLPE Ana Paula Sampaio. Ações afirmativas para ingresso na administração pública. Trabalho apresentado no ST 25 – Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas, do 37º Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindóia (SP), 23 a 27 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st25/8563-acoes-afirmativas-para-ingresso-de-negros-na-administracao-publica/file>>. Acesso em: 12 Out. 2017.

SILVA FILHO, Marcio de Castro; CÔRTEZ, Sérgio da Costa. Estudo preliminar socioeconômico aplicando os dados do Censo da Educação Superior e da RAIS nos alunos da Pós-graduação. Brasília: Apresentação em powerpoint, 2016.

SOUZA, Marcilene Garcia de. *Ações afirmativas e inclusão de negros por “cotas raciais” nos serviços públicos do Paraná*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Araraquara, 2010.

VENTURINI, Anna Carolina; FERES JÚNIOR, João. Ações afirmativas em cursos de pós-graduação acadêmicos de universidades públicas. *Boletim Gema*, n. 6, p. 1-9, 2018. Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/07/Boletim-6.pdf>>. Acesso em: 23 Jul. 2018.

VOLPE, Ana Paula Sampaio; SILVA, Tatiana Dias. *Reserva de vagas para negros na administração pública. Relatório de pesquisa*. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/160413_relatorio_reserva_vagas_negros_adm_publica.pdf>. Acesso em: 10 Nov. 2017.



Judicialização da educação: regime de colaboração e rede de proteção social da criança e do adolescente

Recebido: 25.09.17
Aprovado: 23.08.18

Rafaela Reis Azevedo de Oliveira*
& Beatriz de Basto Teixeira**

* Rafaela Reis Azevedo de Oliveira é graduada em ciências sociais, com mestrado e doutorado em educação. Atuou como professora de sociologia no Instituto Federal de Rio de Janeiro e atualmente é professora do departamento de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil, na área de sociologia. <rafareis2001@yahoo.com.br>.

** Beatriz de Basto Teixeira é graduada em ciências sociais, com mestrado e doutorado em educação. Professora titular aposentada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil, e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF. Orcid: 0000-0001-6864-644. <bbbtbia@gmail.com>.

Resumo: Este artigo apresenta resultados de tese de doutorado que analisou as ações da Promotoria da Infância e Juventude, e dos Conselhos Tutelares para a garantia do acesso à educação infantil no município de Juiz de Fora (MG), que tramitaram entre 2009 e 2014. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas. Como resultados, aponta-se a dificuldade do município em garantir o acesso à educação infantil, sobretudo a subetapa de creches, e o cumprimento de metas estipuladas em política nacional de educação; a inoperância da rede de proteção social da criança e do adolescente; e o movimento de (des)judicialização da educação, haja vista a entrada em cena de um outro ator para a exigibilidade do direito da criança: o Poder Legislativo.

Palavras-chave: Judicialização da educação. Regime de colaboração. Ministério Público. Conselhos Tutelares. Poder Legislativo.

*Judicialization of education:
collaboration scheme and child and
adolescent social protection network*

Abstract: This article presents the results from a doctoral dissertation that analyzed the actions taken by the Office for the Protection of Children and Youth and the Child Protective Services, from 2009 to 2013, in order to guarantee access to Early childhood education in the city of Juiz de Fora, Minas Gerais. The research was conducted by means of bibliographical review, documental analyses and semi-structured interview. As examples of brief results, it is pointed out the city's difficulty in securing access to Early childhood education, especially to nursery schools, and fulfilling the goals established in national education guidelines; the ineffectiveness of the children and youth's social protection network; and the movement of (de)Judicialization of education, considering the participation of another actor for demanding children's right: the legislative power.

Keywords: Judicialization of education. Collaboration scheme. Public Prosecutor's Office. Child Protective Services. Legislative Power.

A demanda judicial pela educação é uma ação bastante recorrente nos dias atuais. Pesquisas acadêmicas (Casagrande, 2008; Silveira, 2008; Vieira, 2008; Cury *et alii*, 2009) e exploratórias nos endereços eletrônicos dos Mi-

nistérios Públicos Estaduais, do Superior Tribunal de Justiça ou mesmo em jornais e revistas, permitem identificar uma crescente demanda dessa natureza. Isso decorre da ampliação de direitos dos indivíduos e de seus mecanismos de exigibilidade e a ocorrência da inconstitucionalidade do não atendimento ao direito à educação. De fato, verificamos, na esfera judicial, demandas por acesso à escola pública, por transporte público para crianças e adolescentes, por garantia de material didático, por merenda escolar e até por questões bastante específicas, como o acompanhamento de aluno por professor habilitado em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Ao observar a primeira etapa da Educação Básica – a Educação Infantil (EI), de zero aos 5 anos –, constata-se, de maneira geral, um crescimento de ações judiciais e de demandas aos órgãos municipais oriundas dos órgãos de defesa da criança e do adolescente, como são os Conselhos Tutelares (CT) e as Promotorias e Defensorias Públicas da Infância e Juventude. A demanda nessa etapa se caracteriza basicamente pela garantia de acesso, sobretudo em sua primeira subetapa, às creches, que atendem crianças de 0 a 3 anos (Correa, 2010; Mattos, 2014).

A essa demanda – que não é exclusiva de Juiz de Fora, mas observada em todo o território nacional – podem ser atribuídas algumas causas como a entrada da mulher no mercado de trabalho; a necessidade de guarda para as crianças; o fato de a Educação Infantil ter se tornado a primeira etapa da Educação Básica; de as creches terem saído do âmbito assistencial e passado ao educacional; o ativismo judicial, haja vista os próprios dispositivos legais que o fazem defensor dos direitos sociais, quando se deparam com a inconstitucionalidade; a focalização de políticas educacionais, com a vinculação orçamentária para a etapa do Ensino Fundamental; a ampliação do tempo de escolaridade obrigatória, incluindo a etapa pré-escolar e, ainda, o estabelecimento de metas de atendimento da Educação Infantil pelo Plano Nacional de Educação (PNE) (Kramer, 2006; Kulmann Jr., 2004; Rosemberg, 1999).

Ao considerar as causas acima destacadas, nosso estudo procurou responder à seguinte questão: a atuação de Promotorias da Infância e Juventude, bem como dos Conselhos Tutelares, tem contribuído para a efetividade do direito ao acesso à Educação Infantil, quando ele se encontra lesado pelo poder público? Com o objetivo de ajudar a responder a esta questão, este texto está organizado da seguinte forma: em um primeiro momento, constrói-se um panorama da Educação Infantil no Brasil; posteriormente, destaca o regime de colaboração, como mecanismo da Federação para a realização de políticas públicas educacionais; em um terceiro momento, apresenta-se a judicialização como mecanismo de garantia de direitos

sociais, com atenção especial ao direito à educação; e, por fim, discute-se o processo de judicialização da Educação Infantil, tendo como base a pesquisa realizada no município mineiro já mencionado.

Educação Infantil: breve balanço das políticas públicas no Brasil

Há mais de uma década, Fúlvia Rosemberg (2002), ao discutir a atuação de organismos multilaterais e do Estado brasileiro nas políticas públicas para a Educação Infantil, caricaturou a primeira etapa da Educação Básica com o título de “Rainha da sucata”. Esse título teve como fundamento os investimentos ainda precários realizados pelos países em desenvolvimento nessa etapa de ensino. Além de “denunciar” esse baixo investimento, a autora destacava que, graças a isso, os espaços que recebiam crianças eram, em sua maioria, inadequados; os profissionais que atuavam não eram devidamente qualificados; e os materiais pedagógicos também eram bastante precários.

A Educação Infantil, apesar de ainda apresentar os problemas destacados por Rosemberg, passou por grandes avanços a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que lançou um novo olhar sobre a criança pequena. O atendimento à infância, que estivera historicamente atrelado a uma concepção de assistência – ou até mesmo compensatória – é colocado na dimensão de um direito, o educacional. Conforme destaca Kramer, a criança, com a promulgação da Constituição, “deixa de ser alguém que não é (pelo menos nas discussões acadêmicas) e passa à condição de cidadã (pelo menos na letra da lei)” (Kramer, 1996: 17).

Dentre os avanços decorridos da Constituição Federal de 1988, destaca-se a organização de um quadro normativo abrangente, que se iniciou com a definição da Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Anos depois, em 2009, com a disposição da Emenda Constitucional n.º 59, a etapa de escolarização obrigatória foi ampliada, passando a abranger dos 4 a 17 anos, ou seja, tornando a segunda subetapa da Educação Infantil, a pré-escola, como obrigatória e de direito público subjetivo. Na sequência, em 2013, foi implementada a Lei n.º 12.796, que tornou a matrícula das crianças de 4 e 5 anos obrigatória por parte dos pais.

A Educação Infantil também figurou nas políticas educacionais mais recentes, como no Plano Nacional de Educação. Tanto na edição 2001-2010, como na edição 2014-2024, houve o estabelecimento de metas de atendimento para suas duas su-

betapas – creche e pré-escola. Identificou-se que, na execução do Plano Nacional de Educação (2001-2010), estavam previstos percentuais de atendimento tanto para a primeira como para a segunda subetapa, que não foram alcançados pela maioria dos municípios. No Plano Nacional de Educação (2001-2010) a meta de acesso era ampliar a oferta de Educação Infantil de forma que 50% da população de até 3 anos e 80% das crianças de 4 a 5 anos fossem atendidas até o final da década. Ao final de 2010, a meta para a pré-escola havia sido conquistada, visto que 80% das crianças estavam matriculadas, contudo, nas creches, apenas 18%. Assim, no Plano Nacional de Educação 2014-2024, redefiniram-se as metas, sendo que para crianças de 4 e 5 anos era universalizar o atendimento no ano de 2016 e atender 50% das crianças de 0 a 3 anos de idade até o ano final de vigência do Plano, em 2024.

Sabe-se que o atendimento à pré-escola se encontra em vias de universalização em boa parte dos municípios brasileiros, já que, desde a execução do Plano Nacional de Educação 2001-2010, tem havido esforços no sentido de ampliar a rede de atendimento. Ocorre, todavia, que o grande gargalo da Educação Infantil tem sido a subetapa de creches. Além de ser a aquela com maior déficit de atendimento em todo o país, é a que demanda maiores recursos financeiros, haja vista a necessidade de uma infraestrutura adequada ao atendimento de bebês e a demanda por atendimento em tempo integral pela maior parte das famílias (Pinto, 2009).

Outro aspecto a ser destacado foi a inclusão da Educação Infantil no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb. A inclusão da etapa no Fundeb é um ganho significativo, tendo em vista que os investimentos na Educação Infantil foram sempre residuais, sobretudo durante a vigência do Fundef, que era destinado à única etapa então obrigatória, o Ensino Fundamental. Muitos municípios admitiram – como no caso de Juiz de Fora (MG) – que a grande demanda de acesso à Educação Infantil e o não investimento público nessa etapa se deram em função do que estava definido como prioridade de atendimento naquele momento.

No que compete à formação de profissionais que atuarão na Educação Infantil, a legislação previu a formação em nível superior (licenciatura em pedagogia), sendo admitida a formação em nível médio, na modalidade Normal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), que trouxe esse dispositivo, ao fazer isso, equiparou a formação dos profissionais da Educação Infantil à dos profissionais dos primeiros anos do Ensino Fundamental, compreendendo, desse modo, sua inclusão em um plano de carreira, a disponibilidade de formação continuada oferecida pelos

municípios e a definição de um piso salarial. A lei previu, ainda, a valorização desses profissionais em termos de seleção e contratação.

Por fim, destacam-se dentre os avanços para a Educação Infantil, a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais e Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. A definição dessas Diretrizes e Referenciais Curriculares coloca, em definitivo, a Educação Infantil sob a guarda da Educação, a partir da definição de objetivos específicos para cada subetapa. Embora não seja o foco do trabalho, ressalta-se que esses componentes curriculares definidos não vieram isentos de um debate acalorado em torno do tema. O grande dilema é pensar a concepção de ensino que está sendo oferecido nas instituições de Educação Infantil. Assim sendo, ela estaria a serviço da preparação da criança para o Ensino Fundamental, englobando mesmo o próprio formato de escolarização presente na etapa de ensino seguinte ou deveria se desenvolver em meio às suas próprias peculiaridades – assim como os documentos oficiais destacam – sob as dimensões do cuidar e do educar?

Historicamente, a Educação Infantil teve um caráter assistencialista, pois se destinava às crianças em situação de vulnerabilidade social ou era um lugar de guarda do filho da mãe trabalhadora (Kulhmann Jr., 2004). Hoje, dada a insuficiência de vagas na rede pública de ensino, os municípios ainda têm focalizado o atendimento a crianças em condições socioeconômicas mais desfavorecidas, adotando, como é o caso de Juiz de Fora, critérios de vulnerabilidade estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social. De todo modo, entende-se que, apesar da necessidade de focalizar o atendimento a partir de critérios socioeconômicos, os avanços apresentados ao longo desta seção dão condições de afirmar que houve importantes passos na direção de superar, em definitivo, a visão assistencialista da Educação Infantil. Conforme nossa legislação, a Educação Infantil visa ao desenvolvimento integral da população de 0 a 5 anos de idade; é direito das crianças, e sua oferta é dever do Estado.

Ao que tudo indica, a Educação Infantil passou por seu próprio processo de reforma educacional (Cerisara, 2002), no qual foram definidas suas formas de financiamento, suas diretrizes curriculares e a formação mínima dos profissionais que devem nela atuar. Porém, ela não está isenta de desafios para que haja a oferta universalizada e de qualidade para as crianças de 0 a 5 anos. Um desses desafios é a definição clara do regime de colaboração instituído no nosso modelo de estado federado, sem o qual os municípios certamente não conseguirão cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e, sobretudo, suprir a enorme demanda que se acumula há anos.

Eles têm quase tudo ou têm quase nada? O desafio do regime de colaboração

O modelo de Estado Federal resulta de um pacto ou de uma aliança entre as unidades territoriais, que optaram por compartilhar a soberania entre a União e os entes subnacionais. Pressupõe a busca pela unidade na diversidade, sendo um modelo de Estado vital para países com grandes extensões territoriais, como é o caso brasileiro.

De acordo com Fernando Abrúcio (2003), todo país extenso tem o tema do federalismo batendo à porta, pois isso implica a existência de heterogeneidades que podem dividir e gerar conflitos na nação. Os conflitos podem ser originados não apenas pelas diferenças territoriais, mas também pelas diferenças étnicas, culturais, religiosas, socioeconômicas e até mesmo políticas, que são expressas pela diferença na formação de elites dentro de uma nação.

A configuração de um Estado Federal – ainda segundo Abrúcio (2013) – depende de algumas estruturas, instituições e formas de relações intergovernamentais, para que o objetivo de garantir os direitos de seus pactuantes e o sistema de freios e de contrapesos entre os diferentes níveis de governo possa ser alcançado.

Desse modo, no que compete às estruturas institucionais, é preciso uma carta constitucional escrita, na qual estejam elencados as regras do Estado, as formas de relação entre os entes e os direitos do grupo minoritário; a instituição de uma corte constitucional capaz de julgar as relações entre os níveis de poder e criar uma jurisprudência quanto aos direitos federativos; o estabelecimento do bicameralismo – deputados e senadores e, por fim, a existência de governos descentralizados, com autonomia para produzir suas próprias políticas públicas.

Já no que tange às relações intergovernamentais, o cientista político alerta para o fato de que, embora sejam confundidas com o próprio modelo de Estado, elas existem independentes de um Estado Federal e devem garantir a cooperação entre os entes federados. Abrúcio (2013: 208) elenca cinco formas de relação intergovernamental:

- i.* fóruns federativos, que permitam o debate e a negociação entre os entes;
- ii.* mecanismos de indução à descentralização dos níveis locais;
- iii.* estabelecimento de políticas públicas, que estimulem a cooperação entre os entes federados;

iv. instituição de uma forma de associativismo territorial, que seja capaz de resolver problemas coletivos em territórios próximos uns aos outros; e, por fim,

v. a quinta forma, associação do tipo horizontal “entre níveis de governo em torno de um tema ou problema, constituindo um mecanismo de advocacy federativo para ser usado na barganha intergovernamental”.

Para Daniel Cara (2009: 258), além dessas formas de relação intergovernamentais, reunir uma estrutura institucional bem definida poderá garantir um Estado Federal bem-sucedido. Para o autor, a qualidade de um Estado do tipo federativo está diretamente relacionada à sua capacidade de conjugar autonomia e interdependência entre os entes federados, que é possível, conforme a definição clara de direitos e deveres, e a instituição de arenas e de normas capazes de orientar e arbitrar a atuação dos entes federados.

A apresentação do que seja o modelo de Estado Federal e as condições para que ele se estabeleça são importantes para compreendermos o Estado federativo brasileiro, que também inova com a Constituição Federal de 1988, atribuindo aos municípios o *status* de ente federado, diferentemente da grande maioria dos Estados Federais. A importância de que as estruturas institucionais e as relações intergovernamentais sejam muito bem postas é a garantia para que os próprios objetivos do Estado Federal sejam garantidos.

O federalismo brasileiro não nasceu de um debate republicano sobre a possibilidade de garantir um Estado central que pudesse reunir e equalizar os interesses de estados autônomos, como ocorreu nos Estados Unidos; nasceu de uma oposição ao Estado absolutista imperial, que centralizava todo o poder político, e o desejo de uma elite oligárquica em trazer para si a autonomia política (Abrúcio, 2003). Nasceu junto com a República, em 1889, sendo instituído na Carta de 1891, mas destaca-se, sobretudo, com a proclamação da Constituição Federal de 1988, tornando-se, dessa forma, um dos Estados mais descentralizados entre os países em desenvolvimento (Souza, 2003; 2005).

Conforme o texto constitucional:

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela *união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal*, constitui-se em Estado democrático de direito [...].

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil *compreende a União, os Estados, o Distrito Federal*

e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição (EC nº 15/96) (BRASIL, 1988 , grifos nossos).

Ainda do texto constitucional, destaca-se o artigo 23, que dispõe sobre a criação de leis complementares para normatizar as formas de cooperação entre os entes federados. Importante ressaltar que, no parágrafo único do artigo supracitado, definiram-se as competências comuns aos entes federados, mas remetendo à definição de regime de cooperação. Desse modo, por exemplo, “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação”, conforme o seu inciso V, é uma ação que deverá ser realizada cooperativamente entre os entes federados, haja vista ser competência comum de todos. Contudo, quando a Carta de 1988 dispôs o seu artigo 211, no capítulo sobre Educação, ela agregou ao regime de cooperação o regime de colaboração, normatizando, dessa maneira, a forma como os sistemas de ensino dos entes federados deverão organizar-se. Definição específica para os sistemas de ensino, o regime de colaboração incluirá, nesse caso, também a rede privada de ensino.

Para muitos pesquisadores da área das ciências políticas e da educação, a cooperação estabelecida em lei está muito longe de ser alcançada, tendo em vista a não definição clara de suas normas e de como ela deve de fato ser realizada. Para Cibele Franzese (2010), essa falta de clareza da Constituição, além de dificultar a operacionalização das formas de cooperação, cria graves problemas de superposição de ações e *accountability* ao federalismo brasileiro. Crê-se, desse modo, que a ineficiência do pacto federativo/cooperativo disposto na Constituição tem como causas

a ausência de mecanismos constitucionais ou institucionais que estimulem a cooperação, tornando o sistema altamente competitivo [e] diferentes capacidades de governos subnacionais de implementarem políticas públicas, dadas as enormes dificuldades financeiras, técnicas e de gestão existentes (Souza, 2005: 112).

É importante destacar que as duas razões para a não efetividade da cooperação federativa, mencionadas por Celina Souza (2005), passam pela questão dos municípios. Primeira razão é a não especificação de como o regime colaborativo, ou seja, a cooperação deve se desenvolver entre os entes federados. A segunda tem origem na necessidade de capacitar e induzir as administrações municipais de modo que possam identificar a cooperação intermunicipal e intergovernamental, por exemplo, como uma possibilidade de discussão e resolução de seus problemas locais. Essas duas situações têm deixado os municípios em situação de grandes dificuldades.

Os municípios são, normalmente, os que recebem os menores recursos, embora sejam responsáveis por grande parte da implementação das políticas públicas no país (Franzese, 2010; Abrúcio, 2013). Das desigualdades técnicas e financeiras entre os entes é que o federalismo cooperativo precisa dar conta. Posto esse desafio, também ficam ao federalismo brasileiro pós-1988 os desafios de reduzir as assimetrias regionais (incluindo as estaduais) e sociais, bem como de provocar o alargamento dos direitos sociais – dentre eles, o direito à Educação. E é nesse sentido que se questiona se o ente federado, definido em 1988, possui quase tudo ou possui quase nada, considerando que a ele foi destinada a execução de grande parte das políticas públicas, ao passo que, dispõe, na maioria das vezes, da menor parcela dos recursos financeiros entre os entes.

Esse desafio que é posto aos municípios estende-se à garantia do direito educacional, considerando-se que a Carta Constitucional de 1988 atribui maior relevância a esse direito, dispondo-lhe uma seção própria. Além de prever a universalização do Ensino Fundamental, a ampliação e a definição dos recursos a serem gastos com a educação, a gestão democrática e a municipalização do ensino, bem como o projeto descentralizador por meio de relações intergovernamentais, Abrúcio (2013) destaca, também, três aspectos dispostos na Carta que permitem o equilíbrio na execução do direito à educação, quais sejam:

- i.* a divisão de competências para a execução dos serviços educacionais;
- ii.* o estabelecimento de ação prioritária para cada ente federado, com a União ditando normas e diretrizes;
- iii.* o estabelecimento de regime de colaboração.

Observa-se, todavia, que o estabelecimento de ação prioritária para cada ente federado foi definido tão somente com a Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, que deu nova redação aos §§ 1º e 2º do artigo 211 da Constituição de 1988 e ainda incluiu mais dois parágrafos – os §§ 3º e 4º –, que dispõem sobre a atuação prioritária de cada ente federado e, ainda, sobre a importância de que estados e municípios se organizem em forma de colaboração para a universalização do ensino obrigatório.

Quanto ao estabelecimento de ações prioritárias para cada ente federado, a Constituição de 1988 dispõe:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. (EC nº 14/96 e EC nº 53/2006 e EC nº 59/2009).

§ 1º. A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º. *Os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.*

§ 3º. *Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e Médio.*

§ 4º. Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º. A Educação Básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular (Brasil, 1988, *grifos nossos*).

Sobre a implementação de um regime de colaboração, conforme observado no artigo 211, Jamil Cury (2010) afirma que a Constituição de 1988, ao estabelecê-lo, optou por um regime normativo e político, descentralizado e plural. Segundo o autor, é importante atentar, diante disso, para a ampliação da arena de participação dos atores políticos que estão nas tomadas de decisão, considerando que a cooperação exige dos entes federativos entendimento mútuo sobre como ela deve operar.

Observa-se, entretanto, que nem a Constituição, nem as leis complementares definiram, até o momento, como esse regime de colaboração deve acontecer efetivamente. Em decorrência disso, observam-se políticas pouco eficazes de acesso e permanência na escola, além da pluralidade de redes/sistemas de ensino com perfil socioeconômico, político e de capacidade técnica e financeira diferentes, seja na relação horizontal ou mesmo na vertical entre os entes federados.

Por fim, para encerrar esta seção, cumpre dizer que quando os municípios brasileiros, na condição de entes federados, tiveram suas prioridades de atendimento e competência educacionais definidas, acabou-se criando, por exemplo, um grande abismo na oferta de Educação Infantil, intensificada com a Emenda Constitucional n.º 59/09, que tornou a pré-escola (4 e 5 anos) como etapa obrigatória de escolarização. Isso porque aos municípios delegou-se a responsabilidade de atender prioritariamente 11 dos 14 anos da Educação Básica definidos como obrigatórios, a despeito, conforme já mencionado, serem os entes que dispõem dos menores recursos orçamentários.

Diante disso, a formalização clara sobre o regime de colaboração, mais do que uma normatização é a explicitação para que os estados e a União não operem pelo “desejo” de cooperar, mas que assim o façam efetivamente. Entende-se ser essa a saída aos municípios que, com suas altas demandas por atendimento para essa primeira etapa da Educação Básica, têm sido comumente acionados pelos órgãos de defesa da criança e do adolescente para o cumprimento da lei. Essa demanda jurídica em torno da garantia de um direito educacional, tendo em vista o quadro normativo estabelecido desde a Constituição Federal de 1988, bem como as evoluções no campo das políticas públicas para a infância, constitui o tema em destaque na próxima seção.

A judicialização da educação: como se constituiu o processo

Nos anos de 1980 – período de transição do autoritarismo para a democracia –, o tema do acesso à Justiça, no Estado brasileiro, veio à tona trazendo discussões acerca da garantia dos direitos dos indivíduos e das coletividades, em virtude do abuso de poder de entes estatais ou, então, do não cumprimento de normas constitucionais vinculadas às políticas públicas. A Constituição aqui instaurada no final da década de 1980 estabeleceu o acesso à Justiça como um princípio constitucional e garantiu às instituições jurídicas – tais como a Magistratura, a Defensoria Pública e o Ministério Público (MP) – o reconhecimento como instituições essenciais à Justiça (Motta, 2008).

O fortalecimento das instituições jurídicas, assim como à expansão do direito, com a inserção de agentes jurídicos na esfera pública, é definido nas ciências políticas como o processo de judicialização da política, que se define como

a participação ativa de juízes e tribunais na criação e no reconhecimento de novos direitos, bem como no saneamento de omissões do governo. [...] transposição para o Judiciário de uma parcela dos poderes decisórios típicos do Legislativo e do Executivo, que vem se dando sobretudo a partir de uma publicização do direito, marcada pela ascensão do direito constitucional sobre o direito privado (Casagrande, 2008: 16).

O tema da judicialização é controverso. No que tange à opinião contrária ao processo, encontram-se os representantes do eixo proceduralista – Tocqueville, Garapon e Habermas. Esse eixo considera que o Judiciário, ao assumir decisões relativas aos poderes de representação – Executivo e Legislativo –, coloca em risco

os princípios da divisão dos poderes. Diante disso, entende-se que o juiz extrapola suas atividades e passa a legislar e, ainda, a tomar decisões que são do Executivo, quando, por exemplo, determina a realização efetiva de políticas públicas. Desse modo, o princípio da divisão dos poderes pensado por Montesquieu fica fragilizado (Werneck Vianna *et alii*, 1999; Jasmim, 2005).

Por outro lado, aqueles que expressam uma opinião mais positiva em relação ao processo, representantes do eixo substancialista – Cappelletti e Dworkin –, entendem que o Judiciário não estaria assumindo as funções dos demais poderes, tendo em vista que Judiciário, Executivo e Legislativo atuam em sentido complementar, em prol da concretização dos direitos e das políticas que os próprios poderes propuseram. Aqueles de opinião positiva sobre o processo defendem ainda que, mesmo que ocorra a sobreposição de funções, isso decorrerá apenas em função da inércia de um dos poderes representativos. Logo, a atuação do Judiciário tornar-se-ia positiva, pois estaria garantindo o exercício da cidadania (Werneck Vianna & Burgos, 2003; Casagrande, 2008; Eisenberg, 2003).

Entre os dois eixos resumidamente apresentados, encontra-se um ponto de convergência, dado que ambos entendem que o Poder Judiciário tem figurado nas sociedades democráticas como instituição estratégica para a garantia da autonomia individual e cidadã. Observa-se, contudo, que além do Poder Judiciário, no Brasil, encontra-se a expressiva atuação do Ministério Público, instituição que desde a Constituição de 1988, teve redefinidas suas funções perante o Estado, tendo como premissa a defesa de pessoas em seu caráter individual (desde que haja interesse social), de grupo de pessoas e de toda sociedade, tão logo seja identificado a inconstitucionalidade de um direito (Mazzilli, 2007). A redefinição das funções do Ministério Público no Brasil corroborou, de acordo com pesquisa realizada por Werneck Vianna (2003), para a definição de um dos atores mais presentes na proteção dos interesses coletivos e difusos, na provocação do Poder Judiciário, na realização de inquéritos civis e, ainda, na realização de acordos entre as partes, seja no âmbito judicial ou extrajudicial, logo, na garantia de direitos.

Mais especificamente, interessa-nos entender aqui como esse processo alcança a esfera educacional. Quando falamos de judicialização da Educação, falamos da intervenção jurídica para a garantia de direitos educacionais que não estão sendo atendidos pelo Poder Executivo e/ou Legislativo, que, nesse caso, agem inconstitucionalmente. Dessa forma, a judicialização da Educação, segundo Cury e Ferreira,

[...] ocorre quando aspectos relacionados ao direito à educação passam a ser objetos de análise e julgamento pelo Poder Judiciário.

rio. Em outros termos, a educação, condição para a formação do homem, é tarefa fundamental do Estado, é um dos deveres primordiais, sendo que, se não o cumprir, ou o fizer de maneira ilícita, pode ser responsabilizado (Muniz, 2002: 211).

Esta responsabilização com a intervenção do Poder Judiciário consolida o processo de judicialização da educação (Cury & Ferreira, 2009: 8-9).

Convém dizer que a educação passou a ser objeto de análise e julgamento do Judiciário considerando que o próprio legislador da Carta Constitucional de 1988, ao estabelecer inúmeros direitos dos cidadãos, estabeleceu, ainda, os remédios jurídicos para a sua proteção e garantia. Diante disso, no artigo 208 da Constituição, a educação é definida como direito público subjetivo, que é aquele que o cidadão poderá reivindicar, quando não estiver sendo garantido. Isso se confirma pelo detalhamento do seu parágrafo 2º: “o não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade de autoridade competente” (Brasil, 1988).

Dentre as instituições possíveis de exigir a garantia dos direitos está o Ministério Público, que, conforme apresentamos, em caso de inobservância do direito ao acesso à educação, poderá ser acionado pela família, e reivindicar tal direito junto ao poder competente.

Importa dizer, contudo, que não apenas o Ministério Público pode fazer essa reivindicação, mas também os Conselhos Tutelares, que são órgãos permanentes, autônomos e não jurisdicionais, que possuem representatividade e a função de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, conforme definido no artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Como órgão mais próximo das comunidades, os conselhos têm sido mesmo a primeira instituição de busca de ajuda das famílias que reivindicam algum direito. Como são investidos do poder de requisitar serviços, quando recebem a demanda, encaminham suas requisições ao poder público responsável; quando não solucionado o problema, comumente o encaminham para as instituições jurídicas.

Para finalizar esta seção, ressalta-se que, se a judicialização da educação significar entre nós o meio de garantir o acesso à educação, de modo que o Judiciário atue em substituição ao Executivo ao determinar a realização de matrículas, a criação de vagas, a contratação de professores, dentre outras ações, o objetivo de se construir uma cidadania ativa com cidadãos livres estará fadada ao fracasso. Contudo, torna-se inevitável falar de seu aspecto positivo, tendo em vista que vivemos num cenário de vida associativa ainda pouco expressiva, em que a efetividade dos direitos de

interesses comuns é reduzida à representação definida nas eleições. Além disso, a sua ocorrência serve como um sinal de alerta de que é necessário repensar as políticas públicas na área, bem como a necessidade de definir o regime de colaboração, que entendemos ser essencial para que os municípios atuem na garantia do direito à Educação Infantil.

A seguir, na última seção, apresenta-se o processo de judicialização da Educação Infantil no município de Juiz de Fora-MG, que foi analisado a partir da atuação do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares.

A judicialização da Educação Infantil: o caso de Juiz de Fora (MG)

A pesquisa realizada no município de Juiz de Fora teve como motivação os dados levantados relativos a acesso, permanência e qualidade da educação referente a um período de 15 anos (1996 a 2011), com fins de identificar a atuação do Ministério Público na garantia do direito à educação no município. Essa pesquisa verificou que havia em Juiz de Fora uma demanda muito elevada por vagas para a Educação Infantil, em especial para a subetapa de creche – em torno de duas mil vagas. Ademais, verificou-se a atuação preponderante dos Conselhos Tutelares, a despeito da hipótese de que o Ministério Público seria o ator mais judicializante, como apontava a bibliografia sobre o tema (Casagrande, 2008; Werneck Vianna, 1999).

Por se tratar de demanda registrada não apenas no município de Juiz de Fora, mas em todo o Brasil (Damasco, 2008; Barreto, 2003; Pompeu, 2005), a pesquisa que será detalhada agora, buscou analisar a atuação do Ministério Público – bem como dos Conselhos Tutelares – na garantia do direito à Educação Infantil, considerando que, além da grande demanda persistente na cidade, os municípios têm como norte o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) para a primeira etapa da Educação Básica, conforme já exposto aqui.

Para a realização desta pesquisa, coletaram-se dados em 37 livros de registros de sentenças arquivados na secretaria da Vara da Infância e Juventude (VIJ) da Comarca de Juiz de Fora, compreendendo o período de 1º de janeiro de 2012 a 30 de agosto de 2014, e que tornou possível identificar ações iniciadas no Ministério Público ou os posicionamentos dos promotores, quando a causa da lide era a garantia do direito à Educação Infantil. Para complementar essa pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o promotor titular da Vara da Infância e Juventude, com o promotor responsável pela área civil da Infância e Juventude e, por fim, uma entrevista informal com uma oficial de justiça que atuava diretamente com o promotor titular.

A pesquisa prosseguiu para a Secretaria de Educação, onde foram realizadas entrevistas com gestores do Departamento de Educação Infantil, supervisoras de Escolas Públicas de Educação Infantil e de Creches Públicas, com o gestor responsável pela rede física e implementação do Proinfância, e, por fim, com dois secretários de educação, o que estava ocupando a cadeira no momento da pesquisa e a secretaria da gestão anterior. Além dessas entrevistas, dados relativos às vagas da Educação Infantil foram obtidos junto aos Departamentos de Educação Infantil e ao Departamento de Inclusão e Atenção ao Educando.

Para enriquecer a análise, os Conselhos Tutelares do município também foram objeto da pesquisa. Ao todo, foram entrevistados sete dos doze conselheiros tutelares atuantes naquele período, sendo que eles se encontravam distribuídos na sede dos três conselhos presentes na cidade. Nos conselhos, além das entrevistas, coletaram-se dados nos relatórios estatísticos de atendimento que são ali elaborados e que deveriam ser entregues semestralmente ao Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente. Ocorre, porém, que nem todos os relatórios haviam sido feitos, pois os conselhos passavam por limitações, que iam desde a falta de conselheiros para compor o quadro de cinco profissionais até a falta de material de uso diário.

Por fim, foi realizada entrevista com o vereador e presidente da Comissão Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal, Jucélio Maria. Essa entrevista se justifica pelo fato de o vereador ter sido responsável por convocar, de maneira inédita no tocante ao tema, uma audiência pública em 2013 para tratar da falta de vagas nas creches públicas de Juiz de Fora. Esse momento foi considerado bastante relevante, pois, além de o Legislativo configurar como um novo ator na luta pela garantia dos direitos educacionais das crianças de 0 a 5 anos, a audiência contou com a participação de pais e mães, dos Conselhos Tutelares e da Secretaria de Educação de Juiz de Fora, apresentando o seu Plano de Expansão de Atendimento da Educação Infantil.

O sistema municipal de ensino é composto por escolas de Educação Infantil; escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental; creches públicas e creches conveniadas. Até o ano de 2014, existiam no município apenas seis escolas exclusivas para a pré-escola, mas com a meta de universalizar o atendimento até 2016, em 2015 a Secretaria de Educação passou a contar com doze instituições.

As creches públicas de Juiz de Fora estão, desde 2009, sob a responsabilidade da Associação Municipal de Apoio Comunitário, no que compete à execução das atividades, permanecendo sob a responsabilidade da Secretaria de Educação a

orientação pedagógica e o repasse de verbas públicas. Observa-se, contudo, que as creches, para atender a determinação da LDB, foram integradas à Secretaria de Educação apenas no ano de 2008, em razão da dificuldade de repassar recursos da assistência social para a Secretaria de Educação. Com isso, o vínculo empregatício dos funcionários da Associação Municipal de Apoio Comunitário, que já eram responsáveis pelas creches, e o interesse da mesma em manter o serviço sob sua custódia foram ratificados (Zanetti, 2009). No tocante a este tema, não é possível desconsiderar que a oferta educacional via Associação Municipal traz certos prejuízos, como ausência de um plano de carreira e remunerações, bem como a instabilidade dos funcionários que nela atuam, indo na contramão das reivindicações feitas para esta etapa da educação básica.

Ao todo, em 2014, a Secretaria contava com 21 creches públicas geridas pela Associação Municipal de Apoio Comunitário, e 23 conveniadas, das quais quatro creches conveniadas na modalidade “cessão de professores”; e 19 na modalidade “repasse de verbas”. Além disso, conforme destaca Castro (2013), algumas escolas municipais que atendem crianças de 4 e 5 anos também estavam oferecendo turmas de três anos.

1. A demanda por vagas é definida conforme a procura na Secretaria de Educação e o cadastro nos Conselhos Regionais de Assistência Social (Cras). Cumpre dizer que, segundo depoimento de conselheira tutelar entrevistada, Maria de Lourdes, a demanda pode ser muito maior, já que as famílias quando chegam aos Cras são orientadas a se registrarem em outro programa para obtenção de outros benefícios, como o Vale Gás. Tal medida é feita, segundo a conselheira, para não impactar o índice da demanda, já que não há vagas nas creches em número suficiente.

Sobre a demanda para as duas subetapas da Educação Infantil¹, tanto as supervisoras como a chefe do Departamento de Educação Infantil não souberam precisar durante a entrevista demanda específica para a pré-escola, pois, segundo informaram, além de ser pequena, oscilava bastante, já que as vagas existiam, embora elas às vezes não atendessem à necessidade ou à escolha dos pais. Tanto a supervisora como a chefe do departamento e o secretário de Educação em exercício afirmaram a universalização da pré-escola no município.

No que diz respeito à demanda por vagas em creches, contudo, observou-se que a demanda ainda é bastante elevada. Em outubro de 2014 a rede apresentava o seguinte quadro de atendimento:

TABELA 1
ATENDIMENTO E DEMANDA POR CRECHES
NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA EM 2014

Vagas em creches públicas	Vagas em creches conveniadas	Total de vagas em creches	Demandas reprimidas
2.558	1.251	3.809	1.335

Ao se considerar, portanto, a pesquisa concluída em 2011, identificou-se que em Juiz de Fora a demanda por vagas em creches permanecia inalterada. Apesar disso,

a pesquisa de doutorado concluída em 2015 possibilitou um novo olhar sobre o tema, visto que o crescimento das reivindicações jurídicas ou requisições dos Conselhos Tutelares em torno do direito não aumentaram. Ao que tudo indica, em Juiz de Fora, o processo de judicialização passou por uma redefinição, tendo em vista a atuação dos órgãos de defesa da criança e do adolescente.

A pesquisa identificou, especificamente, uma fragilidade muito grande no que viria a se chamar “rede de proteção social da criança e do adolescente”. Observou-se que a rede não se constitui enquanto tal, pois os conselhos, bem como a Promotoria Pública, não se reconhecem como órgãos capazes de garantir a defesa dos direitos que estávamos analisando – acesso à Educação Infantil. Observou-se que os Conselhos Tutelares reconhecem bem os problemas relacionados à falta de vagas para Educação Infantil, em destaque feito por todos, das vagas em creches. Eles reconhecem, ainda que apresentem pequenas confusões, as metas do Plano Nacional de Educação para atendimento nessa etapa, identificando ações realizadas para ampliação das vagas no município, dentre as quais estão: o aumento do número de convênios com instituições particulares de ensino, a reestruturação dos espaços físicos já existentes e a construção de novas unidades de ensino. Assim, todos citaram as obras do Proinfância do governo federal em parceria com os municípios, mas sem, necessariamente, reconhecê-las como política colaborativa entre os dois entes federados. A percepção mais geral é de que são obras iniciadas na gestão 2009-2012 e que foram entregues no final o atual mandato, entre 2013-2016, sendo que houve alternância de partido à frente do governo municipal.

No que compete às obras do Proinfância, cabe informar que, até 2014, o município foi beneficiado com dez projetos, criando a expectativa de ampliação de mais de 800 novas vagas em toda a rede. Entretanto, muitas obras estão em atraso devido a inúmeras razões como: a geografia do próprio município, que não contribui para a adequação do projeto, conforme rege a política do governo federal; a decretação de falência das empresas contratadas para construir as unidades de ensino; os problemas na documentação dos terrenos destinados à obra; os problemas de interesse dos bairros que receberiam unidades Proinfância e, por que não, ao que tudo indica, o interesse político, já que, entre as unidades previstas para inauguração no final do ano de 2014, foram entregues no final do segundo semestre de 2015 (Mattos, 2014).

No que respeita aos Conselhos Tutelares, identificou-se, ainda, uma grande queixa em relação à forma como são tratados pelo poder público, reconhecidos pelo Judiciário e o alcance que suas ações têm alcançado. Segundo depoimentos de conselheiros, além de não terem nenhum contato com o Ministério Público, seus

pedidos têm sido engavetados, o que tem contribuído para um desencorajamento de atuação no tema, não apenas em relação a eles próprios, mas esmorecendo as famílias de investirem em um pedido feito através do Conselho Tutelar, já que não têm obtido retorno ou não têm sido ouvidos pelos órgãos competentes com os quais poderiam atuar em parceria. Isso fica claro nos depoimentos reproduzidos a seguir:

O sistema de garantia e de direitos está completamente ilhado, um aqui e outro ali. [...] Outros Conselhos Tutelares que têm uma atuação de parceria com esses órgãos com liberdade de ir ao Ministério Público, de ir ao gabinete da juíza, são recebidos enquanto autoridades constituídas que são e aí o trabalho deslancha, a coisa anda mais próxima. E isso a gente ainda não conseguiu aqui em Juiz de Fora (CT – Delfina, 2014).

[...]

“Se você judicializar eu vou engavetar”. [...] Eu ouvi promotor falar na minha cara, “o que a senhora judicializar eu engaveto”. Eu cobrei da juíza! (CT – Maria de Lourdes, 2014).

Já no que compete ao Ministério Público, observou-se, do mesmo modo, uma descrença em relação ao trabalho dos Conselhos Tutelares. Em princípio, o questionamento é que eles não reconhecem os limites de atuação da instituição e que também estão bastante desmotivados a atuarem, tendo em vista o processo de escolha de novos conselheiros realizado em outubro de 2013 e que se encontrava judicializado, por questionamentos quanto à publicação do edital. No mais, observou-se ainda que a promotoria tem atuado sobremaneira nos casos infracionais de crianças e adolescentes; que não há uma compreensão clara das políticas educacionais, indicando até mesmo a atuação das creches como atividade mais de assistência do que propriamente educacional.

A situação que nos chamou mais a atenção, entretanto, está relacionada ao reconhecimento de que o Poder Executivo tem feito todas as ações possíveis para que o problema da grande demanda por vagas em creches e pré-escolas no município seja resolvido. Isso se justifica, segundo os atores pesquisados, porque o município não dispõe dos recursos necessários para a ampliação das vagas, o que nos remete à discussão sobre a importância da definição clara do regime de colaboração entre os entes federados.

Desse modo, justifica-se o depoimento dos integrantes dos Conselhos Tutelares, ao afirmarem que os pedidos têm sido engavetados. Na própria entrevista com o promotor, ou mesmo com os secretários de Educação, ficou claro que, apesar

de a Secretaria de Educação comumente ser chamada a prestar contas sobre o problema e, até mesmo, ser chamada a cumprir a determinação de matricular crianças nas unidades de ensino, o Poder Judiciário e o Ministério Público têm como compreensão comum que aquilo que é possível ser feito, está sendo feito. Aqui chegamos a um ponto importante para reflexão: qual o limite de atuação dos órgãos da Justiça e de defesa e reivindicação dos direitos sociais (e nesse caso, público e subjetivo), como o Ministério Público e os Conselhos Tutelares? Como atuar diante da ausência de recursos do município e do crescimento de uma demanda reprimida? Estaríamos em Juiz de Fora sem alternativa para o problema de ordem pública/social?

Diante desse cenário, entendemos que, em Juiz de Fora, estaria havendo, apesar da crescente demanda por um direito educacional, não mais um processo contínuo de judicialização da Educação Infantil, mas uma “desjudicialização”, tendo em vista que as instituições que poderiam atuar em prol da exigibilidade desse direito não mais estariam fazendo isso. Em outros termos, se a judicialização se define pela atuação do Poder Judiciário e, em especial, no Brasil, pelo Ministério Público, para a exigibilidade de direitos definidos constitucionalmente, acionando Poder Executivo pelo cumprimento da lei; e se em Juiz de Fora essa relação se estagnou, tendo em vista que o Judiciário e os demais órgãos têm “compreendido” os argumentos do poder público municipal a respeito da ausência de recursos e de medidas emergenciais tomadas para sanar o problema da demanda, não mais estaria ocorrendo a judicialização no município, mas aquilo que definimos desjudicialização, combinada com o retorno da política para a “sua casa”, ou seja, para o Poder Legislativo.

Esse “elemento” novo que se apresentou na “briga” pela garantia do direito à Educação Infantil chegou a partir da atuação do ex-vereador Jucélio Maria (PSB), que convocou audiência pública para discutir a inexistência de vagas no município, levando diferentes grupos para discutirem o problema, incluindo as mães de crianças desassistidas para relatarem o problema ocasionado pela falta de vagas. Segundo entrevista realizada com o ex-vereador, essa audiência foi proposta a partir do reconhecimento dos números da demanda do município, das metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação e, ainda, dos inúmeros pedidos que ele e os demais vereadores recebem diariamente em seus gabinetes de mães e pais solicitando vagas para seus filhos.

Alguns resultados positivos foram obtidos a partir dessa audiência pública. O primeiro deles foi a apresentação de um Plano de Expansão das escolas e vagas de Educação Infantil da Prefeitura Municipal e, também, a distribuição de vagas nas

escolas conveniadas a partir da classificação da criança no Cadastro Único dos Centros de Referência de Assistência Social. Para o ex-vereador, tal medida veio moralizar o atendimento, uma vez que as crianças passariam a ser atendidas pelo critério de vulnerabilidade social e não pela intervenção política de algum colega da casa legislativa.

Considerações finais

Ao tomar por base a experiência identificada no município mineiro, é possível dizer – respondendo à questão inicial que nos propusemos – que a atuação de Promotorias da Infância e Juventude, bem como dos Conselhos Tutelares, tem encontrado limites para garantir efetivamente o direito ao acesso à Educação Infantil. Além dos problemas de representatividade e de reconhecimento institucional que foram brevemente mencionados, a inatividade dos órgãos de proteção da criança e do adolescente observada, parte de uma justificativa do Poder Executivo de que tudo o que é possível ser feito para ampliar o atendimento tem sido realizado. Isso é feito acatando decisões judiciais de matricular crianças como excedentes nas escolas, o que contribui para a queda na qualidade do atendimento que é prestado e, até mesmo, coloca em risco não só as crianças, mas também o trabalho dos profissionais que com elas atuam. Essa justificativa apresentada ao Poder Judiciário e ao Ministério Público tem chegado aos Conselhos Tutelares como um freio às suas requisições, já que sabem do seu provável engavetamento.

Desse modo, num primeiro momento, nos restaria a efetividade de um regime de colaboração, que, se bem definido, em tese, colocaria os municípios em condições reais de atender às demandas para a Educação Infantil. Sendo eles responsáveis por atender, prioritariamente, 11 dos 14 anos de escolaridade obrigatória e mais três anos da primeira subetapa da Educação Infantil (as creches), a falta de colaboração técnica e financeira entre estado e União, prevista na Constituição, coloca os municípios em uma situação bastante complicada, tornando improvável o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, e na condição de educar pela via da judicialização, sem, necessariamente, ofertar uma educação de qualidade.

Contudo, e por fim, não podemos deixar de mencionar a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional n.º 55, que institui o novo regime fiscal, que vigorará nos próximos 20 anos, limitando os investimentos em educação. O cenário que se vislumbra com tal projeto para a primeira etapa da educação básica (mas também para as posteriores) é: ampliação da demanda reprimida; aumento da demanda judicial para garantia do direito; municípios ainda mais descapitalizados para am-

pliação das vagas; União e estados sem recursos para a contrapartida prevista em regime de colaboração financeira e técnica; e as crianças e adolescentes tendo seus direitos não realizados e todas as demais mazelas sociais que em longo prazo podem decorrer daí.

Referências

- ABRÚCIO, F. L. Federalismo e educação no Brasil: trajetória recente e principais desafios. In: CRUZ, Priscila; BARBOSA, Helia (Orgs.). *Justiça pela qualidade na educação*, v. 1, p. 205-220. São Paulo: Saraiva, 2013.
- . Reforma política e federalismo: desafios para a democratização brasileira. In: BENEVIDES, Maria Victoria; KERCHE, Fábio; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Reforma política e cidadania*, p. 225-265. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. São Paulo: LTC, 1986.
- BARRETO, A. M. R. F. A educação infantil no contexto das políticas Públicas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 53-65, Set./Dez. 2003.
- BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de julho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 03 Jan. 2015.
- . Lei n.º 12.796, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei 9.394 [...] para dispor sobre a formação de profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm>. Acesso em: 06 Abr. 2013.
- . Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 06 Abr. 2013.
- . Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 25 Mar. 2013.
- . Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/l8069.htm>>. Acesso em: 28 Mar. 2013.

———. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constitucionalcompilado.htm>. Acesso em: 17 Mar. 2013.

CARA, Daniel. Municípios no pacto federativo: fragilidades sobrepostas. *Revista Retratos da Escola*, v. 6, n. 10, p. 255-273, Jan./Jun. 2009.

CASAGRANDE, C. *Ministério Público e a judicialização da política: estudos de caso*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2008.

CASTRO, Fabiana Gonçalves Dias de. *O atendimento às crianças de três anos nas escolas da rede municipal de ensino de Juiz de Fora: um desafio à gestão da qualidade na educação infantil*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013.

CERISARA, Ana Beatriz. O referencial curricular nacional para a Educação Infantil no contexto das reformas. *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 80, p. 326-345, Set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12935.pdf>>. Acesso em: 15 Jan. 2013.

CORREA, Patrícia Santiago de Medeiros. A efetivação do direito à creche – a judicialização de uma política de gênero. *Anais do XIX Encontro Nacional do Conpedi*. Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://150.162.138.7/documents/277>>. Acesso em: 10 Jan. 2015.

CURY, C.R. A questão federativa e a educação escolar. In: OLIVEIRA, R. P; SANTANA, W. (Orgs.). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: Unesco, 2010.

CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. A. M. A judicialização da educação. *Revista CEJ*, v. 1, p. 32-45, 2009.

DAMASCO, Denise Gisele de Britto. *O direito à educação: atuação das Promotorias de Justiça e de Defesa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, entre 2001 e 2007*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes. Sistema Nacional de Educação, federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica. *Educação e Sociedade*, v. 34, n. 124, p. 761-785, Jul./Set. 2013.

EISENBERG, J. Pragmatismo, direito reflexivo e judicialização da política. In: WERNECK VIANNA (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*, p. 43-62. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; Iuperj; Faperj, 2003.

FRANZESE, Cibele. *Federalismo cooperativo no Brasil: da Constituição de 1988 aos sistemas de políticas públicas*. Tese (Doutorado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo e Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

FREITAS, Marcos César. História da infância no pensamento social brasileiro. Ou, fugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mário de Andrade. In: FREITAS, M. C. (Org.). *História social da infância brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GAYOTTO, Maria Leonor Cunha *et alii*. *Creches: desafios e contradições da criação da criança pequena*. São Paulo: Ícone, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). *Sinopse do professor*, 2009, atualizado em: 17 Dez. 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 04 Abr. 2013.

JASMIM, M. G. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. 2. ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; Iuperj, 2005.

KRAMER. Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação infantil e/é fundamental. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 96, p. 797-818, Out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300009&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 12 Jan. 2013.

———. Pesquisa Infância e educação: um encontro com Walter Benjamin. KRAMER, Sônia; LEITE, Maria Isabel (Orgs.). *Infâncias: fios e desafios da pesquisa. “Série Prática Pedagógica”*. Campinas (SP): Papirus, 1996.

KRAMER, Sônia; CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda Rezende. Políticas públicas municipais de educação Infantil: um balanço da década. *Anais da XXXIV Reunião Anual da Anped*. Natal, 2011.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MATTOS, Clarice da Silva. *A implementação do Proinfância em Juiz de Fora e seus desdobramentos*. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2014.

MAZZILLI, H. N. *O acesso à Justiça e o Ministério Público*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MOTTA, L. E. *Acesso à justiça, cidadania e judicialização no Brasil*. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/36/eduardo_36.pde>. Acesso em: 18 Maio 2008.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Perfil da educação infantil no Brasil: indicadores de acesso e condições de oferta. In: BRASIL/MEC/SEB. *Política de Educação Infantil no Brasil: Relatório de avaliação*, p. 121-168. Brasília: MEC/SEB; Unesco, 2009.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (Coords.). *As crianças: contextos e identidades*. “Coleção infans – Centro de estudos da criança”. Braga (PT): Universidade do Minho, 1997.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio. *Direito à educação: controle social e exigibilidade judicial*. Rio de Janeiro; São Paulo; Fortaleza: ABC, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. Organizações multilaterais, Estado e políticas de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 25-63, Mar. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100002&lng=en&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 21 Jan. 2013

———. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, n. 107, p. 7-40, Jul. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741999000200001&lng=en&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em: 20 Jan. 2013.

SHERÉR, René. *Infantis: Charles Fourier e a infância para além das crianças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SILVEIRA, A. A. D. A exigibilidade do direito à educação básica pelo Sistema de Justiça: uma análise da produção brasileira do conhecimento. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*, v. 24, n. 3, p. 537-55, 2008.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista Sociologia Política*, v. 24, p. 105-121, Jun. 2005.

———. Federalismo e conflitos distributivos: disputa dos estados por recursos orçamentários federais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n. 2, p. 345-384, 2003.

VIEIRA, K. M. *Efetivação do direito fundamental à vaga em creche*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais e Jurídicas) – Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da Universidade do Vale do Itajaí, São José (SC), Jun. 2008.

VIEIRA, Lívia Maria Fraga. Educação da criança pequena na legislação educacional brasileira no século XX: abordagem histórica no estado de Minas Gerais. *Anais da XXX Reunião Anual da Anped*. Caxambu, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT07-3692--Int.pdf>>. Acesso em: 10 Jan. 2013.

WERNECK VIANNA, L; BURGOS, M. Revolução processual do direito e democracia progressiva. In: WERNECK VIANNA (Org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; Iuperj; Faperj, 2003.

WERNECK VIANNA L; CARVALHO, M. A. R. de; MELO, M. P. C.; BURGOS, M. B. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

ZANETTI, A. Creches no sistema de ensino de Juiz de Fora: velhos dilemas e novas perspectivas. XXIV Simpósio Brasileiro III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, Vitória, 2009. *Cadernos Anpae*, 2009.



O que é o neoliberalismo?

A renovação do debate nas ciências sociais

Recebido: 25.06.17
Aprovado: 14.05.18

Daniel Pereira Andrade*

Resumo: O conceito de neoliberalismo foi retomado pelas ciências sociais desde os anos de 2000, com a reabertura do debate internacional que busca dar definições mais precisas em sua vertente crítica. São analisados os principais argumentos contrários à utilização do conceito e defende-se seu uso devido à sua importância estratégica. As definições são agrupadas segundo as principais teorias sociológicas, separando entre aquelas que apresentam uma “essência” do neoliberalismo (teorias foucaultiana, marxista, Bourdieusiana e weberiana) e aquelas que preferem tratar da multiplicidade de manifestações históricas e geográficas singulares, enfatizando o caráter híbrido dos neoliberalismos (pós-colonialista, hibridismo governamental e neorregulacionista). Conclui-se apontando para a complementaridade dos alvos, mas também para as implicações estratégicas das diferentes opções teóricas.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Ciências sociais. Crítica. Definição. História do conceito.

What is neoliberalism? The renewal of the debate in social sciences

Abstract: The concept of neoliberalism has been retaken by the social sciences since 2000s, with the reopening of the international debate that seeks to give more precise definitions in its critical aspect. The main arguments against the use of the concept are analyzed and its use is defended due to its strategic importance. Definitions are grouped according to the main sociological theories, separating between those that present an "essence" of Neoliberalism (Foucaultian, Marxian, Bourdieusian and Weberian theories) and those that prefer to deal with the multiplicity of singular historical and geographical manifestations, emphasizing the hybrid character of neoliberalism (post-colonialist, governmental hybridism and neoregulationist theories). It concludes by pointing to the complementarity of the targets, but also to the strategic implications of different theoretical options, especially regarding the diagnosis of the "death" of neoliberalism after the financial crisis of 2008.

Keywords: Neoliberalism. Social sciences. Criticism. Definition. History of the concept.

 O neoliberalismo é um conceito polêmico. Desde o Colóquio Walter Lippmann (1938) e da primeira reunião da Sociedade de Mont Pèlerin (1947), a formulação designou, entre seus partidários, mais um campo de debate do que propriamente um consenso. Ordoliberais de Freiburg, Escola Austríaca, Escola de Chicago e representantes da London School of Economics e da Manchester School compartilhavam a mesma utopia de livre mercado e a mesma posição con-

* Daniel Pereira Andrade é professor de sociologia da Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-Eaesp), São Paulo, Brasil, e pesquisador associado do Laboratoire Sophiapol de l' Université Paris Ouest – Nanterre La Défense, com pós-doutorado em sociologia pela Université Paris Ouest – Nanterre La Défense. Doutor e mestre em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, com estágio de doutorado sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), Paris. Orcid: 0000-0002-5668-0813. <dpaaa@hotmail.com>.

trária ao interventionismo econômico e ao planejamento estatal centralizado (keynesiano, socialista ou desenvolvimentista), mas não tinham opinião comum sobre o papel legítimo do Estado, sobre as diretrizes de política econômica ou sobre a experiência fracassada do *laissez-faire* do século XIX (Peck, 2010). A dimensão polêmica do termo ganhou nova roupagem com as reformas liberalizantes de Pinochet no Chile em 1978. A partir de então, o conceito passou a ser adotado quase que exclusivamente por seus críticos para designar pejorativamente a onda de desregulamentação dos mercados, de privatização e de desmonte do Estado de bem-estar ao redor do mundo (Boas & Gans-Morse, 2009; Venugopal, 2015). Diante da virada infamante, seus adeptos abandonaram a designação no mesmo momento em que a visão neoclássica se convertia na nova ortodoxia econômica, não havendo mais a necessidade estratégica de nomear a própria posição, mas de naturalizá-la (Hilgers, 2011; Boas & Gans-Morse, 2009). Na década de 1990, o conceito depreciativo se estendeu para além de um modelo de política econômica, passando a designar uma ampla série de fenômenos políticos, ideológicos, culturais e espaciais e, por fim, a própria época, convertendo-se no termo pelo qual a sociedade contemporânea se apresenta a si mesma (Venugopal, 2015; Haber, 2013: 127). Sua difusão estendeu-se aos movimentos sociais e às lutas anticapitalistas, como os Zapatistas, os Gatherings for Humanity and Against Neoliberalism, as greves francesas de 1995 e os movimentos altermundialistas, tornando-se popular entre a militância internacionalmente (Brenner & Theodore, 2002: 352). É assim que o termo deixou de designar um debate entre economistas para ser utilizado apenas por seus críticos, muitos não economistas nem acadêmicos, ganhando um uso cada vez mais amplo e vago.

Foi somente a partir dos anos 2000 que a polêmica ao redor do neoliberalismo se requalificou academicamente, com cientistas sociais de diferentes especialidades se esforçando por oferecer definições mais precisas. Além das contribuições de Pierre Bourdieu, Loïc Wacquant e David Harvey, o debate se renovou com a publicação póstuma do curso de Michel Foucault intitulado *Naissance de la biopolitique* (2004). A partir de então, mesmo mantendo uma postura crítica, todo um trabalho foi realizado no sentido de definir o conceito ou por relação à sua doutrina teórica, enfatizando as principais escolas e pensadores, a proveniência e a trajetória das ideias e o contexto e as circunstâncias em que emergiram (Mirowski & Plehwe, 2009; Peck, 2008), ou por relação ao chamado “*actually existing neoliberalism*”, destacando sua implementação prática, seus fenômenos, suas estratégias, suas esferas de atuação e dinâmicas (Brenner & Theodore, 2002; Dardot & Laval, 2009; Wacquant, 2012). Por fim, o último impulso veio com a crise financeira de 2008, que recolocou politicamente a questão dos limites, da continuidade e das alternativas ao neoliberalismo (Duménil & Lévy, 2014; Peck, Theodore & Brenner, 2012a; 2012b; Mirowsky, 2013; Davies, 2014; Dardot & Laval, 2014).

O objetivo deste artigo é apresentar esse recente debate das ciências sociais sobre a pertinência e a definição de neoliberalismo. As questões sobre a validade do conceito, de seu embasamento teórico, do nível adequado de análise e dos fenômenos que ele designa estão no centro dessa disputa ao mesmo tempo acadêmica e política. Defendo a reabilitação do conceito pelas ciências sociais brasileiras devido à sua importância como saber estratégico. Ele tem o potencial de desfazer o isolamento acadêmico, pois atravessa diferentes disciplinas (sociologia, antropologia, ciência política, economia, geografia, história e filosofia), e de dialogar com as lutas sociais, sendo um termo utilizado por movimentos e atores políticos para identificar seus alvos.

Ainda que o tema do neoliberalismo interesse a diferentes disciplinas, retoma-se aqui o debate reagrupando-o a partir da perspectiva das principais teorias sociológicas. Não há a pretensão de esgotar a bibliografia recente, até mesmo pela impossibilidade resultante de sua profusão. Busca-se apenas apresentar os textos mais centrais no cenário atual.

O artigo se estrutura do seguinte modo. Na primeira parte, expõe-se a polêmica a respeito da validade do conceito, procurando apresentar e responder aos principais argumentos contrários ao seu uso pelas ciências sociais. Na segunda parte, apresentam-se os dois principais eixos de análise. Primeiro eixo, aquele que oferece definições da “essência” do neoliberalismo, ou seja, os elementos centrais que o caracterizam do ponto de vista teórico e dos fenômenos designados. A exposição é agrupada conforme as teorias sociológicas que tratam do tema: foucaultiana, marxista, bourdieusiana e weberiana. Segundo eixo, as discussões a respeito da existência não de um, mas de múltiplos neoliberalismos, que deslocam o nível de análise ao enfatizar a irredutibilidade geográfica e histórica de seus processos. As abordagens teóricas aqui também são diversas: o pós-colonialismo, o neorregulacionismo e o hibridismo governamental. Na conclusão, retoma-se o argumento em favor da utilização estratégica do conceito, sem ignorar as divergências políticas que as diferentes teorias implicam.

Parte 1

O neoliberalismo é um conceito válido nas ciências sociais?

O uso cada vez mais amplo e impreciso do conceito converteu-o em palavra que designa de modo crítico e genérico a nossa época, levantando questionamentos importantes sobre sua validade para as ciências sociais. Afinal, se o neoliberalismo está em toda parte, o que o define? Quais são seus traços distintivos? Ainda seria possível ou mesmo útil defini-lo para o estudo dos fenômenos sociais?

Autores que se debruçaram sobre a história do conceito apontam para a falta de definições nos textos acadêmicos. Boas e Gans-Morse (2009) observam que a maior parte dos artigos publicados entre 1990 e 2004 que o utilizam em pesquisas empíricas – seja como referência de contexto amplo, seja como variável-chave de explicação – não oferecem qualquer definição explícita. Além disso, o termo se refere a uma ampla variedade de fenômenos, como reformas de política econômica, modelos de desenvolvimento, ideologias e paradigmas acadêmicos. Por fim, o termo é utilizado de modo assimétrico pelos críticos, com uma conotação negativa, sem que virtualmente ninguém se identifique positivamente com ele.

John Clarke (2008) acrescenta que o neoliberalismo aparece como onipotente, como uma alegada causa primeira – e última – de uma série de desenvolvimentos contemporâneos. Espécie de *zeitgeist* político-econômico, ele substituiria a análise específica e cuidadosa de relações de dominação, exploração e alienação. Por isso, as formas de registrar o fenômeno aparecem sem limites, com uma promiscuidade adjetiva que se estende a uma infinidade de lugares, situações, práticas e processos. Como Gibson-Graham (2008) argumenta, o efeito desse tipo de uso conceitual pode conduzir mais a uma reificação do neoliberalismo do que a estratégias políticas que o desafiem. O neoliberalismo aparece, assim, como a fonte de forças estruturais invencíveis ou se confunde com a realidade corrente em sua totalidade, havendo uma impossibilidade de se agir ou pensar fora dela, convertendo-se em uma narrativa do inevitável (Peck, 2010).

Venugopal (2015) acredita que o conceito é vítima de seu próprio sucesso. Para o autor, o “neoliberalismo está em toda parte, mas, ao mesmo tempo, em parte alguma” (Venugopal, 2015: 165). A questão é se o neoliberalismo pode servir adequadamente a tantos fenômenos diferentes e a tantas conceitualizações teóricas. A literatura o reconhece, por isso, como termo controverso, incoerente e camuflador de uma crise nas ciências sociais. Vinculado a uma infinidade de fenômenos empíricos muitas vezes contraditórios, ele mais confunde do que explica. Assim, o

neoliberalismo, que é frequentemente usado para explicar, criticar e desafiar, é um termo em si mesmo em busca de alguma explicação e desafio crítico (Venugopal, 2015: 166).

Ao assumir essa tarefa, Venugopal traça uma história do conceito como um significante e explora seu âmbito conceitual, buscando definir os seus padrões e as suas finalidades de uso. Desde os anos de 1980, o autor acredita que o conceito se desenvolveu em dois eixos. O primeiro seria em termos de alcance, que o levou a se expandir a ponto de se converter em mero pano de fundo da época, com problemas

devido à falta de especificidade, sendo um bloco monolítico incapaz de descrever o que é contingente, a variedade contextual e os contraditórios tipos de resultados. O outro eixo é o da profundidade, o qual trata de uma pluralidade de variações específicas e aponta para fenômenos descentralizados, amorfos e fracamente conectados no âmbito da realidade, criando dificuldades de definição teórica de sua essência. Faltaria, assim ao neoliberalismo tanto uma definição comum mínima como um referente no mundo real. O uso do termo exclusivamente pelos críticos passou a jogar outras funções, segundo Venugopal. Primeiro, permitiu a criação de um termo genérico para rotular escolas, teorias e fenômenos econômicos dificilmente compreensíveis por cientistas sociais que não lidam com a linguagem matemática. Segundo, permitiu aos cientistas sociais fazerem um uso retórico que mobiliza a sensibilidade moral crítica contra os economistas *mainstreams*.

Os argumentos mobilizados contra o uso do neoliberalismo pelas ciências sociais são importantes e por vezes acertados, mas não estão sempre corretos e isso também não quer dizer que não haja outras razões que justifiquem e imponham o seu uso. De saída, o fato de a sociedade contemporânea utilizar um termo que designa de maneira crítica um modelo político para se autonomear já aponta para a desnaturalização de seus processos, reabrindo a disputa ao clamar por alternativas. Não por acaso, esse diagnóstico se faz acompanhar do surgimento de novos projetos, como o do(s) comum(ns), que busca uma saída à esquerda após o vácuo deixado pela derrota (ao menos parcial) do comunismo e da social-democracia (Dardot & Laval, 2014; Hardt & Negri, 2007). Por isso, como afirmam Peck, Theodore e Brenner (2012b),

compreender as rotações e as mutações do neoliberalismo realmente existente e posicionar esses projetos dentro de campos sociais e cenários ideológicos que incluem uma série de formações híbridas, iniciativas ortogonais e contraprojetos de oposição, não precisa ser um exercício de observação imparcial ou de fatalismo analítico. Pode, sim, abrir o debate em torno das ameaças de médio a longo prazo de várias formas de ressuscitação e reconstituição neoliberal, e os campos nos quais projetos alternativos possam ser conduzidos (Peck, Theodore & Brenner, 2012b: 70).

Nesse sentido, o que para Venugopal é uma fragilidade do conceito pode efetivamente constituir a sua potência. O fato de ele estar associado a uma sensibilidade moral crítica confere-lhe o *status* de ideia força capaz de mobilizar a pesquisa e os atores políticos. A circulação do conceito entre militantes não o enfraquece no âmbito das ciências sociais, antes permite uma interação, ajudando a informar as lutas e, inversamente, sendo informado por elas. O conceito de neoliberalismo

também permite a saída da ultraespecialização acadêmica, viabilizando um diálogo enriquecedor entre diferentes correntes teóricas e variadas pesquisas empíricas de modo a integrá-las no mesmo horizonte crítico. Nesse sentido, o conceito de neoliberalismo pode funcionar como dispositivo capaz de articular lutas, saberes críticos e projetos políticos. Se as pesquisas não definem um alvo unificado, apontam para dimensões muitas vezes complementares que precisam ser simultaneamente combatidas.

Se o conceito por vezes designa alvos contraditórios e dá margem a acusações recíprocas entre teorias, este fato se deve à própria potência do termo. Assim como ocorre com outros conceitos (democracia, populismo, poder etc.), que são dotados de caráter fortemente normativo, de natureza multidimensional e de abertura para modificação ao longo do tempo, o neoliberalismo torna-se alvo de disputas e, portanto, de dispersão conceitual, de inconsistência terminológica e de definições fracas. Seus próprios críticos reconhecem ocorrências similares endêmicas nas ciências sociais (Boas & Gans-Morse, 2009; Venugopal, 2015). Essa deriva, no entanto, não é por si só capaz de criar confusão entre os atores políticos. Na medida em que os movimentos sociais têm suas próprias perspectivas de luta, eles não necessariamente ficam perdidos pelas variações conceituais, pois são capazes de perceber quais definições são mais interessantes estrategicamente, ao mesmo tempo em que podem refinar os seus alvos e refletir sobre os pressupostos teóricos de sua crítica.

A variação conceitual do neoliberalismo, ademais, faz frente à flexibilidade do próprio objeto que designa e combate. Segundo Peck (2010),

o alcance amplo e irregular [do termo] pode também significar algo perplexamente “real”, ainda que metodologicamente inconveniente, sobre as manifestações tentaculares e diversas do governo de mercado (Peck, 2010: 15-16).

Como o projeto neoliberal seria paradoxalmente definido pela inatingibilidade de seu objetivo fundamental – o governo de mercado sem atritos –, não é tanto o seu objetivo utópico, mas as oscilações em torno da expectativa frustrada que moldam o neoliberalismo como forma contraditória que recorre sempre novamente a uma envergonhada rerregulamentação estatal. Há uma posição dominante nas análises sobre o “neoliberalismo realmente existente”: não se trata de um desmantelamento do Estado, mas de sua reestruturação, mantendo um papel forte e bastante ativo, mas que sofre variações conforme sua configuração histórica específica (Hilgers, 2012; Wacquant, 2012; Dardot & Laval, 2009; Ong, 2006). A incompletude

necessária do processo de neoliberalização faz com que ele seja sempre híbrido com outras configurações sociais.

Uma das dimensões do neoliberalismo é a utilização da linguagem e dos critérios da economia *mainstream* como forma de legitimação técnica da autoridade do Estado (Davies, 2014). É a linguagem da economia ortodoxa que dá a aparência de uma descrição científica do real à utopia do livre mercado, convertendo-a em projeto político. A utilização dos modelos matemáticos pela teoria pura neoclássica é o que permite essa confusão entre “as coisas da lógica e a lógica das coisas” (Bourdieu, 1998). Até mesmo trabalhos de história da economia (Poovey, 2011) apontam para a profecia autorrealizadora da “hipótese do mercado eficiente”. História falsa e contraditória, mas capaz de direcionar o comportamento efetivo dos sujeitos e a construção de instrumentos financeiros, acabando por desencadear por vezes as crises que sua teoria imaginava evitar. Por essas razões, a crítica de Venugopal de que os cientistas sociais não compreendem a economia *mainstream* não se sustenta. Primeiro, porque há trabalhos que demonstram profundo conhecimento de economia (Poovey, 2011; Duménil & Lévy, 2014); segundo, porque a linguagem econômica matemática, sua defesa pelos economistas *mainstreams* interessados na manutenção da posição dominante no campo dos saberes científicos, sua utilização pelos tomadores de decisão do Estado e sua aplicação às mais variadas áreas de governo são em si constituintes do fenômeno neoliberal (Bourdieu, 1998; Davies, 2014). Desse modo, a recusa dessa linguagem e de seus critérios é uma resistência ao imperialismo econômico. Resistência que revela os limites de uma razão que busca eliminar os julgamentos morais da política, mas que apenas pode substituí-los por seu próprio valor, o qual não pode ser justificado em termos quantitativos (Davies, 2014: 8-9).

Além disso, as ciências sociais abrigam sua própria perspectiva sobre o neoliberalismo, para além do interesse nos fenômenos especificamente econômicos. Segundo Hilgers (2011),

é apenas quando o neoliberalismo é implementado e suas práticas e linguagem associadas afetam nossa compreensão dos seres humanos, modificando relações sociais, instituições e seus funcionamentos, que ele se torna um objeto apropriado para a antropologia. Uma vez que ele se torne envolvido na estruturação concreta do mundo da interação social e da experiência e exerça uma influência real sobre a maneira pela qual os agentes pensam e problematizam suas vidas, pesquisas podem ser levadas a cabo no campo e teorias emergem buscando analisá-lo e estabelecer seus efeitos, ao mesmo tempo evitando a sua reificação (Hilgers, 2011).

Conceito polêmico, o neoliberalismo é objeto e instrumento de disputas teóricas e políticas. Justamente por ser uma ideia força capaz de mobilizar a sensibilidade crítica e a ação política transformadora, ele mais se impõe do que é propriamente uma opção das ciências sociais. A estas cabe elaborar definições teoricamente enriquecidas que delimitem seus fenômenos, ajudando a clarificar os alvos e a articular as estratégias. Se, de fato, o conceito é muitas vezes utilizado de maneira oblíqua, nem todos os trabalhos corroboram o laconismo alegado pelos críticos.

Parte 2

Definições de neoliberalismo

A discussão teórica sobre o neoliberalismo pode ser dividida em dois eixos. No primeiro, situam-se os trabalhos que procuram oferecer uma definição da “essência” ou dos traços centrais que caracterizam o fenômeno. Como alega Wacquant (2012: 509, nota 9), seria uma exigência lógica partir de um gênero comum de neoliberalismo para que posteriormente desponham espécies locais mediante mutação. As análises de ocorrências periféricas e parciais do fenômeno precisam fazer necessariamente referência – aberta ou encoberta – a um núcleo original mais completo. No segundo eixo, desloca-se o nível de análise para enfatizar as variações históricas e geográficas do processo. Como seria constituinte dos neoliberalismos a sua incompletude e a sua natureza híbrida, os processos de neoliberalização seriam abertos e não teleológicos, o que impediria a formulação de um “tipo ideal”. A conceituação deveria, assim, vir *a posteriori* – e não *a priori* – dos estudos das variações neoliberais, evitando generalizações indevidas a partir da experiência dos países desenvolvidos.

A “essência” do neoliberalismo

Ao contrário de outros artigos, não se procura aqui agrupar as formas de análise do neoliberalismo em categorias amplas e unificadoras (Hilgers, 2011; Wacquant, 2012; Haber, 2013; Gianti, 2014). Ao seguir Stephen Collier (2012), considero as escolhas teóricas irredutíveis, impactando diretamente na circunscrição dos objetos.

Definição foucaultiana

Foucault (2004) aborda o neoliberalismo no âmbito de sua história das artes de governo no que tange ao exercício da soberania política. Interessa ao autor a maneira como

se tentou conceitualizar esta prática que consiste em governar [estabelecendo] o domínio da prática de governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais, seus objetivos de conjunto a fim de governar da melhor maneira possível (Foucault, 2004: 3-4).

Governar no sentido de “guiar os homens, de dirigir as suas condutas, de constranger as suas ações e reações” (Foucault, 2004: 3). Não se trata, portanto, da instituição governo, mas da ação de reger a conduta dos homens em um quadro e com instrumentos estatais. Além de disciplinar as condutas, o neoliberalismo promove um autogoverno dos indivíduos de modo que eles se conformem a certas normas (Dardot & Laval, 2009).

É nesse sentido que o neoliberalismo aparece não apenas como ideologia ou como política econômica, mas como “a forma da nossa existência, isto é, a forma pela qual somos pressionados a nos comportar e de nos reportar aos outros e a nós mesmos” (Dardot & Laval, 2009: 5). A ênfase recai, portanto, na racionalidade política que busca reconfigurar normativamente práticas e instituições. A norma de vida neoliberal é caracterizada pela lógica do mercado, caracterizada pelas dimensões da concorrência e da forma da empresa privada (Laval apud Andrade & Ota, 2015: 284). Não se trata exatamente da mercadorização de tudo, pois o mercado mantém sua limitação e singularidade, mas da difusão do modelo de mercado para além do próprio mercado, reformando o Estado, as políticas públicas, as instituições, a gestão e as subjetividades (Dardot & Laval, 2009: 5; Brown, 2003: 50). Nesse sentido, a norma neoliberal é caracterizada por sua transversalidade, podendo ser encontrada em diferentes níveis e em diferentes esferas da vida, o que explicaria a promiscuidade adjetiva que o termo neoliberal adquire, mas sem perder de vista suas características distintivas (Dardot & Laval, 2013: 6).

Foucault analisou o neoliberalismo a partir de duas artes de governo históricas: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano. Em ambos os casos, o neoliberalismo não se constitui como princípio limitador, mas como fundador do Estado (Foucault, 2004: 223). No caso dos ordoliberais, trata-se de governar a sociedade em nome da economia, construindo institucional e legalmente os frágeis mecanismos concorrenenciais do mercado de modo a evitar a concentração econômica, a favorecer as empresas médias, a multiplicar o acesso à propriedade, a erigir as coberturas sociais do risco e a regulamentar o meio ambiente. O Estado deve, assim, generalizar a forma empresa no interior do tecido social de modo que o próprio indivíduo se torne uma e participe ativamente das decisões em seu trabalho. No caso dos neoliberais americanos, procura-se estender a grade de inteligibilidade econômica para todas as dimensões sociais, generalizando a noção

de capital humano como princípio decifrador dos comportamentos e das relações. O indivíduo torna-se governável por meio de seu cálculo econômico interno e pela definição das regras ambientais do jogo, ao mesmo tempo em que o próprio Estado se submete a um tribunal econômico permanente, que julga as ações públicas segundo critérios de rentabilidade (Foucault, 2004: 247-253; Lemke, 2001).

Seguidores da linha foucaultiana acabaram ignorando a diferença entre as duas vertentes históricas, de modo a reuni-las em um conjunto unificado de normas. Para Dardot e Laval (2009: 457-458), são quatro as características centrais da razão neoliberal. Primeira, o neoliberalismo não considera o mercado como um dado natural, mas uma realidade construída que requer a intervenção ativa do Estado e a introdução de um sistema de direito específico. O neoliberalismo se reconhece abertamente como projeto construtivista. Segunda, a essência da ordem do mercado não é vista como residindo nas trocas, mas na concorrência entre unidades empresariais. A construção do mercado, portanto, é a construção institucional da concorrência como norma geral das práticas econômicas. Terceira, o próprio Estado é submetido em sua ação à norma da concorrência do mercado global, sendo enquadrado pelas regras de direito privado. O Estado pensa a si próprio como empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com os demais Estados concorrentes. Assim, o Estado, responsável por construir o mercado, ao mesmo tempo se constrói segundo as normas de mercado. Não se trata, portanto, de Estado mínimo, como afirma o discurso ideológico, mas de um Estado empreendedor, que pode se expandir e mesmo se tornar mais dispendioso. Esse Estado muitas vezes foi erigido por governos de esquerda que, acreditando contrariar o neoliberalismo ao “modernizar” a burocracia, acabavam por realizar as reformas que consolidavam sua racionalidade (Laval apud Andrade & Ota, 2015; Mudge, 2008). Quarta, Dardot e Laval afirmam que a universalização da norma neoliberal atinge também os indivíduos na relação que eles estabelecem consigo mesmos. O Estado, ao difundir situações de concorrência, conduz indiretamente os indivíduos a se conduzirem como empreendedores de si mesmos. A empresa é alcançada a modelo de subjetivação, sendo cada indivíduo um capital a ser gerido e valorizado conforme as demandas do mercado.

Wendy Brown (2003) acrescenta que o neoliberalismo coloca a democracia liberal em risco. O Estado neoliberal – enxergando por toda parte agentes de mercado e vendendo-se como empresa – estabelece como seu critério considerações de rentabilidade. Dissemina por toda a vida social, cultural e política modos de recompensa institucionais que acabam por criar efetivamente a concepção preconcebida. A legitimidade do Estado acaba atrelada à sua capacidade de garantir e alimentar a racionalidade econômica. As novas políticas sociais de *workfare* promovem um

cidão baseado no interesse egoísta cujo cálculo ultrarresponsabiliza-o por tudo o que ocorre com ele, ao passo que desobriga o Estado da garantia de direitos. O neoliberalismo erode assim a brecha ética entre capitalismo e democracia, solapando as fontes valorativas do reformismo social que colocavam um limite aos interesses mercantis (Brown, 2003).

Definição marxista

Segundo a abordagem estrutural marxista, o neoliberalismo é definido como estratégia política que visa reforçar uma hegemonia de classe e expandi-la globalmente, marcando o novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970. O neoliberalismo se caracteriza por uma ordem social em que uma nova disciplina é imposta ao trabalho e novos critérios gerenciais são estabelecidos, servindo-se de instrumentos como o livre comércio e a livre mobilidade de capital (Duménil & Lévy, 2014: 11 e 43). Esse modelo legitima-se ideologicamente por meio de uma teoria político-econômica que afirma o livre mercado como garantidor da liberdade individual de empreender e que confere ao Estado o papel mínimo de preservar a ordem institucional necessária. A crescente desigualdade se justificaria como meio de estimular o risco dos empreendedores e a inovação, elementos centrais da competitividade e do crescimento econômico. A importância da ideologia é superestimada por uns, que a consideram uma nova hegemonia internacional capaz de se impor até aos partidos de esquerda (Anderson, 1995), e subestimada por outros, que a consideram desimportante, em razão da obviedade da relação com as hierarquias de classe (Duménil & Lévy, 2014). De modo conclusivo, **Harvey (2008)** afirma:

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. Defenderei a ideia de que o segundo desses objetivos na prática predominou. A neoliberalização não foi muito eficaz na revitalização da acumulação de capital global, mas teve notável sucesso na restauração ou, em alguns casos (a Rússia e a China, por exemplo), na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico de argumento neoliberal, em conclusão, funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim. Os dados sugerem, além disso, que quando os princípios neoliberais conflitam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder da elite, esses princípios são ou abandonados ou tão distorcidos que se tornam irreconhecíveis (**Harvey, 2008: 27**).

A dinâmica geral do capitalismo sob o neoliberalismo operou em benefício das camadas mais altas de renda. A nova estratégia seria o resultado de um compromisso entre as classes capitalistas e a camada superior da classe gerencial, constituindo uma ordem social assentada sobre a hegemonia financeira (Duménil & Lévy, 2014: 18 e 28). A configuração de classe sofreu uma parcial alteração, incorporando, ao lado de estratos tradicionais, novos empreendedores dos setores da computação, internet, comunicação e do varejo, além de reforçar a participação de financistas e CEOs. Duas tendências gerais foram observadas. Primeira, a fusão dos privilégios da propriedade com os da gerência por meio da remuneração dos CEOs com opções de ações, impondo a valorização financeira como guia das atividades. Segunda, a redução da separação entre capital rentista e produtivo, com grandes corporações assumindo orientações crescentemente financeiras sem deixar de se voltar para a produção e o comércio (Harvey, 2008: 40-41). Essas tendências vinculam-se à expansão e sofisticação da atividade financeira, com sua integração global, à desregulamentação das operações, à constituição de novos mercados de securitização, derivativos e futuros e à ampliação da massa de ativos e passivos (Harvey, 2008: 41; Duménil & Lévy, 2014: 43).

Além da financeirização, a nova concentração de renda foi o resultado de uma série de tendências convergentes. Duménil e Lévy (2014) listam as seguintes:

Forte pressão foi aplicada sobre a massa de trabalhadores assalariados, o que ajudou a reerguer as taxas de lucro dos baixos níveis atingidos nos anos de 1970 – ou, no mínimo, a interromper a tendência de queda. A abertura das fronteiras do comércio e do capital inaugurou o caminho para grandes investimentos nas regiões do globo onde as condições sociais prevalentes permitiam altas taxas de retorno, gerando fluxos de capital na direção das classes altas dos Estados Unidos (e de grupos maiores que, até certo ponto, conseguem se beneficiar das rendas de capital). O livre comércio aumentou a pressão sobre os trabalhadores, efeito da competição dos países onde os custos da mão de obra são mais baixos. O endividamento crescente das famílias e do governo também gerou grandes fluxos de renda de capital. [...] Finalmente, a crise revelou que uma parcela significativa desses fluxos de renda se baseava em lucros duvidosos, devidos a uma crescente supervalorização dos ativos de securitização (Duménil & Lévy, 2014: 18).

Paralelamente, Harvey (2008: 172-178) chama atenção para os mecanismos de “acumulação por espoliação”, ou seja, o caráter contínuo de formas de acumulação que Marx acreditou estarem presentes apenas no início do capitalismo, caracteri-

zadas pelo furto, pela rapinagem e pelo uso da violência, até mesmo por parte do Estado. Seus métodos atuais são:

1. *Privatização e mercadização.* Trata-se da transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe, abrindo-os à acumulação capitalista, como nos casos da utilidade pública (água, telecomunicações e transporte), dos benefícios sociais (habitação social, educação, assistência à saúde e pensões), das instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa e presídios), das formas culturais (turismo e música), dos bens comuns ambientais globais (terra, ar e água), dos direitos de propriedade intelectual (patente de materiais genéticos e biopirataria) e dos direitos de propriedade comum (direitos à aposentadoria estatal, ao bem-estar social e a um sistema nacional de saúde).
2. *Financialização.* Característica marcada pelo estilo especulativo e predatório, ou por operações fraudulentas e pela dilapidação e transferência de recursos via inflação, fusões e aquisições, endividamentos de famílias e do Estado, comissões sobre transações supérfluas, contabilidade criativa e ataques especulativos realizados por fundos de derivativos e grandes instituições financeiras.
3. *Administração e manipulação de crises.* Crises orquestradas, administradas e controladas pelo complexo formado pelo Tesouro dos Estados Unidos, por Wall Street e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que lançam a rede da dívida como forma de transferir a riqueza dos países pobres para os países ricos.
4. *Redistribuições via Estado.* Uma vez neoliberalizado, o Estado contribui para reverter o fluxo redistributivo em direção das classes altas, realizando privatizações, códigos tributários regressivos, subsídios e isenções fiscais a pessoas jurídicas e direcionamento de verbas públicas para beneficiar grandes corporações.

O Estado joga um papel decisivo no neoliberalismo. O ímpeto de restauração do poder de classe distorce na prática a teoria do Estado mínimo. A criação de um clima favorável aos negócios e aos investimentos, a difusão financeira, o papel de garantidor de última instância de grandes instituições financeiras, a transferência dos prejuízos privados para as contas públicas, a repressão dos sindicatos, a precarização das leis trabalhistas, a redução de gastos sociais, a difusão de políticas públicas de responsabilização individual, a ação repressiva da polícia e do judiciário,

os privilégios concedidos a grandes corporações, a delegação ao setor privado da formulação de leis, das estruturas regulatórias, das políticas públicas e a promoção de parcerias público-privadas, nas quais o Estado assume os riscos enquanto as empresas ficam com os ganhos, são alguns dos exemplos de práticas estatais neoliberais que se colocam do lado dos interesses capitalistas em detrimento dos direitos coletivos dos trabalhadores, do bem-estar da população e da proteção ambiental (Harvey, 2008: 80-91).

Os resultados das políticas neoliberais em termos de crescimento econômico global são vistos pelos marxistas como medíocres, sendo o seu verdadeiro sucesso a ampliação dos lucros, o controle da inflação, a redução dos salários, o aumento da desigualdade social e a expansão da mercadorização. O lucro não se converte em crescimento, pois não é investido produtivamente, mas especulativamente, o que apenas promove transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos (Anderson, 1995; Harvey, 2008; Duménil & Lévy, 2014). Diante da crise de 2008, Duménil e Lévy (2014) diagnosticaram uma crise estrutural resultante do caráter insustentável da estratégia neoliberal, marcando o início da transição para um novo regime de acumulação.

Definição bourdieusiana

A visão de Bourdieu foi exposta nos dois volumes da coletânea *Contrafogos* (1998 e 2002), cujo artigo mais sistemático é “Neoliberalismo. Esta utopia, em vias de realização, de uma exploração sem limite”. Nesse texto, Bourdieu considera a concepção do mercado autorregulador como uma utopia da teoria econômica convertida em projeto político, embora seja apresentada como mera descrição científica do real (Bourdieu, 1998: 135). A visão idealizada do mercado é construída de maneira lógico-dedutiva na teoria pura neoclássica, por meio de modelos matemáticos que raramente são colocados à prova e que desdenham as ciências históricas. Os economistas são inclinados assim a confundir “as coisas da lógica com a lógica das coisas” (Bourdieu, 1998: 135-136 e 144). Ao partir de pressupostos falsos, reduzem a racionalidade à concepção estreita da racionalidade individual, ignorando as condições sociais que produzem a disposição calculadora (Bourdieu, 1998: 136). Essa teoria dessocializada e des-historicizada, embora errônea e falha, acaba por tornar-se verdadeira por se vincular a interesses e decisões de acionistas, operadores financeiros, industriais, políticos conservadores ou social-democratas convertidos e altos funcionários das finanças (Bourdieu, 1998: 137-138). O conhecimento científico converte-se então em programa político, procurando criar as condições de funcionamento da “teoria”. Se a teoria lida apenas com indivíduos, é preciso destruir as estruturas coletivas capazes de resistir à lógica do mercado (na-

ção, sindicatos, grupos de trabalho, cooperativas e associações). A própria política tende a ser dissolvida, de modo a permanecer submetida aos mercados financeiros globais e a retirar as regulações capazes de atrapalhar a livre maximização do lucro. Segundo Bourdieu,

o programa neoliberal tende assim a favorecer globalmente a ruptura entre a economia e as realidades sociais, e a construir desse mundo, na realidade, um sistema econômico ajustado à descrição teórica, isto é, uma espécie de máquina lógica, que se apresenta como uma cadeia de constrangimentos enredando os agentes econômicos (Bourdieu, 1998: 138).

O meio de realização política da teoria parte da mundialização dos mercados financeiros como protótipo do livre mercado, permitindo uma mobilidade sem precedentes do capital. A possibilidade de comparação permanente das rentabilidades no curto prazo pressiona as empresas a se ajustarem às exigências dos investidores. Os acionistas tornam-se mais capazes de impor sua vontade aos executivos, fixando-lhes normas por meio de diretorias financeiras e orientando suas políticas em matéria de contratação, emprego e salário. Os métodos de gestão flexíveis impõem a precarização dos vínculos trabalhistas e promovem a concorrência entre os funcionários, definindo metas, formas de avaliação e de remuneração individuais. Esse mundo de competição darwiniana com ameaça de demissão mina a solidariedade e dociliza os trabalhadores ao autocontrole e à autoexploração. A violência estrutural acaba por moldar as disposições econômicas dos agentes. A lógica oportunista e calculista individualizada, que caracteriza o pressuposto microeconômico da teoria pura, realiza-se assim pela pressão concorrencial e pela erosão dos laços coletivos (Bourdieu, 1998: 138-146).

Os efeitos da utopia neoliberal sobre o mundo real são conhecidos: sofrimento, desigualdade, desaparecimento dos universos autônomos de produção cultural, destruição das instituições coletivas e darwinismo moral (Bourdieu, 1998: 144-145).

A análise do neoliberalismo operou um deslocamento na obra final de Bourdieu (Bourdieu, 2001; Laval, 2018). Ao manter o mesmo esquema conceitual anterior, o autor reativa para pensar a nova estrutura da dominação social e a formação histórica das disposições necessárias à inclusão na economia capitalista. No neoliberalismo, a sociedade francesa passou a uma estrutura na qual a ciência econômica tomou o lugar da filosofia, o capital econômico ganhou em importância frente ao capital cultural, a mídia tomou o terreno da escola no exercício da “violência simbólica” e o Estado foi cada vez mais controlado pela alta função pública fundida com dirigentes financeiros. Como o neoliberalismo estende a lógica econômica a todos

os campos – assentando-a como a racionalidade em geral –, Bourdieu procurou mostrar a gênese social dessas disposições e da autonomização do campo econômico. Sua teoria do *habitus* passou a operar como suporte metodológico da desconstituição histórica dos valores da conduta econômica racional, desfazendo o idealismo universalista que permite à teoria econômica produzir evidências e estabelecer leis pretensamente neutras, mas politicamente eficazes.

Um trabalho importante na linha bourdieusiana é o de Loïc Wacquant (2012). O autor reconhece um núcleo institucional do neoliberalismo que “consiste numa articulação entre Estado, mercado e cidadania que aparelha o primeiro para impor a marca do segundo à terceira” (Wacquant, 2012: 510). Sua abordagem prioriza os meios políticos sobre os fins econômicos e, portanto, a reestruturação do Estado sobre o mercado e sobre as técnicas de poder não estatais. Seu “foco é saber como o Estado efetivamente redesenha as fronteiras e o caráter da cidadania através de suas políticas adaptadas ao mercado” (Wacquant, 2012: 510). O que há de novo no neoliberalismo é, justamente,

a reengenharia e a reestruturação do Estado como principal agência que conforma ativamente as subjetividades, as relações sociais e as representações coletivas apropriadas a tornar a ficção dos mercados real e relevante (Wacquant, 2012: 507).

Wacquant analisa como o Estado produz as pré-condições políticas, institucionais, culturais e sociais do mercado de quatro maneiras:

1. pela extensão do mercado ou de mecanismos de mercado que, se supõe, sejam meios universalmente ideais de alocação eficiente de recursos e recompensas;
2. por políticas sociais disciplinadoras, com a passagem da concessão de benefícios baseados em direitos para uma assistência social condicionada ao cumprimento de comportamentos específicos (treinamentos, testes, procura de emprego, controle de natalidade, cumprimento de leis);
3. por políticas penais extensivas e espetaculares, de modo a controlar a desordem gerada pela insegurança social nas áreas urbanas impactadas pelo trabalho flexível e de representar a soberania do Estado na vida cotidiana;
4. pela responsabilização individual como discurso motivacional e cimento cultural.

O Estado, desse modo, regula a economia em favor das empresas e expande os mercados, enquanto suas políticas sociais buscam reformar as condutas e a moral, disciplinando as populações.

O neoliberalismo representou uma propensão à direita do “campo burocrático”. Ele transferiu recursos, programas e populações de uma lógica do bem-estar para outra punitivista e penal, gerando encarceramento em massa. Constituiu-se assim

um novo tipo de Estado, que reivindica sacralizar o mercado e abraçar a liberdade, mas, na realidade, reserva o liberalismo e seus benefícios àqueles que estão no topo, enquanto impõe o paternalismo punitivo àqueles que estão na base (Wacquant, 2012: 515).

Definição weberiana

Na linha teórica de Max Weber, destaca-se o trabalho de William Davies (2014). Ao analisar o governo da Terceira Via britânica da década de 1990, Davies nota que não havia uma redução do Estado, mas uma expansão das políticas públicas no sentido de melhorar a “competitividade nacional”. A legitimidade dos objetivos perseguidos dependia de sua conformidade com formas de racionalidade econômica baseadas no livre mercado e em uma retórica assentada na prioridade dos “consumidores”, da “eficiência” e da “competição”. O crescimento do Estado se dava pela constante avaliação, medição e crítica realizada por redes de consultores e especialistas que passam a relacionar economistas acadêmicos, agências governamentais, agências reguladoras e *think tanks*.

Dessa observação, Davies formulou uma questão classicamente weberiana:

Como a racionalidade (econômica neoliberal) gera e constitui a autoridade política? [...] como a crítica econômica do Estado pode ser empregada precisamente para legitimar, empoderar e expandir o Estado? (Davies, 2014, p. x).

Questão inseparável da compreensão da competição e da competitividade como argumentos morais e políticos utilizados retoricamente pelas elites econômicas de modo a deslocar as preocupações com a desigualdade e com a vulgaridade do capitalismo financeirizado.

Na crise de 2008, a relação entre soberania e racionalidade econômica passou a outro patamar. O Estado, em suas medidas de emergência, reapareceu como uma força toda poderosa que abandonou o comedimento orçamentário para injetar

centenas de bilhões de modo a recuperar as finanças. Ainda que logo após tenha retornado à sua lógica contábil, sua ação excepcional levanta a questão se a racionalidade e a autoridade do Estado neoliberal

são constituídas por uma cuidadosa lógica econômica, na qual o gasto é monitorado, a produtividade optimizada e os agentes cuidadosamente regulados [ou se] se trata de uma força excessiva, violenta, que transcende qualquer lógica econômica e avaliativa (Davies, 2014: xiii).

A resposta de Davies é que são ambas as coisas ao mesmo tempo, e que esta contradição é o fato central.

Soberania, no sentido de um poder último e imensurável, casa-se com a economia de várias formas e em diferentes sentidos [...] em um balanço entre o mensurável e o imensurável (Davies, 2014: xiii).

Enquanto os indicadores assumem uma autoridade semisoberana, o papel racionalmente econômico do Estado oferece irracionalmente uma ampla garantia para o *status quo*.

A definição de neoliberalismo, segundo Davies (2014), é “uma tentativa de substituir os julgamentos políticos por uma avaliação econômica, incluindo, ainda que não exclusivamente, as avaliações oferecidas pelo mercado”. Mesmo que as lógicas políticas e econômicas sejam plurais,

a característica definidora central de toda a crítica neoliberal é a sua hostilidade à ambivalência do discurso político, e um compromisso com o caráter explícito e a transparência dos indicadores econômicos quantitativos, dos quais o modelo é o sistema de preços de mercado. Neoliberalismo é *a busca do desencantamento da política pela economia* (Davies, 2014: 4).

Da perspectiva neoliberal, o preço provê um ideal lógico e fenomenológico de como as relações humanas podem ser mediadas sem se recorrer à retórica e à performatividade políticas. A linguagem do “bem comum” e do “público” é aparentemente substituída por instrumentos econômicos técnicos que reduzem situações complexas a um número, dando origem às dimensões experimentais e construtivistas do neoliberalismo. O Estado não necessariamente cede poder aos mercados, apenas justifica suas decisões, políticas e normas em termos comensuráveis com a lógica do mercado. Nesse sentido, “neoliberalismo pode ser definido como a elevação dos princípios baseados no mercado e das técnicas de avaliação

ao nível de normas de aprovação do Estado" (Davies, 2014: 6). As novas autoridades são os especialistas que estabelecem as regras e as arenas de competição, que desenvolvem técnicas de pontuação e ranqueamento e que oferecem consultorias para competidores em ambientes imprevisíveis (regulador, *risk manager*, estrategista, *coach* e gurus) (Davies, 2014: 29).

O caráter distintivo do neoliberalismo é sua tentativa de inverter a ralação entre racionalidade técnica e *ethos* substantivo. Conforme Davies (2014),

onde Weber via a racionalização moderna e o capitalismo como dependentes de certos preceitos éticos, Hayek e seus seguidores acreditavam que várias formas técnicas de avaliação quantitativa poderiam prover as condições e garantias de valores liberais (Davies, 2014: 7).

Essa virada tecnocrática desloca a visão liberal da filosofia política e moral para questões técnicas mundanas, com os dispositivos de cálculo provendo um compromisso liberal tácito. É assim que valores intrínsecos são substituídos por avaliações extrínsecas, buscando com isso desfazer as controvérsias éticas. O neoliberalismo se converte, então, em força modernizadora no sentido weberiano da racionalização (Davies, 2014: 8).

Mas esse procedimento apresenta limites. O desencantamento da política pela economia realiza-se sobre noções intrínsecas de "bem comum", com uma agenda moral implícita sobre como e o que avaliar. Nenhum dispositivo técnico é capaz de prover evidência empírica sobre a validade de seus pressupostos. O neoliberalismo é confrontado assim por seu próprio fundamento ético, sem saber como justificar por que a economia deve ser considerada a melhor base analítica para o governo no lugar de outras formas políticas ou científicas de autoridade. Ou então, qual tradição de economia deve prevalecer e quais convenções de cálculo devem ser aplicadas em diferentes esferas de governo. Davies (2014) conclui:

A certo ponto, o discurso neoliberal encontra questões morais que ele, ao menos em suas manifestações mais positivistas, é incapaz de compreender ou responder (Davies, 2014: 9).

Neoliberalismos

Há um segundo conjunto de abordagens que critica o Neoliberalismo (com "N" maiúsculo), ou seja, "uma condição estrutural dominante que projeta uma mudança social totalizante através das nações", um "tsunâmi econômico" que atacaria os paí-

ses como se fossem receptáculos inertes (Ong, 2007: 4). A segunda vertente desloca a ênfase para os neoliberalismos (com “n” minúsculo e no plural), detendo-se na diversidade dos processos de neoliberalização que se engajam em dinamismos locais. *Definição pós-colonialista*

A abordagem pós-colonialista do neoliberalismo insiste na crítica à generalização de processos típicos dos países desenvolvidos como paradigma geral, o qual se imporia até mesmo a realidades do Terceiro Mundo. No debate da revista *Social Anthropology*, autores apontam para a abstração indevida ao analisarem as diferenças de processo em outras regiões (Hilgers, 2012; Collier, 2012; Goldstein, 2012).

Mathieu Hilgers (2012) afirma que as concepções do neoliberalismo são moldadas pela especificidade do Estado. O estudo do aparelho em países africanos, por exemplo, permite descentrar a análise na medida em que revela características bastante diferentes do neoliberalismo ocidental. Onde o Estado de bem-estar era praticamente inexistente, a implementação não pôde ocorrer como desmonte. Além disso, o neoliberalismo é certamente um elemento maior, mas permanece como apenas um dos elementos que ajudam a determinar a configuração de um Estado. Como não há correspondência perfeita entre teoria e prática neoliberal, mesmo uma teoria que tenha ambições universais precisa se reconfigurar em função da realidade histórica, social e econômica com a qual se depara. Por isso, o impacto não é homogêneo. Se em toda parte o Estado foi reestruturado, a história particular de cada aparelho afetou profundamente essa reestruturação, sendo fundamental para explicar as variações na aparentemente estrutura neoliberal comum.

Daniel Goldstein (2012) vai além ao afirmar que não apenas a implementação, mas a própria compreensão teórica sobre o que é o neoliberalismo deve ser situada temporal e espacialmente. Como não há uma teoria pura do neoliberalismo, mas variações e debates que estão em curso, os discursos sobre o que é e como opera não estão limitados ao Ocidente, embora possam ter tido origem nesse hemisfério. Na busca de descolonizar o estudo, Goldstein propõe

enfatizar que os neoliberalismos não são apenas instâncias variadas de ideias globais, mas realidades plenamente vividas nas quais as pessoas e os Estados possuem suas próprias teorias e elaboram seus próprios discursos e críticas sobre os mundos por eles habitados e sobre os modos pelos quais eles devem ser organizados (Goldstein, 2012: 305).

É preciso, como o autor faz em relação à Bolívia, levar em consideração a experiência e a história locais, marcadas pela colonização e pela tentativa do governo e da

população de romper com essa trajetória, situando o neoliberalismo como apenas uma (a última) de suas fases. Abre-se, assim, espaço para a emersão de imaginários políticos para além dos universais abstratos hegemônicos. Caso contrário, ao invés de analisarmos o neoliberalismo realmente existente, corremos o risco de obscurecê-lo ao reduzi-lo a uma única estrutura.

Definição do hibridismo governamental

Aihwa Ong (2006; 2007), inspirada na abordagem foucaultiana, não considera o neoliberalismo como sistema e sim um conjunto migratório de práticas que se adaptam a diversas situações e que participam de mutantes configurações de possibilidade. A análise do agenciamento foca os ambientes em que as lógicas de governo neoliberais são seletivamente adotadas, de modo a verificar empiricamente como elas interagem de forma dinâmica com constelações locais, em um jogo entre o neoliberalismo como exceção e as exceções ao neoliberalismo. Esse jogo engendra um novo ambiente que não se enquadra nos modelos estruturais generalizantes. Para Ong (2007),

o neoliberalismo com “n” minúsculo é uma tecnologia de governo de “sujeitos livres” que coexiste com outras rationalidades políticas. O problema do neoliberalismo [...] é responder estratégicamente à população e ao espaço para otimizar os ganhos lucrativos (Ong, 2007: 4).

O neoliberalismo é caracterizado pela gestão de si via cálculo econômico nas diferentes esferas da vida, reforçando a autorresponsabilização dos indivíduos. Ele estabelece, assim, uma nova relação entre governo, autogoverno e espaço de administração. Mas, em contextos não ocidentais emergentes, a estratégia de autogoverno não é uniformemente aplicada. Como nem toda a população nem todas as áreas estão submetidas às forças do livre mercado, as estratégias neoliberais precisam fazer escolhas calculadas de intervenção e de risco. As tecnologias de governo migram através dos vetores do mercado global e interagem com elementos e circunstâncias locais. A partir dos países liberais avançados, a lógica neoliberal viajou para ambientes tão variados quanto Estados militares, oligarquias pós-socialistas, formações autoritárias e ex-colônias, sem substituir suas práticas políticas. Essas forças passam a operar conjuntamente, reconfigurando espaços que não são previamente definidos, mas constituídos pela atuação desse agenciamento.

Nas nações emergentes da Ásia, as práticas neoliberais são introduzidas como exceção no processo político, reconfigurando parcialmente sua lógica. O neoliberalismo aparece, primeiro, como técnica de administração que visa remanejar

populações e, segundo, como metáfora do conhecimento, que visa mudar o foco da produção de bens para a produção de produtores como sujeitos educados. O objetivo é difundir uma subjetividade empreendedora em sujeitos de elite, aumentando sua capacidade de fazer escolhas na indústria da informática. No entanto, não ocorre uma universalização dessa cidadania autoempreendedora que vai competir no mercado global do conhecimento. Essa estratégia define seus alvos seletivamente, reconfigurando economicamente a cidadania e a distribuindo de maneira desigual. Desse modo, espaços *high-tech* passam a existir em meio a nações agrícolas. Define-se uma exceção, ou seja, o exercício estratégico e situacional do poder soberano, que é utilizada para recortar livres gestores de si mesmos a conviverem ao lado de populações sob governos autoritários. Mas, nessa convivência, os autoempreendedores acabam tornando-se patrióticos em razão de sua dependência do Estado, enquanto outros trabalhadores reivindicam proteção contra a espoliação capitalista. Na mistura do neoliberalismo como exceção e da exceção ao neoliberalismo, o espaço e as populações acabam sendo fragmentados e recombinados, chegando a resultados imprevisíveis, nem sempre condizentes com expectativas liberais.

Definição neorregulacionista

Segundo a abordagem neorregulacionista de Jamie Peck (2010), o neoliberalismo é marcado por sua natureza contraditória de governo de mercado assistido politicamente. Ele é crítico ao Estado e, ao mesmo tempo, tem por objetivo principal capturá-lo e transformá-lo. Como a visão utópica de uma sociedade baseada no mercado autorregulável é inatingível, o neoliberalismo constitui-se como zona de audaciosa experimentação e de fracasso, impondo uma rerregulação envergonhada por parte do Estado e a preservação de formações previamente existentes. Essa reestruturação híbrida permite que o neoliberalismo, diante das crises, sempre volte a acusar o Estado e as instituições heterogêneas pelas falhas de seu projeto, o que lhe permite seguir errando adiante. Por isso o que importa é o processo aberto e contraditório de restruturação regulatória que marca a neoliberalização. Esse tipo de projeto intervencionista não é teleológico, ao contrário do que sugerem os *rankings* de liberdade de mercado propostos por *think tanks* internacionais. Nem mesmo o modelo americano pode ser tomado como referência, pois o neoliberalismo é polimórfico. Não é possível antecipar a forma que o Estado irá assumir, sendo necessário analisá-lo histórica e geograficamente. O único modo de compreender o fenômeno é seguir os movimentos que se desenrolam na triangulação entre ideologias, políticas e práticas institucionais.

Para Peck, neoliberalização

refere-se a um processo contraditório de governo de mercado, principalmente negociado nos limites do Estado, e ocupando um espaço ideológico definido por uma crítica simpática ao *laissez-faire* do século XIX e antipática a modos de governo coletivistas, planificadores e socializantes, especialmente ao keynesianismo e ao desenvolvimentismo (Peck, 2010: 20).

A posição revisionista diante da experiência do século XIX é que confere ao neoliberalismo o seu caráter de “neo”, adicionando ainda que se trata de um projeto em permanente reinvenção em razão de seu dinamismo marcado por inovações, correções e crises.

As neoliberalizações são marcadas por três processos de aprofundamento e aumento de complexidade que moldam as particularidades geográficas. Primeiro, o processo passa por momentos de retração e de expansão. Na fase de retração, realizam-se desmontes de instituições alheias à sua lógica, desorganizando centros alternativos de poder, desregulamentando zonas de controle burocrático e disciplinando sujeitos coletivos potencialmente ingovernáveis. É o momento das privatizações, ataques a sindicatos, cortes orçamentários e *downsizings*. Como não se realiza a esperança de que o mercado autorregulador venha a preencher automaticamente esse vácuo, essa fase logo encontra o seu limite. É assim que o neoliberalismo é obrigado, no momento seguinte, a dar início a um processo de expansão, visando intervir socialmente, realizar melhorias e regulamentar o mercado. Essa é a fase de incursões regulatórias de conformação ao mercado, como o empoderamento de ONGs e de comunidades como provedores de serviços não estatais, a gestão por auditoria e por governança, as parcerias público-privadas etc. Além da disfuncionalidade do desmonte e das falhas de mercado, a reconstrução da governabilidade neoliberal se dá também por conta da reverberação da nova regulação sobre outros suportes institucionais e políticos previamente existentes, articulando-se na construção de híbridos (Peck, 2010: 22-25).

A neoliberalização também recebe sua dinâmica da contestação ao seu projeto e suas consequências. Em certos lugares e momentos, as resistências reais ou antevistas moldam o ritmo, a esfera e o público das reformas de mercado. Constituem-se, assim, “*no-go areas*”, ou zonas de incursão leve. Em outras circunstâncias, criam-se redes de movimentos e atores produzindo reações, mesmo em nível internacional, obrigando os governos neoliberais a reverem suas estratégias e a alterarem sua racionalidade.

Por fim, a neoliberalização é colocada em movimento pela inter-relação entre diferentes escalas de espacialidade. Não apenas a influência da globalização se faz sen-

tir de cima para baixo, mas igualmente as transformações locais afetam a dinâmica do conjunto. As políticas de cada país, de direita ou de esquerda, se fazem sobre o ponto de partida do mercado financeiro e do comércio globais, espécie de “dominação ambiental” internacional em que as regras do jogo estão dadas. Mas, sobre essa base, a inventividade política se dá em múltiplos sentidos, com a variação de cada Estado rebatendo sobre as dinâmicas entre as nações e, finalmente, na própria estrutura do todo.

É assim que, se o neoliberalismo se faz onipresente, ele se manifesta de forma complexa, heterogênea e dinâmica, parasitando formas sociais e estatais prévias. A diversidade de processos explicaria justamente a promiscuidade e a expansão do conceito.

Conclusão

As definições críticas sobre o neoliberalismo apontam para diferentes alvos e escalações de combate. Seja nos níveis global ou local, estrutural ou microfísico, são listadas lógicas normativas, estruturas de Estado, estratégias de classe, processos de mercadorização e espoliação, políticas públicas, projetos utópicos, saberes científicos, dispositivos financeiros e contábeis, disposições econômicas, reconfigurações da cidadania e da democracia. Os diversos fenômenos elencados apontam para alvos que são mais complementares do que excludentes, variando conforme a ênfase teórica.

Não se deve ignorar, no entanto, que existem divergências teóricas com importantes implicações políticas. Críticos da análise foucaultiana, por exemplo, acusam polemicamente o autor francês de adotar uma posição simpática ao neoliberalismo e criticam em seus seguidores a extensão demasiada das técnicas normativas para muito além dos domínios do Estado, além da ausência de referências a classes sociais e ao capital, resultando na falta de sujeitos e de base material do neoliberalismo (Zamora, 2014; Spekter, 2015; Wacquant, 2012; Negri, 2014).

Com relação a Bourdieu, a centralidade que este atribui ao erro teórico da economia *mainstream*, o qual estaria na base do projeto político neoliberal, teria o conduzido a uma posição duplamente criticável. Primeiramente, a busca por uma ciência “mais verdadeira” ignoraria a dimensão política da verdade em nome da crença nas ciências sociais. Em segundo lugar, Bourdieu coloca os intelectuais no centro da resistência ao neoliberalismo, sendo a luta principal travada na frente teórica e simbólica, o que o faria apostar em uma espécie de “partido sociológico” que produziria as ferramentas de emancipação no lugar dos partidos políticos (Laval, 2018: 256).

Já a crítica aos marxistas refere-se à sua incapacidade de captar a novidade do neoliberalismo, ou seja, suas técnicas de poder sem precedentes, por simplesmente reduzirem o fenômeno a uma expansão espontânea da mercadorização e do campo de acumulação e a uma imposição das relações capitalistas sobre a consciência dos trabalhadores. Ao autonomizar a “lógica do capital” como motor da história, eles reduziriam o neoliberalismo a “mera repetição do mesmo cenário, com os mesmos personagens em novas vestimentas e a mesma trama em novos contextos”. Sendo a história do capitalismo “o desdobramento de uma essência sempre idêntica a si mesma sob suas formas e fases fenomênicas, e que, em última instância, levar-nos-ia de crise em crise até o seu colapso final”, nada de novo teria se passado a não ser em aparência (Dardot & Laval, 2013: 7-8). Por isso, a luta contra o capital financeiro obliteraria a importância da transformação da lógica normativo-institucional.

A despeito das diferenças teórico-políticas, a complementariedade entre os fenômenos do neoliberalismo apontam para quatro alvos principais.

A primeira dimensão é a econômica globalizada, definida por um regime de acumulação financeirizado, por reconfigurações geográficas da produção, por formas de acumulação por espoliação e pela centralização da tomada de decisão nas mãos de um número reduzido de agentes transnacionais capitalistas, colocando no centro do embate a luta de classes em âmbito internacional e as resistências às formas de espoliação.

A segunda dimensão é a da luta antidisciplinar contra os modos de regulamentação e/ou dispositivos de governamentalidade, principalmente contra as formas de gestão derivadas da concorrência e da empresa privada, lutas que podem ser travadas tanto no âmbito local como nacional e que disputam as formas institucionais, o direito, a administração e as políticas públicas.

A terceira dimensão é a teórica e a simbólica, a ser travada por intelectuais e ideólogos, alcançando níveis propagandísticos, de modo a desconstruir a hipótese do mercado eficiente e desfazer o valor da competitividade e da economização na política. Desafia-se assim a legitimidade das autoridades e das técnicas de avaliação e ranqueamento neoliberais em nome de valores substantivos como os da solidariedade, da igualdade, da participação democrática e da emancipação.

A quarta dimensão é a das disposições subjetivas, definida em nível microssocial e intraindividual, na relação que o indivíduo estabelece

consigo mesmo em conexão com os outros, de modo a buscar novo imaginário e novas práticas de si fora da lógica do capital humano, do empreendedorismo e da visão economicista de mundo.

Essas quatro dimensões coexistem e estão inter-relacionadas, mas não se pode afirmar que uma é mais determinante em relação às demais. Além disso, é preciso lembrar que o neoliberalismo não existe em estado puro, mas em configurações híbridas com outras formações sociais, sendo possível explorar fissuras e contradições nas constelações singulares, de modo a abrir espaço para novas formas de organização social e política.

Entender o que é o neoliberalismo, mapeando o debate das ciências sociais, pode ajudar intelectuais a formularem melhor a questão e os movimentos sociais a definirem estratégias políticas convergentes. A confusão com o Estado mínimo e a crença otimista em sua superação por meio de políticas sociais ou pelas contradições do capitalismo devem ser abandonadas. Caso contrário, sob as condições políticas atuais, corremos o risco de aprofundar o neoliberalismo enquanto acreditamos contrariá-lo.

Referências

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, p. 9-23. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, D. P. Emotional economic man: power and emotion in the corporate world. *Critical Sociology*, v. 44, n. 4-5, p. 785-805, 2015.
- ANDRADE, D. P.; OTA, N. Uma alternativa ao neoliberalismo. Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. *Tempo Social*, v. 27, n. 1, p. 275-316, 2015.
- BOAS, T.; GANS-MORSE, J. Neoliberalism: from new liberal philosophy to anti-liberal slogan. *Studies in Comparative International Development*, v. 44, n. 2, p. 137-161, 2009.
- BOURDIEU, P. *Las estructuras sociales de la economía*. Buenos Aires: Manatíal, 2001.
- . *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. Cities and geographies of «actually existing neoliberalism». *Antipode*, v. 34, n. 3, p. 349-379, 2002.

- BROWN, W. *Les habits neufs de la politique mondiale. Néolibéralisme et néo-conservatisme*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2003.
- CLARKE, J. Living with/in and without neoliberalism. *Focaal*, v. 51, n. 1, p. 135-147, 2008.
- COLLIER, S. Neoliberalism as big Leviathan, or ...? A response to Wacquant and Hilgers. *Social Anthropology*, v. 20, n. 2, p. 186-195, 2012.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Commun. Essai sur la révolution au XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2014.
- . Introduction to the English Edition. In: DARDOT, P.; LAVAL, C. *The new way of the world*. London; New York: Verso, 2013.
- . *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte, 2009.
- DAVIES, W. *The limits of neoliberalism. Authority, sovereignty and the logic of competition*. Los Angeles; London; New Delhi : Sage, 2014.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Seuil; Gallimard, 2004.
- GIANTI, T. Neoliberalism. *Annual Review of Anthropology*, v. 43, p. 89-104, 2014.
- GIBSON-GRAHAM, J.-K. Diverse economies: performative practices for “other worlds”. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 5, p. 613-632, 2008.
- GOLDSTEIN, D. Decolonialising “actually existing neoliberalism”. *Social Anthropology*, v. 20, n. 3, p. 304-309, 2012.
- HABER, S. Analiser le néolibéralisme aujourd’hui: les pistes de la recherche actuelle. In: HABER, S. *Penser le néocapitalisme*, p. 127-144. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2013.
- HARDT, M.; NEGRI, T. *Commonwealth*. Cambridge (MA); London: Harvard University Press, 2007.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo. História e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HILGERS, M. The historicity of the neoliberal state. *Social Anthropology*, v. 20, n. 1, 2012.

- . The three anthropological approaches to neoliberalism. *International Social Science Journal*, v. 61, p. 351-363, 2011.
- LAVAL, C. *Foucault, Bourdieu et la question néolibérale*. Paris: La Découverte, 2018.
- LEMKE, T. "The birth of biopolitics": Michel Foucault's lectures at the Collège de France on neoliberal governmentality. *Economy and Society*, v. 30, n. 2, p. 190-207, 2001.
- MIROWSKI, P. *Never let a serious crises go to waste: how neoliberalism survived the financial meltdown*. London: Verso, 2013.
- MIROWSKI, P.; PLEHWE, D. *The road from Mont Pèlerin. The making of the neoliberal thought collective*. Cambridge (MA); London: Harvard University Press, 2009.
- MUDGE, S. What is neo-liberalism? *Socio-economic Review*, v. 6, n. 1, p. 703-731, 2008.
- NEGRI, T. La metafisica del comune. *Il Manifesto*. Roma, 5 maio 2014.
- ONG, A. Neoliberalism as a mobile technology. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 32, p. 3-8, 2007.
- . *Neoliberalism as exception. Mutations in citizenship and sovereignty*. London: Duke University Press, 2006.
- PECK, J. *Constructions of neoliberal reason*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2010.
- . Remaking laissez-faire. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 1, p. 3-43, 2008.
- PECK, J.; THEODORE, N. Reanimating neoliberalism: process geographies of neoliberalisation. *Social Anthropology*, v. 20, n. 2, p. 177-185, 2012.
- PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. Neoliberalism resurgent? Market rule after Great Recession. *The South Atlantic Quarterly*, v. 111, n. 2, p. 265-288, 2012a.
- . Mal-estar no pós-neoliberalismo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 92, p. 59-78, 2012b.
- POOVEY, M. Stories we tell about liberal markets: the eficiente market hypothesis and great-men narratives of change. In: GUNN, S.; VERNON, J. *The peculiarities of liberal modernity in imperial Britain*, p. 199-212. Berkeley (CA): University of California Press, 2011.

SPEKTER, M. Introduction to Foucault and neoliberalism. *History and theory*, v. 54, 2015.

VENUGOPAL, R. Neoliberalism as concept. *Economy and Society*, v. 44, n. 2, p. 165-187, 2015.

WACQUANT, L. Three steps to a historical anthropology of actually existing neoliberalism. *Social Anthropology*, v. 20, n. 1, p. 66-79, 2012.

ZAMORA, D. *Critiquer Foucault*. Brussels: Aden, , 2014.



Gilberto Freyre e o Brasil Meridional*

Recebido: 22.10.17
Aprovado: 03.08.18

Amurabi Oliveira**

Resumo: Nos últimos anos, a obra de Gilberto Freyre (1900-1987) tem sido profundamente reexaminada, o que tem levado pesquisadores a explorar este legado intelectual a partir de novos ângulos. Como contribuição ao debate, neste artigo analisarei o modo como Freyre incorpora o Brasil Meridional em sua interpretação mais ampla da cultura brasileira, ao mesmo tempo em que desenvolve um diálogo com intelectuais do Sul do Brasil. Compreendo que este duplo movimento insere-se no projeto intelectual de Freyre de valorização da província, articulando a ideia de região à de unidade nacional, de base cultural lusitana e católica.

Palavras Chaves: Gilberto Freyre. Pensamento social brasileiro. Brasil Meridional. Interpretação do Brasil.

Gilberto Freyre and Southern Brazil

Abstract: In recent years the work of Gilberto Freyre (1900-1987) has been deeply reexamined, which has led researchers to explore this intellectual legacy from new angles. In order to contribute to this debate, in this article I will analyze the way in which Freyre incorporates South Brazil in his wider interpretation of the Brazilian culture, at the same time that he develops a dialogue with intellectuals from the South of Brazil. I understand that this double movement is part of Freyre's intellectual project of valorizing the province, articulating the idea of a region with that of national unity, with a Portuguese and Catholic cultural base.

Keywords: Gilberto Freyre. Brazilian social thought. South Brazil. Interpretation of Brazil.

Introdução

Gilberto Freyre (1900-1987) foi um dos mais célebres intelectuais brasileiros do século XX, produzindo uma interpretação do país que também o inventa. Apesar de pertencer a uma geração que antecede à criação dos primeiros cursos de ciências sociais – portanto, anterior à formação de cientistas sociais profissionais, no sentido estrito do termo –, Freyre participou do processo de institucionalização deste campo, assumindo a cátedra de sociologia na Escola Normal de Pernambuco, ainda no final da década de 1920, além das de antropologia, sociologia e pesquisas sociais na Universidade do Distrito Federal na década seguinte (Meucci, 2015). Ademais, distingue-se de outros contemporâneos seus brasileiros

* Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na mesa redonda “Trinta anos depois: as pesquisas freyreanas na atualidade”, durante o XLI Encontro Anual da Anpocs (2017).

** Amurabi Oliveira é doutor em sociologia (UFPE), professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil e pesquisador do CNPq. Orcid: 0000-0002-7856-1196. <amurabi_cs@hotmail.com>.

1. Freyre realizou estudos de graduação na Universidade de Baylor, no Texas, e mestrado em história social na Universidade de Colúmbia, em Nova York. Apesar de não ter obtido nenhuma titulação acadêmica em sociologia ou antropologia, é importante frisar que durante os seus estudos de mestrado realizou ao menos dois cursos no departamento de antropologia e dois no departamento de sociologia, segundo documentação consultada na Fundação Gilberto Freyre.

2. Utilizo a expressão Brasil Meridional para evitar cair em certo anacronismo, uma vez que a concepção de Região Sul é uma invenção produzida *a posteriori*. Recorrentemente, quando se refere ao Norte e ao Sul do Brasil, até o início do século XX, há uma compreensão distinta da que temos hoje, englobando o Norte também o que denominamos hoje de Nordeste, e o Sul abarcando também o que convencionou-se denominar de Sudeste (Albuquerque Jr., 2009). Ademais, em inúmeras passagens, quando Freyre utiliza

ros por ter possuído formação acadêmica em ciências sociais, quando prevaleciam intelectuais autodidatas nesta seara¹.

Nos últimos anos, seu trabalho tem sido intensamente revisitado, por autores brasileiros e estrangeiros (Lehmann, 2008; Lima, 2013; Motta & Fernandes, 2013; Tavolaro, 2013; Mendonça & Porto, 2017), o que tem possibilitado o lançamento de novos olhares sobre seu legado. Nesta direção, também almejo contribuir neste breve trabalho com o reexame da obra de Freyre, explorando-a a partir de um ponto particular: sua análise acerca da Região Sul do Brasil, ou, em outros termos, do Brasil Meridional².

Em certa medida, busca-se com isso responder às indagações recorrentemente realizadas acerca do fato de que Freyre teria dado demasiada ênfase ao Nordeste para pensar o Brasil, ou, de forma mais específica, a Pernambuco, generalizando sua interpretação desta região para o resto do país (Burke, Pallares-Burke, 2009). A questão que tentarei responder, portanto, é a seguinte: como Freyre analisou o Brasil Meridional, e que tipo de relações ele desenvolveu com esta região?

Interessante destacar, em meio à pluralidade de abordagens possíveis à vasta obra de Freyre busco articular o binômio região e nação, destacando como, por meio da chave do patriarcado, o autor busca interpretar a unidade nacional, assumindo como ponto fulcral a questão do Brasil Meridional.

Para responder a tal questão desdobrarei este artigo em mais quatro partes que versarão sobre as seguintes questões:

- i.* como que a questão do nacional aparecia em Freyre, e como ele percebia a possibilidade de generalizar certas categorias para entender o Brasil;
- ii.* a forma que em seu trabalho o Brasil Meridional é retratado e compreendido dentro de uma perspectiva nacional;
- iii.* a ideia de formar um eixo intelectual entre Recife e Porto Alegre, partindo principalmente de entrevistas concedidas por Freyre a jornais na década de 1940 após uma viagem ao Sul do Brasil; e
- iv.* as considerações finais.

Em torno do nacional: forma e substância

Como bem nos elucida Benedict Anderson (2005), a nação, longe de ser um dado, é uma construção produzida ao longo de um processo histórico, cujos arranjos particulares são compostos a partir de uma miríade de fatores. Tal perspectiva conflui com o que fora apontado por Norbert Elias (2006), que destaca a necessidade de distinguir as ideologias nacionais – que levam uma nação a parecer um sistema social de grande valor, imutável e bem integrado – e o processo de integração e desintegração no longo prazo, no qual podem ser observadas as diversas tensões postas. Max Weber (2002) contribui para este debate ao desenvolver uma clássica definição de nação, que poderia ser compreendida como

[...] uma comunidade de sentimento que se manifestaria adequadamente num Estado próprio; daí, uma nação é uma comunidade que normalmente tende a produzir um Estado próprio (Weber, 2002: 123).

Parto dessa concepção, em diálogo com as ideias desenvolvidas por Elias, para compreender nação neste trabalho.

Certamente não apenas Freyre, como também toda sua geração, estava profundamente envolvido com o debate sobre os rumos da nação. A passagem do século XIX para o XX se dá no bojo de transformações sociais relevantes para a definição do que seria o Brasil, e, por consequência, a nação brasileira, destacando-se aí a abolição da escravidão em 1888 e o advento da República no ano seguinte. Como bem nos elucida Élide Rugai Bastos (2006), referindo-se aos ensaios produzidos anos de 1920:

Encontrei nesses ensaios, como pontos temáticos principais, dois elementos – a questão da cultura e a busca da identidade nacional – elementos estes que lhes dão unidade. Em outros termos, os autores buscam respostas à indagação: afinal, que país é este? Os textos são marcados pela necessidade de discutir o problema da formação, característica da produção intelectual das regiões de constituição nacional recente.

Esses trabalhos assumem, no contexto em que são produzidos, um caráter imaginário: procuram “inventar” a cultura para legitimar a “invenção” da identidade nacional. O autor que conseguir articular esses dois elementos terá decifrado o dilema e dará o salto para uma nova etapa dos estudos sociais. Levanto a hipótese de que tal proeza será realizada por Gilberto Freyre (Bastos, 2006: 61).

a expressão Sul do Brasil refere-se também ao Rio de Janeiro ou a São Paulo, de modo que comprehendo que a expressão Brasil Meridional acaba sendo mais precisa, incidindo também sobre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esta preocupação de Freyre com a questão do Brasil manifesta-se fortemente ao menos desde seu famoso prefácio à primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*, publicado em 1933, no qual ele indica o seguinte:

Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação (Freyre, 2005: 31).

É amplamente conhecido o fato de que a miscigenação, compreendida a partir da interpenetração de raças e cultura e do equilíbrio de antagonismos, será a chave explicativa que Freyre se utilizará para interpretar o Brasil. Soma-se a isso a ideia de sociedade patriarcal que o autor elabora, também explicitada neste mesmo prefácio:

A formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de “raça” e de “religião” do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora. Economia e organização social que às vezes contrariaram não só a moral sexual católica como as tendências semitas do português aventureiro para a mercancia e o tráfico (Freyre, 2005: 34).

O Brasil seria, portanto, uma sociedade essencialmente patriarcal. Ora, essa é uma chave relevante no arsenal interpretativo do autor, mas que também, em certa medida, o tornou passível de inúmeras críticas, principalmente de universalizar algo que seria próprio do Nordeste para o resto do Brasil. Nesta direção, Freyre buscou responder a seus críticos, especialmente através de inúmeras notas de rodapé e prefácios a seus trabalhos. Ainda em *Casa-Grande & Senzala* ele indica o seguinte, em nota inserida nas edições seguintes:

Não nos esqueçamos, a propósito de áreas e subáreas, de que a influência do patriarcado monocultor e escravocrata que teve seus centros mais intensos e de vida mais constante e longa em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro foi, no Norte, até a subárea amazônica, no Sul, até o Rio Grande do Sul e, no Centro, até Mato Grosso. Constituiu assim aquele sistema – talvez o de maior influência na fixação de característicos nacionais e gerais no Brasil – um sistema ou complexo trans-regional e não apenas regional, como supõem alguns pesquisadores de história ou de

sociologia da gente brasileira. Formou uma constelação de áreas ou subáreas ou uma espécie de supra-área de cultura, original em sua configuração e extensão, e não apenas correspondente à área ou região geográfica a que é geralmente associada: o Nordeste ou o Norte agrário do Brasil (Freyre, 2005: 145).

Apesar de não nomear seus opositores, ele destaca os autores e as obras que convergiram com suas ideias, como Tales de Azevedo (1904-1995), no livro *Gaúchos – notas de antropologia social* (1943), Dante Laytano (1908-2000) no texto “O português dos Açores na consolidação moral do domínio lusitano no extremo Sul do Brasil” (1940/1941), Athos Damasceno Ferreira (1902-1975) em *Imagens sentimentais da cidade* (1940), e Ernani Correia (1900-1982) no artigo “A arquitetura do Rio Grande do Sul” (1944), reafirmando, assim, a relevância das ideias que apresenta. Não me parece ser mero acaso o fato de que dos quatro autores citados, três sejam gaúchos, era como se Freyre buscasse explicitar que mesmo entre os pensadores do extremo Sul do Brasil havia clareza sobre a ideia de que ali também se desenvolveu uma sociedade patriarcal. O diálogo com alguns destes autores Freyre manteve de forma mais intensa, como no caso de Laytano, que é indicado na “nota metodológica” de *Ordem e Progresso*, lançado em 1957, como um de seus colaboradores na coleta de material para a produção deste trabalho, notadamente no Rio Grande do Sul (Freyre, 2004).

A preocupação constante de Freyre em afirmar o caráter nacional de sua interpretação do Brasil pode ser melhor compreendida em meio ao próprio debate intelectual que estava instaurado naquele momento, uma vez que

[...] talvez o debate intelectual que marcou a década tenha sido o da “unidade” dos estados da Federação, perceptível a partir de dois movimentos: de um lado, o de porta-vozes de províncias menores visando fazer conhecida a história cultural e a singularidade de seus territórios, só agora reconhecidos pelo sentimento de unidade pelos estados fortes; de outro, o crescimento da competição pelo monopólio regional da representatividade dos símbolos do bem comum. Neste quadro, uma clivagem maior era marcada pela disputa entre o Norte e o Sul (Sorá, 1998: 4).

A afirmação do modelo freyreano como válido para a compreensão do Brasil inser-se, portanto, em meio a estes embates. Esta questão era cara não apenas aos intelectuais do Nordeste – região que fora o polo de desenvolvimento mais importante do país e que vinha perdendo espaço gradativamente –, como também para os intelectuais do extremo Sul do Brasil, pois, como nos elucida Letícia Nedel (2007) ao debater a recepção de Freyre no Rio Grande do Sul, sua obra foi incorporada e

utilizada recursivamente, de modo que se possibilitasse que a formação regional “desviante” fosse incorporada nos quadros de uma cultura brasileira elaborada segundo a linha de representação plural.

A afirmação de Freyre (2006) em torno da validade nacional de seus argumentos mostra-se ainda mais enfática no prefácio da segunda edição de *Sobrados e Mucambos*, que fora publicada em 1948. O autor inicia o prefácio indicando, justamente, que a sociedade patriarcal no Brasil não teve um começo linear, mas sim inícios diversos e contraditórios no tempo e no espaço:

[...] de tal modo variando de substância do extremo norte ao extremo Sul do país, a ponto de estudiosos que, em sociologia, se orientam mais pelo conteúdo que pela forma dos acontecimentos ou dos fatos perderem, diante dessa diversidade antes etnográfica, geográfica ou econômica que sociológica – o pastoreiro, aqui, a extração da borracha, ali, o café, em São Paulo, o ouro e os diamantes, nas Minas Gerais, o açúcar, o tabaco, o algodão ou o cacau, no Norte – o sentido da unidade sociológica de forma e de processo (Freyre, 2006: 44).

Como bem nos elucida Bastos (2005), esta distinção entre forma e substância Freyre retira diretamente de Simmel, ainda que assuma neste caso um papel mais metafórico. Neste sentido, para demarcar uma distinção em relação ao que o sociólogo alemão elabora, é relevante rememorar que para Simmel (2006) forma e conteúdo, na experiência concreta, são elementos inseparáveis. Um dos autores que explicitamente criticou Freyre neste ponto foi Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), que, como sabemos, publicou *Raízes do Brasil* no mesmo ano que Freyre publicou *Sobrados e Mucambos*, contando com um prefácio elaborado por Freyre que foi retirado a partir da segunda edição, o que, de certo modo, indica as divergências interpretativas dos dois autores. Segundo Holanda,

[...] é bastante significativo que, apesar do seu insistente empenho de emancipar a “forma” social da “substância” ou do “conteúdo”, Gilberto Freyre raramente consegue desunir estes elementos quando se trata de distinguir, entre esta e aquela área de povoamento e ocupação do solo, as que lhe parecerem mais adultas ou completas (Holanda, 1979: 107).

A argumentação de Freyre utiliza-se recursivamente de exemplos provindos do Rio Grande do Sul, além do diálogo com autores deste estado, que representaria de forma mais enfática o Brasil Meridional. Tal movimento reforçaria a ideia de que suas ideias se aplicam de uma ponta a outra do país. Como ele nos indica:

Não importa que o conteúdo ou a substância econômica sobre a qual se desenvolveu tal forma de hierarquia social ou de convivência humana tenha sido, no Rio Grande do Sul, principalmente o gado ou a banha (Freyre, 2006: 63).

Também ao longo de sua trilogia – que compõe a introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil³ –, nota-se que as referências aos estados do Sul, não apenas o Rio Grande do Sul, tornam-se cada vez mais recorrentes, buscando demonstrar como esta região do Brasil pode também ser compreendida a partir do modelo analítico por ele desenvolvido, em que pese certas particularidades por ele percebidas, o que será explorado mais adiante neste trabalho.

Quero destacar com isso que nação e região não são pensados como um par de opostos que não dialogam, tendo a pensar que eles podem ser compreendido dentro da ideia de equilíbrio de antagonismos desenvolvida pelo autor (Freyre, 2005). Porém, este antagonismo não implica na ausência de pontos que os costure, para tanto, a ideia de patriarcado é fundamental, uma vez que articula ao mesmo tempo a diversidade regional e a unidade nacional. Nesta direção, apresentar o Brasil Meridional como parte da nação brasileira é um passo fundamental para esse desdobramento no pensamento de Freyre.

3. Pensada inicialmente como uma coleção que seria formada por quatro livros, esta trilogia é composta pelas seguintes obras: *Casa-Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1957). Haveria um quarto livro intitulado *Jazigos e Covas-Rasas*, mas que nunca chegou a ser escrito.

Ao recorrer uma vez mais a Anderson (2005), se a nação pode ser interpretada como uma invenção, acredito que o patriarcado também deve ser lido nestes termos. É o patriarcado enquanto categoria analítica (mas também como experiência vivida) que anima a nação brasileira na leitura de Freyre, o Brasil se torna Brasil por meio da unidade que o patriarcado propicia, ao mesmo tempo em que não sendo uma entidade estanque, incorpora a diversidade regional. Podemos ainda voltar às teses acerca da plasticidade do português, explicitamente defendidas por Freyre ao menos desde *Casa-Grande & Senzala*, compreendendo que o tipo de patriarcado desenvolvido no Brasil – esse patriarcado católico e lusitano – difere de outras formas de patriarcado, sendo também plástico, e, por isso mesmo, capaz de incorporar a diversidade e a unidade.

De retorno à compreensão weberiana de nação como comunidade de sentimento, entende-se então que o cimento de uma tal comunidade, na perspectiva de Freyre, é a família patriarcal. E, seguindo ainda as pistas de Weber (2002), se a nação tende a produzir um Estado próprio, é importante salientar que, sempre segundo Freyre, o Estado representou no Brasil em sua gênese uma continuidade da universalidade familiar, unidade familiar patriarcal por excelência (Freyre, 2005).

4. Também é interessante perceber, como bem destaca Motta (2000), que a interpretação freyreana dista de uma concepção ortogenética do progresso, e do pressuposto da história unilinear comum ao idealismo de Hegel, ao materialismo histórico, e a certas interpretações da sociologia de Max Weber, produzindo uma análise do Brasil sensivelmente diferente de outras presentes no chamado Pensamento Social Brasil.

De modo geral, podemos perceber que os esforços de Freyre confluem com a mudança de tônica mais geral elaborada pelas elites brasileiras a partir da década de 1930, que passam a positivar o povo brasileiro (Carvalho, 1977), o que, no caso de Freyre, passava, necessariamente, pela valorização da região, bem como do elemento lusitano, associado em período anterior às razões do atraso nacional⁴.

Gilberto Freyre e as outras províncias

Como já apontado anteriormente, uma das críticas que incidiu sobre Freyre, especialmente em *Casa-Grande & Senzala*, foi de que ele centrou demasiadamente sua análise no Nordeste e, mais especificamente, em Pernambuco. Em que pese a tentativa de elaboração de justificativas por parte de Freyre, incluindo a distinção entre forma e substância que ele realizou, a ênfase no Nordeste tornou-se cada vez menos justificável nos volumes que tratavam do século XIX. E apesar de ter prometido no prefácio da edição de 1949 de *Casa-Grande & Senzala* de que o livro *Ordem e Progresso* seria mais dedicado ao Sul e ao Centro que ao Norte do país, em grande medida ele acabou por se apoiar mais nos respondentes nordestinos de seu questionário (Burke & Pallares-Burke, 2009).

Outro contra-argumento que pode ser utilizado encontra-se no exame de seu trabalho de mestrado, de 1922, intitulado “Vida social no Brasil nos meados do século XIX” (2008), que, apesar de se voltar para um período no qual já havia ocorrido um deslocamento geopolítico no Brasil, marcado pelo declínio da região Nordeste em relação ao Sul do país, ainda assim a ênfase da análise de Freyre recaiu sobre a primeira região.

Entretanto, é fato que gradativamente as demais regiões do país vão ganhando mais espaço em seus trabalhos, ainda que se possa questionar em que medida o espaço dado representaria a real relevância que revestiam no contexto analisado. Neste ponto, não podemos esquecer o caráter saudosista que o trabalho de Freyre apresenta, a saudade é um recurso metodológico para o autor, através do qual ele pode reviver o passado (Villas Bôas, 2006), não à toa *Casa-Grande & Senzala* é dedicado a seus avós, *Sobrados e Mucambos* a seus pais.

Ao se voltar para o Sul, Freyre tem a preocupação de inseri-lo em grande medida nos paradigmas interpretativos de que se utiliza para compreender o Brasil, de modo que um dos pontos relevantes, para tanto, é afirmação da presença negra no Sul do país. Em diálogo com Dante Laytano, já em *Sobrados e Mucambos*, Freyre realiza essa afirmação, indicando:

Desse modo, o negro, na área ou na região gaúcha, se sobrepôs ao próprio índio. Deste modo e por sua situação de companheiro dos brancos das estâncias. Essa situação, superando a de servo, teria condicionado, naqueles extremos do Brasil, o comportamento ou a figura do africano ou do seu descendente, empregado no pastoreiro ou engajado no serviço militar (Freyre, 2006: 489).

O destaque que ele dá não é à toa, pois, ele comprehende que

o africano [foi] um agente de fixação e de propagação de cultura que não pode nem deve ser esquecido em síntese nenhuma da formação brasileira (Freyre, 1973: 156)⁵.

Ele reconhece, notadamente, que no próprio Rio Grande do Sul haveria uma diversidade em termos de composição étnica, percebendo uma presença indígena mais incisiva no que ele denominou de área “missioneira”.

Os homens da região ou área missioneira não são gaúchos típicos; e tendo mais sangue índio do que os gaúchos típicos [...] são silenciosos, introspectivos, sutis, realistas, distantes, frios (Freyre, 2011: 140).

Enfatiza ainda a presença portuguesa no Brasil Meridional, principalmente através dos açorianos, demonstrando assim que os elementos básicos de composição étnica anunciados desde *Casa-Grande & Senzala* também se fariam presentes nesta região.

É em meio a esse dilema que se estabelece a síntese entre a unidade e a pluralidade que Freyre elaborou em sua célebre conferência “Continente e ilha” (ver Freyre, 1973), e que, como ele mesmo assume, se inspira fundamentalmente nas ideias elaboradas por Viana Moog na conferência “Uma interpretação da literatura brasileira”⁶. A ideia de que no Brasil nos desenvolveríamos social e culturalmente em ilhas, e estas ilhas em arquipélagos, ou numa enorme ilha-continente, é explorada por Freyre a partir da concepção de América Portuguesa, de tal modo que apesar da diversidade, haveria uma base cultural lusitana (e também cristã) que nos daria unidade, e, por consequência, brasiliidade. Os sentimentos de continente e de ilha seriam antagonismos constitutivos do Brasil, e enquanto tais estariam em equilíbrio, uma vez que o contrário disso nos sujeitaria “[...] a uma verdadeira guerra civil na sua psicologia social e dentro de sua cultura” (Freyre, 1973: 155). Ora, lembremos que para Freyre (2005) uma das marcas fundamentais da cultura brasileira é o equilíbrio de antagonismos, existentes em diversas ordens desde nossa gênese.

5. O destaque acerca do “elemento africano” na formação do Brasil Meridional também foi objeto de análise de Fernando Henrique Cardoso (1977 [1962]), ainda que partindo de outro esquema interpretativo. Devido ao foco e escopo deste artigo, não será possível aprofundar este debate aqui.

6. Trata-se de conferência lida no dia 29 de outubro de 1942, na qual Viana Moog sugeriu que o Brasil não seria um continente cultural, mas sim um arquipélago com sete ilhas de cultura autônomas e diferenciadas: a Amazônia, o Nordeste, a Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e a Metrópole (Viana Moog, 1943).

Ao pensar especificamente o caso de Porto Alegre, Freyre aponta que o “processo sociológico de povoamento” se desdobrou em dois sentidos: no de ilha e no de continente. Destaca ainda as contribuições italianas e alemãs à cultura nacional, na formulação do que ele denominou de “valores neobrasileiros”, mas que, como já fora destacado, só ganham espaço na medida em que são assimilados pela cultura nacional. Afirma claramente que deseja que Porto Alegre continue sendo Porto Alegre, posicionando-se assim contra qualquer possibilidade de uniformização cultural, ainda que perceba uma unidade cultural de base portuguesa. É válido destacar que esse dilema da diversidade regional cimentada em uma base cultural comum só se faz possível ante a plasticidade do português, que incorpora diversas contribuições culturais, sociais e étnicas.

Neste sentido, um desafio interpretativo que se colocava para Freyre neste contexto se dava a partir da presença de outros grupos étnicos, especialmente das comunidades formadas por migrantes de origem germânica e italiana no Sul do Brasil. Neste ponto, são interessantes as colocações realizadas por Giralda Seyferth (2003) ao indicar que a ideia de brasiliidade desenhada por Freyre, em alguns momentos, apresentava um sentido unívoco, não associado ao Brasil-nação, mas sim a uma região representativa. Ainda segundo a autora, Freyre advogaria

[...] a existência de uma totalidade plural, uma nação luso-brasileira cuja característica mais marcante é a mestiçagem, que aceita contribuições de outras que não comprometam o todo. Nessa concepção de nação certamente não existe espaço para etnias e culturas singulares, mesmo que, sob certos aspectos, assimiladas e ciosas de cidadania brasileira, conforme a referência ao Estado deixa entrever (Seyferth, 2003: 166).

É interessante observar, para o aprofundamento desta questão, que há uma evolução no pensamento de Freyre, que pode ser constatado sobretudo na mudança de tom entre o artigo que ele publica no *Diário de Pernambuco*, em 28 de novembro de 1943, intitulado “Nacionalização do ensino em Santa Catarina”, e a posição que assumiria durante I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, em 1963, nos quais ele vai destacar as contribuições germânicas para a formação do Brasil (Freyre, 1971)⁷.

No artigo publicado em 1943, Freyre, partindo o livro de Ivo D'Aquino (1896-1974)⁸, chama a atenção para o “pangermanismo”, que representaria uma ameaça real que deveria ser combatida, uma vez que haveria

inimigos que tomaram aspectos mais doces e seráficos para melhor se instalarem entre nós com suas máquinas de destruição do Brasil de formação lusitana (Freyre, 1943),

7. Interessante perceber que ao passo que o primeiro colóquio ocorreu em Porto Alegre, o segundo foi organizado na cidade de Recife, demonstrando o engajamento pessoal de Freyre na difusão dessa perspectiva que destaca a contribuição de outros povos na formação cultural brasileira.

8. Ivo D'Aquino foi secretário da Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina entre 1937 e 1945, durante o governo de Nereu Ramos (1888-1958).

o que se dava, dentre outras formas, através do

(...) ensino em língua alemã. O ensino baseado na fidelidade aos valores alemães e ultimamente impregnado de força nazista e de fervor racista,

de tal modo que a iniciativa de “nacionalização” do ensino neste estado representaria um esforço louvável neste embate. Interessante perceber que se releva aí uma determinada concepção de nação presente em Freyre, de um “[...] Brasil da formação lusitana e franciscanamente católica ou cristã”, de tal modo que a diversidade regional defendida pelo autor faz sentido diante de uma articulação que se constrói a partir dessa unidade social e cultural.

De Recife a Porto Alegre: a formação de um eixo intelectual

Quando Freyre viajou para o Rio Grande do Sul ele já era bastante conhecido e reconhecido nacionalmente, e chegou a realizar duas viagens em um relativo curto período para esse estado. Em 1939, a convite do interventor Osvaldo Cordeiro de Farias (1901-1981), viajou em companhia de José Lins do Rego (1901-1957), tendo ainda conhecido o interior do estado, acompanhado de Dante Laytano e Clodomir Vianna Moog (1906-1988). Já em 1940, realizou uma viagem mais acadêmica, acompanhado de Gastão Cruls (1888-1959), quando proferiu a palestra “Sugestões para o estudo histórico e social do sobrado no Rio Grande do Sul”, além da conferência “Continente e ilha”. E como bem destaca Letícia Nedel:

Vale assinalar de passagem que, no encerramento do mesmo congresso, Freyre assistiu à entrega do diploma de sócio benemerito do Instituto a Getúlio Vargas. Na ocasião, os eruditos manifestaram publicamente o apoio à decisão sobre os “destinos nacionalistas” do país, tomada em face da anteviés de um “revolucionismo alarmante” e da proliferação de “ideologias contrabandeadas”, que estariam “ameaçando a tranquilidade pública” do Brasil.

Depois dessas duas visitas, vieram outras (até 1969, data da última), preenchidas, nos intervalos, por prefácios e recepções ocasionais oferecidas no solar de Apipucos a autodenominados discípulos e admiradores do Sul. Mas de todos os encontros, os dois primeiros é que, talvez pelo caráter inaugural e de mútuo reconhecimento que tiveram, acabaram se tornando lendários entre os membros do chamado “grupo da Livraria do Globo” com quem Freyre travou contatos na ocasião (Nedel, 2007: 86).

Nestas viagens, Freyre passou também por Santa Catarina e pelo Paraná, mas inequivocavelmente é com o Rio Grande do Sul, e seus intelectuais, que ele acabou por desenvolver uma relação mais estreita. Na volta da viagem realizada em 1940, Freyre concedeu algumas entrevistas. Destaco aqui duas, uma publicada no *Correio da Manhã*, em 3 de dezembro de 1940, e outra publicada no *Dário de Pernambuco*, em 4 de dezembro de 1940. Em ambas, as manchetes que trazem as entrevistas fazem alusão à formação de um eixo intelectual entre Recife e Porto Alegre. Na primeira, Freyre inicia ponderando que sua palestra versou sobre o pluralismo cultural brasileiro do ponto de vista das regiões ou províncias brasileiras, reafirmando a avaliação positiva do cenário intelectual gaúcho, apontando para obras que estão para ser lançadas, sendo explorada a questão da formação deste eixo intelectual mais adiante na entrevista:

— E as notícias que correm de um “eixo intelectual” Porto Alegre-Recife?

Creio que quer referir-se à fundação, que decidimos agora, de uma revista literária e de cultura, *Província*, que será dirigida por mim e por Erico Veríssimo. Ambos planejávamos fundar tal revista, com o título *Província* e um programma vamos dizer provinciano...

— Que consiste em...

Que consiste na tentativa de valorização ou revalorização das energias provincianas ou, no bom sentido regionais, da vida intelectual e cultural brasileira.

— Um movimento contra o Rio de Janeiro, contra a metrópole?

De modo algum. Nada de simplificarmos a questão pois cairemos no peor dos simplismos. Repito-lhe que uma tentativa de revalorização de energias provincianas comprometidas, nos últimos tempos, pelo que consideramos um metropolitanismo esterilizante, que para tornar-se saudável precisa justamente de um provincialismo bom e vigoroso que não o deixe desprender-se do Brasil – terra do Brasil – passado, do Brasil por assim dizer rotina, cuja diversidade regional é uma das forças da nossa unidade de cultura, toda ella de base portuguesa e christã. Essa cultura tem tido seus postos avançados, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, sem desconhecermos o facto de que suas expressões mais dinâmicas têm sido, sob vários aspectos, a paulista, a cearense, a sergipana e suas maiores expressões de estabilidade, em fases diversas de nossa economia e cultura, a Bahia, o Rio de Janeiro, o Maranhão, Santa Catharina. É natural que elementos daqueles postos avançados se encontrem para uma iniciativa que há de ter, por certo, a sympathia do Brasil intelectual inteiro e das expressões diversas de sua força ou, pelo menos, potencialidade de cultura (*Correio da Manhã*, 03 Dez. 1940).

Na entrevista concedida ao *Diário de Pernambuco* ele também principia sintetizando as falas que proferiu, ainda que de outro modo, indicando que elas versaram sobre a formação social do Brasil – e a do Rio Grande do Sul em particular –, procurando examinar o que ele denominou de sentimento insular em face do sentimento continental da formação brasileira. Volta a apresentar esse projeto de formação de um eixo intelectual, reafirmando que ele não se opõe à ideia de metrópole, buscando sim valorizar a província. Nesta oportunidade, ele chega a dar mais detalhes sobre a possível publicação de *Província*:

A revista será de literatura. Mensal. Collaboração solicitada e paga. Direcção mutua e de Érico Veríssimo. Collaboração efectiva de bons escriptores nossos e estrangeiros. Tenho uma velha promessa de Prudente de Moraes Neto – o “Pedro Dantas” – de colaborar activamente numa revista do typo de *Província*. Creio assim que teremos novamente em actividade esse admirável escriptor, há annos retraído.

O primeiro número deverá sair em março, primeiro de março. Tenho também o plano de sair no próximo anno uma revista de cultura, dedicada a estudos sociaes, principalmente de anthropologia e historia sociaes, com o nome de *Anthropologia*. É projecto. *Província*, porém, já se pode considerar realidade. Creio que, ao lado da *Revista do Brasil*, dirigida com elevado critério pelo meu amigo Octavio Tarquinio de Souza, poderá prestar, pelas colaborações que reunir, alguns bons serviços às letras brasileiras (*Dário de Pernambuco*, 04 Dez. 1940).

Chama a atenção o fato de que o nome escolhido para a revista era quase homônimo de um jornal editado em Recife que se denominava *A Província*. No período compreendido entre 1928 e 1930, Freyre dirigiu este jornal, tendo havido uma aproximação relevante entre ele e Manuel Bandeira (1886-1968) a partir deste periódico, o qual teve um papel relevante no cenário cultural de Recife entre as décadas de 1920 e 1930, tendo agregado diversos nomes da intelectualidade nacional que colaboravam com a publicação (Vicenti, 2007). Posteriormente, entre 1945 e 1957, a Livraria O Globo veio a publicar a revista *Província de São Pedro*, que teve como seu primeiro editor Moysés Vellinho (1902-1980), de modo que podemos compreender que, em grande medida, este projeto intelectual acabou por se concretizar.

Oras, o que se pode observar com isso, em que pese os limites para a implementação de algo desta envergadura, é que havia um projeto em curso, que convergia com uma série de movimentos que vinham sendo orquestrados por Freyre ao menos desde a década de 1920. Compreendo assim, que este projeto intelectual

9. Coloco entre aspas a afirmação de que tal manifesto representa o que fora discutido no Congresso Regionalista de 1926, uma vez que há inúmeras divergências entre os pesquisadores sobre este ponto. O hiato que se estabeleceu entre o congresso ocorrido no Recife e sua publicação implicou, segundo alguns de seus críticos, especialmente Joaquim Inojosa (1901-1987), na alteração substancial de conteúdo, não podendo, dessa forma, o trabalho de 1952 ser tomado como expressão fidedigna das ideias defendidas em 1926.

de Freyre representa uma continuidade e, ao mesmo tempo, uma ampliação do que fora indicado com a organização do Congresso Regionalista de 1926, havendo uma diferença substantiva em termos da visibilidade do trabalho do autor em nível nacional. Porém, como indica o manifesto “resultante” deste congresso⁹, além do Nordeste haveria outras regiões culturais brasileiras, referindo-se à “arte do doce”, por exemplo, ele faz referência à relevância do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul (Freyre, 1955; Oliveira, 2015).

A centralidade da ideia de região – e também de província como atesta o sugestivo nome da revista – neste projeto intelectual leva-nos, inevitavelmente, até o binômio tradição e modernidade, que na obra de Freyre não são colocadas em polos opostos.

Para Freyre, tradição significa as experiências sociais, estáticas e culturais que, advindas das raízes lusas, ibéricas, afros e ameríndias foram se miscigenando e se transformando em novas manifestações estéticas e culturais, terminando por moldar as características socioculturais do Brasil como um todo. Já por região, ele acata o que é proveitoso dessas mesmas experiências sociais, estéticas e culturais no âmbito de cada circunscrição federativa do país. Ou seja, a tradição não é somente o que firma a unidade brasileira – a exemplo da língua, das crenças religiosas, das raízes musicais, das bases alimentares etc. –, mas também o que urde o presente de cada região com o seu passado, o que religa passado e presente e, por sua vez, definirá os caminhos do futuro (Vieira, 2013: 46).

Como nos indica Mariana Chaguri (2014), este debate ganha espaço nos jornais pernambucanos ainda na década de 1920, ao passo que no Rio Grande do Sul o mesmo só teria ocorrido na década de 1940. Ainda seguindo a autora:

De um lado, o regionalismo nordestino mobilizará a tradição para a construção de uma noção de região capaz de singularizar o patriarca como ator social decisivo do processo histórico, a um só tempo, local, regional e nacional

No extremo Sul, no entanto, a definição da região é apoiada pela noção de soberania, isto é, a articulação entre o local, o regional e o nacional passa pela recuperação das lutas políticas expressas nas inúmeras guerras e batalhas que marcaram o território sulino e, pouco a pouco, orientaram a construção de uma socialização que tem na guerra um de seus mais fortes pilares (Chaguri, 2014: 196-197).

Em que pese tais diferenças, nas quais a ideia de região é pensada a partir de chaves analíticas distintas, ela é fundamental para o projeto intelectual de Freyre. Não é

por acaso, que pouco tempo depois das referidas viagens Freyre, publicadas no livro *Região e tradição* (1941), apesar de ser composto por artigos escritos em período anterior a esta viagem. Tal coletânea contém um prefácio de José Lins do Rego, que o acompanhou na jornada pelo Sul do Brasil, no qual é destacado que:

[...] na nossa viagem ao Rio Grande, 16 anos após o Congresso Regionalista do Recife, as idéias de Gilberto Freyre foram se encontrando com ele na realidade, todas elas confirmadas no contacto com a gente e a terra que mais cultivaram as suas particularidades e eram, no entanto, tão irmãs dos nordestinos, dos bahianos, dos mineiros, de todo o Brasil. O Rio Grande foi um campo prodigioso para o sociólogo confirmar e sentir a força da colonização portuguesa. O que elle sustentara em *Casa-Grande* víamos ali ao nosso contacto. Casas, móveis, jeitos de falar, de andar, de sentir, de comer, de rezar e por tudo isto bem á mostra a marca lusitana, o açoriano de cara comprida de rio Pardo vivo e bulindo ainda por toda parte (Rego, 1941: 20).

Essa percepção fica evidente na própria comparação que Freyre realiza entre o sobrado gaúcho e a casa-grande, atribuindo essa “unidade” à ação portuguesa (Freyre, 1973), especialmente açoriana nessa região do país. Percebe-se ainda que a valorização da província é parte do projeto intelectual de Freyre (Lippi, 2011), o que volta a aparecer também em trabalhos posteriores do autor, mesmo quando a metrópole muda de endereço. Em *Brasis, Brasil e Brasília* (1968), escrito bem após o referido debate, Freyre indica que a República que adveio no final do século XIX aprofundou a desvalorização da província, de modo que seria um desafio urgente diminuir tanto física como socialmente entre as populações das diversas regiões do país, sem procurar uniformizá-las de acordo com um padrão considerado superior.

Sinteticamente, apreendo com isso que: a valorização da província e a oposição à imposição de determinados culturais sobre outros, baseadas unicamente na assimetria de poder estabelecida em um dado contexto histórico entre as regiões do Brasil, é o grande fio condutor do projeto intelectual que Freyre começa a tecer ainda nos anos de 1920, no qual se insere sua relação particular com o Brasil Meridional, com ênfase para o Rio Grande do Sul e seus intelectuais.

Considerações finais

Ao fim deste ensaio, volto novamente a Elias (2006) em sua concepção de nação, na medida em que ele nos convida a pensar as diferenças entre as ideologias nacionais e as contradições presentes nos processos de integração. Acredito que Freyre bus-

cou realizar ao mesmo tempo esses dois movimentos, produzindo uma ideologia nacional, que almejava apresentar uma concepção de Brasil a partir de certa unidade, mas também ressaltou a pluralidade e as tensões existentes a partir da ideia de diversidade regional.

Compreendo, desse modo, que a crítica dirigida ao autor de que ele apenas teria generalizado para o Brasil um modelo interpretativo que se aplicaria a uma região – o Nordeste – não se sustenta completamente. A relação entre o todo e as partes que ele estabelece – bem como entre forma e conteúdo – integra um esforço intelectual realizado para demonstrar que suas ferramentas heurísticas também são válidas para outras partes do país, incluindo o Brasil Meridional, no qual o Rio Grande do Sul é tomado como um principal objeto de reflexão empírica.

Apesar das diferenças percebidas entre o Nordeste e o Brasil Meridional, ou entre este e o resto do país, com destaque para a presença de italianos e alemães em sua constituição étnica e cultural, Freyre reafirma continuamente a base lusitana e católica da formação nacional, na qual também esta região do país estaria implicada. E mesmo apresentando claras preocupações com a “ameaça aos valores nacionais”, ele também reconhece o processo de incorporação de novos valores à cultura brasileira.

Não sem menor importância, deu-se relevo neste trabalho ao projeto intelectual de Freyre de produzir um “eixo intelectual” entre Recife e Porto Alegre, que apesar de não ter se concretizado nos termos esperados, não perde com isso totalmente seu valor, na medida em que durante toda sua trajetória ele continuou a realizar inúmeras outras trocas com intelectuais localizados em “outras províncias”; e mais que isso, comproendo que seu maior projeto nunca se esvaziou por completo, o de valorização da província e da oposição à qualquer tentativa de uniformização cultural do Brasil.

Se concordamos com Weber (2002) sobre o fato de os intelectuais estarem predeterminados, em grau específico, a propagarem a “ideia nacional”, devemos reconhecer, portanto, que Freyre foi um dos que cumpriu esse papel de forma mais enfática ao longo do século XX no Brasil, situando sua concepção de nação em oposição a outros projetos em curso, uma nação lusitana e católica de Norte a Sul.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife; São Paulo: FJN; Massangana; Cortez, 2009.
- BASTOS, Élide Rugai. *Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: um diálogo. Perspectivas*, v. 28, p. 19-36, 2005.
- BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 1977.
- CHAGURI, Mariana Miggioraro. O Norte e o Sul: região e regionalismo em meados do século XX. *Sociologia & Antropologia*, v. 4, n. 1, p. 185-206, 2014.
- ELIAS, Norbert. *Escritos & Ensaios*, v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Novo Mundo nos Trópicos*. São Paulo: Global, 2011.
- . *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. São Paulo: Global, 2008.
- . *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2006.
- . *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2005.
- . *Ordem & Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio-século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república*. São Paulo: Global, 2004.
- . *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- . *Nós e a Europa germânica*. Rio de Janeiro: Grifo, 1971.

- . *Brasis, Brasil e Brasília: sugestões em torno de problemas brasileiros de unidade e diversidade e das relações de alguns deles com problemas gerais de pluralismo étnico e cultural*. Rio de Janeiro: Record, 1968.
- . *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.
- . Nacionalização do ensino em Santa Catarina. *Diário de Pernambuco*, 28 Nov. 1943.
- . *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LEHMANN, David. Gilberto Freyre: a reavaliação prossegue. *Horizontes Antropológicos*, v. 14, n. 29, p. 369-385, 2008.
- LIMA, Mario Helio Gomes de. *Casa-Grande & Senzala: o livro que dá razão ao Brasil mestiço e pleno de contradições*. São Paulo: É Realizações, 2013.
- LIPPI, Lúcia. Gilberto Freyre e a valorização da província. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 1, p. 117-149, 2011.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PORTO, Nathália França Figueiredo. Reconhecimento ideológico: uma reinterpretação do legado de Gilberto Freyre sob a ótica da teoria do reconhecimento. *Dados*, v. 60, n. 1, p. 145-172, 2017.
- MEUCCI, Simone. *Artesania da sociologia no Brasil: contribuições e interpretações de Gilberto Freyre*. Curitiba: Appris, 2015.
- MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. *Estud. Afro-Asiát.*, n. 38, p. 113-133, 2000.
- MOTTA, Roberto; FERNANDES, Marcionila (Orgs.). *Gilberto Freyre: região, tradição, trópico e outras aproximações*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.
- NEDEL, Letícia. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Mana*, v. 13, n. 1, p. 85-118, 2007.
- OLIVEIRA, Amurabi. O glutão de Apipucos: uma interpretação do Brasil a partir do doce em Gilberto Freyre. *Revista Tessituras*, v. 3, n. 2, p. 79-104, 2015.
- REGO, José Lins do. Notas sobre Gilberto Freyre. In: FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e imigração no pensamento de Gilberto Freyre. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*, p. 155-180. Bauru: EdUSC, 2003.

SIMMEL, George. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre. *Rev. Bras. Ciênc. Soc.*, v. 13, n. 36, p. 1-22, 1998.

TAVOLARO, Sergio B. F. Gilberto Freyre e nossa “modernidade tropical”: entre a originalidade e o desvio. *Sociologias*, v. 15, n. 33, p. 282-317, 2013.

VIANNA MOOG, Clodomir. *Uma interpretação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

VICENTI, Silvana Moreli. *Cartas Provincianas: correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VIEIRA, Anco Marco Tenório. Enganos e controvérsias a propósito de um conceito: regionalismo. In: MOTTA, Roberto; FERNANDES, Marcionila (Orgs.). *Gilberto Freyre: região, tradição, trópico e outras aproximações*, p. 40-56. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

VILLAS BÔAS, Gláucia. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.



Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição

Recebido: 20.01.17
Aprovado: 25.07.17

Raphael Lana Seabra*

* Raphael Lana Seabra é professor adjunto no Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-Estudos Comparados sobre as Américas (PPG-ECsA) da Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
Orcid: 0000-0003-1203-8965.
<raphaelseabra@hotmail.com>.

Resumo: O presente artigo defende a ideia de que o debate sobre a dependência na América Latina foi principalmente um debate sobre as possibilidades abertas pelo desenvolvimento de um capitalismo específico. Isso determinou que o avanço do debate girasse ao redor da disputa entre socialismo e reformismo, porém sem abrir mão de produzir uma importante contribuição teórica às ciências sociais brasileira e latino-americana. Consideramos que a transição do debate sobre a dependência ao campo marxista propiciou sua elevação ao *status* de teoria, entendida como parte do referencial teórico-metodológico iniciado por Marx, sobretudo, a partir da contribuição de Ruy Mauro Marini.

Palavras-chave: Teoria da dependência. Teoria social latino-americana. Ruy Mauro Marini.

From dependentismo to the Marxist theory of dependency: a critical synthesis of this transition

Abstract: This article advocates the idea that the debate about the dependence on Latin America was primarily a debate around the possibilities opened up by the development of a specific capitalism. It determined that the advance of the debate revolve around the dispute between socialism and reformism, however without giving up to produce an important theoretical contribution to the Brazilian and Latin American social sciences. We believe that the transition from debate about the dependency to the Marxist camp provided its elevation to the status of theory, understood as part of the theoretical-methodological started by Marx, especially the Ruy M. Marini contribution.

Keywords: Dependency theory. Latin American social thought. Ruy Mauro Marini.

Introdução: a teoria da dependência

O presente artigo defende a ideia de que o debate sobre a dependência na América Latina foi, sobretudo, um debate sobre o conjunto de possibilidades abertas pelo desenvolvimento de um capitalismo específico, determinando, assim, que o avanço do debate girasse ao redor da disputa entre socialismo e reformismo, porém sem abrir mão de produzir uma importante

contribuição teórica às ciências sociais brasileira e latino-americana. Temos como objetivo central ressaltar a formação e a contribuição da vertente marxista da dependência elaboradas por André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, embora sejam reconhecidos outros autores e enfoques sobre a temática.

Resgatar a temática da dependência é crucial para desfazer as incompreensões e falsificações a seu respeito, sobretudo no Brasil. Estas são profundas e produzem um falso consenso sobre o alcance teórico-conceitual da produção sobre o tema. Grande parte desses desentendimentos a respeito da dependência são resultados da incompreensão das disputas políticas ao redor das alternativas para a América Latina. A teoria da dependência não é um simples desdobramento do desenvolvimentismo cepalino, ao menos em sua vertente marxista, como também sua derrota não derivou de hipóteses ou conceitos equivocados, senão que foi uma derrota política imposta pelos piores meios ditoriais que o subcontinente conheceu. Um dos resultados foi seu banimento dos centros acadêmicos, substituindo a dialética dependência-imperialismo, por noções como interdependência e globalização.

O artigo está dividido em quatro tópicos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro – “Alguns pontos de partida para a reflexão sobre a teoria da dependência” –, objetivamos estabelecer as particularidades compartilhadas até certo momento por vários autores que contribuíram à formação do enfoque. No segundo tópico – “Entre situações e teorias, entre reformistas e marxistas: a variedade de classificações da dependência” –, apresentamos alguns intentos de classificação das contribuições, destacando a tendência à polarização entre reforma e revolução, entre situação e teoria da dependência. Na seção “Os eixos geográficos – formação e desconstrução de mitos sobre a gênese da teoria da dependência”, apresentamos de forma sistemática a relação entre as condições reais e intelectuais de desenvolvimento da vertente marxista da dependência. Ao final, “Enfoque ou teoria da dependência?” buscamos apontar a apropriação da temática da dependência pelo marxismo e a contribuição de Ruy Mauro Marini na elaboração de uma teoria marxista da dependência.

Alguns pontos de partida para a reflexão sobre a teoria da dependência

A teoria da dependência não é obra de um gênio exclusivo, mas parte de um debate teórico profundo sobre as alternativas políticas para a América Latina. Em geral, se reconhecia a importância do método marxiano para a análise da dependência, até

mesmo para autores de outras escolas de pensamento. Como tarefa coletiva não poderia deixar de existir “trabalhos com níveis de desigualdades teórica, metodológica e empírica. Existem enfoques diferenciados e inclusive, em vários aspectos cruciais, opostos” (Bambirra, 1983: 35). É a heterogeneidade que caracteriza o surgimento da teoria da dependência, o que explica a existência de vários temas polêmicos e divergentes. Nesta exposição não é possível trazer a variedade de discussões, polêmicas e contribuições individuais à teoria da dependência. Como veremos adiante, essa natureza coletiva de sua formação está inteiramente relacionada às condições de trabalho, influenciada pelos golpes militares no Brasil e, posteriormente, no Chile, o que na condição de exilados colocou os participantes do debate em contato direto. Assim, apenas alguns elementos mais gerais compartilhados pelos autores da dependência nos interessam.

Dois processos relacionados caracterizam o desenvolvimento das ciências sociais latino-americanas nos anos 1960. O primeiro foi o impacto causado pela Revolução Cubana, cujo efeito imediato foi aprofundar a crise teórica e política do marxismo ortodoxo, apontando os limites da tese da revolução por etapas na América Latina formulada pelos diferentes Partidos Comunistas da região¹, feito que abriu as portas para novas reflexões sobre a realidade latino-americana desde o marxismo. A tese etapista da revolução latino-americana tendeu a ser reforçada pela ascensão da burguesia industrial, e também pelo brilhantismo da ideologia desenvolvimentista que levava os comunistas a acreditarem no potencial transformador da burguesia industrial. O segundo processo resulta da crescente integração dos processos produtivos das economias latino-americanas com o capital estrangeiro desde os anos 1950, o que levaria à crise da fase II da substituição de importações² devido à impossibilidade de enfrentar radicalmente o sistema latifundiário, o assédio do capital imperialista na forma de investimentos diretos ou associados e a distribuição regressiva de renda. No plano teórico, esses fatos culminam na crise da teoria desenvolvimentista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), o que generaliza algumas fissuras teóricas em seu interior e que radicalizará a noção de dependência (Osorio, 2004).

Esses dois processos exigiam, tanto no plano teórico como político, a construção de alternativas para a crise da América Latina, dando espaço a uma esquerda não filiada aos Partidos Comunistas, formada principalmente por estudantes, intelectuais e militares, que será denominada como nova esquerda ou esquerda revolucionária (Marini, 1992). Nesse sentido, a polêmica acerca da temática da dependência, desde seu começo nos anos 1960 até o auge do debate em meio dos anos 1970, pode ser resumida pelo esforço de vários autores por desprender-se do referencial teórico do desenvolvimentismo. Ao começo, esse esforço em superar os limites do desenvolvi-

1. Desde os anos 1930, a tese central dos partidos stalinistas na América Latina era a realização da revolução nacional-democrática ou democrática-burguesa, de natureza antifeudal, anti-imperialista, conduzida na fórmula do bloco de quatro classes, para posteriormente, realizar revolução socialista.

2. A viabilidade do desenvolvimento latino-americano parecia possível diante da desorganização temporária do mercado mundial, principalmente entre 1914 e 1945, dado o processo de industrialização substitutiva espontânea experimentada pela região. A partir de tal constatação, foi proposta a tese da fase I ou simples da industrialização por substituição das importações: seriam substituídas as importações de bens manufaturados através do estímulo da indústria nacional; a fase II seria mais complexa, pois exigiria o enfrentamento da dependência tecnológica e o poder dos setores latifundiários, tanto para o desenvolvimento da indústria de bens de capital como da formação do mercado interno.

mentismo não permitia a identificação clara de importantes divergências nos novos enfoques alternativos.

Podemos destacar alguns elementos comuns a vários trabalhos produzidos entre os anos 1960 e começo dos anos 1970 sobre a dependência:

- a.* o subdesenvolvimento não é uma fase prévia do desenvolvimento capitalista, mas produto necessário da expansão mundial do capitalismo mercantil europeu do século XVI;
- b.* assim, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo de expansão mundial do sistema capitalista;
- c.* a dependência implica a relação de dominação e exploração entre países, e dentro destes, entre as classes sociais; isso é parte da intenção de articular corretamente os níveis “internos” e “externos” das sociedades latino-americanas e de superar a concepção cepalina de “dependência externa”;
- d.* busca-se maior precisão conceitual para a dependência, em outros termos, maior rigor analítico;
- e.* a partir de então são estabelecidas “tipologias”, cujo objetivo é descrever as formas de dependência historicamente possíveis na América Latina;
- f.* existe a clara preocupação em apreender os aspectos mais importantes da evolução histórica, social, econômica e política latino-americana, principalmente no período pós-guerra;
- g.* a compreensão das grandes transformações da economia mundial, particularmente de seus centros mais dinâmicos, torna-se um componente fundamental para explicar as possibilidades de desenvolvimento da economia capitalista dependente (Blömstron & Hettne, 1984: 6; Ouriques, 1994: 183).

Mesmo que esses elementos confirmaram um marco geral para as análises sobre a dependência, havia obviamente desde seu começo divergências sobre o alcance teórico e a orientação política dos autores. A questão é que as diferenças entre os diversos autores que compartilham estes elementos só se faz evidente numa etapa posterior, na medida em que a discussão alcança maior consistência teórica e metodológica, mas particularmente, quando o marxismo passa a impulsar definitivamente

te a temática sobre a dependência. O auge das divergências foi a discussão sobre o *status teórico* da dependência e as alternativas oferecidas pela luta de classes na região (Ouriques, 1994).

De acordo com Jaime Osorio (2004: 140-141), as divergências são exacerbadas sobretudo depois da publicação de *Dialética da dependência* de Ruy Mauro Marini, em 1973. A partir desse momento muitos dos dependentistas deixaram de assumir esta condição, uma vez que essa qualificação significava muito mais do que a princípio se pensava. Especialmente a apropriação mais direta desta categoria pelo marxismo conferiu conotações específicas ao enfoque dos problemas apontados pelo capitalismo latino-americano e as alternativas de integração ao sistema mundial. O debate na vertente marxista da dependência respondia diretamente a duas questões elementares: de um lado, a compreensão do caráter e das contradições do capitalismo dependente no pós-guerra; de outro, fornecer as bases para a orientação tático-estratégica para os movimentos revolucionários da região frente aos duros reveses sofridos pelos erros programáticos anteriores da esquerda (Bambirra, 1985). São essas condições específicas que nos permitem apontar a especificidade da teoria marxista da dependência frente a outros enfoques sobre o tema da dependência.

Entre situações e teorias, entre reformistas e marxistas: a variedade de classificações da dependência

A heterogeneidade que caracteriza o surgimento da teoria da dependência explica, ao mesmo tempo, a existência de várias polêmicas e divergências entre os autores. O grande desafio é relacionar o ambiente político-social, onde as ideias foram geradas com os diferentes níveis de análises, de enfoque, de radicalismo político, que tornam extremamente complexo, e até mesmo arbitrário, estabelecer as filiações teóricas dos diversos autores. A não observância da dialética objetivo-subjetiva na produção da dependência tem acarretado nos mais absurdos mal-entendidos entre os interpretantes, divulgadores e debatedores da temática – principalmente entre os autores de língua inglesa. Qual a razão das dificuldades e dos absurdos das classificações dos autores dependentistas? Suas contribuições às ciências sociais seriam tão bizarras ao ponto de aparentar um emaranhado confuso de influências, métodos e conceitos?

O ensaio do chileno Gabriel Palma (1987) – *Dependência e desenvolvimento: uma visão crítica*, publicado em 1973, com nova edição e ampliada em 1981 – é um dos primeiros intentos no estabelecimento de uma classificação dos autores da *Escola*

da Dependência surgida no início de 1960. Mas, ao mesmo tempo, reproduz exatamente as críticas de Cardoso à vertente marxista da dependência. De acordo com Palma, a principal contribuição dessa escola foi

a tentativa de analisar as sociedades da periferia por meio de uma “ciência social integrada”, que persistiu na natureza sociopolítica das relações econômicas de produção. Em essência, este é um enfoque de *economia política* e, portanto, uma tentativa de reviver a tradição clássica que vai até começo do século XX (Palma, 1987: 76).

Segundo Gabriel Palma, apesar de utilizar a análise integrada das ciências sociais para pesquisar a América Latina, a “Escola da Dependência” não é homogênea, sendo possível classificar três enfoques distintos de análise internos a escola.

i. O primeiro enfoque, *a teoria da dependência como teoria do subdesenvolvimento*, iniciada por Frank e continuada na Escola do Centro de Estudos Socioeconômicos da Faculdade de Economia da Universidade do Chile (Ceso) por Dos Santos, Marini, Caputo e Pizarro, com contribuições de cientistas sociais do Centro de Estudos da Realidade Nacional (Ceren) da Universidade Católica como Hinkelammert. A grande característica desse enfoque é a defesa da existência de uma teoria geral da dependência e que o desenvolvimento da periferia dentro do capitalismo é impossível, restando apenas a ruptura com o sistema capitalista como meio de desenvolvimento dos países dependentes (Palma, 1987: 49).

ii. O segundo enfoque, *a “dependência” como nova formulação da análise da Cepal sobre o desenvolvimento da América Latina*, como a própria definição já indica, é parte do esforço de autores associados à instituição para a reformulação das análises do desenvolvimento latino-americano desde uma perspectiva crítica dos obstáculos ao desenvolvimento nacional. São representativos desse esforço os trabalhos de Celso Furtado, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Maria Conceição Tavares. Esses autores “acreditam que existe uma teoria da dependência, afirmam que é possível fazer parte de uma estratégia para o desenvolvimento dos países dependentes” (Palma, 1987: 21).

iii. O último enfoque – *metodologia para a análise de situações concretas de dependência* – é obviamente dedicado ao conjunto da obra de Fernando Henrique Cardoso. Ainda que compartilhe a noção de integração da periferia ao sistema mundial e as relações entre o interno e o externo, esse enfoque apresentaria superioridade frente aos demais

por não desenvolver uma teoria mecânica-formal da dependência, posto que avalia concretamente os elementos internos que viabilizam a forma de integração e de desenvolvimento nos marcos da dependência (Palma, 1987: 71-72).

A obra do também chileno Jorge Larraín (1998), *Theories of development*, tem certa similaridade com as tipologias de enfoque da dependência elencadas por Palma, tanto pelo tipo de classificação, como pela reprodução das críticas de Cardoso. São distinguidos dois grupos principais no interior da temática da dependência.

i. O primeiro grupo é subdividido em *teoria da dependência* representado por Frank e seus continuadores Dos Santos, Marini e Pablo González Casanova; *enfoque do sistema-mundo*, de Immanuel Wallerstein e que inclui também a mudança de orientação teórica de Frank³ para este enfoque; e *intercâmbio desigual* de Arghirri Emmanuel e Samir Amin. Esse grupo propõe uma visão totalizante onde o sistema capitalista integrado é polarizado entre centros e periferias. A incorporação da periferia ao sistema mundial acarretaria em sua exploração pelo centro através dos mecanismos de intercâmbio desigual. A transferência de excedentes da periferia ao centro explicaria o subdesenvolvimento. Assim, essas teorias tendem a ser estagnacionistas e não concebem a possibilidade de um verdadeiro desenvolvimento capitalista. A situação periférica é sinônimo de pobreza e atraso (Larraín, 1998: 114).

ii. O segundo grupo é subdividido em: *estruturalistas* com Pinto, Sunkel e Furtado; *periferias desequilibradas* com Hinkelammert; e *desenvolvimento dependente-associado* com Cardoso e Faletto. Esses autores não concebem a dependência como explicação suficiente para o subdesenvolvimento, mas como situação condicionante, a qual é mediada e alterada pelos efeitos de processos econômicos e sociais internos. Embora aceitem a influência condicionante do sistema capitalista mundial, o foco de suas análises são as questões internas à América Latina, quer dizer, “os obstáculos ou as possibilidades de desenvolvimento são estudadas em relação aos processos internos e as lutas de classes e não somente em relação a fatores externos” (Larraín, 1998: 147). Além do mais, esse conjunto de autores pouca importância concebe ao intercâmbio desigual e às transferências de valor como causa principal do subdesenvolvimento, mesmo que reconheçam sua existência. Esses autores não confundiriam dependência com o necessário subdesenvolvimento.

3. Cristóbal Kay (1989) definiu Frank como um “dependentista de vida curta”. Essa transição da temática da dependência em direção à análise do sistema-mundo é perceptível em *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*, publicado originalmente em 1978, porém reunindo uma série de artigos redigidos entre 1970 e 1976, cujo objetivo era compreender a dinâmica de acumulação mundial e seus impactos em regiões com a África, Ásia e América Latina.

Em *Theories of development in transition. The dependency debate & beyond*, de autoria dos economistas suecos Magnus Blomströn e Bjorn Hettne (1984), os autores têm como objeto de análise a Escola da Dependência, referência que abrange tanto autores defensores de uma teoria da dependência como aqueles defensores do paradigma da dependência. Portanto,

nós devemos usar “escola” pelo que significa um novo grupo de autores que são unidos por uma perspectiva comum, mas que podem não necessariamente concordar em todos os detalhes (Blomströn & Hettne, 1984: 77).

Na referida obra encontramos uma classificação dos autores da “Escola da Dependência” em quatro correntes teóricas.

i. A primeira corrente – *a análise da Cepal radicalizada em Furtado e Sunkel* –, onde os dois economistas suecos, sem romper com o referencial anterior, buscam integrar à análise do subdesenvolvimento fatores sociais internos, como a continuidade da distribuição regressiva de renda, o surgimento de oligarquias e sua associação com o capital internacional (Blomströn & Hettne, 1984: 56).

ii. A segunda corrente – *influências marxistas* – tem como representantes Enzo Faletto e, principalmente, Fernando Henrique Cardoso. É originada do anexo sociológico da Cepal, o Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes), mas suas concepções não emanam diretamente da própria Cepal, podendo ser vista à luz da tradição marxista latino-americana. O enfoque defendido pelos autores são estudos de situações concretas de dependência, sendo recusado explicitamente qualquer estatuto teórico à temática, além do fato de dependência e desenvolvimento não serem incompatíveis (Blomströn & Hettne, 1984: 61-64).

iii. A terceira corrente – *influências neomarxistas* – concentrada em Dos Santos e Marini é uma mais sofisticada da leitura do marxismo na América Latina, iniciada politicamente por Ernesto Che Guevara e Fidel Castro e, academicamente, por Paul Baran. Merece nota a noção de nova dependência elaborada por Dos Santos e sua defesa do estatuto teórico da dependência como complemento à teoria do imperialismo. Também, as teses de Marini sobre a superexploração do trabalho, do ciclo do capital na economia dependente e do subimperialismo, que para Blomströn e Hettne seria uma versão da tese do subconsumo de Rosa Luxemburgo.

iv. A última corrente – *a teoria da dependência cristalizada* – abrange o conjunto de obras de Frank. Este seria um autor fundamental não somente pelas primeiras análises alternativas às teorias do desenvolvimento na América Latina, mas também pela difusão mundial da noção de dependência e alguns de seus principais conceitos, tornando-os parte do jargão de outros intelectuais e militantes do mundo subdesenvolvido contrários às ideias estabelecidas e ao sistema de dominação (Blomströn & Hettne, 1984: 68-69).

Dentre as tentativas de classificação, aquela estabelecida pelo também chileno Cristóbal Kay (1989) em *Latin American theories of development and underdevelopment* nos parece a mais sofisticada. Nesta obra, Kay se propôs compreender e avaliar as principais correntes⁴ que contribuíram à formação da “Escola Latino-Americana”. Esta escola tinha a preocupação central de

descobrir e iluminar peculiaridades e distinções econômicas, sociais e políticas da América Latina em comparação com aqueles países capitalistas desenvolvidos. Outra grande preocupação era descobrir os mecanismos externos e internos de exploração e dominação com o objetivo de elaborar um padrão de desenvolvimento livre da exploração e opressão (Kay, 1989: 18).

Apesar de os autores da dependência compartilharem alguns pressupostos, existem diferenças significativas entre eles, de modo que duas posições podem ser diferenciadas: a reformista e a marxista. Três aspectos ajudam a distinguir as visões da dependência de marxistas e reformistas.

O primeiro aspecto, e a mais evidente das diferenças, é seu enraizamento em quadros teóricos antagônicos, num caso o marxismo e no outro uma versão modificada da teoria da modernização-desenvolvimentista.

O segundo refere-se ao maior radicalismo dos dependentistas marxistas em relação aos reformistas em suas críticas à teoria econômica convencional e à teoria da modernização. Os marxistas não apenas são mais críticos às posições desenvolvimentistas, como também criticam os dependentistas reformistas por sobrevalorizarem a “dependência externa”.

O terceiro princípio toca às diferenças políticas. Para os dependentistas marxistas, a crise da industrialização de substituição de importações e o aprofundamento das relações de dependência dos países latino-americanos são fortes indícios da natureza conservadora das

4. São analisados o colonialismo interno, a marginalidade e o estruturalismo cepalino, mas o foco da obra é voltado majoritariamente ao enfoque da dependência.

burguesias locais, bem como da incapacidade da aliança nacional-populista de alcançar o desenvolvimento. Frente à crise estrutural latino-americana, as burguesias locais lançam mão de soluções autoritárias para enfrentar o avanço dos movimentos populares. Isso torna clara a escolha política desses países entre o fascismo ou o socialismo. Essa análise da realidade latino-americana aponta a inviabilidade da alternativa política reformista de uma nova aliança populista com intuito de reformar o sistema econômico internacional. Nesse contexto, para os marxistas, apenas a revolução socialista seria uma alternativa capaz de resolver os problemas da dependência e do subdesenvolvimento.

Entretanto, os dependentistas reformistas viam essa concepção como algo utópico (Kay, 1989: 126). Ao final, temos entre os principais autores reformistas da dependência: Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Helio Jaguaribe, Aldo Ferrer e Aníbal Pinto. E dentro do campo marxista da dependência figuram Ruy Mauro Marini, Theotônio Dos Santos, André Gunder Frank, Oscar Braun, Vania Bambirra, Aníbal Quijano, Edelberto Torres-Rivas, Tomás Amadeo Vasconi, Alonso Aguilar e Antonio García (Kay, 1989: 127-128).

Essas classificações mencionadas dos *dependentistas* não são as únicas, mas são representativas para o levantamento de algumas questões importantes, tendo em vista o processo de surgimento e desenvolvimento do enfoque da dependência. Na classificação de Gabriel Palma e Jorge Larraín é notável – e lamentável – a polarização entre as contribuições de André Gunder Frank e Fernando Henrique Cardoso: de um lado temos a centralidade atribuída às obras de André Gunder Frank como representante de toda a vertente associada ao marxismo e plena de limitações, como a inviabilidade do capitalismo na América Latina. De outro, a concordância imediata com a recusa de Fernando Henrique Cardoso ao estatuto teórico da dependência, com base nas análises de situações concretas de dependência, as “limitações” da vertente marxista são reproduções simplistas das críticas externas de Fernando Henrique Cardoso aos autores da vertente marxista da dependência. Além disso, as ideias são apresentadas puramente como debates acadêmicos, perdendo claramente de vista seu entrelaçamento com a realidade e com as disputas políticas ao redor de sua produção.

O intento classificatório de Blomström e Hettne avança substancialmente tanto por debater mais diretamente as contribuições de Frank, Cardoso e Faletto, Marini e Dos Santos, de modo que não reproduz diretamente a polarização entre Frank e Cardoso. Mesmo assim, a inclusão de Cardoso e Faletto na corrente do “marxismo ortodoxo”, justamente pela aceitação mais positiva desses autores sobre o

papel positivo do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, é no mínimo problemática. Não há em *Desenvolvimento e dependência na América Latina* nenhum recurso ao método marxiano, nenhuma utilização das categorias de análise marxistas como imperialismo, mais-valia, exploração, expropriação, acumulação etc. Ao contrário, Cardoso e Faletto focalizam as relações políticas desde uma perspectiva weberiana, quer dizer, como os diferentes grupos dominantes dos países dependentes conseguem ou não influenciar a divisão de poder e, portanto, obter maior margem de manobra no processo de integração dependente ao mercado mundial em relação ao capital estrangeiro. Se, em outros momentos, Cardoso recorre ao marxismo, não o faz para aprimorar ou reparar os limites da obra redigida com Faletto, mas para recusar o estatuto teórico da dependência e/ou desqualificar os autores da vertente marxista.

Ao contrário de seus conterrâneos chilenos Gabriel Palma e Jorge Larraín, formados na Universidade Católica do Chile, Cristóbal Kay formou-se na Universidade do Chile e integrou por um breve período como docente os quadros da Escola do Centro de Estudos Socioeconômicos da Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Isso certamente propiciou uma visão privilegiada das discussões e polêmicas, contribuindo significativamente para a compreensão de cada autor e a demarcação de suas orientações político-teóricas. A delimitação proposta por Kay de dois campos políticos e intelectuais distintos, ainda que não estabeleça todo o itinerário de formação e debate ao redor da temática da dependência, aproxima-se mais de sua realidade histórica, como veremos na próxima seção.

Os eixos geográficos – formação e desconstrução de mitos sobre a gênese da teoria da dependência

Conforme vimos anterior, a teoria da dependência começa a se configurar como corrente entre 1963 e 1967. A sequência de golpes militares no subcontinente cria involuntariamente condições favoráveis para o desenvolvimento da teoria da dependência, já que a dianteira do golpe de Estado no Brasil indica claramente o esgotamento do desenvolvimentismo. A disseminação desse golpismo no Cone Sul coloca intelectuais exilados de vários países em contato, primeiramente no Chile, e posteriormente, no México.

É muito curioso que alguns intérpretes da dependência venham a atribuir a paternidade desta nova corrente ora a Fernando Henrique Cardoso ora a André Gunder Frank. Essas atribuições são problemáticas: teria a teoria da dependência surgido em 1965, quando da publicação de *Capitalism and underdevelopment in Latin America*, de André Gunder Frank, e de *Subdesarrollo y revolución en América Latina*.

de Ruy M. Marini? Ou apenas em 1967, quando *Desenvolvimento e dependência na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto circulou como documento interno do Instituto Latino-Americanano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes)?

Em sua autobiografia, Gunder Frank recusa categoricamente esse tipo de afirmação, afirmando que já em 1963 havia criticado Fernando Henrique Cardoso no VI Congresso da Associação Brasileira de Antropologia, justamente por não ser suficientemente dependentista. Uma segunda informação é de que em 1964, enquanto escrevia seu ensaio *Desenvolvimento do subdesenvolvimento no Chile*, Gunder Frank havia apresentado os rascunhos a Enzo Faletto, de modo que o próprio Fernando Henrique Cardoso teria lido o ensaio antes de redigir seu livro sobre a dependência (Frank, 1991). A questão levantada é que as tentativas de atribuir paternidade a determinados autores, sem levar em consideração o próprio ambiente político-intelectual no qual a corrente surgiu, gera uma série de problemas e falsas atribuições – algo muito recorrente na maioria dos intérpretes, divulgadores e debatedores posteriores, como vimos anteriormente.

Desde suas primeiras manifestações, a *questão da dependência* foi parte de um debate entre vários intelectuais oriundos de diversas correntes políticas, permitindo uma série de enfoques distintos, com níveis maiores e menores de abstração. Assim, a formação da teoria da dependência tem como característica inicial o esforço coletivo de se desprender do referencial desenvolvimentista, como forma de encontrar não apenas uma alternativa teórica, mas também política à crise estrutural do capitalismo latino-americano (Ouriques, 1994). Por isso, me parece muito correto – ou mais acertado – partir da formação de eixos geográficos de desenvolvimento da teoria da dependência. Os três eixos centrais nesse processo de desenvolvimento incluem o Brasil, o Chile e o México.

Não foi acidental que a teoria da dependência tenha seu primeiro eixo de desenvolvimento no Brasil, uma vez que vários dos principais participantes ativos do enfoque são oriundos deste país – Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso, Vânia Bambirra, Theotônio Dos Santos, dentre outros. Também porque entre 1961 e 1964 havia um ambiente político e intelectualmente instigante. Fundado sob o governo do presidente Juscelino Kubitschek, em 1955, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) fornecia as bases intelectuais da ideologia desenvolvimentista no país, contava com grandes intelectuais como: Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes, Ignácio Rangel e Álvaro Vieira Pinto. Essa ideologia desenvolvimentista será debatida nas Faculdades de Filosofia da Universidade de São Paulo e na Faculdade de Economia da Uni-

versidade Federal de Minas Gerais. A fundação da Universidade de Brasília (UnB) em 1962 acabará reunindo alguns intelectuais destacados que se formaram sob a influência do desenvolvimentismo, embora não fossem diretamente ligados a ele (Dos Santos, 1991: 26).

A UnB representa um momento importante não só por sua proposta pedagógica inovadora, mas porque reuniu vários autores do que viria a ser conhecido como teoria da dependência. Os primeiros a chegar, em 1962, foram Theotônio Dos Santos junto de sua esposa, Vânia Bambirra, seguidos por Ruy Mauro Marini, todos integrados ao curso de graduação em ciência política e à pós-graduação em ideologia brasileira. Em 1963, André Gunder Frank é integrado como professor convidado no Departamento de Antropologia (Marini, 2005).

Como parte do objetivo de construir um pensamento próprio sobre o Brasil e sobre a região, Dos Santos, em entrevista concedida a Sadi Dal Rosso⁵, levanta a informação de que Darcy Ribeiro firmou contrato com a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), através de seu instituto subsidiário, o Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes), para que ministrasse um curso trimestral sobre teoria do desenvolvimento. Isso proporcionou maior contato desse grupo de jovens professores com o que havia de mais avançado nas ciências sociais da época. Além desse curso, foi constituído grupo de estudos sobre *O Capital* formado por Teothônio Dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Perseu Abramo e José Albertino Rodrigues (Dos Santos, 2013: 4-5).

A presença de André Gunder Frank tem importância significativa, dado seu contato com grupo da revista marxista norte-americana *Monthly Review*, dirigida por Paul Baran, Leo Huberman e Paul Sweezy. Mas também por sua formação na Escola de Chicago, o que permitiu que ministrasse um seminário sobre o pensamento estrutural-funcionalista na sociologia, antropologia e economia norte-americana (Dos Santos, 2013: 4-5). Quando de sua chegada à UnB, Gunder Frank já havia começado sua ruptura com a Escola de Chicago, principalmente pela percepção da aversão que o grupo de Chicago tinha à teoria do desenvolvimento, mas também influenciado pelo estágio de pesquisa no Centro de Pesquisa de Bert Hoselitz em desenvolvimento econômico e mudança cultural, suas atividades no Banco Mundial, o impacto causado pela Revolução Cubana e sua breve passagem pelo México, em 1962 (Frank, 1991).

De acordo com Ruy Mauro Marini, ainda que Gunder Frank já apresentasse um pensamento inquieto e original, foi somente na UnB que absorveu os novos elementos teóricos que surgiam na nova esquerda revolucionária brasileira, mais especifica-

5. Com o apoio da Comissão UnB 50 anos – História e Futuro, Sadi Dal Rosso, professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, no intuito de resgatar a importância das ciências sociais da UnB, entrevistou Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

6. Talvez isso seja verdade para *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, obra que foi concebida como documento de discussão interna no Ilpes.

mente, na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), os quais levariam ao amadurecimento de suas teses. Dois ensaios são importantíssimos para essa mudança de rumo: *O capitalismo e o mito do feudalismo na agricultura brasileira*, mas também a *Sociologia do desenvolvimento e o subdesenvolvimento da sociologia*, ambos redigidos durante sua estada na UnB, influenciados pela nova esquerda e reunidos em *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, publicado originalmente em inglês, em 1965. Esse livro é um dos marcos do que viria a ser conhecido como teoria da dependência (Marini, 2005: 66). A assertiva de Marini contraria as interpretações correntes que colocam a teoria da dependência meramente como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da Cepal⁶. Ainda de acordo com o sociólogo brasileiro, as raízes da vertente marxista da teoria da dependência estão “nas concepções” que a “nova esquerda” – particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru – elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas” (Marini, 2005: 66). A Cepal só se converteria em alvo no momento em que os comunistas passaram a apoiar as teses desenvolvimentistas para sustentar sua estratégia etapista da revolução. Vânia Bambirra também defende o papel da ORM-Polop para a conformação de uma visão alternativa, posto que na

Política Operária tratou-se de desenvolver estas teses na busca de uma fundamentação mais sólida para contrarrestar os argumentos que defendiam a aliança de classes preconizada pelo Partido Comunista e que havia sido levada à prática no governo de Goulart (Bambirra, 1983: 21).

O começo da formação da teoria da dependência no Brasil decorre do fato de que este foi o primeiro país cuja crise do desenvolvimentismo se apresentou com maior profundidade, levando à ruptura do regime democrático e à instauração da ditadura militar como novo modelo de dominação burguesa.

Vários intelectuais compreenderam que não se tratava de um episódio mais da vida brasileira, senão de tendências que se veriam confirmadas em outros países (Ouriques, 1994: 181).

O segundo eixo geográfico comprehende Santiago do Chile, entre 1965 e 1973, sendo considerado o local com melhores condições de amadurecimento do debate sobre a dependência. As condições políticas criadas pelo período prévio à vitória do governo da Unidade Popular (UP), a experiência de pesquisa da sede da Cepal, em Santiago, e seu organismo Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (Ilpes) e a reunião no Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) da Universidade do Chile de importantes pesquisadores provenientes de toda a Amé-

rica Latina, e, em menor parte, o Centro de Estudos da Realidade Nacional (Ceren) formaram o ambiente para ricas discussões e reflexões sobre a temática, chegando mesmo a influenciar alguns governos populares – como o de Salvador Allende, no Chile, e de Juan Velasco Alvarado, no Peru (Blömstron & Hettne, 1984: 91).

O Ceso atraiu e aglutinou muitos dos intelectuais que participaram ativamente do debate: Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Tomás A. Vasconi, André Gunder Frank, Marta Harnecker, Júlio López, Roberto Pizarro, Orlando Caputo, Cristián Sepúlveda, Jaime Torres, Marco Aurélio Garcia, Álvaro Briones, Guillermo Labarca, Antonio Sanchez, Cristóbal Kay, Jaime Osorio e Emir Sader (Ouriques, 1994). Grande parte da intelectualidade de esquerda latino-americana, europeia e norte-americana passou pelo Ceso ministrando palestras, conferências, mesas-redondas e seminários. Mas o segredo da intensa vida intelectual que caracterizou o centro e que consistiu na fonte real de seu prestígio foi a prática interna permanente de diálogo e discussão, institucionalizada nos seminários e continuada nas relações pessoais, que tinham por base o companheirismo e o respeito mútuo (Marini, 2005: 88). Com a vitória da Unidade Popular, o Ceso acaba sendo “esvaziado” de intelectuais chilenos pelas exigências de atividades e participação no governo. Isso fez com que praticamente os postos fossem ocupados pelos exilados e estrangeiros. Assim, a principal orientação do Ceso – sob a direção de Theotônio dos Santos – foi a elaboração de trabalhos e debates mais teóricos, com o objetivo de servir de base ao processo da Unidade Popular, mas também para toda a periferia mundial.

O golpe de Estado que assassinou Salvador Allende e rompeu com o regime democrático representou não apenas a derrota política da Unidade Popular e da via chilena ao socialismo, mas também representou em parte a *derrota política da vertente marxista da dependência*, o que replicará em certo refluxo de alguns intelectuais frente ao pessimismo e à repressão no subcontinente. O aparente abandono e a recusa às teorias e às políticas associadas ao enfoque da dependência foram impostos por oponentes muito mais poderosos. Por parte tanto do general Castelo Branco como do general Augusto Pinochet, os autores vinculados à teoria marxista da dependência foram o principal alvo da repressão e da censura⁷. A derrota política no Chile não carregou consigo apenas a teoria marxista da dependência, mas também as teorias cepalinas do desenvolvimento. Aquele país foi convertido no primeiro laboratório latino-americano de aplicação do receituário neoliberal. Assim, nas décadas seguintes, os projetos políticos nacionais na região, fossem reformistas ou marxistas, foram substituídos pelo monetarismo e liberalismo econômico (Frank, 1991).

7. O ataque contra Marini, Bambirra e Dos Santos começa no Brasil, quando, ainda em 1964, os três são obrigados ao refúgio na ilegalidade, de modo que, em 1964, Marini foi mantido preso no Centro de Informações da Marinha (Cenimar), no Rio de Janeiro, por cerca de dois meses. No Chile, a casa onde viviam Dos Santos e Bambirra, logo depois do golpe de Estado foi confiscada e transformada em centro de tortura, atualmente demolida e transformada em memorial.

8. Não há espaço para reproduzir tais polêmicas daquele momento, mas duas com objetivos distintos merecem destaque: a primeira, *As desventuras de dialética da dependência*, com tonalidades falsificadoras e desonestas lançadas por José Serra e Fernando H. Cardoso contra a *Dialética da dependência*, de Ruy Mauro Marini, tinha por objetivo desqualificar este último, reduzindo a categoria de supereexploração do trabalho à perpetuação do mais-valor absoluto na periferia; a segunda, *Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia*, travada por Augustín Cuevas e direcionada ao conjunto de autores – Frank, Bambirra, Dos Santos, Marini, Cardoso – tinha o intuito de avançar na compreensão teórica do desenvolvimento capitalista latino-americano.

O último eixo é o México, entre 1973 e 1978, onde já existia uma tradição latino-americanista considerável e cuja situação favorável ao debate foi de certo modo reproduzida com maior infraestrutura material e intelectual, e também com uma maior concentração de exilados, que seriam aproveitados pela importante tradição latino-americanista do país. A maioria desses intelectuais será reunida na Universidade Autônoma do México (Unam), donde teremos o último grande impulso e “decantação” dos autores ligados ao dependentismo. O eixo mexicano marca não apenas o trânsito definitivo da temática da dependência ao marxismo, mas também o início de polêmicas nem sempre honestas sobre o alcance teórico e metodológico da corrente⁸.

O Centro de Informação, Documentação e Análise do Movimento Operário (Cidam), fundado por Marini, em 1977, com apoio de Cláudio Colombani, e sob sua direção até 1982, foi outra instituição importante de continuação do debate sobre a dependência. Porém, voltado a análises de conjuntura e aos processos políticos que ocorriam na América Latina e no mundo. Na Unam começa a ser formada a segunda geração de autores dependentistas: Jaime Osorio, Adrián Sotelo Valência, Reinaldo Carcanholo, Nilson Araújo de Souza, Nildo Ouriques, Raquel Sosa, Andrés Barreda, Ana Ester Ceceña, Luis Hernández Palacios, Antonio Murga e Alberto Spagnolo (Frank, 1991: 112-114).

Enfoque ou teoria da dependência?

Ao comparar a trajetória dos eixos de formação do debate sobre a dependência e os esquemas de classificação das contribuições à temática, sobressai o elemento político-ideológico polarizado dos debates. Nesse sentido, é perceptível nos esquemas de classificação das contribuições sobre a dependência, mesmo quando captam o processo de formação e as peculiaridades dos vários autores, a dificuldade em situá-la como teoria, como sistema explicativo complexo mediado por conceitos e categorias. Assim, é muito comum encontrarmos referências à dependência como *noção, enfoque, paradigma, escola, perspectiva, situação e não como teoria*. Essa questão nos obriga a retornar à significação da apropriação da categoria dependência pelo marxismo latino-americano, sobretudo nas obras de Ruy Mauro Marini. Não há espaço para retomar as principais críticas ao *estatuto teórico da dependência*, mas é interessante reproduzir a recusa de Fernando Henrique Cardoso sobre a natureza teórica da dependência:

[...] eu não penso que a categoria [...] de dependência possua o mesmo *status teórico* das categorias centrais da teoria do capitalismo. A razão para isso é óbvia: não se pode pensar na depen-

dência sem os conceitos de mais-valia, expropriação, acumulação etc. A ideia de dependência se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo (Cardoso, 1979: 378).

É curioso o fato de Fernando Henrique Cardoso redigir essas linhas justamente voltando suas críticas a Gunder Frank, Theotônio Dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, que defendiam o *status* teórico da dependência. Deste modo, Cardoso, inconscientemente, não apenas corrobora as teses do alvo da crítica, como aponta o elemento fundamental para conferir seu estatuto: a definição da dependência no interior do campo da teoria marxista.

De acordo com Theotônio dos Santos, considerar a dependência como condição que configura certo tipo de estruturas internas, significa tomar o desenvolvimento como fenômeno histórico mundial. Portanto, essa perspectiva implica a necessidade de integrar numa só história a expansão tanto dos países desenvolvidos como dos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, o estudo do desenvolvimento capitalista nos países capitalistas centrais deu origem às teorias do colonialismo e do imperialismo, de modo que o estudo do desenvolvimento capitalista na América Latina tem de abrir passo à teoria da dependência. Dos Santos tece uma crítica *positiva* às teorias marxistas do imperialismo, uma vez que Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Nikolai Bukhárin e Vladmir Ilich Lenin enfocaram a questão do imperialismo desde o ponto de vista dos países centrais, suas referências aos países dependentes são insuficientes e marginais. O autor defende o estatuto teórico da dependência situando-a no quadro global da teoria do imperialismo, mas buscando estabelecer a legalidade específica dentro do processo global de desenvolvimento capitalista. Assim, a compreensão da dependência em seus conceitos e especificidade significa não só ampliar a teoria do imperialismo, senão também contribuir para sua melhoria e reformulação (Dos Santos, 2011: 357). O esforço de Dos Santos em defender o estatuto teórico da dependência destaca a relação de reciprocidade dialética entre imperialismo e dependência, pensando-os como *unidade histórica mundializada*, mas confere à teoria marxista da dependência natureza subordinada e reflexiva à teoria marxista do imperialismo. Não fica clara a relação específica da dependência com o método da economia política, de como determinar sua legalidade específica, de maneira que seus conceitos aparentam ser puros desdobramentos da teoria marxista do imperialismo.

O filósofo argentino Enrique Dussel (2012) recusa a autonomia do estatuto teórico da dependência através de um argumento semelhante ao de Fernando Henrique Cardoso, posto que se trata de tematizar a *questão da dependência*, tal como se menciona a questão nacional, a questão colonial no interior do marxismo. Em seus

comentários aos *Grundrisse*, Dussel considera que a questão da dependência pode atravessar a totalidade do discurso de Marx. Isso porque

todo o discurso de Marx pode ser desenvolvido levando em conta a relação mutuamente constituinte [...] do “capital central desenvolvido” com o “capital periférico subdesenvolvido” (Dussel, 2012: 351).

Existe grande mérito no intento de Dussel de alcançar – mediante o método de exposição elaborado por Marx nos *Grundrisse* – a questão da dependência, apontando coerentemente que o mercado mundial “é o horizonte concreto e imediato para colocar a ‘questão da dependência’” (Dussel, 2012: 353). Todavia, mesmo ao desenvolver um discurso a partir das categorias contidas em Marx, Dussel regredie em uma série de questões, como, por exemplo, remeter a dependência ao sistema colonial, considerar a categoria superexploração como modalidade de mais-valia absoluta, não apontar a reciprocidade entre produção e circulação capitalista e manter-se num elevado nível de abstração.

Para avançar a assertiva de Dussel – e da própria viabilidade da teoria marxista da dependência – é importante comparar brevemente o método da economia política com o plano inicial de redação de *O Capital* de 1857. Este plano foi dividido em seis “livros”: o primeiro sobre o capital em geral; o segundo, sobre a propriedade da terra; o terceiro, sobre o trabalho assalariado; o quarto, uma síntese da sociedade burguesa na forma do Estado; o quinto, sobre o comércio exterior dos Estados; e o sexto sobre o mercado mundial e as crises. Uma vez que “o plano original foi concebido como um processo de síntese, efetuando repetidamente a ‘passagem do abstrato ao concreto’” (Rosdolsky, 2001: 40), notamos que a investigação marxiana parte de categorias gerais (valor de troca, dinheiro, preço), para chegar, através da análise do processo de produção – das categorias do capital, da propriedade da terra e do trabalho assalariado – à síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Porém, essa sociedade burguesa e sua forma correlata de Estado não são as últimas concretizações. Pois a economia nacional deve também ser concebida em suas relações com o exterior, com outras nações capitalistas e não capitalistas, assim, como parte de um todo mais amplo, se comprehende o conjunto de países e suas relações. Só então chegamos à categoria do mercado mundial e da economia mundial como uma totalidade com múltiplas determinações e relações (Rosdolsky, 2001).

A partir do exposto acima, seria inteiramente coerente pensar a dependência a partir do método marxiano, valendo-se da mesma ordem expositiva, das mesmas categorias ampliadas, desenvolvidas, mais complexas e concretas. Um dos princi-

país problemas relativos ao marxismo latino-americano, desde o fim da hegemonia stalinista na região, foi a dificuldade em elaborar uma economia política da dependência. Apenas a partir dela se poderia gestar a compreensão da legalidade vigente na produção e reprodução do capitalismo latino-americano. E foi justamente em *Dialética da dependência*, de Ruy Mauro Marini, quando mais se avançou na formulação de uma teoria marxista da dependência (Osório, 2004: 138).

De acordo com Marini, a dependência

é uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (Marini, 2008: 111).

Desta maneira, a formação do capitalismo dependente só pode ser entendida “em função da acumulação de capital em escala mundial e em particular de seu impulso vital, a taxa geral de lucro” (Marini, 2008a: 154). A exportação latino-americana de alimentos e matérias-primas se realiza na esteira da revolução industrial europeia e coadjuva – sem determinar absolutamente – a queda do capital variável, necessária à elevação da produtividade sobre a base do capital constante. A inserção dependente ao mercado mundial contribuiu tanto a contrabalançar a queda da taxa de lucro, como a transição plena à mais-valia relativa ao baratear os custos de reposição da força de trabalho. A própria estrutura da divisão internacional do trabalho estabelece uma relação de intercâmbio desigual entre o comércio dos países latino-americanos, intensivos em força de trabalho, com as economias industriais, que monopolizam essa produção e sua tecnologia relativa. No circuito mundial do capital são comparados tempos de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias com distintas magnitudes, efetivando a transferência de valores dos países dependentes aos países centrais por meio do sistema de preços com referência no valor.

Incapazes de impedir o funcionamento da lei do valor em nível internacional, o capital latino-americano lança mão de um recurso de superexploração da força de trabalho⁹, focando o processo de produção capitalista não exatamente na ampliação da taxa de lucro, mas sim pela apropriação de parte do fundo de consumo do capital variável. Duas questões levam o desenvolvimento do capitalismo dependente a apoiar-se permanentemente na superexploração: o contingente de superpopulação relativa e a especificidade do ciclo do capital no momento da integração ao mercado mundial. Existe no giro do primeiro anel da dependência uma ruptura entre as esferas da produção e da circulação. Ainda que no momento em que a economia dependente desenvolve sua indústria e, assim, demanda seu próprio circuito do ca-

9. “A superexploração se define muito mais pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real” (Marini, 2008a: 158).

pital, o recurso permanente à superexploração do trabalho reproduz internamente o divórcio entre a realização da produção industrial e as necessidades das amplas maiorias da população. Essa ordem de exposição leva Ruy Mauro Marini à afirmação de que “o fundamento da dependência é a superexploração” (Marini, 2008a: 163), uma vez que essa categoria explica a forma fundamental de produção de capital e o porquê da ruptura do ciclo do capital, reproduzindo um capitalismo prenhe de contradições.

O ponto nodal da obra de Ruy Mauro Marini é a assertiva de que superexploração do trabalho é o fundamento da dependência. “A superexploração aponta uma modalidade de acumulação onde de maneira estrutural e recorrente é violado o valor da força de trabalho” (Osório, 2004: 90). Mas por não aparecer expressamente em *O Capital*, a categoria superexploração causa reticências e grande estranheza entre os críticos. Isso não significa que Marx desconsiderasse a possibilidade da violação do valor da força do trabalho no sistema capitalista, mas o nível de abstração da redação de *O Capital* exigia determinar a essência das relações sociais da sociedade burguesa.

No caso de *Dialética da dependência*, o ponto de partida de Ruy Mauro Marini para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo latino-americano não pode ser exclusivamente o processo de produção de capital. Foi justamente esse tipo de ponto de partida que identifica capital dependente e capital central com o “capital em geral” que levou vários intelectuais considerar o capitalismo latino-americano ora como insuficientemente desenvolvido, ora como deformação (Marini, 2008: 108). Ainda que o conceito de “capital em geral” traga a essência comum a todos os capitais, a capacidade do capital de ser um valor que “gera mais-valor”, apropriação de mais-valor no processo capitalista de produção pela relação com o trabalho assalariado, não seria exato identificar nem o capital dos países centrais e nem o capital dos países dependentes como o *capital em geral*, devido a especificidade do desenvolvimento histórico em cada uma das regiões. Portanto, para captar a essência do capitalismo *sui generis*, o ponto de partida de Marini coincide com a perspectiva aberta pelo projeto – incompleto – de Marx, ou seja, o *mercado mundial*.

Tem-se então como ponto de partida a circulação do capital no mercado mundial, com foco na tendência à queda da taxa de lucro nas economias industriais. Em seguida, considera-se a reciprocidade dialética entre circulação e produção, voltando-se, portanto, para o impacto gestado pela operação das leis do intercâmbio internacional sobre a organização interna do trabalho nos países dependentes. Finalmente, é recolocado o problema da circulação, mas desde a perspectiva lati-

no-americana, com maior nível de concretude. Percebe-se que a ordem de exposição de Marini reconstitui a realidade como ordem abstrata, quer dizer, resultante da própria realidade latino-americana e não como sucessões de fatos – colonização, independência, industrialização, capitalismo – mas como concreto pensado mediado por categorias como circuito do capital, intercâmbio desigual e superexploração, que supõem categorias mais simples e gerais como valor, trabalho, consumo e preço.

Ainda que as bases da teoria marxista da dependência e as leis do desenvolvimento capitalista dependente tenham sido lançadas por Ruy Mauro Marini – e, de certo modo, por autores como Vânia Bambirra e Theotônio Dos Santos – não seria exato, com base no método marxiano, delimitá-las como estabelecidas de uma vez por todas. Como apropriação do “concreto real” e sua conversão em “concreto pensado” mediado por categorias mais simples em direção às mais complexas, toda fixidez da análise da dinâmica do capitalismo é *relativa* e jamais *absoluta*. Nesse sentido, tem toda razão Nildo Ouriques (1994: 195-197) ao considerar que, embora Marini tenha sido o autor que mais avançou na superação do viés desenvolvimentista e na elaboração de uma economia política da dependência, seria equivocado tomar o conjunto de sua obra como sistema teórico fechado. A própria dinâmica de desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, seus imperativos de expansão e suas contradições intrínsecas exigem sempre a reavaliação de suas contradições; relacionando diretamente com a compreensão das condições objetivas, a limitação da teoria marxista da dependência aos aportes de Marini, Dos Santos, Bambirra e Frank – ainda que fundamentais – tenderiam a engessar a estratégia e a tática da revolução latino-americana ao perder os movimentos do capital. Nesse sentido, a teoria marxista da dependência é uma tarefa em aberto para aqueles envolvidos em sua atualização.

Considerações finais

Buscamos no presente artigo apresentar a complexidade e a variedade da formação e do desenvolvimento da teoria marxista da dependência. Como visto, esse processo ocorreu por meio de um intenso debate, apresentando a princípio certo descompasso entre seu desenvolvimento político em relação a seu desenvolvimento teórico. Isso implicou, evidentemente, em arbitrariedades nos esforços posteriores de reconstrução da formação do debate *dependentista* e ainda mais na classificação teórico-política dos autores. A própria noção de *dependentismo*, mesmo que facilite a compreensão de delimitar a preocupação dos vários intelectuais em delinear o desenvolvimento do capitalismo dependente, não é uma definição tão adequada. Mesmo que muitos autores partissem de questões se-

melhantes, consideramos que a publicação de *Dialética da dependência* e o trânsito da temática ao marxismo, conferiu maior clareza na relação com o método marxiano, provocando seu abandono por autores de outras vertentes. Ao final, se as bases da legalidade da dinâmica específica do capitalismo dependente foram lançadas por Ruy Mauro Marini, e de certo modo, por Vânia Bambirra e Theotônio Dos Santos, as transformações do sistema capitalista mundial recentes exigem sua atualização sob o risco de engessamento de uma corrente que, mesmo se atrativa, passa longe de ser hegemônica nas ciências sociais.

Referências

- BAMBIRRA, Vânia. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1985.
- . *Teoría de la Dependencia: una anticrítica*. Ciudad de México: Era, 1983.
- BLÖMSTROM, Magnus; HETTNE, Bjorn. *Development theory in transition. The dependency debate and beyond: third world responses*. London: Zed Books, 1984.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência. In: SERRA, José. (Org.). *América Latina – ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- DOS SANTOS, Theotônio. Teoria da dependência. Lugar e papel das ciências sociais da UnB. Brasília. Entrevista concedida a Sadi Dal Rosso em 18 de outubro de 2013.
- . *Imperialismo y Dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.
- DUSSEL, Enrique. *A produção teórica de Marx. Um comentário aos Grundrisse*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FRANK, André Gunder. *El desarrollo del subdesarrollo: un ensayo autobiográfico*. Caracas: Nueva Sociedad, 1991.
- KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.
- LARRAIN, Jorge. *Theories of development. Capitalism, colonialism and dependency*. Oxford: Polity Press, 1998.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre; Clasico, 2008.

———. Em torno de la dialéctica de la dependencia. In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Siglo del Hombre; Clasco, 2008a.

———. Memória. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). *Ruy Mau-
ro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

———. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependen-
cia*. México: Miguel Ángel Porrúa, 2004.

OURIQUES, Nildo. Hacia una teoría marxista de la dependencia. In: MARINI, R. M.;
MILLÁN, M. (Orgs.). *La teoría social latinoamericana*, t. II. Ciudad de México: El
Caballito, 1994.

PALMA, Gabriel. Dependencia y desarrollo: una visión crítica. In: SEERS, D. (Org.).
La teoría de la dependencia: una revaluación crítica. Ciudad de México: Fondo de
Cultura Económica, 1987.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Marx*. Rio de Janeiro: Con-
traponto, 2001.



Aula magna

Abordagem psicossociológica sobre ameaças e seus usos sociais*

Recebido: 13.04.18
Aprovado: 03.08.18

Denise Jodelet**

Apresentação

Este texto apresenta alguns conjuntos de questões sobre um novo domínio de pesquisa, a respeito do qual a psicologia social e as ciências sociais começam a se debruçar: as ameaças sociais. Tive o prazer de iniciar reflexões sobre esse tema em dois colóquios. O primeiro ocorrido, há três anos, na Universidade Paris V (René Descartes), cujas atas acabam de ser publicadas (Caillaud *et alii*, 2017). Organizei o segundo, na Fondation Maison des Sciences de l'Homme de Paris, com meus colegas Ewa Drozda Sendovska, da Universidade de Paris V, e Jorge Vala, da Universidade de Lisboa. Esse colóquio interdisciplinar reuniu outros psicólogos sociais e participantes proveniente das áreas de sociologia, antropologia, economia, biologia e ecologia.

O surgimento de uma nova área de estudo: as ameaças

“Ameaça” é uma palavra que aparece de tempos em tempos no espaço social e midiático. Atualmente, refere-se a fenômenos que envolvem as vulnerabilidades sociais e um acúmulo de eventos perturbadores, suscetíveis de provocar um sentimento de derrocada. Assim, agora, a ameaça deve ser considerada como uma categoria diferente da categoria de risco, à qual, muitas vezes, foi associada. Uma categoria em que a proporção de ansiedade e imaginação favorece as projeções apocalípticas e as sobreposições, contribuindo assim para a criação de um espaço para as reflexões sobre a história desses fenômenos.

Mas, enquanto os trabalhos sobre riscos em diferentes áreas (saúde, meio ambiente, política etc.) são agora domínios correntes para uma discussão sobre sua repercução no plano individual e coletivo, bem como os procedimentos de precaução e prevenção – cuja defesa, às vezes, é questionada por causa dos efeitos que podem impactar sobre o público e as instituições (Breakwell, 2010) –, os trabalhos relativos às ameaças são bem menos numerosos.

* Conferência magna de abertura do segundo semestre letivo do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (SOL/UnB), ocorrida em 30 de agosto de 2017. Título original: *Approche psychosociologique des menaces et de leurs usages sociaux*.

Tradução de Tânia Mara Campos de Almeida, professora adjunta do (SOL/UnB).

** Denise Jodelet é diretora de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociale (Ehess), Paris, França, aposentada. É presidente da Rede Mundial Serge Moscovici, Fondation Maison des Sciences de l'Homme, Paris, França.

Esse tema foi proposto a um grupo de pesquisadores – do qual faço parte –, que se dedica a aprofundar essa categoria, que hoje constitui uma categoria de uso corrente, mas cujas dimensões são ao mesmo tempo psicológicas, sociais, religiosas e políticas, bem como demandam uma abordagem transdisciplinar para o estudo dos domínios fundamentais da vida. Diversos trabalhos em psicologia social e cognitiva abordaram principalmente as relações interpessoais e intergrupais.

Tentarei mostrar que a abordagem das representações sociais pode contribuir para essa área de pesquisa, apoiando-me em minha experiência de pesquisa, na qual está presente a questão do risco, do perigo e da ameaça. Os campos relativos a esses estudos afetaram várias áreas:

- i. na psicologia ambiental*, com a gestão dos riscos ambientais, abordados mediante as representações institucionais, as tomadas de posição na esfera individual ou comunitária, os efeitos das mensagens políticas e midiáticas (Jodelet, 1996; 1998; 2001; Jodelet & Scipion, 1992);
- ii. na psicologia da saúde*, onde encontrei as ameaças associadas à presença da loucura no espaço social, ao contágio da doença mental ou das doenças transmissíveis – notadamente a Aids – ou aquelas que subjazem à estigmatização das pessoas com transtornos psíquicos (Jodelet, 1989, 2011b; Jodelet & Monforte, 1994); e
- iii. na psicologia social*, com o estudo das formas do medo e dos efeitos de sua manipulação política, ou aquela que a remete à alteridade e à construção dos perigos que ela apresenta (Jodelet, 1996, 2005, 2011a, 2015a).

A partir de minha experiência, de um lado, e com base nessas aquisições indiretamente relacionadas à questão da ameaça, de outro, tentarei formular algumas interrogações que assumirão, às vezes, a forma de provocação à reflexão e de convite para a ampliação e estruturação do campo de estudo das ameaças, que inclui os diversos setores das ciências humanas e sociais. As poucas reflexões que proponho partem das contribuições de uma corrente disciplinar – o estudo das representações sociais –, que situo como ponto central das ciências sociais.

Essa corrente de estudo aborda a forma como as pessoas comuns, as cultas e as estudiosas pensam a sua realidade cotidiana, elaboram a sua visão, o seu conhecimento, a sua interpretação do mundo, no âmbito das quais operam. Esse pensamento eminentemente social é construído a partir da experiência e de suas comunicações. Às vezes, o pensamento é construído sob o estatuto dos constrangimentos sociais,

às vezes, em contraposição às imposições decorrentes do quadro da atividade, seja ele institucional, social, simbólico ou material. Neste pensamento social, reúnem-se os conhecimentos assimilados a partir da transmissão educacional, os saberes construídos sob a influência da posição social, do pertencimento cultural, da integração nos espaços de vida e ação, das conjunturas históricas, dos fluxos de informações, dos bombardeios midiáticos, a propósito dos quais Laplantine evoca o “prazer” das “grandes notícias catastróficas”.

O jogo desta inscrição social, mesmo ideológica, na produção de representações também se aplica a produções tecnológicas e científicas. Basta observar o perfil dos debates que agitam a avaliação das contribuições científicas e das formulações que os ensaios da filosofia social propõem para pensar a modernidade e a pós-modernidade. Voltarei sobre o tema.

Por ora, gostaria de expor um certo número de pontos para esclarecer a noção de ameaça. Minha proposta é esboçar uma abordagem sobre a forma pela qual é realizado no espaço público o emprego da noção de ameaça em narrativas, em representações que circulam nas comunicações e nas trocas sociais diárias, em debates que animam as esferas científicas, políticas, midiáticas, bem como suas implicações e consequências para a vida social.

Isso supõe esclarecer as acepções da noção de ameaça e seu posicionamento em relação a outros termos aos quais ela foi associada. Ao realizá-lo, será possível identificar as dimensões subjacentes, o mal e o medo que dão referência aos seus tons, participando das ansiedades contemporâneas, e será possível esboçar o quadro de uma análise destinada a identificar os fenômenos e os processos que a ameaça coloca em jogo.

Desenvolvimento das referências da noção de ameaça

Ao considerar a sucessão de textos sobre os riscos que envolvem a ecologia, as ciências e as técnicas, as ciências sociais, as mídias, as produções fictícias, quer sejam literárias ou cinematográficas, há uma evolução no uso da noção de ameaça. No início, utilizada simplesmente como anúncio de um possível perigo, a ameaça teve uma apropriação mais pronunciada e específica a partir do fim dos anos 1990, com o reconhecimento da gravidade e da amplitude dos problemas ambientais e sanitários e com o surgimento do terrorismo, apelando para elaborações de sentido mais discreto e sutil. Atualmente, a ameaça remete, insidiosamente, a um estado de catástrofe, resultando em uma visão do presente e do futuro cataclísmico, quase

“apocalíptico”, à qual são associados termos que suscitam ansiedade (Boy, 1999; Clavandier, 2004).

A título de exemplo, citarei um caso francês, aquele de um dossier publicado pelo *Le Magazine Littéraire* (2015), antecipando a realização da “Cop-21”. Este exemplo é interessante por um duplo sentido.

Por um lado, é observada – a partir dos principais textos éticos de autoria de Bertrand Russel, Karl Jaspers, Gunther Anders, Jonathan Schell, Hans Jonas, Edgar Morin etc., todos inspirados pela bomba atômica – a existência de títulos de obras que, desde os anos 2000, têm um tom trágico, catastrófico em relação ao destino dos homens. Aqui estão alguns dos títulos:

- ❑ Jared Diamond. *Effondrement. Comment les sociétés décident de leur disparition ou de leur survie* (Derrocada: como as sociedades decidem sobre o seu desaparecimento ou a sua sobrevivência). Collection “Essais”. Paris: Folio, 2005.
- ❑ François Walter. *Catastrophes. Une histoire culturelle – XVI^{ème}-XXI^{ème} siècles* (Catástrofe. Uma história cultural – séculos XVI-XXI). Paris: Les Éditions du Seuil, 2008.
- ❑ Jean-Noël Lafargue. *Les fins du monde. De l'Antiquité à nos jours* (Os fins do mundo. Da Antiguidade aos dias atuais). Paris: Bourin François Éditeurs, 2012.
- ❑ Gunther Sanders. *L'obsolescence de l'homme* (A obsolescência do homem). Paris: Les Éditions Fario, 2012.
- ❑ Raphaël Stevens & Pablo Servigne. *Comment tout peut s'effondrer. Petit manuel de collapsologie à l'usage des générations présentes* (Como tudo pode desmoronar. Pequeno manual de colapsologia para a utilização das gerações presentes). Paris: Les Éditions du Seuil, 2014.
- ❑ Hicham-Stéphane Afeissa. *La fin du monde et de l'humanité. Essai de généalogie du discours écologique* (O fim do mundo e da humanidade. Ensaio de genealogia do discurso ecológico). Paris: Presses Universitaires de France, 2014.
- ❑ Elisabeth Kolbert. *La sixième extinction* (A sexta extinção). Paris: Vuibert, 2015.

- Jean-Paul Engélis & Raphaëlle Guidée. *Utopie et catastrophe. Revers et renaissance de l'utopie.* (Utopia e catástrofe. Reverso e renascimento da utopia). Rennes (FR): Presses Universitaires de Rennes, 2015.

Por outro lado, esse quadro ilustra bem como os meios de comunicação moldam uma visão que, muitas vezes deletéria, provavelmente influenciará as posições do público, reforçando seus sentimentos ansiogênicos, sua suspeita frente às políticas públicas e suas demandas de proteção. Em comparação com uma desvalorização da ciência, essa visão também favorece a realização de discursos políticos que empregam a noção de ameaça para mobilizar a atenção e forjar uma visão que afeta a vida em seu conjunto, o que tentarei mostrar na sequência, sem antes examinar as dimensões com as quais justamente é possível abordar a noção de ameaça.

Sobre algumas acepções da noção de ameaça

A noção de ameaça está geralmente associada a outros termos: risco, perigo, incômodo, aborrecimento, estresse, medo, pavor, terror, susto. Essa associação contribuiu para obscurecer seu significado, pois esses termos não se referem a fenômenos ou a processos da mesma ordem. Risco e perigo referem-se a uma exterioridade ao sujeito que a experimenta, real ou imaginária, mesmo que seja o sujeito ele mesmo que os provoque por sua conduta, como é, por exemplo, o caso do tabagismo, a prática de esportes radicais ou o desrespeito às prescrições médicas. Estresse, medo, pavor etc. designam um estado, um sentimento que o sujeito experimenta quando confrontado com algum risco ou perigo.

Os trabalhos sobre risco observam em suas análises essa distinção, sem contudo elucidar o *status* da ameaça. Mas essa situação modificou-se. Em decorrência da colaboração manifesta entre os órgãos de pesquisa e os de gestão, a modelagem de risco fornece os meios para uma abordagem transversal dos diferentes domínios em que são observados e estudados: saúde, meio ambiente, finanças, segurança, trabalho, sociedade, criminalidade, delinquência, guerra, terrorismo etc.; embora, no que diz respeito às ameaças, tem parecido difícil seguir essa mesma trajetória, e isso devido a diferentes razões.

A existência de deslizes semânticos, que identificam o termo ameaça com outros como risco, perigo, pavor, incômodo, estresse, medo etc., levou justamente o termo a perder qualquer especificidade em favor de um papel de noção “guarda-chu-

va" ou de metáfora. Mas seus usos e abusos recentes demandam uma elaboração específica adaptada às diferentes áreas onde o jogo da ameaça toma diferentes formas. Para citar um exemplo atual: quando se passa das ameaças ocasionadas pela mudança climática àquelas que são representadas por ataques terroristas, os fenômenos e os processos que traduzem a noção não são mais próximos ou idênticos, exigem elaborações de significados bem mais elaborados e sutis. Além disso, os usos e abusos da noção no discurso social lhe conferem fisionomias incomensuráveis.

É então possível imaginar a realização de uma análise coerente e com alguma homogeneidade usando as diferentes disciplinas para criar uma estrutura que permita uma abordagem abrangente? Vou tentar contribuir tomando justamente essa direção, examinando como o senso comum constrói a noção e as ferramentas à sua disposição para realizá-lo. Para esse fim, retomarei os elementos das comunicações apresentadas nos dois colóquios organizados pela Universidade de Paris V, René Descartes e pela Fondation Maison des Sciences de l'Homme de Paris.

Primeiro, tentarei delimitar as acepções da noção de ameaça; em seguida, abordarei a questão das temporalidades da ameaça – ou melhor, das ameaças –, pois, como mostrarei, é impossível, ilusório pretender elaborar um modelo unitário para tratar os fenômenos que tomam na vida social formas concretas variadas, segundo suas escalas, seus processos, seus atores, seus alvos e seus problemas. Na verdade, esses fenômenos, que fazem parte de uma abordagem psicossociológica, podem ser diferenciados de acordo com sua natureza, sua origem, seu alvo, seu modo de ação, suas participações e seus efeitos individuais e coletivos, suas formas de enfrentá-los. Voltarei ao tema antes de discutir a questão das ameaças, que pode ir da defesa à negação e ao desafio.

Elementos de definição: da palavra ao conceito

Quando percorremos a literatura, ficamos impressionados com duas características. De um lado, o fato de que o termo ameaça é – como já disse – frequentemente confundido – ou assemelhado – com outros termos que engajam uma visão perturbadora de uma situação atual ou futura. De outro lado, se considerarmos como as ameaças são operacionalizadas e conceitualizadas em pesquisas experimentais, constataremos – conforme indicaram Thorisdottir e Jost (2011) – a falta de precisão das definições. Como definirmos a ameaça ou as ameaças para passarmos dos fenômenos sociais observados a um constructo teórico?

Para clarificar os diferentes sentidos do termo ameaça, não é inútil partir das acepções correntes, na medida em que os modelos científicos da psicologia têm uma estreita relação com as conotações da linguagem comum e os conceitos de senso comum, como bem diz Harold Kelly:

Ignorar a bagagem da psicologia voltada ao senso comum nos levaria a privar-nos das vastas fontes de conhecimentos acumuladas no curso da história humana. A psicologia do senso comum constitui tanto um limite quanto um legado para a psicologia científica. Como tudo o que herdamos, temos pouca ou nenhuma escolha neste assunto. E, como todas as demais heranças, ao mesmo tempo em que cria constrangimentos e problemas, fornece-nos uma base útil e plena de potencialidades para o nosso crescimento e desenvolvimento (Kelly, 1992: 22).

Para examinar o uso do termo ameaça em francês, consultei os grandes dicionários da língua francesa *Littré* e *Robert*. Ambos insistem na dimensão interpessoal do regime da ameaça, considerada como a manifestação por meio da qual é evidenciada a qualquer um a raiva de alguém, com a intenção de fazer acreditar no mal que lhe pode ser causado. Associada a uma advertência, uma intimidação, uma chantagem, ela é a expressão do projeto de causar dano a outrem. Menos dramática, ela pode simplesmente supor um pacto ou um contrato social, instituindo uma condicionalidade na troca onde o dano anunciado vem em retaliação da não satisfação de um pedido ou de um desejo. Além disso, no uso corrente, ameaça é equivalente a colocar qualquer um em perigo, provocar-lhe o receio de algum mal. Ser ameaçado refere-se à existência de um perigo e à fragilidade de seu alvo. A referência ao perigo, ao mal e à vulnerabilidade é hoje ampliada nas preocupações que surgiram por causa das situações coletivas peculiares à nossa modernidade.

Vários autores que lidaram com as variações de sentido e o imaginário do mal ao longo da história trazem de volta à nossa época uma nova “angústia do mal”. Em particular, após os horrores humanos, políticos e bélicos cometidos no século XX, a angústia do mal seria difratada nas questões das ciências humanas e da filosofia (Watthée-Delmotte & Deproost, 2000). Para isso, podemos acrescentar que as mudanças causadas pela globalização e pelos avanços tecnológicos reforçaram essa ansiedade, em razão dos comentários catastróficos que foram inseridos nos escritos dos pensadores de nosso tempo.

Na psicologia, não podemos pensar que a manifestação da importância dedicada às ameaças seja um reflexo desse processo? Neste caso, é necessário argumentar não apenas em termos de relações interpessoais e intergrupais, mas também cole-

tivamente, referindo-se a ameaças que não são apenas uma questão de interação social, mas do curso da história e da evolução do mundo, o que demanda um novo olhar recorrendo a valores para a análise das relações sociais em uma escala humana e temporal mais ampla.

Os entendimentos comuns centrados na interação dos jogos de ameaça estão bem ilustrados nas pesquisas de psicologia social que enfatizam as relações interpessoais ou intergrupais (Caillaud *et alii*, 2017). No entanto, apresentam conotações que nem sempre são suficientemente levadas em consideração pelas pesquisas que se concentram nos processos cognitivos e sociocognitivos associados à percepção da ameaça em nível individual, mesmo quando se trata de dar conta de atitudes sociais, como no caso da psicologia política.

A definição corrente supõe, além da presença do mal, a intencionalidade por parte da origem/do perpetrador e uma interpretação por parte do alvo/da vítima, a existência de uma forma de contrato social e a antecipação das consequências que podem significar sua ruptura. Essa visão – que se junta à de Hobbes – nem sempre é representada nas pesquisas. Por outro lado, essas pesquisas, centradas na interação, não são capazes de compreender a natureza coletiva de uma ameaça.

Assim, necessitamos distinguir na análise da ameaça a origem/o perpetrador, o alvo/a vítima, a situação, os comentários no espaço público, a fim de determinar as modalidades do perigo que ela representa: qual é o perigo inerente às intenções da origem/do perpetrador, qual modo de ação (simbólico ou material) qualifica o perigo, quais sentimentos (medo, pavor, receio) são os do alvo/da vítima, em que contexto ou situação é a ameaça colocada em jogo, a quais interpretações subjetivas e coletivas ela dá lugar.

Convém aqui propor as especificações a diferenciarem a ameaça em relação ao risco, ampliando mesmo o seu alcance. Embora o risco seja quantificável, previsível e controlável, a ameaça envolve alguma incerteza em sua atualização e imprevisibilidade em seus efeitos. Embora o risco seja definido por condições técnico-científicas e efeitos materiais, a ameaça pode estar localizada e/ou direcionada à esfera ideal (religião, ideologia, projeto político, valores humanos e republicanos etc.). Além disso, as conotações do alvo da ameaça lhe dão um *status* de vítima. Moscovici (2011; 2012) observou que a atenção dispensada pelas ciências humanas sobre a vitimização está relacionada às exações dos regimes totalitários – sobretudo o nazismo –, mesmo se está em evidência processos similares, através do tempo. Ele enfatiza que a vítima é uma nova figura sobre a qual se pode apontar o aspecto moral da experiência humana.

Assim, a ameaça está além do alcance da interação e pode apresentar um caráter coletivo, em particular em suas formas mais recentes, em grande parte tingidas de ansiedade. Este último aspecto foi reforçado pelas mudanças provocadas pela globalização e pelo progresso tecnológico, bem como pelos comentários catastróficos que se encontram nos escritos de pensadores do nosso tempo e daqueles que consideram necessário jogar com o “medo heurístico” ou o “catastrofismo esclarecido” para aumentar a consciência e mobilizar as responsabilidades (Baumann, Beck, Jonas, Dupuy, Vidrio etc.).

Esses processos são importantes para a psicologia social, cujos trabalhos sobre ameaças, embora de surgimento recente, permanecem focados nas interações. Será necessário pensar não apenas em termos de relações interpessoais e intergrupais, mas em ameaças que ocorreram e ocorrem no curso da história e da evolução do mundo, com dimensões coletivas e societais.

Nesse cenário, cuja complexidade é aqui delineada em linhas gerais, penso ser importante focar as dimensões que dão às ameaças um tom psicológico específico: o mal que implicam, o medo que suscitam, os sentimentos que provocam entre aqueles que as experimentam ou as observam.

O mal que supõe a ameaça

A ansiedade do mal – a que me referi anteriormente – encontrou um novo espaço de expressão na literatura pós-moderna acerca dos riscos ambientais, bem como em comentários da mídia e de políticos sobre o terrorismo (Vialles, 2004; Watthée-Delmotte & Deprost, 2000). Seria possível, a partir dessa constatação, avançar com a percepção de que a ameaça se refere à ideia de “mal social”, mal “do” social, mal “para” o social e mal “através/pelo” social. De um lado, alguns estados do mundo ou do meio ambiente, qualificados como ameaçadores, podem ser considerados como o resultado de um mal produzido “pelo” social. De outro lado, certas empresas individuais ou coletivas, por suas implicações prejudiciais, ameaçam com um mal “para” o social. Finalmente, as repercussões dessas situações se traduzem em um estado de mal-estar “do” corpo social.

Dentro dessa perspectiva, uma questão se coloca: em que condições um mal social pode tornar-se uma ameaça para um grupo ou para um indivíduo? Vários casos se apresentam. Pode-se haver identificação de um mal social sem que seja percebido como ameaça, a exemplo do caso das seitas religiosas analisadas por Rouquette (2003, 2007): ou as aceitamos ou as combatemos em função do mal social que representam. Mas não são percebidas como ameaça pessoal por parte das pessoas

que não compartilham as crenças e as práticas que elas implicam. Esse processo revela um paradoxo da relação individual ou coletiva com a ameaça: é necessário colocar a inevitabilidade de um fenômeno com potencialidades deletérias para que se torne uma ameaça. Estaria aqui em questão a liberdade: o risco do qual não sou livre para fugir torna-se uma ameaça; em contraposição, se eu for livre para não aderir à sua crença, ou para evitar as consequências por meu comportamento, ele não me ameaça. Essa questão de liberdade é operacionalizada em psicologia social e cognitiva sob espécie de controle. Mas também implica em um compromisso psicológico e ético que, ao avaliar uma ameaça real ou potencial para os outros, deve ser estudado. Um movimento nessa direção, no que diz respeito às ameaças terroristas, está emergindo com os trabalhos sobre a desradicalização dos atores sociais mobilizados pelo jihadismo.

Um mal social também pode se referir a um risco objetivo que intervém de maneira massiva, como no caso dos riscos ambientais. Para identificá-lo, é necessário realizar um trabalho de informação e designação pela comunidade através da divulgação de informações científicas, discursos políticos ou de mídia. O caráter ameaçador de um processo ou de um evento é então estabelecido pela gravidade que representa para a comunidade humana ou para o mundo natural; e a natureza do mal que engendra irrompe como pano de fundo dos processos mortificantes para os homens, as espécies vivas, os recursos naturais.

Além da dimensão simbólica do mal – que aparece como objetivamente fundada, na medida em que sempre corresponde a um ataque sofrido por um indivíduo ou um grupo, podendo levar à morte ou à consequente alteração da integridade identitária, psicológica e física da pessoa ou do grupo –, é necessário identificar a especificidade da ameaça em relação a fenômenos com potencial de risco, perigo ou incômodo. Estes são, pelo menos em teoria, objetivos mensuráveis, controláveis por medidas preventivas ou corretivas. A literatura enfatiza então o caráter subjetivo e indefinido, de imprecisão, dessa ameaça, cuja construção social coloca em jogo emoções, sentimentos e interpretações de situações vividas, envolvendo a dimensão temporal da ameaça através da experiência e da memória. Estamos falando aqui de emoções e medo.

O medo que gera a ameaça

Ficarei aqui limitada ao fator emocional, tomado por central na avaliação das ameaças. Volto-me então ao que chamamos de “medo”, cuja análise revela diferentes níveis, que irão constituir hoje uma “cultura do medo” (Riezler, 1944; Delumeau, 1978; Paillard, 1993; Glassner, 2000; Jeudy-Ballini & Voisenat, 2004). As emoções

estão presentes como antecipação do mal da ameaça que essa proporciona, de sua experiência por ocasião do dano sofrido, de sua memória para aqueles que a viveram e a reativam na lembrança e da constatação de um efeito objetivo da ameaça. As emoções e os sentimentos mobilizados são de natureza distinta: pavor, medo, reações defensivas, sideração, cólera, rancor etc. O trabalho de elaboração do sentido da ameaça é também diferente: em particular o par medo/ódio intervém após o ocorrido, mesmo se alguém sofreu ou simplesmente observou a concretização da ameaça. É no momento dessa elaboração pós-evento que vão atuar os modelos de interpretação propostos pela cultura e pelas mídias. É nesta fase que uma emoção como o medo pode ser manipulada.

Esse processo havia sido mencionado por Bertrand Russel. Em seu discurso por ocasião do recebimento do Prêmio Nobel de Literatura (1950) – *“La portée politique des désirs”* (“A abrangência política dos desejos”) – Russel referiu-se à relação indissolúvel entre medo e ódio, trazendo as sociedades contemporâneas de volta a um funcionamento de tipo tribal, no que respeita o desconhecido, o estrangeiro e particularmente em suas relações para com os outros, para com os estrangeiros, que são temidos e tratados como inimigos. Sua análise, propriamente psicossociológica, observa a determinação mútua do medo e do ódio e encontra uma aplicação atual nos processos sociais que ocorrem nos usos habituais da ameaça, dentro da comunicação midiática.

Se a relação entre perigo, risco e ameaça é contingente, a relação estabelecida com o medo e o pavor é substancial. O par “ameaça/medo” é indissociável, o que explica o fato de serem termos frequentemente confundidos. Na verdade, é a dimensão do medo que constitui a armadura do sentimento de ameaça; é ela que retira constantemente a atenção dos pesquisadores, e isso por diferentes razões. Sustentáculo do sentimento de ameaça, o medo – ou os medos – que pertence ao campo das emoções – individuais ou socialmente partilhadas (Rimé, 2005) –, é um fenômeno mais puro que a ameaça, associando um estado interno a outro, externo. Para este fim, dispomos de um sólido aparelho teórico, fundado em uma longa tradição de pesquisa. Como emoção, o medo oferece uma oportunidade rara de associar as neurociências à psicologia cognitiva e social, nas esferas individual e coletiva. Além disso, como objeto de discurso social, ele origina uma verdadeira “cultura do medo” (Glassner, 2000), que permite indicar as dimensões sociais cruciais na elaboração das ameaças e sua manipulação política. Enfim, a abordagem do medo permite colocar em relação os processos primários e secundários que regem o pensamento e a ação e estão associados ao domínio das relações sociais e dos processos de formação ou de resolução de conflitos intergrupos (Jarymowicz, 1989; Pereti-Watel Bar Tal, 2006).

Por ocasião de uma revisão das abordagens sobre o medo na psicologia e nas ciências sociais (Jodelet, 2011a), que foi publicado no Brasil na tradução de meu livro *Representações sociais e mundos de vida* (2017b) e traduzido na Argentina, na obra *Psicología social y política*, organizada por E. Zubieta, J. Valencia e G. Delfino (2014), consegui identificar relações existentes entre medo e saber, o papel das representações e da “produção de sentido” como “tampa simbólica” contra as ameaças e o medo, as formas outorgadas às ameaças pelas mídias e sua manipulação pelo poder político, seu jogo nas relações intergrupos.

Ilustrei esses processos ao referir-me aos trabalhos sobre a gestão do medo e as ansiedades sociais. Mencionarei aqui os efeitos produzidos pelo medo que a morte desperta na atualidade, ao expor o chamado modelo de gestão do terror (*the terror management theory*), que trata do papel do medo da morte na mudança de atitudes em relação aos problemas sociais e na defesa de visões de mundo culturalmente estabelecidas (Salomon, Greenberg & Pyszczynski, 1991). Esta teoria sustenta que, para superar o “paradoxo insolúvel” nascido do desejo de preservar a vida e da certeza da inevitabilidade de sua finitude, os indivíduos se resignam a aderirem a sistemas de crença de tipo místico ou religioso ou encontram refúgio na submissão à autoridade ou ao pertencimento comunitário. Essa teoria encontrou um eco importante após o atentado ao World Trade Center. Além disso, diversos trabalhos (Huddy, 2003;) puseram em evidência uma tendência nas pessoas com ansiedade difusa a se tornarem menos tolerantes à diferença, mais inclinadas a usarem estereótipos e a mostrarem agressividade diante dos estrangeiros, bem como ao conformismo em face das normas culturais e uma preferência por líderes políticos que afirmem uma forte visão nacionalista, uma vontade de vingança contra os terroristas e até o engajamento nas guerras.

Além disso, diversos autores insistiram especificamente sobre o conluio entre as mídias e as políticas para a eclosão do medo: Glassner (2000), sobre a cultura do medo, Chomsky (1988, 1992) sobre a cultura do medo na formatação do consentimento, Al Gore (2004) sobre as políticas do medo, ou cineastas, notadamente Michael Moore. Eles identificaram um certo número de técnicas empregadas para levantar preocupações infundadas e desviar os cidadãos dos problemas sociais reais e da consciência plena de seus problemas. A essa concepção de uma construção midiática e da política dos medos, agrega-se a noção de “medos emergentes” (Furedi, 2005). Esses surgem em um fundo de ansiedade generalizada em razão da falha de “imaginação política”, justamente por não se saber como enfrentar questões sociais cruciais e por terem explorada a sensibilidade coletiva inquietante.

Todos esses modelos focam as consequências que o despertar do medo logra sobre as interações entre os grupos, e sobre a recusa de aceitar as minorias ou os grupos marcados por uma diferença nacional, étnica, racial, religiosa ou sexual. Esse tipo de análise poderia ser aplicado pela forma como a mídia e aqueles que a utilizam para fins políticos tratam as ameaças terroristas, exacerbando o medo, acentuando as rupturas sociais, o risco de ir ao encontro das reações espontâneas às ameaças. Na verdade, há toda uma série de medidas de defesa implantadas por indivíduos ou grupos diante de uma ameaça sobre a qual abordarei agora, mesmo se concisamente.

As respostas à ameaça

Como no caso de risco, as ameaças exigem e envolvem medidas de evasão. A precaução e a prevenção são as medidas coletivamente preconizadas e sustentadas mesmo quando se trata de colocar em prática comportamentos individuais. Além disso, é a proteção que pode corresponder a uma oferta ou a uma demanda social por segurança.

No plano privado, toda uma série de atitudes ou comportamentos são implantados para evitar a ideia de ameaça. Eles tomam diferentes formas:

- ❑ *A negação*, por meio da qual se apaga a consciência da ameaça que pode estar exposta, como no caso estudado por Fançoise Zonabent, onde as pessoas trabalham ou residem na proximidade de uma central nuclear e que declaram não perceber a ameaça em razão do controle técnico exercido sobre o seu funcionamento.
- ❑ *O desafio* de enfrentar a ameaça para removê-la. Um caso frequentemente encontrado diz respeito às atitudes dos pacientes que sofrem de doenças crônicas ou letais e que recentemente foi ilustrado pelas respostas do público aos atentados quando foi afirmada a vontade de continuar a viver e a curtir a vida como dantes.
- ❑ *A revolta*, por associação aos movimentos de cólera e reprovação coletiva sobre o cenário social, como no caso de lutas em defesa do meio ambiente e contra os riscos agroalimentares.
- ❑ *A defesa* pelo estabelecimento de condutas de proteção: atualmente, há cursos de treinamento em procedimentos de prevenção de risco durante um ataque terrorista, como se projeta a construção de muros para proteger-se da imigração.

Essas respostas coletivas ou individuais são bastante discutíveis. Em particular as medidas de precaução ou de prevenção, socialmente defendidas, e que foram objeto de debates e de contestação em nome da ansiedade que elas acarretam, da responsabilidade individual que implicam, do controle social que pressupõem e do potencial de resolução que podem gerar (Peretti-Watel & Moatti, 2009; Bronner & Gehin, 2010).

Outras reservas resultam do fato de que a validade do conhecimento científico é questionada. Expressas no que se refere às medidas tomadas contra os riscos, essas reservas tomam uma cor particular em relação às ameaças, que implicam uma “coletivização”, uma municipalização das preocupações, enquanto o debate sobre ameaças assume um escopo coletivo. Isso é visto em todos os níveis de comunicação social, desde a cena privada das discussões familiares aos meios de tomada de decisões e de políticas ou até a esfera da mídia.

Foi anunciado que os sentimentos anticiência e antiprogresso, o medo de mudanças reapareceram no final do século XX em um clima pacífico, classificando preocupações científicas e expressões de sensibilidade em matéria de riscos e ameaças, em “andaimes de substituição”, fórmula tomada de Freud que designaria os sistemas de crenças capazes de confrontar a ansiedade existencial em tempos de paz e de calma social.

Mas já não é o caso hoje, após o agravamento dos alertas climáticos e o aumento do número e da gravidade das incursões terroristas que reforçam as ansiedades e fazem passar dos riscos às ameaças. Especialmente no caso do terrorismo, a forma como os meios de comunicação e os círculos políticos assumem a informação, a interpretam e a utilizam, reforça os medos e leva a consequências negativas para a unidade social. Eles se desviam do trabalho conjunto para enfrentar e superar os sentimentos de ansiedade e ameaça, em favor de conflitos partidários e orientações ideológicas.

Para resumir, podemos isolar os fatores que fazem passar do risco e do perigo à ameaça:

- ❑ A extensão do dano, que pode chegar até a morte.
- ❑ A dimensão do mal, que se refere ao imaginário.
- ❑ As dimensões emocionais da relação com a ameaça (ansiedade, medo etc.).
- ❑ A vulnerabilidade do alvo.

- A iminência da possibilidade do surgimento da ameaça.
- Os efeitos sobre a vítima em termos de experiência vivida e processos cognitivos.
- O caráter de punição, retaliação da ameaça, quando há ruptura do contrato social.
- A culpabilização das populações vulneráveis que se tornam uma ameaça.
- As dimensões pessoais colocadas em jogo pela ameaça: imagem de si, identidade social ou pessoal.

Mas quando a vida está em jogo, a questão muda: trata-se de defender uma imagem de si, mas também uma integridade física, moral ou social. Isso dá às ameaças biológicas um *status* particular que necessita de estudo específico.

São necessários outros elementos para o desenvolvimento completo de um quadro de análise das ameaças, em particular uma classificação das ameaças que leve em conta: os alvos/as vítimas, as origens/os perpetradores, os modos de intervenção, os contextos históricos e sociais. Mas, como o tempo é insuficiente, não é possível aqui dedicar-me às questões que devem ser respondidas para desenvolver de forma aprofundada este quadro de análise.

Espero, pelo menos, que os poucos vislumbres que me foram possíveis oferecer sobre este novo campo de exploração tenham sido esclarecedores e que, no futuro, possam dar origem a novos trabalhos.

Referências

- BOY, D. *Le progrès en procès*. Paris: Presses de la Renaissance, 1999.
- BREAKWELL, G. Models of risk construction: some applications to climate change. *Wiley Interdisciplinary Reviews*, v. 1, n. 6, p. 857-870, 2010.
- BRONNER, G.; GÉHIN, E. *L'inquiétant principe de précaution*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- CAILLAUD, S.; BONNOT, V.; DROZDA-SENKOWSKA, E. (Eds.). *Menaces sociales et environnementales: repenser la société des risques*, p. 17-30. Rennes (FR): Presses Universitaires de Rennes, 2017.

- CHOMSKY, N. *Deterring-Democracy*. New York: Hill and Wang Press, 1992.
- . *The culture of terrorism*. Boston (MA): South End Press, 1988.
- CLAVERIE, E. Techniques de la menace. *Terrains*, v. 43, p. 13-50, 2004.
- CLAVANDIER, G. *La mort collective. Pour une sociologie des catastrophes*. Paris: Éditions du CNRS, 2004.
- DELUMEAU, J. *La peur en Occident*. Paris: Fayard, 1978.
- DUPUY, J. P. *Pour un catastrophisme éclairé*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2002.
- FUREDÍ, Frank. Terrorism and the politics of fear. In: HALE, Chris; HAYWARD, Keith; WAHIDIN, Azrini; WINCUP, Emma (Orgs.). *Criminology*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2005.
- GLASSNER, B. *The culture of fear*. New York: Basic books, 2000.
- GORE, Al. The politics of fear. *Social Research: An International Quarterly*, v. 71, n. 4, p. 779-798, Winter 2004.
- HUDDY, L. Group membership, ingroup loyalty and political cohesion. In: SEARS, D. O.; HUDDY, L.; JERVIS, R. *Handbook of political psychology*, p. 511-558. New York: Oxford University Press, 2003.
- JARYMOWICZ, M. Próbakonceptualizacjipojęcia “tożsamość”: spostrzeganaodróżność JA—INNI jakoatrybutwłasnejtożsamości [Anattempttoconceptualizethenotion “identity”: The perceiveddistinctivenessof me-others as anattributeofone’sownidentity]. *Przegląd Psychologiczny*, v. 32, n. 3, p. 655-669, 1989.
- JARYMOWICZ, M.; BAR-TAL, D. The dominance of fear over hope in the life of individuals and collectives. *European Journal of Social Psychology*, v. 36, p. 367-392, 2006.
- JEUDY-BALLINI, M.; VOISENAT, C. Ethnographier la peur. *Terrain*, v. 43, p. 5-14, 2004.
- JODELET, D. Les menaces; passer du mot au concept. In: CAILLAUD, S.; BONNOT, V.; DROZDA-SENKOWSKA, E. (Eds.). *Menaces sociales et environnementales: repenser la société des risques*, p. 17-30. Rennes (FR): Presses Universitaires de Rennes, 2017a.
- . *Representações sociais e mundos de vida*. Curitiba: Pucpress; Fundação Carlos Chagas, 2017b.

- _____. *Représentations sociales et mondes de vie*. Paris: Éditions des Archives Contemporaines, 2015a.
- _____. La victimisation vue sous l'angle de la psychologie sociale: l'apport de Serge Moscovici. *Sociétés*, v. 130, n. 4, p. 41-52, 2015b.
- _____. Dinamicas y formas sociales del miedo. In: ZUBIETA, E.; VALENCIA, J.; DEL-FINO, G. (Eds.). *Psicología social y política: enfoques teóricos y estudios empíricos*. Buenos Aires: Udeba, 2014.
- _____. Dynamiques sociales et formes de la peur. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, v. 12, p. 239-256, 2011a.
- _____. Considérations sur le traitement de la stigmatisation en santé mentale. *Pratiques en Santé Mentale*, v. 2, p. 25-38, 2011b.
- _____. Formes et figures de l'altérité. In: SANCHEZ-MAZAS, M.; LICATA, L. (Eds.). *L'autre. Regards psychosociaux*, p. 23-47. Grenoble (FR): Presses Universitaires de Grenoble, 2005.
- _____. Le phénomène Nimby. In: BOYER, M.; HERZLICH, G.; MARESCA, B. (Eds.). *L'environnement, question sociale. Dix ans de recherches pour le Ministère de l'Environnement*, p. 91-97. Paris: Éditions Odile Jacob, 2001.
- _____. Les représentations sociales et l'étude du rapport Homme/Environnement. In: RIGAS, A. V. D. (Ed.). *Social representations and contemporary social problems*, p.37-51. Athènes: Ellinika Grammata, 1998.
- _____. Les processus psycho-sociaux de l'exclusion. In: PAUGAM, S. (Ed.). *L'exclusion. L'état des savoirs*, p. 66-77. Paris: La Découverte, 1996.
- _____. *Folies et représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- JODELET, D.; SCIPION, C. Gouverner ou composer avec l'environnement? Le Ministère vu par d'autres administrations à la fin des années 80. In: BARRAQUÉ, B.; THEYS, J. (Eds.). *Les politiques d'environnement. Évaluation de la première génération: 1971-1995*. Paris: Éditions Recherches, 1998.
- _____. Quand la science met l'inconnu dans le monde. In: THEYS, J.; KALAORA, B. (Eds.). *Autrement. «La terre outragée»*. Série "Sciences en société", v. 1, p. 210-223, 1992.

JODELET, D.; MONTFORTE, I. *L'usage des déchetteries. Pratiques et pratiquants des habitants dans la Communauté Urbaine du Creusot-Montceau les Mines*. Paris: Les Éditions de l'Ehess; Écomusée de la Communauté le Creusot Montceau, 1997.

———. *Aspects culturels de la participation du public aux politiques d'aménagement de l'environnement*. Paris: Écomusée de la Communauté le Creusot Montceau; Ministère de l'Environnement, 1994.

JODELET, D.; MOULIN, P.; SCIPION, C. *Représentations, attitudes et motivations face à la gestion des déchets. Autour du phénomène Nimby*. Paris: Les Éditions de l'Ehess; Ministère de l'Environnement, 1997.

JODELET, D.; OHANA, J.; BIADI, A.; RIKOU, E. Représentations de la contagion et Sida. Connaissances, représentations, comportements, sciences sociales et prévention du Sida. *Bulletin de l'ANRS*, p. 87-97, 1994.

KELLEY, H. Common sense psychology and scientific psychology. *Annual Review of Psychology*, v. 43, p. 22, 1992.

MOSCOVICI, S. The social representation of victims. In: PERMANADELI, R.; JODELET, D.; SUGIMAN, T. (Eds.). *Alternative production of knowledge and social representations*, p. 43-53; Jakarta: Graduate Program of Euroean Studies; University of Indonesia, 2012.

———. An essay on social representations and ethnic minorities. *Social Science Information*, v. 50, n. 3-4, p. 442-461, 2011.

PAILLARD, B. (Ed.). Peurs. *Communications*, n. 57, 1993.

PERETTI-WATEL, P. L'inscription du sentiment d'insécurité dans le tissu urbain. *Les Cahiers de la Sécurité Intérieure*, n. 39, p. 1-22, 2000.

PERETTI-WATEL, P.; MOATTI, J. P. *Le principe de prévention. Le culte de la santé et ses dérives*. Paris: Les Éditions du Seuil, 2009.

RIEZLER, K. The social psychology of fear. *The American Journal of Sociology*, v. 49, n. 6, p. 489-498, 1944.

RIMÉ, B. *Le partage des émotions*. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.

ROUQUETTE, M. Une taxonomie des peurs collectives. *Psicología*, v. 21, n. 2, p. 17-29, 2007.

——— (Ed.). Logique sociale des phénomène sectaires. *Psychologie et société*, 2003.

SALOMON, S.; GREENBERG, J.; PSYSZCZYNSKI, T. A terror management theory of social behavior: the psychological functions of Self-esteem and cultural worldviews. In: ZANA, M. P. (Ed.). *Advances in experimental social psychology*, p. 9-159. New York: Academic Press, 1991.

THORISDOTTIR, H.; JOST, J. T. Motivated closemindedness médiates the effet of threat on political conservatism. *Political Psychology*, v. 32, n. 5, p. 785-811, 2011.

VIALLES, N. La peur au ventre? *Terrain*, n. 43, 2004.

WATTHÉE-DELMOTTE, M.; DEPROOST, P. A. (Eds.). *Imaginaires du mal*. Paris: Les éditions du Cerf, 2000.

ZONABEND, F. *La presqu'île au Nucléaire*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1989.



Resenhas

Perdidos na mudança?

Recebido: 31.03.18
Aprovado: 20.11.18

ABRANCHES, Sérgio. *A Era do Imprevisto: a grande transição do século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

José Costa Júnior*

* José Costa Júnior é doutor em filosofia (ética e filosofia política) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017). Desde 2014 é professor de filosofia e sociologia do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), no Campus Avançado Ponte Nova, Minas Gerais, Brasil. Desenvolve pesquisas sobre os limites e as possibilidades das abordagens científicas para a compreensão da humanidade, principalmente nos âmbitos social e político. Orcid: 0000-0002-1117-4853. <jose.costajunior@yahoo.com.br>.

Aconsiderável ampliação da presença dos meios digitais de interação social em nossas sociedades aumentou a velocidade e a possibilidade de trocas de informações. Mais que o advento da telefonia em outros tempos, agora recebemos informações diversificadas, sobre os mais variados temas, que nos afetam de maneiras ainda não devidamente compreendidas. Um dos elementos que nos chegam por tais meios são comparações constantes entre nossos tempos atuais e um passado nem tão distante. Uma comparação popular nos últimos tempos envolve nossas atuais práticas e elementos culturais com aqueles de outros tempos. Nos chamados “memes” – construções gráficas que trazem algum conteúdo de informação –, vemos a comparação entre o que é “raiz”, tradicional, estável, organizado e seguro, e o que é “Nutella”, modismo desnecessário de uma inovação preguiçosa, enquadrado na figura de um doce industrializado que tenta realizar um duplo mais sofisticado de nossos doces caseiros. A comparação envolve vários elementos de nosso modo de vida – da chuteira preta do jogador “raiz”, à chuteira colorida do jogador “Nutella”, da mãe “raiz” que promove a educação das crianças de modo enérgico, e a mãe “Nutella”, que tenta promover tal educação em outras bases.

Por trás do riso fácil proporcionado pela comparação ao modo como fazemos as coisas hoje e ontem está um processo de transição intenso em nossas sociedades e os modos de vida contemporâneos. O processo de globalização, alimentado por mudanças tecnológicas intensas (entre outros fatores) e retroalimentando-se, promoveu mudanças culturais radicais nos agrupamentos sociais. Os estranhamentos exemplificados pela comparação dos memes não são mais do que uma reação promovida pelas rápidas alterações em nossa cultura, que muitas vezes acabam por promover tensões internas nas próprias sociedades. Conflitos entre o novo e o nem tão velho são cada vez mais recentes e constantes, com exemplos concretos nos hábitos de consumo, nas estruturações familiares, nas relações políticas, nas formas e nos meios da educação.

São essas mudanças, seus modos, peculiaridades e significados que o sociólogo Sérgio Abranches busca compreender em *A Era do Imprevisto: a grande transição do século XXI*, publicado em 2017. O autor publica trabalhos que abordam a relação do indivíduo com a política nas democracias liberais contemporâneas, as questões ambientais e seu impacto social e também é comentarista político. Escrito sob a forma de ensaio, *A Era do Imprevisto* é um interessante exercício reflexivo, com uma variedade de referências acadêmicas e literárias, compondo um quadro informativo para nossos tempos de mudanças culturais e sociais. De maneira geral, o autor defende que vivenciamos uma transição entre os modos e organizações de séculos diferentes, e ao pensar a transição, pensamos em nós mesmos, uma vez que estamos envolvidos nesse movimento. Por outro lado, parte considerável da compreensão da transição passa também por entender o esgotamento de paradigmas e modelos dos modos como vivemos e nos organizamos, o que pode gerar reações conservadoras e extremistas, oriundas de todos os espectros políticos.

Para efeitos de organização de nossa análise do ensaio de Abranches, podemos dividir as 49 seções que o compõe em quatro momentos. No primeiro temos uma descrição da natureza da transição, isto é, os motivos pelos quais podemos compreender a contemporaneidade como um tempo de mudanças. Podemos observar tais mutações em nossas práticas mais cotidianas (“contratar um serviço”), como as novas possibilidades de interação social (“mudanças em nossos costumes e comunidades”) e processos econômicos básicos (“pagar uma conta”). Parte dessa intensa movimentação se deve ao desenvolvimento tecnológico, que também nos disponibiliza grandes quantidades de informação. Nos “afoga em informação, mas deixa famintos por sabedoria”, conforme a apropriação que Abranches faz da análise do biólogo Edward O. Wilson.

Abranches recorre aos modelos de Zygmunt Bauman e Ulrich Beck para evidenciar o caráter “líquido” e “urgente” de nossa contemporaneidade, que aponta para uma nova realidade que ainda não é inteiramente visível. A “grande transição” na qual estamos imersos produz medo e insegurança, com consequências políticas e sociais, situação cujo reflexo podemos observar nas escolhas dos indivíduos em nossas democracias em crise. Um elemento que contribui para esse cenário é a ausência de experiência em relação a essa mudança tão intensa, como vivemos agora. Em tempos de pessimismo e ansiedade quanto ao trabalho e à política, um futuro estranho nos surge na imaginação e pensamos cada vez mais em distopias políticas e tecnológicas em lugar de utopias da mesma natureza. Para além do ceticismo dessa descrição, Abranches chama a atenção para o papel dessa mesma utopia em tempos de transição. Mais que um ideal “definitivo”, pode ser um ideal “regulador” em nossos tempos, onde a esperança também é fluída.

Os diferentes efeitos da transição podem ser alocados em três instâncias:

- i. socioestrutural*, com efeitos sociais, políticos e econômicos;
- ii. científica e tecnológica*, com impacto nos modos como lidamos com nossas circunstâncias;
- iii. climática*, com efeitos ambientais determinados pela ação humana.

Entre mais instâncias, em meio à grande transição, estamos nós, humanos, lidando com novos cenários que nós mesmos criamos e que nos parecem arriscados. Muitas vezes, o autor soa alarmista para defender seu ponto e aqui podemos já questionar sobre as possibilidades de adaptação social aos novos cenários. Mesmo com insegurança e riscos, algumas tentativas de compreensão parecem acontecer, como no caso da preocupação que já mantemos em relação à substituição dos trabalhadores por máquinas e também em relação aos efeitos políticos das relações sociais digitalizadas. No entanto, Abranches tem razão quando aponta que ainda não temos respostas claras para tais mudanças, que ocorreram de forma abrupta e acabam por nos escapar.

Ao tratar exclusivamente do que chama de “pandemia digital”, o autor explora as possibilidades abertas pelo acesso à informação na ciberesfera, mas lembra que isso também gera efeitos de natureza dúbia. Na política, por exemplo, o indivíduo manifesta-se nas redes sociais, discutindo sobre os rumos das sociedades, porém, em interações sociais isoladas, sem contato com outras visões que não combinam com seu posicionamento, o que provoca reações e emoções intensas. Ainda não sabemos os efeitos disso, pois trata-se de um novo cenário. A “polis digital” é intensa, e mudou completamente as relações do indivíduo com o político. No entanto, o rumo dessa mudança ainda é desconhecido. Um dos riscos é tornar o ambiente político próprio para extremismos e violências devido ao caráter unilateral da experiência sociopolítica.

Num segundo momento do ensaio – conforme nossa divisão –, Abranches detalha a transição sociopolítica, abordando primeiramente seus traços econômicos. O domínio do modelo identificado como “neoliberal” torna a cenário mais instável, próprio dessa modalidade, que vê no mercado sua principal condição. Essa instabilidade atinge a vida das pessoas de maneira direta, uma vez que o constante cenário de crises afeta a todos. O próprio sistema político democrático, em sua tensão constante com o mercado, também é afetado. É nesse ponto que o autor localiza a crise das democracias contemporâneas, já que os indivíduos, perdidos entre o mercado

e o Estado e atordoados pelas críticas mudanças de seu tempo já não a veem como algo seguro e necessário. Abranches especula que a saída para o revigoramento das democracias necessita de um novo projeto educacional, de caráter “neoiluminista”, e da participação dos indivíduos que, agora conectados, possibilitam novas vias de contato político. A intensa digitalização da vida social – quem diria? – pode propiciar o encontro e os debates entre os indivíduos. A *polis* digital, antes vista com ceticismo, passa a ser a esperança.

No que identificamos como terceiro momento do ensaio, Abranches aborda a transição socioambiental. Com o desenvolvimento e a sofisticação de nossas tecnologias, agora completamente necessárias ao nosso modo de vida, os impactos ambientais tornaram-se inevitáveis. Mesmo sob debates, as mudanças climáticas e alterações na biodiversidade envolvem de algum modo nossa ação sobre o mundo natural. Pela primeira vez, formas de vida apresentam o potencial de uma radical alteração no ambiente de forma global, com consequências ainda não conhecidas. Na grande transição, passamos a nos preocupar com isso, mas o que fazer? Somos capazes de promover alguma alteração em nossas práticas, pensando em questões ambientais? Para além do catastrofismo, o autor busca oferecer uma descrição e possíveis modos de lidar com esse importante traço da grande transição.

O autor faz uma breve análise sobre a “natureza humana”, com base em duas hipóteses evolucionistas: o modelo genético de Richard Dawkins (autor de *O gene egoísta*) e o modelo biosocial de Steven Rose. Defensor do modelo biosocial, por este atribuir à nossa natureza um caráter mais plástico e não determinado, em detrimento de uma visão determinista, que define uma “natureza humana” eterna e imutável, Abranches mostra não compreender o rico debate aqui envolvido. No entanto, esse debate parece deslocado em relação à finalidade da obra e desloca em relação ao restante, devido ao pequeno arcabouço teórico considerado. Abranches parece desconhecer a rica produção científica sobre as relações entre cultura e genética ao apresentar o modelo de Dawkins como “redutor”, isto é, uma explicação da humanidade com base em considerações genéticas que aponta para a existência de estruturas comportamentais inatas e imutáveis. Tal característica, segundo Abranches, tornaria inviável uma mudança de comportamento em relação ao meio ambiente. As relações entre biologia e política são necessárias e relevantes para o debate, porém é necessário um cuidado maior do que aquele oferecido por Abranches, sob o risco de simplificação e inadequação conceitual. Talvez uma análise das investigações neurocientíficas e psicológicas contemporâneas e suas implicações políticas fosse mais relevante para uma discussão sobre as mudanças sociais que vivenciamos.

Ao fazer uso da descrição de Garret Hardin da “tragédia dos comuns” – um cenário no qual a intensa exploração dos “bens públicos” leva ao esgotamento de um recurso –, Abranches mostra como nossa organização socioeconômica pode produzir um cenário parecido em termos ambientais na atualidade. Contra esse fantasma, somente um programa de formação de viés informativo e emancipatório pode oferecer novas expectativas e possibilidades, diferentemente do modelo tradicional voltado para a produção e para o consumo. A análise sobre a relação entre educação e meio ambiente leva Abranches a sugerir uma proposta bastante interessante a reconhecer nossos processos educacionais como datados e poucos efetivos em relação aos desafios da grande transição. No entanto, uma “reeducação dos desejos”, que envolva uma reflexão sobre nossas formas de consumo, sobre nossa ânsia por *status* e sobre o modo como lidamos com nosso “eu” não parece ser o objeto dos conteúdos que ensinamos aos nossos jovens.

Por fim, numa última parte do ensaio, Abranches aborda o mal-estar inerente à grande transição, a expectativa de que “nada será como dantes”. Política, economia, meio ambiente, educação, sociedades, costumes, “tudo em volta está deserto”, como canta Gal Costa na canção “Como 2 e 2”. Sujeitos cada vez mais ansiosos e com sua autonomia e soberania impactadas correm sérios riscos de ficar à deriva em meio à transição. As saídas possíveis envolvem a compreensão das circunstâncias e a motivação para a estruturação de novos padrões, em novos contextos e cenários. Abranches manifesta dúvidas quanto ao que virá na transição e evita exercícios de futurologia e isso é interessante, em tempos onde todos exibem opiniões e soluções fáceis para nossos difíceis problemas. Porém, mais do que nunca, o processo cooperativo envolvido nos processos deliberativos e democráticos parece essencial. Com esse processo em risco, atacado por discursos violentos e extremistas, acabamos por ficar cada vez mais perdidos na mudança.

Conforme apontamos, *A Era do Imprevisto* é um estimulante ensaio sociológico, que nos ajuda a compreender os desafios impostos a nós e ao nosso modo de vida nesse início de século XXI. Em meio à “grande transição” identificada pelo autor, é relevante que tenhamos consciência de nossos limites e possibilidades, frente aos novos cenários e problemas que se impõem. Para quem vivencia tais mudanças e transições e tem reticências quanto ao futuro, um meme que poderia ocupar a capa do informativo e reflexivo livro de Abranches com o seguinte comunicado:

“Em caso de medo das mudanças, abra esse livro”.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio. Nem seres livres, nem cidadãos: o dilema político do indivíduo nas democracias liberais. *Dados*, v. 28, n. 1, p. 5-25, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- RICHERSON, Peter; BOYD, Robert. *Not by genes alone: how culture transformed human evolution*. Chicago (IL): Chicago University Press, 2005.
- MERTON, Robert King. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.



Os estudos sociais da ciência e tecnologia na contemporaneidade

Recebido: 24.10.17
Aprovado: 25.01.18

PREMEBIDA, Adriano; NEVES, Fabrício; DUARTE, Tiago (Orgs.). *Investigações contemporâneas em estudos sociais da ciência e tecnologia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

Everton Garcia da Costa*

* Everton Garcia da Costa é doutor em sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; licenciado em letras e mestre em ciências sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Orcid: 0000-0002-4446-2173. <eve.garcia.costa@gmail.com>.

A compreensão de ciência apresentada por Thomas Kuhn (1996) em sua obra basilar *A estrutura das revoluções científicas*, publicada em 1962, causou um frenesi generalizado na filosofia da ciência. Até bem pouco tempo antes, ainda perdurava a crença de que o rigor metodológico garantiria à prática científica imunidade frente a fatores de ordem externa. Por esse viés, a ciência era vista como um sistema fechado, que visava ao progresso social e à paz universal. Do mesmo modo, o pesquisador, isto é, o cientista era visto como um verdadeiro “herói do saber”, na luta por um bom fim ético-político (Lyotard, 1986). Os quatro imperativos do *ethos* científico propostos por Robert Merton (1970) na década de 1940 mostraram que essa visão “romantizada” da ciência sobreviveu até meados do século XX. Toda-via, a publicação do pensamento de Kuhn abalou profundamente essa crença. Kuhn defendeu que fatores políticos, históricos, psicológicos e sociais são intrínsecos à prática científica. Ao voltar-se para a história da ciência, o pensador estadunidense apresentou uma série de exemplos concretos que sustentavam sua tese e que deram uma guinada nas análises sociais da atividade científica.

Assim, desde sua publicação, há cerca de 50 anos, o pensamento kuhniano acendeu o estopim para a proliferação de diferentes análises sociais da ciência, no âmbito dos estudos sociais da ciência e tecnologia. O livro *Investigações contemporâneas em estudos sociais da ciência e tecnologia* – organizado por Adriano Premebida (FDB), Fabrício Monteiro Neves (UnB) e Tiago Ribeiro Duarte (UnB) – reúne justamente uma rica série de textos que apresentam um panorama do estágio atual dos estudos sociais da ciência e tecnologia. A seguir, são apresentados brevemente cada um dos capítulos que compõem a coletânea.

Na “Introdução”, o sociólogo britânico Harry Collins (Cardiff University) – um dos fundadores da área –, apresenta um breve panorama histórico dos estudos sociais

da ciência e tecnologia. Collins argumenta que a história dos estudos sociológicos da ciência pode ser dividida em três ondas.

i. A primeira onda se refere à época de Merton e de filósofos como Karl Popper. Os pensadores desse período – segundo Collins – acreditavam que o conhecimento científico consistia em um saber superior, e que o tipo de ordem social mais adequado para o desenvolvimento da ciência era a democracia.

ii. A segunda onda teve início na década de 1970, tendo sido influenciada, sobretudo, pelo pensamento de Kuhn e pela filosofia do segundo Wittgenstein. “O problema apresentado nesse período é entender o valor da ciência” ao mesmo tempo em que se sabe que ela “não possui nenhuma justificação epistemológica especial” (p. 19). Assim, por um lado, a *segunda onda* nivelou a ciência epistemologicamente junto aos demais saberes, desconstruindo a visão ingênua que dela se tinha e que fora mantida pela *primeira onda*. Por outro lado, ela trouxe à luz um importante conjunto de questões: é praticamente impossível pensar um mundo super-habitado como o nosso, no qual não exista a ciência.

iii. A terceira onda tem justamente o objetivo de superar esse problema. Ela reconhece que a ciência não goza de nenhum prestígio epistemológico, todavia, defende que “as opiniões daqueles que ‘sabem o que estão falando’ valem mais do que as daqueles que não sabem” (p. 20). Em outras palavras, Collins defende que a *terceira onda* dos estudos sociais da ciência e tecnologia deve partir do princípio da expertise, ou seja, da crença de que uma decisão tomada por um *expert* provavelmente será a mais adequada – mesmo sabendo-se que os *experts* nem sempre estarão certos e que, em algum momento, cometerão erros.

O capítulo 1 – “Apontamentos sobre Thomas Kuhn e Paul Feyerabend: antagonismo, aproximações e os estudos sociais da ciência” –, é de autoria de Luiz Abrahão (Cefet/MG), que toma como objeto de análise algumas das principais obras de Kuhn e Feyerabend – intelectuais normalmente descritos como os principais inspiradores dos estudos sociais da ciência e tecnologia contemporâneos. Além disso, são analisadas também a correspondência enviada por Feyerabend a Kuhn, cartas escritas na época em que ambos conviveram na Universidade de Berkeley. Desse modo, Abrahão desenvolve um texto que aponta semelhanças e diferenças entre os pensamentos kuhniano e feyerabendiano. No que concerne às diferenças entre esses dois pensadores, Abrahão ressalta três objeções de Feyerabend a Kuhn:

- i.* o filósofo austríaco rebate a ideia kuhniana de paradigma, contra-argumentando que a física moderna, por exemplo, desenvolveu-se sem a existência de um paradigma dominante;
- ii.* para Feyerabend, o argumento kuhniano de que o progresso científico é garantido pela “ciência normal” constitui um conteúdo dogmático danoso às análises sociais da ciência; e, por fim,
- iii.* Feyerabend afirma que Kuhn oscila entre uma abordagem descriptiva e uma prescritiva normativa.

Apesar dessas objeções, Abrahão destaca que Kuhn e Feyerabend aproximam-se ao final de suas carreiras, sobretudo através da crítica que ambos elaboram em direção ao “desconstrutivismo” do Programa Forte de Sociologia e das abordagens radicais de David Bloor.

O capítulo 2, intitulado “A sociologia do conhecimento de E. Durkheim e o Programa Forte” é assinado por Tiago Duarte. Em seu texto, Duarte elabora um estudo comparativo entre Durkheim – que, segundo o autor, pode ser considerado o precursor das investigações sociológicas do conhecimento – e o Programa Forte de Sociologia. De forma mais precisa, o texto busca “evidenciar o projeto da Sociologia Forte e estender as considerações durkheimianas a respeito da ciência” (p. 61). Além disso, o autor tem o intuito de rebater uma crítica lançada tanto por Kuhn como por Latour em direção ao Programa Forte. Segundo esta crítica, a Sociologia Forte não atribui nenhum papel à realidade empírica na determinação das teorias científicas. Segundo Duarte, esse argumento é infundado. O Programa Forte reconhece a existência de uma realidade material independente e exterior aos seres humanos, sobre a qual o conhecimento é formulado. Reconhece também que os indivíduos possuem um aparato sensorial capaz perceber tal realidade. Todavia, o programa parte do princípio de que “diferentes pessoas, expostas a um mesmo fenômeno empírico, formulam ideias distintas sobre o que viram” (p. 78).

Na sequência, somos apresentados ao capítulo 3 intitulado “Os impasses conceituais de Latour: o humano, o social e a simetria”, de Carlos Alvarez Maia (Uerj). O texto apresenta uma crítica ao pensamento de Latour, mais precisamente aos conceitos de “humano”, “social” e “simetria” desenvolvidos pelo sociólogo e antropólogo francês. Segundo Maia, para escapar do relativismo causado pela dicotomia material/simbólico, Latour desenvolve o conceito de simetria, todavia, ao invés de resolver o problema, essa noção causa um verdadeiro “imbróglio compreensivo” (p. 87). Assim, ao visar à superação das dicotomias natureza/sociedade, material/

simbólico, bem como os impasses conceituais sobre os quais esbarra a teoria de Latour, Maia elabora uma reflexão “sobre o que é o humano tal que seja possível compreender a distinção entre humanos e coisas” (p. 87). Para desenvolver sua argumentação, o autor mobiliza algumas das ideias de Karen Knorr-Cetina, sobretudo a noção de “pós-social”, a qual busca sintetizar o simbólico e o material.

O capítulo 4 – “A dinâmica da expertise no *Juicio Ciudadano* no Uruguai: cidadania, poder e energia nuclear” – é assinado por Fabrício Neves (UnB), Vinícius Pinto (UFSC) e Julio Salon (UFRGS). Os autores apresentam o resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2011, sobre as conferências de *Juicio Ciudadano*, realizadas pela Universidad de la República, no Uruguai. Tais conferências visavam criar um espaço de deliberação para que um grupo de cidadãos não *experts*¹ pudesse emitir sua opinião sobre temas selecionados relacionados à ciência e tecnologia, como a energia nuclear, por exemplo, tema da primeira conferência. Segundo os autores, como o *Juicio* trata de um evento bastante recente, não se sabe ainda sua real eficácia como alternativa de participação cidadã. Apesar disso, os autores apontam dois aspectos relativos à experiência vivenciada junto ao evento.

i. Primeiro, destacam que os cidadãos não *experts* tiveram acesso ao material relativo aos temas do evento meses antes de sua realização, de modo que apresentaram um incremento de expertise que os habilitou a interagir com os *experts*. No entanto, os autores ressaltam que não encontraram evidências de que esse incremento de expertise “possa deixar o nível meramente interacional para chegar a um nível contributivo” (p. 135).

ii. O segundo aspecto destacado pelos autores é o de que a realização do *Juicio Ciudadano*, em virtude de sua flexibilidade e abertura à prática interacional e ao engajamento espontâneo, cria uma nova forma de participação em ciência e tecnologia.

O Capítulo 5 – “O papel das aproximações na física: o caso de experimentos e teorias controversas no efeito Casimir” –, escrito por Luis Reyes-Galindo (Cardiff University), traz uma reflexão em torno da física teórica e da ideia de aproximação. Segundo o autor, uma aproximação “implica uma solução que se sabe próxima à resolução exata de um problema, tendo consciência de que o resultado aproximado é distinto da solução exata” (p. 139). Reyes-Galindo destaca que a física teórica tem utilizado as aproximações para resolver a maior parte dos enigmas com os quais tem se deparado, uma vez que é impossível atribuir à maioria desses enigmas uma resposta exata. Nesse sentido, o autor apresenta três tipos distintos de aproximação:

1. Segundo os autores, “expert é todo indivíduo que possui a capacidade de agir e falar legitimamente em um determinado espaço da vida social, como a ciência, sobre temas restritos a este espaço” (p. 119).

- i.* aproximações utilizadas para explicar fenômenos novos, atípicos, ou que não podem ser solucionados pela prática de laboratório;
- ii.* aproximações utilizadas na explicação de fenômenos ou na criação de modelos por meio de teorias inadequadas, incorretas ou ultrapassadas; e
- iii.* aproximações meramente de caráter matemático.

O autor relaciona então estes tipos de aproximação com as controvérsias científicas existentes na física em relação ao efeito Casimir – efeito relacionado a forças eletromagnéticas oriundas de corpos sem cargas elétricas resultantes. Segundo Reyes-Galindo, como não há experimentos de alta precisão para estudar as forças de Casimir, há uma controvérsia que há mais de meio século divide os físicos teóricos. Em outras palavras, o autor demonstra que, na impossibilidade de se obter um resultado exato, é possível chegar a diferentes resultados sobre o mesmo fenômeno, dependendo da metodologia empregada.

O capítulo 6, intitulado “Digitalizando o câncer de próstata: pensando as interseções entre engenharia e biologia na ciência contemporânea”, de Marko Monteiro (Unicamp), apresenta um estudo etnográfico realizado com um grupo multidisciplinar, o qual “desenvolve um modelo computacional de transferência de calor em tecidos da próstata [que] integrará um novo tipo de protocolo cirúrgico” para este tipo de doença (p. 170). O grupo pesquisado é formado por profissionais (professores, pós-doutorandos e alunos de pós-graduação) de diferentes áreas (medicina, biologia, ciência da computação, engenharia biomédica e civil, matemática e visualização científica). Apesar de tais pesquisadores terem desenvolvido uma formação interdisciplinar, pode ser observada nas entrevistas realizadas a dificuldade encontrada por eles, em alguns momentos, para se comunicar conceitualmente.

O Capítulo 7, “Risco, perigo ou oportunidade? As disputas entre política, economia e ciência acerca dos OGMs”, de Renata Campos Motta (Freie Universität Berlin), reflete sobre o modo pelo qual a política, a ciência e a economia tratam o tema do risco. Mais precisamente, o estudo tem como norte as lutas por autonomia e heteronomia travadas nestes campos em busca da definição de risco, no âmbito de uma política sanitária voltada aos alimentos geneticamente modificados. Como referencial teórico para uma análise sociológica do risco, a autora utiliza o pensamento de Ulrich Beck e de Niklas Luhmann. Assim, Motta defende que a disputa travada em torno das políticas sanitárias para os produtos transgênicos nos campos econômico, científico e político revela a ambiguidade do conceito de risco. A autora elucida essa controvérsia comparando, por exemplo, a forma antagônica como países ex-

portadores e países importadores concebem a noção de risco: para os exportadores (como Argentina e Canadá), não há evidência de que produtos biotecnológicos causem danos à saúde diferentes daqueles causados pelos alimentos tradicionais, de modo que não há necessidade de uma política sanitária diferenciada; de modo oposto, os países importadores (as nações europeias) contra-argumentam alegando que a complexidade e os riscos em torno dos alimentos transgênicos exige a criação de políticas de regulação diferenciada.

Na continuidade, o capítulo 8 – “Os interesses heterogêneos da ciência e a politização específica da vida biológica – é assinado por Adriano Premebida (FDB). O objetivo do texto é refletir sobre o modo como a expansão das biotecnologias faz emergir “novas tendências de padrões de consumo e expectativas em saúde e formas de sociabilidade mediadas por artefatos e sistema tecnológicos” (p. 233). O autor defende que atualmente há a proliferação de produtos biotecnológicos voltados a grupos genéticos e sociais específicos. Tais produtos são produzidos através de minuciosos processos de manipulação genética realizados em laboratório e inseridos na vida cotidiana sob a forma de fármacos, hormônios, sementes etc., ante a influência da mídia, da ciência, do Estado, entre outros agentes. Estes produtos, por um lado, possibilitam às pessoas levarem uma vida mais segura e experimentarem formas inovadoras de corporalidade; por outro, cada vez mais instituem formas de governabilidade sobre a vida biológica.

O penúltimo capítulo – “Nanotecnologia nos meios de comunicação: que informação chega ao público?” – é assinado por Noela Invernizzi (UFPR) e Cibele Cavichioli (UFPR). Segundo as autoras, a nanotecnologia é um campo científico-tecnológico emergente, o qual se legitimou rapidamente, adquirindo um papel estratégico no país, com a percepção de importantes subsídios públicos. Assim, o artigo tem o objetivo de analisar como as informações sobre esse campo chegam até o público através da mídia. Invernizzi e Cavichioli analisam reportagens veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo*, e nas revistas *Veja*, *Época*, *Isto É*, *Galileu* e *Super Interessante*, e, segundo as autoras, de um modo em geral, as escassas informações disponibilizadas nos veículos pesquisados retratam uma realidade de promessas otimistas relacionadas à nanotecnologia, mas que não apresentam claramente evidências factuais que sustentem tais promessas.

O último Capítulo do livro trata, na verdade, de uma entrevista realizada em 2007 com Harry Collins. Nela, Collins trata de diferentes assuntos, a exemplo de suas motivações para entrar nos estudos sociais da ciência e tecnologia, dos principais pensadores que o influenciaram, de sua relação com outros autores importantes da área, como Bloor e Knorr-Cetina etc.

Para finalizar, *Investigações contemporâneas* é obra que cumpre sua promessa: apresenta ao leitor uma importante reflexão sobre o estágio atual dos estudos sociais da ciência e tecnologia. Escrito por uma equipe de autores qualificados na área, o livro apresenta discussões que abordam temas diversos, como nanotecnologia, física teórica, biotecnologia, multidisciplinaridade, risco, história dos estudos sociais da ciência e tecnologia etc.

O livro é um ótimo investimento para os pesquisadores que desejam ter um panorama teórico, metodológico e epistemológico sobre as investigações contemporâneas nos estudos sociais da ciência e tecnologia.

Referências

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MERTON, Robert King. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.



Resumos: teses e dissertações

A religião na dinâmica parlamentar brasileira: uma análise de duas legislaturas

Lygia Maria Bitencourt Moura Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Sergio Barreira Tavolaro

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 19.03.2018

Esta tese promove um estudo das relações entre religião e Estado a partir de uma análise comparativa do modo como a religião se apresenta e se comporta no âmbito do Legislativo brasileiro. Ao partir do pressuposto de que a Câmara dos Deputados consiste numa instituição que reverbera valores da sociedade brasileira, duas legislaturas dessa instituição legislativa foram selecionadas, a 37^a Legislatura (1935-1937) e a 54^a Legislatura (2011-2014). O processo de escolha das legislaturas se deu por estarem inseridas em dois contextos políticos onde o elemento religioso se apresentou de forma proeminente, mas também, por serem legislaturas separadas por um período de tempo – 76 anos –, o que permitiu observar o processo de transformação do modo como a religião se apresenta na dinâmica parlamentar brasileira. Essa compreensão foi promovida a partir do perfil dos deputados federais, atores políticos responsáveis por inserirem o debate referente a assuntos religiosos, bem como da análise de conteúdo das proposições de cunho religioso, em cada uma das legislaturas. Elaborou-se, primeiramente, o levantamento dos perfis dos deputados federais que atuaram em matéria religiosa, nas duas legislaturas, o que possibilitou constatar poucas mudanças concernentes às características pessoais e políticas desses parlamentares, mas também que o perfil religioso do parlamentar influencia o modo como ele insere a religião no debate político. O levantamento e a análise de todas as proposições apresentadas em cada um dos períodos políticos pesquisados foi realizado a partir de uma classificação inicial que separava as proposições em religiosas e não religiosas. Posteriormente, as matérias religiosas foram categorizadas por temas, para proceder a verificação de quais assuntos o debate religioso está centrado. Foi possível constatar, assim, que, em ambas as legislaturas, o elemento religioso se centra em proposições de baixo impacto em políticas econômicas e sociais. Houve uma maior diversidade de assuntos religiosos na 54^a Legislatura, mas ficou evidenciado que atualmente há um pluralismo religioso relativo, pois passamos de um momento político, a 37^a

Legislatura, onde a Igreja Católica figurava hegemonic nos assuntos religiosos no âmbito político, para, mais recentemente, os assuntos religiosos serem pautados, majoritariamente, por atores políticos e assuntos cristãos de diferentes confissões.

Palavras-chaves: Religião. Política. Estado. Câmara dos Deputados. Laicidade. Secularização.

O exemplo na vida de quem prega: uma análise do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal a partir de seus sócios

Patrick Walsh Netto

Orientador: Prof. Dr. Joaze Bernardino-Costa

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 30.11.2017

O objetivo desta tese é apresentar a vida e a obra de José Gabriel da Costa, a quem os sócios do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal (CEBUDV) chamam de Mestre Gabriel. Para tanto, utiliza-se de uma abordagem decolonialista para narrar a repercussão dos exemplos de Mestre Gabriel na constituição da conduta moral e na formação ética dos sócios da União do Vegetal (UDV). A história da UDV, as transformações na vida de seus sócios, a luta pela institucionalização da religião e a defesa do direito ritualístico-religioso de comungar a Hoasca são abordados nesta tese pelos próprios atores e personagens que viveram e vivem os 56 anos de vida dessa religião. O trabalho narra ainda os acontecimentos relacionados ao processo de crescimento do CEBUDV, sua chegada na Região Sul do país, detalhando o perfil socioeconômico e cultural dos sócios do que se convencionou chamar de “segunda geração”. Para além de uma contribuição nativa para o campo ayahuasqueiro, a tese dialoga com os embates e as problematizações que giram em torno do uso da Hoasca/Ayahuasca. O processo de institucionalização é analisado a partir de dois momentos distintos, mas complementares. O primeiro momento é compreendido entre os anos de 1967 e 1971, com a formação da sociedade religiosa por Mestre Gabriel e seus primeiros discípulos em Porto Velho; já o segundo momento é dado entre os anos de 1984 e 2010, quando os mestres da segunda geração da UDV, com apoio e supervisão dos mestres formados pelo Mestre Gabriel, ficaram à frente da luta pela legalização e regulamentação do direito ritualístico-religioso de comungar a Hoasca. As implicações dessa conquista para o processo de institucionalização dessa religião – tanto no âmbito interno, com a reestruturação administrativa e a criação de departamentos, quanto no âmbito externo, com o processo de diálogo construído com as autoridades do país – são narradas pelos agentes desse processo. Sustenta-se que a chave para se compreender o sucesso dessa empreitada está na forma

responsável e segura com a qual essa religião vem conduzindo a utilização do chá Hoasca dentro de um contexto ritualístico religioso.

Palavras chave: Centro Espírita Beneficente União Do Vegetal (CEBUDV). Hoasca. Decolonialidade. Liberdade religiosa.

Não sou boy, só não sou otário: negócios, diversão e prestígio nos mercados pop periféricos

Saulo Nepomuceno Furtado de Araujo

Orientador: Prof. Dr. Edson Silva de Farias

Curso: Doutorado em Sociologia

Data da defesa: 21.06.2018

O trabalho tem por objetivo caracterizar alguns processos contemporâneos de expansão e complexificação das redes de produção cultural fomentadas por diferentes populações periféricas no Brasil, com foco direcionado ao mercado musical. A partir da investigação de contextos festivos e conteúdos musicais, majoritariamente produzidos, distribuídos e consumidos por jovens moradores de periferias urbanas do país, o interesse recai nas formas como a triangulação entre as dimensões dos negócios, os modos de diversão e as dinâmicas de prestígio se articulam no delineamento de extensas tramas de interdependências humanas, que dão forma aos pujantes mercados do entretenimento pop periférico nacional. Esses mercados e expressões culturais são entendidos enquanto simultaneamente pop, por visarem o alcance de públicos amplos e manifestarem abertos objetivos comerciais, e periféricos, do ponto de vista geográfico, por emergirem a partir de contextos periféricos urbanos, e, do ponto de vista simbólico, por ocuparem, em geral, posições de periferia em relação a um conjunto de critérios de julgamento e avaliação cultural acionados por diferentes segmentos da população e determinadas instâncias de consagração cultural, no contexto brasileiro. Serão investigadas específicas dinâmicas processadas nas últimas décadas, respectivas à vertiginosa expansão desses mercados, potencializadas por diferentes usos de uma série de recursos tecnológicos digitais de produção e distribuição musical em diferentes contextos periféricos. Propõe-se compreender as condições de posicionamento da música pop brasileira no contexto global, bem como alguns processos sócio-históricos de construção das dinâmicas de prestígio musical no contexto brasileiro. Para tanto, se processará o delineamento das nuances conceituais e das diferentes caracterizações sociais no recurso ao “periférico”, tematizando diferentes trânsitos entre as posições “centrais” e “periféricas” no contexto do mercado musical brasileiro, tornando fundamentais discussões em torno de questões de gênero,

raça e diversidade sexual, decisivas no que tange às configurações contemporâneas dos trânsitos e redes interperiféricas de produção, distribuição e consumo musical.

Palavras-chave: *Pop* periférico. Economia da cultura. Periferia. Trânsitos culturais interperiféricos. Consumo cultural.

A Bancada da Bala na Câmara: Quem são e o que propõem esses deputados

Eveline Ribeiro dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 09.04.2018

A presente dissertação adota a premissa de que a segurança pública é mais um campo organizacional do que um conceito teórico e que o Brasil está vivenciando a emergência de um novo ator dentro deste campo, qual seja, a Bancada da Bala. O objeto de pesquisa do trabalho é, portanto, a Bancada da Bala da Câmara dos Deputados e sua atuação nos anos de 2015 e 2016. De maneira geral, a dissertação apresenta dois objetivos: identificar quem são os deputados que formam esta Bancada e o que eles propõem. Para o primeiro objetivo, o trabalho analisou esses deputados em dois momentos: quando ainda eram candidatos à Câmara Federal, em 2014, e depois que foram eleitos. Com relação ao segundo objetivo, a hipótese inicial é que a produção legislativa dos deputados da Bancada da Bala está voltada majoritariamente para propostas punitivistas. Para testar esta hipótese, o trabalho mapeou, no site da Câmara Federal, as proposições (Projetos de Lei Ordinária, Projetos de Lei Complementar e Propostas de Emenda à Constituição) de autoria desses deputados. Este mapeamento confirmou a hipótese inicial e trouxe ainda um novo resultado: as diferenças das carreiras dos deputados da Bancada da Bala se reproduzem nas soluções que eles propõem. Assim, apesar de esta Bancada parecer um grupo homogêneo à primeira vista, um olhar mais aprofundado revela que os seus membros apresentam propostas diferentes para segurança pública. Ademais, ao verificar se as propostas de autoria desses deputados são estruturantes ou não, o trabalho percebeu que a Bancada da Bala apresenta majoritariamente propostas de mudanças pontuais em detrimento daquelas que buscam alterar as relações entre os atores do sistema de justiça criminal, a despeito do que propõem os especialistas do campo. Este distanciamento entre legisladores e pesquisadores de segurança pública também foi percebido durante as entrevistas semiestruturadas, nas quais os deputados enfatizaram mais a sua experiência profissional do que estudos e dados sobre segurança pública como fontes de informação para a formulação de projetos. Essas conclusões apontam para o fato de que as disputas entre

as carreiras dos profissionais de segurança – reproduzidas pelos deputados da Bancada da Bala – e o afastamento entre legisladores e especialistas têm impedido o avanço de propostas de cunho reformista no Congresso e favorecem a perpetuação de propostas pontuais para a segurança pública brasileira.

Palavras-chave: Bancada da Bala. Câmara dos Deputados. Segurança pública. Legisladores. Profissionais das forças de segurança.

A trajetória do patrimônio cultural imaterial: política de proteção e formação de um discurso

Maria Paz Josetti Fuenzalida

Orientador: Prof.^ª Dr.^ª Mariza Veloso Motta Santos

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 30.07.2018

Este trabalho buscou analisar as transformações no discurso da preservação que levaram à consolidação da proteção ao patrimônio cultural imaterial no Brasil. Para tanto, buscou compreender a trajetória do discurso da preservação de bens culturais de maneira mais ampla, apresentando sua origem na Europa do século XV quando este se alinhou a enunciados como passado, história, arte e autenticidade, ao surgimento da categoria patrimônio, que articulou enunciados como nação, história, arte e identidade nacional. A partir do século XX, a concepção de preservação ao patrimônio teve a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como principal espaço e agente no processo de sua ressignificação: propôs a noção de valor universal excepcional, passou a abranger os bens naturais, bem como atrelou diversidade a desenvolvimento no processo de preservação. A partir da década de 1990, a Unesco incorporou uma nova gramática político-cultural, fruto das demandas por representação de minorias identitárias e luta por direitos diferenciais que articulou categorias como reconhecimento, diferença, diversidade cultural, representação e multiculturalismo que se consubstanciou, no início do novo milênio, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. No Brasil a trajetória da proteção a bens culturais remonta a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) na década de 1930, quando o discurso da preservação visou forjar a identidade nacional e sua civilização, valorizando sobretudo a herança europeia e os bens de “pedra e cal”. Além disso, verificou-se que o movimento folclorista também cunhou um discurso de preservação articulado à identidade nacional, porém voltado aos elementos da cultura popular, visando sua proteção através de documentação. A união dessas perspectivas de preservação ocorreu quando Aloísio Magalhães assumiu a presidência da Sphan e trouxe a concepção de referência cultural para orientar a preservação de bens culturais. A partir da análise das atas do Conselho Consultivo

do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi possível compreender a forma como o discurso da preservação do patrimônio cultural imaterial se consolidou no Brasil, concluindo-se que este discurso é fruto de uma articulação da nova gramática político-cultural consagrada a partir da década de 1990 e utilizada pelos diversos grupos sociais que demandam representação e reconhecimento, bem como do resgate do conceito de referência cultural de Aloísio Magalhães.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial. Diversidade cultural. Reconhecimento. Referência cultural. Discurso. Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ney Matogrosso: liberalização sexual, performance artística e disputas simbólicas

Rodolfo Luiz Costa de Godoi

Orientador: Prof.^a Dr.^a Tânia Mara Campos de Almeida

Curso: Mestrado em Sociologia

Data da defesa: 07.03.2018

O trabalho centra-se no artista brasileiro Ney Matogrosso, buscando entender as relações entre arte e sociedade, mais especificamente a arte performática com as transformações sociais. Assim, a liberalização sexual do Brasil nas últimas décadas é relacionada com a produção do artista. Busquei, através de entrevistas semiestruturadas, entender como homens homossexuais e bissexuais apropriam-se da obra do artista para elaborarem e legitimarem suas próprias existências e práticas. Inclui ainda diálogo com o próprio artista, aprofundando a pesquisa a partir de sua própria voz. Analisei dois elementos recorrentes na obra do cantor, o irônico e o erótico, que se faz através de sua performance, e como esses elementos se relacionam com as dinâmicas do poder e com os simbólos socioculturais. Por fim, ampliei a análise, descrevendo um panorama histórico e atrelando o desenvolvimento da indústria cultural no Brasil às práticas culturais de homens homossexuais e bissexuais. Ao final, considero a importância da atenção para as produções estéticas e culturais para as pessoas GBT, como forma de aglutinação desses sujeitos e de possibilidade de compartilhamento de experiências, espaços de socialização e também como instrumento que pode atravessar sensivelmente uma diversidade de pessoas, independentemente de suas identidades sexuais e de gênero, levando-as a diferentes formas de compreensão e de práticas sociais no que tange às liberdades sexuais.

Palavras-chave: Ney Matogrosso. Performance. Sexualidade.

Normas

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Sociais (ICS)
Departamento de Sociologia (SOL)

Revista Sociedade & Estado
novo prédio ICS Campus Darcy Ribeiro
Universidade de Brasília
70910-900- Brasília- DF
Tel.: 55 61 3107-1537
Homepage: <https://www.sol.unb.br>
E-mail: revistasol@unb.br facebook.com/solunb

A *Revista Sociedade & Estado* busca incentivar a publicação de artigos originais, inovadores e que espelhem a grande diversidade e variedade teórica e metodológica no campo das ciências sociais.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. TIPO DE COLABORAÇÃO ACEITA PELA REVISTA

A *Revista Sociedade & Estado* publica artigos, sempre originais, em sociologia e áreas conexas, que visem contribuir teórica, metodológica e empiricamente com estas áreas do conhecimento. A *Revista* aceita submissões em português, espanhol e inglês, que poderão ser publicadas em sua língua original, embora, sempre que possível, traduzidos para o português. Os artigos de autores estrangeiros deverão ser inéditos no Brasil. Publicam-se as seguintes categorias de trabalhos:

1. Estudos teórico-metodológicos: análises e discussões conceituais que contribuam para a compreensão dos modelos teóricos existentes e suscitem elaborações de hipóteses para futuras pesquisas.
2. Notas técnicas: relatos e descrições de instrumentos e técnicas originais de pesquisa.
3. Relatos de pesquisa de cunho empírico já realizadas ou em andamento.
4. Dossiês temáticos, organizados por, pelo menos, um/a professor/a do Departamento de Sociologia e/ou por pesquisador/a associado/a ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, podendo o mesmo convidar professores/as externos/as ao programa.

5. Resenhas.

II. APRECIAÇÃO DOS TRABALHOS

1. A *Revista* publica artigos de doutor(es) e/ou doutora(as) em coautoria com doutorando(s). Casos diversos serão excepcionais e avaliados individualmente.
2. Os trabalhos enviados serão apreciados pela equipe editorial da *Revista*, que fará uso de, pelo menos, dois especialistas no tema, para emitir pareceres sem conhecimento de sua autoria.
3. Os autores serão notificados sobre a aceitação ou recusa de seus artigos.
4. Eventuais sugestões de modificações de estrutura, forma e/ou conteúdo que se mostrarem necessárias serão notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.
5. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à apreciação.

III. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

1. A submissão de artigos e outros tipos de publicação será realizada pelo link: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estado/about/submissions#onlinesubmissions>>, seguindo as orientações indicadas.
2. O artigo será digitado em Word (fonte Times New Roman, corpo 12) contendo no máximo 30 páginas, em espaço duplo, numeradas consecutivamente.
3. Na primeira página do original serão indicados o título (e eventual subtítulo) do artigo e o nome do/s/a/as autor/es/a/as. Também deverão trazer os dados sobre o/s a/ as autor/es/a/as (instituição, cargo, e-mail e, se quiser(em), suas últimas publicações).
4. Os artigos virão acompanhados de um resumo em português, de até 150 palavras, com tradução em inglês (*abstract*), que sintetize o(s) objetivo(s), métodos e principais conclusões. Também apresentarão cinco palavras-chave em português e inglês (*key-words*), bem como o título em inglês.
5. As notas de natureza substantiva (não bibliográfica), serão reduzidas ao mínimo necessário, não ultrapassando oito linhas.

6. As menções a autores no curso do texto estarão subordinadas à forma autor, data, página (Vovelle, 1987: 56).

7. As citações textuais aparecerão “entre aspas” no corpo do texto, quando inferiores a três linhas, e em novo parágrafo, com recuo, corpo 10, quando superiores a três linhas. Citações devem ser traduzidas à língua de redação do artigo, com citação da autoria da tradução.

8. As figuras e desenhos serão confeccionados eletronicamente e enviados em arquivos separados, com indicação do programa utilizado para a sua elaboração.

9. As tabelas e gráficos serão numerados (acompanhando a sequência em que são citados no texto) e confeccionados em Excel ou no próprio Word. Deverão ser enviados separados do arquivo de texto.

10. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais:

- Em caso de livro: VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- Em caso de artigo: ROUANET, Bárbara Freitag. Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa. *Sociedade & Estado*, v. 13, n. 1, p. 160-187, 1998.
- Em caso de coletânea: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A institucionalização do ensino de ciências sociais. In: BOMENY, H.; BIRMAN, P. (Orgs.). *As assim chamadas ciências sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj; Relume Dumará, 1990.
- Em caso de teses: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

11. As resenhas terão no máximo oito laudas. São aceitas resenhas de obras publicadas nos últimos cinco anos. As resenhas deverão ter título próprio, seguido da referência completa do livro resenhado.

12. A responsabilidade da matéria publicada pela revista é exclusiva do autor/a e não expressa a opinião da equipe editorial, do comitê editorial ou do conselho editorial da *Revista*.

